



esboços

histórias em contextos globais

DEBATE

História da historiografia em perspectiva global

2019
set./dez.

V. 26
N. 43

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo César Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Lucas de Melo Reis Bueno

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –
Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos - CAPES

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITORA-CHEFE

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideu, Uruguai
Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha
Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

ESTAGIÁRIA

Bruna Vitória Grando, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil



CAPA

Pablo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

Lara Benedet
Pablo Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani – Editora Milfontes

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMALIZAÇÃO

Algo Mais Soluções Editoriais

REVISÃO DE INGLÊS

Cláudia Flores Pereira – Lectura Traduções

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História - UFSC

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

ESBOÇOS

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefone: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: esbocos@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral






HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVA GLOBAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

History of Historiography and Global Perspective: a Possible Dialogue?

Jurandir Malerba^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7118-0182>
E-mail: jurandirmalerba1@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

DEBATE

História da historiografia em perspectiva global

RESUMO

Partindo da análise de dois empreendimentos realizados no campo da história da historiografia e das histórias globais da historiografia de Georg Iggers, Q. Edward Wang e Daniel Woolf, neste artigo se propõe pensar o escopo e os fundamentos da história global, evidenciando possíveis contradições e obstáculos conceituais dessa perspectiva de investigação histórica, como a resiliência do eurocentrismo, o determinismo dos vieses nacionais e os limites culturais impostos pelo domínio de idiomas.

PALAVRAS-CHAVE

História global. História da historiografia. Teoria da história.

ABSTRACT

Based on the analysis of two studies carried out in the field of history of historiography and global histories of historiography by Georg Iggers, Q. Edward Wang and Daniel Woolf, this article aims to reflect on the scope and rationale of global history, shedding light on possible conceptual obstacles and contradictions of such perspective of investigation, such as the resilience of Eurocentrism, the determinism of national perspectives and the cultural limits imposed by language mastery.

KEYWORDS

Global history. History of historiography. Theory of history.

Este texto exige ser aberto com duas ou três ressalvas. Primeiro, foi originalmente pensado para ser falado e ouvido, não lido. Essa informação diz muito de sua forma e de seus limites. Mais do que pelo fato de ser narrado em primeira pessoa, seu teor é propositalmente provocativo, irônico às vezes, demasiado hiperbólico e generalista, intuitivo. Mais próximo da forma ensaio do que do protocolar artigo científico. Assim, trata-se de um pensar em voz alta, que pela provocação convida a audiência a pensar questões de fundo sobre a história global como campo historiográfico. Por outro lado, importa salientar que eu mesmo não sou um “autor global”, ou um historiador que pesquise nesse campo ou com base nessa perspectiva. As ponderações a seguir apresentadas são as de um *outsider*, munido apenas de algumas ferramentas da caixa da teoria da história. Feitas essas ressalvas, quase *captatio benevolentiae*, o texto que segue espera um leitor indulgente. Busco falar de história da historiografia sob um viés global com uma postura assumidamente provocativa aos historiadores da área.

No campo historiográfico, é comum a dialética de negações e afirmações de projetos intelectuais, de modo que, de tempos em tempos, alguém descobre a pólvora, nega tudo o que se fazia antes por obsoleto e passa a pregar o que a história deverá ser doravante. Desde a primeira metade do século XIX, Ranke, Droysen e depois toda a tradição do *Historik* levantaram a bandeira de que a história tinha de ser uma ciência ou não seria nada. Nas primeiras décadas do século XX, os fundadores dos *Annales* sinalizaram que a história deveria ser uma ciência social, uma história-problema, das estruturas, ou não seria nada. Duas gerações depois, fascinado com a capacidade de gerenciamento de dados dos computadores, em sua aula inaugural no College de France (“A história imóvel”), o historiador Emmanuel Leroy Ladurie profetizou: “O historiador de amanhã será um programador ou nada será” (LADURIE, 1974, p. 673-692).

Uma das poucas vantagens de envelhecer – se é que isso é lá alguma vantagem – é que, depois de anos e décadas, muita coisa já se viu passar. Iniciei minha vida como historiador quando se era marxista ou não se era nada. Com a abertura democrática nos anos 1980, o sujeito era um historiador cultural (das “mentalidades”) ou não era nada (era um dinossauro que trabalhava com fósseis como estruturas econômicas e sociais ou luta de classes).

Vi bandos de historiadores que deixaram de ser “locais” ou “regionais” para virar “micro-historiadores”. Descobrimos que história do Estado e da esfera pública era normativa e coercitiva e nos voltamos para a vida privada, a intimidade e as subjetividades. A velha história das ideias ficou obsoleta, e viramos todos historiadores conceituais. A história ciência se esgotou, e voltamos a ser historiadores narrativos.

As modas vão surgindo e se sucedendo. Eu mesmo estive num evento na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014 sobre “história pública” em que ouvi, em várias exposições de alto nível, o mesmo vaticínio: dada a reconfiguração do espaço público subvertido pelas plataformas digitais, no futuro todo historiador haverá de se tornar público. Não são poucos os colegas hoje que proclamam que a história disciplinar acabou e só restaram dela os usos políticos presentes do passado. Somos todos presentistas ou não somos nada.

No caso da história global, essa questão foi colocada a David Armitage, assim que ele assumiu cátedra em Harvard, numa longa entrevista concedida a Martine Van Ittersum e Jaap Jacobs, publicada na revista *Itinerario*, em 2012: “Somos todos

historiadores globais agora?”. A essa pergunta, ele respondeu com a agressividade de quem peleia numa guerra de conquista de território:

A hegemonia da historiografia nacional terminou. [...] Agora, nós temos que perguntar aos historiadores nacionais: por que você está fazendo história americana independentemente da história do hemisfério, do império americano, das relações dos Estados Unidos com o resto do mundo, a história do Emigração americana, a circulação transnacional de ideias, seja ela qual for? *Acho que é hora de colocarmos os historiadores nacionais na defensiva, para justificar sua escolha de marcos locais, regionais ou nacionais específicos* (ARMITAGE, 2012, p. 16, grifo nosso).

Nessa argumentação de caráter teórico e historiográfico, propor qualquer balanço dessa vertente relativamente nova denominada “história global” seria falta de astúcia. Nos últimos quinze ou vinte anos, muitos autores vieram tentando “delimitar o campo”: Michel Geyer e Charles Bright (1995), no texto pioneiro “World history in a global age”; Patrick O’Brien (2006), em seu apelo “Historical traditions and modern imperatives for the restoration of global history”, feito no primeiro volume do *Journal of Global History*; e Maxine Berg (2013), que editou *Writing the History of the Global: Challenges for the 21st Century*.¹

Poderíamos incluir nesse levantamento sumário “História global: um empreendimento intelectual em curso” (2017), artigo de João Júlio Gomes dos Santos e Monique Sochaczewski, que é o melhor balanço do estado da arte entre nós e que, olhando para América Latina e o Brasil, leva aos historiadores globais a dúvida quanto a se somos parte do *West* ou do *Rest*; “Tradições de história global na América Latina e no Caribe” (2015), de Rafael Marquese e João Paulo Pimenta, ou “Brazilian History as Global History” (2018), de Frederick Shulze e Georg Fisher.

Propor isto – discutir a historiografia global –, mais do que uma tarefa ingrata, seria uma armadilha, pois exigiria um lastro que não tenho. Em vez disso, vou comentar algumas tentativas de aplicação do escopo e dos procedimentos da história global ao campo com o qual tenho um pouco mais de familiaridade: a história da historiografia. Desses casos, apenas rapidamente mencionados, vou me deter um pouco mais em dois. À análise, seguem-se as provocações finais.

ACEPÇÕES DE “GLOBAL” NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Há uma longa tradição de histórias da historiografia, cujo início remonta pelo menos ao século XIX. Como acontece com qualquer outra especialidade do conhecimento histórico, cada época propõe problemas e abordagens, investiga e narra a história – da historiografia, nesse caso – à sua maneira. As primeiras histórias das historiografias

¹ Essa obra, em particular, pretende estabelecer as balizas de circunscrição de um campo, como convém a um programa. Tem uma primeira parte mais “conceitual”, teórica, sobre o que está implicado no “fazer história global”; uma segunda, sobre metodologias da história global; mais outras, sobre a modulação do conceito (e questões de escala, objetivos e categorias), do objeto (“Global objects: contention and entanglement”) e do método (comparativo); e uma última, sobre caminhos a percorrer e desafios a vencer (globo e império, globo e identidade, resiliência dos Estados nacionais). Enfim, um programa!

apareceram praticamente junto com a consolidação da história como campo disciplinar, no fim do século XIX – e, portanto, estão conectadas com o processo histórico de construção dos Estados e formação das nações, a partir da Europa.

Desde os trabalhos de Robert Flint (1893),² com variações de ênfases, as grandes histórias da historiografia, como G. P. Gooch (1913), Feuter (1915),³ Harry Elmer Barnes (1922), James Shotwell (1936), o consagrado Robin George Collingwood – *The Idea of History* (1946) –⁴ até um dos mais recentes empreendimentos nesse sentido, como a obra organizada por Aviezer Tucker e publicada pela Blackwell em 2009,⁵ seguem a mesma lógica de composição. O que todas essas histórias da historiografia têm em comum? O fato de, mais do que serem escritas de pontos de vista nacionais, são de todo eurocêntricas.

Muito tardia e recentemente, porém, esse sestro vem sendo superado. Temos um Comitê Internacional de Ciências Históricas (CISH) que existe desde a década de 1920, quando a história global era um tema bastante marginal. Só na conferência de Amsterdã em 2010 é que o CISH aceitou um subcomitê para a história global e mundial entre suas subdivisões especializadas – refletindo, de algum modo, o *boom* que a história global experimentou desde o fim da década de 1990, primeiro no mundo anglo-saxão e depois em outras partes (HIRSCHI, 2012). Tal fenômeno indica, em alguma medida, o interesse crescente na história global por todo lado, nos dias de hoje, mas também – o que mais me interessa neste momento – a aplicação de perspectivas globais em todos os subcampos da historiografia, incluindo o estudo da própria escrita da história.

² Na verdade, Flint faz propaganda enganosa. Apesar daquele primeiro título que vem na capa, *History of the Philosophy of History*, segue outro, que seria o mais apropriado: *Historical Philosophy in France and French Belgium and Switzerland*. São 706 páginas. Na introdução, há um subcapítulo intitulado “Political conditions in Egypt and Assyria unfavourable to the development of historiography”. Entre as páginas 44 e 49, abordam-se historiografia e historiadores na China, no Japão e na Índia, bem como os “registros históricos judeus”. Chega-se então à Grécia. Depois de passar pela Idade Média e incluir 14 páginas sobre Ibn Khaldun, o livro começa de fato à página 176: “The Philosophy of History in France”, e segue com Bodin; Bossuet; uma síntese do século XV ao XVIII (Montesquieu, Turgot, Voltaire, Rousseau e Condorcet), para chegar ao século XIX e suas “escolas”: Romantismo (Chateaubriand, Mignet, Thiers, Thierry), ultramontanismo católico, escola liberal e socialista, “escola democrática (Michelet, Quinet), naturalismo, positivismo (Comte e discípulos), escola crítica (Seignobos, Tarde, Coulanges) etc.

³ *Histoire de L’Historiographie Moderne* é dividido, por sua vez, em seis “livros”: 1º a historiografia humanista na Itália (até a contrarreforma), 2º a expansão da historiografia humanista através da Europa e a história política nacional (França, Inglaterra/Escócia, Alemanha, Suíça, Espanha), 3º a historiografia independente do humanismo até o “século das luzes”, 4º a historiografia do racionalismo, 5º a historiografia do romantismo e do liberalismo; 6º a reação realista contra a historiografia romântica e a influência do movimento social.

⁴ *A ideia de história* é dividida em cinco partes: “Historiografia greco-romana”, “A influência do cristianismo”, “O limiar da história científica”, “A história científica” e “Prolegômenos”, esta a que sobreviveu e que permanece como contribuição decisiva incorporada ao patrimônio da teoria.

⁵ Depois das partes conceituais iniciais, que definem grandes campos, problemas básicos e subcampos da filosofia da história e da historiografia, vem a parte 4, sobre escolas clássicas e filósofos da historiografia e da história (capítulos 34 a 50), de Darwin; empirismo lógico e positivismo lógico; filosofia da história judaico-cristã; Vico, Kant, Herder, Hegel, Marx, Croce; fenomenologia, hermenêutica e pós-modernismo. O único ponto fora da curva eurocêntrica é o capítulo 39, “Muslim Philosophy of History”, de Zaid Ahmad.

A história global, em suas formulações mais sofisticadas, não significa contar a história de tudo no mundo todo. Podemos partir do entendimento de que “global” não é o objeto de estudo, qualquer que seja, mas uma ênfase nas conexões, na escala e, acima de tudo, na integração.⁶ Não é difícil imaginar uma história de mercados mundiais ou bolsas de valores numa economia global; uma história de disseminação de tecnologias como o telégrafo, o cabo marítimo ou a internet, conectando diferentes regiões do mundo; uma história de migrações e diásporas de populações sobre o globo; uma história dos hábitos alimentares ou da propagação de doenças mundo afora; uma história da guerra, com batalhas sucedendo simultaneamente em diferentes continentes.

No caso de uma história global da historiografia, no entanto, o desafio particular reside no fato de que, até recentemente, se acreditava que a autoconsciência histórica das sociedades, assim como a história como atividade acadêmica, teria surgido no Ocidente, sendo depois incorporada e interpretada como elemento central de modernização mundo afora, seguindo padrões ocidentais. Esse “ocidentalismo”, se quisermos, ou eurocentrismo, como vimos, está presente em todas as histórias da historiografia desde o século XIX e ao longo do XX. No fim dos anos 1980, alguns teóricos e historiadores da historiografia, como Jörn Rüsen e Georg Iggers, começaram a manifestar a necessidade de superação dessa limitação, a fim de produzir uma história da historiografia transcultural.⁷

Só a partir da primeira década dos anos 2000 é que começam a surgir iniciativas de maior fôlego para uma escrita global da história da historiografia. Uma delas é a série em cinco volumes da *Oxford History of Historical Writing* (2011), editada por Daniel Woolf e Alex Schneider, que procura cobrir a história da escrita histórica em todas as épocas e continentes. Do trabalho de organização dessa obra certamente vieram os subsídios para que um de seus organizadores, Daniel Woolf, publicasse seu volume autoral *Uma história global da história* (2011, 2014). Aqui, uma pergunta que não quer calar: por que o mesmo Woolf, que encabeçou uma obra coletiva imensa, se sentiu obrigado a escrever a própria versão, autoral, do mesmo assunto? Essa questão fica em aberto.

Neste artigo, analiso essa obra autoral de Woolf. Mas, antes dela, examino *A Global History of Modern Historiography* (2008), livro escrito por Georg Iggers e Edward Wang.⁸

⁶ Jeremy Adelman (2017) aponta justamente o começo do fim da história global nesse contexto de “desintegração” mundial e de retorno dos nacionalismos de direita (America first, China first, Brexit etc).

⁷ Por todos, ver a coletânea organizada por Rüsen (2002), em que colaboram Tarif Khalidi, Klaus Müller, P. Burke, Aziz Al-Azmeh, Hartog, Ankersmit, Iggers, Masayuki Sato, Mamadou Diawara, Ying-shih Yü, Romila Thapar, entre outros. Ver também Rüsen (2006).

⁸ Tenho notícia de que há pelo menos uma terceira obra autoral que pretende fazer uma história global da historiografia, de Markus Völkel (2006). Mas a ela não tive acesso.

HISTÓRIAS GLOBAIS DA HISTORIOGRAFIA: OS “CASOS” IGGERS/WANG E WOOLF

O livro de Georg Iggers e Q. Edward Wang, com a participação de Supriya Mukherjee (IGGERS; WANG; MUKHERJEE, 2008),⁹ trouxe uma contribuição sem precedentes para os estudos históricos. Sua análise das linhas de força da historiografia contemporânea é francamente amparada numa abordagem de *global history*, ou seja, de que, desde o advento da modernidade, vivemos numa época de *globalização* e que os modos contemporâneos de escrever história trazem essa marca de nosso tempo. Mais do que isso, defende que esse processo de globalização se caracteriza pela *ocidentalização* dos modos de pensar e produzir história. Sua análise é comparativa, mais do que um mero recitativo ou uma catalogação de historiografias ou autores regionais ou nacionais.

Um acerto estratégico do livro está no método escolhido, que impõe aos autores tratarem a história da historiografia dentro de um período que permita a abordagem global e comparativa desejada; portanto, desde fins do século XVIII – quando as várias tradições historiográficas ocidentais e orientais começam a se conectar – até os dias de hoje. O foco da obra incide nas interações de diversas tradições historiográficas ocidentais e não ocidentais num contexto global. Se, no início do período estudado, as trocas transculturais são poucas, elas se intensificam vertiginosamente a partir do fim do século XIX, no sentido do que os autores entendem como processos (no plural) de *ocidentalização* das historiografias não ocidentais, uma vez que esses processos são múltiplos, diversos, compreendendo desde a difusão dos paradigmas racionalistas e normativos ocidentais no Oriente até suas mais diversas formas de filtragem e resistência cultural (SATO, 2006).

Outro pressuposto importante é o de que os modelos ocidentais de pensamento não são tomados na obra como intrinsecamente positivos ou normativos, e sim contextualizados conforme os diversos momentos e cenários. O “Ocidente”, entendem os autores, não se refere a uma unidade ôntica, mas a algo muito complexo, heterogêneo, a tal ponto marcado por fissuras políticas e intelectuais que melhor seria falar de “influências” ocidentais (no plural), mas nunca de um único Ocidente se irradiando pelo globo.

Outra marca forte da obra é sua sensibilidade para tratar “historiografia” num sentido mais amplo do que meramente o *stock* de obras produzidas pelos historiadores, a produção acadêmica, mas percebendo essa tradição acadêmica dentro de processos mais amplos de constituição de *culturas históricas*. Basta lembrar que toda produção acadêmica desde Ranke, quando a história surgiu como disciplina acadêmica na Alemanha e logo por todo o Ocidente, concebida sobre os ideais da objetividade científica, da neutralidade axiológica, do método crítico, do amparo às fontes – toda essa mesma produção do século XIX foi artilharia letal na guerra de construção dos mitos nacionais. Dentro e fora da Europa. (DOSSE, 2010; HARTOG, 1988; THIESSE, 1999; BONAFUOX; DE COCK; FALAIZE, 2007).

⁹Parte da análise a seguir se compõe da resenha que fiz do livro publicado na *História da historiografia*. Cf. Malerba (2009a).

A consideração do conceito de cultura histórica é um pilar da obra. Evitando se restringirem à análise textual da bibliografia histórica, os autores trabalham com historiadores e seus textos, porém sem descuidar que estes permaneçam imersos em climas de opinião maiores, dentro de culturas originárias, o que leva Iggers e Wang a examinarem, para além dos textos, os cenários institucionais, políticos e intelectuais em que se inserem as diversas historiografias. Por exemplo, a formação das cátedras universitárias e a respectiva profissionalização dos historiadores, o apoio governamental, o peso dos estudos históricos no cenário político mais amplo no momento da construção das nações-estado e seu impacto vertiginoso na opinião pública da classe média, bem como os efeitos da difusão das discussões científicas – como o darwinismo social – no século XIX e no início do XX, foram cuidadosamente levados em conta na análise da escrita histórica do mesmo período.

Para tratar da história da escrita e do pensamento históricos em momento mais recente da era moderna, quando se incrementam os intercâmbios culturais em escala global, o livro se ampara em outro conceito básico, além do de globalização: o de *modernização*.¹⁰ Globalização e modernização não se confundem, embora sejam conceitos indissociáveis. A globalização, como demonstrou Felipe Fernández-Armesto em obra fascinante, é tão velha quanto a humanidade (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2009).¹¹ Mas a modernização a que se referem nossos autores remete à época mais recente, tendo uma primeira fase entre os séculos XVI e XVIII, uma segunda coincidente com a fase dourada do imperialismo europeu no globo e uma terceira posterior à segunda guerra mundial. Cada um desses momentos, de acordo com os autores, impactou de forma decisiva a consciência histórica e o pensamento e a escrita da história.

O corpo da obra foi desenhado para demonstrar como esses processos da história do pensamento histórico e as diversas fases da globalização moderna se entrelaçam, de modo que a meta dos autores é demonstrar os desdobramentos no pensamento e na escrita histórica em seus contextos intelectuais, sociais e econômicos mais amplos, desde o século XVIII até o início do XXI, abordando as interações entre culturas históricas ocidentais e não ocidentais, numa exposição estrategicamente narrativa.

Por limitação de espaço, não tenho como descer a detalhes do livro, capítulo a capítulo. Mas eu diria que, como todo bom estudo historiográfico, análises e conjecturas dos autores dessa *A Global History of Modern Historiography* têm caráter heurístico, apontam para tendências e reclamam novos estudos. Seus grandes diferenciais são, por um lado, a aberta rejeição do eurocentrismo e, por outro, a defesa veemente da investigação racional.

Claro que críticas são possíveis. Numa obra com a envergadura dessa, que busca analisar em chave comparativa a história do pensamento histórico em perspectiva global na época moderna, seriam inevitáveis diferenças de ênfase e profundidade na análise, de modo que lacunas e nuances de abordagem são inevitáveis. Elas ficam evidentes, por exemplo, no tratamento dado à análise da historiografia latino-americana (“Da teoria da dependência aos estudos subalternos”), circunscrita em

¹⁰ Igualmente por outras vertentes de pensamento, entre as quais se destaca a obra de Weber (1977).

¹¹ Para uma abordagem que enfatiza o caráter recente do fenômeno, ver Hobsbawm (2005).

cinco páginas e amparada em oito referências bibliográficas, todas em inglês.¹² Não causará surpresa que especialistas acusem a mesma generalidade no que tange às análises do livro voltadas às tradições historiográficas de outras partes do globo.

O outro livro de história da historiografia com uma perspectiva global que analiso agora, de Daniel Woolf, começa com uma discussão de termos-chave como “história” e “historiografia”. Logo no início, percebe-se que, diferentemente de Iggers e Wang, o negócio de Woolf não é articular escrita da história com contextos mais abrangentes, sejam econômicos, políticos ou culturais. Em vez disso, ele opta por focar estritamente nas representações escritas do passado em forma historiográfica. Sua opção por privilegiar a escrita da história e os autores é, naturalmente, uma decisão legítima. De outra parte, porém, a produção historiográfica não tem um desenvolvimento autônomo, como um espírito absoluto hegeliano, mas se insere em contextos econômicos, políticos e culturais mais amplos.

Ademais, se Woolf privilegia um formato sem dúvida muito importante da relação entre as sociedades e seu passado (a obra historiográfica), acaba negligenciando outros. O problema que vejo nisso é a ênfase demasiada naquelas representações do passado que foram e ainda são centrais aos países ocidentais, diga-se europeus, mas não no mesmo grau de outras sociedades, nas quais a relação com o passado e suas manifestações são não escritas. Woolf, que se especializou no início da historiografia inglesa moderna, é obstinado em se livrar de qualquer sinal de eurocentrismo. Logo na Introdução, seguindo os passos de Dipesh Chakrabarty, ele afirma que seu livro se alinha ao projeto pós-colonial de “provincializar a Europa” (CHAKRABARTY, 2000).¹³ Mas podemos dizer que sua opção metodológica o conduziu-o a uma ratoeira. Embora seja esse viés que ele deseja superar, em relação aos autores que o precederam, seu livro tem uma embocadura essencialmente eurocêntrica.

Woolf organiza o livro em nove capítulos e um breve Epílogo, usando-se de recursos interessantes como linhas do tempo dos trabalhos mais importantes publicados em cada época, pequenos boxes sobre autores e paradigmas. Também não vou me deter nesses capítulos, que abrangem desde a Mesopotâmia, o Egito e a Antiguidade clássica até os dias de hoje. Mas ele inclui interessantes capítulos sobre China, África e Américas (desde o pré-contato), passando pela cristandade ocidental – com paralelos sobre concepções islâmicas de história ou burocratização da história na China, império bizantino, mongol, cruzadas, reconquista ibérica, contexto atlântico moderno, nacionalismo e profissionalização. Em muitos momentos, o autor consegue pintar quadros que transcendem o eurocentrismo e ajudam a compreender como o conhecimento histórico apareceu em diferentes épocas e partes do planeta. Por outro lado, contudo, pode-se dizer que, embora tenham o mérito de convidar a futuras comparações, muitas vezes se tem a impressão de estar diante de histórias paralelas, que não se conectam.

Woolf segue um modelo difusionista para a história moderna e um comparativo para todos os períodos anteriores. Não deixa de ser irônico o fato de ele tentar superar o mito da “singularidade europeia” e, ao mesmo tempo, reconhecer a existência de um período de “Iluminismo eurasiático” (um iluminismo no Oriente). Ou seja, os grandes

¹² Para uma análise recente das tendências majoritárias na historiografia da América Latina desde a década de 1960, cf. Malerba (2009b).

¹³ Na mesma linha de Subrahmanyam (1997), ver Hirschi (2012, p. 867).



movimentos culturais ocidentais são usados como parâmetros para análise de outros processos autônomos, não ocidentais. Ao proceder assim, querendo ou não, Woolf age como um colonizador europeu.

Depois de tratar de Ranke no capítulo VII, parece que a narrativa tem nova recaída eurocêntrica. No capítulo VIII, “Clio’s Empire” (“O Império de Clio”), Woolf argumenta a favor de tal reorientação porque “a cultura histórica europeia [...] atingiu o zênite de sua influência sobre o resto do mundo nos anos entre 1800 e 1945, precisamente na época em que os países que haviam desenvolvido instituições e códigos disciplinares estavam também exercendo influência política e intelectual sobre o resto do globo” (2014, p. 423).¹⁴

Conquanto os colonizadores impusessem o próprio “regime de historicidade” não só nas colônias, mas também em outras áreas do mundo, isso poderia ser entendido, nas palavras de Woolf, como uma “conquista por convite” (*conquest by invitation*), quase como uma anuência, um chamamento dos colonizados para que os realizadores cumprissem sua “missão civilizadora”, sem o qual não seria possível entender por que as historiografias com raízes indígenas aceitavam a mudança para métodos e conceitos “modernos” (ocidentais). Aqui estamos, é claro, num ponto crítico para qualquer história global da historiografia. Várias questões podem ser levantadas.

Assim, pode-se perguntar sobre a relação entre superioridade política, econômica, científica e intelectual. Estamos falando de imperialismo. Além disso, ao comparar historiadores asiáticos ou africanos com acadêmicos europeus e norte-americanos, pode-se também questionar até que ponto as semelhanças nos contextos institucionais e nas línguas implicam práticas e funções sociais idênticas ou mesmo comparáveis, cá e acolá.

O longo século XIX seria o período de uma grande homogeneização na escrita da história ou o momento em que pessoas em lugares muito diferentes descobriram ferramentas aparentemente semelhantes e as usaram para determinados fins, condicionados por sua diferente “posição global”? Uma coisa era escrever a história da nação na França; outra era escrevê-la no Brasil, na Índia, na China ou no Senegal. Claro que esses registros podem ser comparados, entretanto também há que se considerar que cumprem funções diferentes e tratam de e com realidades diferentes. Não se trata só da difusão de um método.

Interessa-me em particular o último capítulo, em que Woolf tenta lidar com a “massificação” da escrita histórica no século XX. Divide-se em pequenas seções que tratam de alguns movimentos mais proeminentes, começando com a crise do historicismo e novas tendências na filosofia da história no período entre guerras, discutindo o movimento dos *Annales* e sua proximidade com a geografia, seguida de uma análise da relação entre a história e as ciências sociais. Em seguida, apresenta nuances da historiografia marxista, questões de gênero, a relação dos povos indígenas com a escrita da história e o papel das abordagens pós-modernas, da história intelectual e da virada linguística. Termina com uma “nova história oral”. Não por acaso Woolf usa

¹⁴ No original: “European historical culture [...] reached the zenith of its influence over the rest of the world in the years between 1800 and 1945, at precisely the time that the countries which had developed disciplinary codes and institutions were also exercising political and intellectual sway over the rest of the globe” (WOOLF, 2011, p. 399).

a metáfora da “Torre de Babel” no título do capítulo, destacando a especialização em curso e até a fragmentação.¹⁵

Olhando para trás, sobretudo nesse capítulo, só podemos concordar com o autor quanto à impressão de uma esmagadora explosão da disciplina em milhares de subdisciplinas. No entanto, o que impressiona aqui é que a história global da história proposta por Woolf gasta apenas algumas palavras sobre a tendência mais recente da escrita da história global, que é a linha teórica mestra de sua própria obra.

Seu livro se baseia em extensas pesquisas a respeito de historiadores e escolas de pensamento historiográfico, enquanto sua composição demonstra a intenção do autor de organizar todo o fractal de informação numa narrativa consistente. Como no caso do livro de Iggers, podem-se levantar questões sobre detalhes. Sem dúvida, trata-se de uma abordagem inteligente e abrangente, que procura mapear o estado da arte acerca da escrita da história em longa duração e em perspectiva global. Como tal, pode ser percebido como parte de uma sensibilidade nova em nossa cultura histórica que poderíamos chamar de “consciência global”. Ao mesmo tempo, o livro traz paradoxos incontornáveis a uma obra que se pretende uma escrita global da história. Além de ser redigida em inglês, as bibliografias que lhe dão suporte também são, em sua maioria, nesse idioma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das duas obras, de Iggers e Wang e Woolf, abriria para incontáveis problematizações técnicas aos especialistas do campo da história da historiografia, mas não é isso que me interessa aqui. Concluo passando por algumas questões de fundo, que podem também interessar aos “historiadores globais”.

Primeiro, cabe a indagação: que objetos, tempos e espaços podem se beneficiar de uma abordagem global? Ou, antes, que objetos, tempos e espaços podem ser abordados em perspectiva global? De outro modo: podemos estudar globalmente um objeto anterior ao advento da globalização? No caso dos livros mencionados, não me parece que Iggers e Wang optaram por escrever uma história global da historiografia *moderna* por mera comodidade. Antes disso, se não há dúvida de que existia “historiografia”, já não é tão seguro sustentar que o mundo fosse uma aldeia global.

Não será fortuito, no mesmo sentido, que o livro de Woolf, o qual pretende abranger todo o globo em todas as épocas, use uma abordagem diferenciada, valendo-se da comparação para o período anterior à modernidade, e um “método difusionista”, que acompanha a difusão da racionalidade científica do método crítico a partir da Europa para todo o mundo nos dois últimos séculos.

Outras questões que poderíamos levantar têm menos a ver com a composição e o conteúdo desses livros em particular do que com as histórias globais em geral. Um problema é a narrativa, ou a falta dela. As histórias globais pós-hegelianas, mesmo que bem-estruturadas, como as de Woolf, inevitavelmente lidam com material muito abundante, díspar e complexo demais para suportar um argumento coerente, que não dão conta de narrar e expor uma história compreensível com começo meio e fim.

¹⁵ A precisa análise contida na resenha à obra de Woolf feita por Middell (2013).

Escrever um livro que é mais do que a soma de suas partes não é uma tarefa fácil, e a história global de qualquer tema/objeto terá de enfrentar essa dificuldade.

Outro problema específico de histórias globais escritas por um único autor, por mais brilhante que seja, diz respeito à *expertise* acadêmica e, portanto, à credibilidade autoral. Todos os autores de histórias globais entram no campo como especialistas de uma pequena parte desse vasto campo e não poderão jamais ter a ambição de ser entendedores de tudo o que estão escrevendo. Iggers era um experto em historiografia alemã e contemporânea; Wang, em historiografia chinesa do século XIX; Woolf, em história intelectual francesa moderna.

Fora de seus campos, é inevitável terem de se fiar a uma literatura de segunda mão. Não existe algo como “fonte primária” de história global. “Especialista em história global” é, nesse sentido, uma contradição em termos. Isso ficou claro na história de Iggers, que recorreu a Juan Maignushca e a mim para revisarmos seu capítulo sobre América Latina na segunda edição do seu livro.

Por fim, pego carona num texto provocativo de Jeremy Adelman (2017), a fim de levantar o problema de que todas as narrativas são seletivas, moldadas tanto pelo que excluem quanto pelo que incluem. Apesar dos mantras da integração e da inclusão em escala planetária, a história global não conseguiu evitar sua própria segregação – começando pela linguagem, questão sublinhada no caso do livro de Woolf. Adelman argumenta, com ironia, como os historiadores que trabalham com temas além-fronteiras nacionais acabaram criando novos muros. Na busca pela coesão acadêmica, o inglês se tornou “globalês” (*Globish*).

A história global não seria possível sem a globalização da língua inglesa. Este é um dos paradoxos da história global: o fato de o impulso para superar o eurocentrismo contribuir para o anglicismo das vidas intelectuais ao redor do mundo. Como o inglês virou o globalês, tornou-se menos urgente aprender línguas estrangeiras – chave indispensável para nos conectarmos com outras pessoas. No caso de alguém que se proponha a fazer uma história global da historiografia, conhecer as línguas seria um pressuposto básico para trabalhar não só os autores analisados, mas também para ir além da bibliografia de língua nacional desses mesmos autores.

Por outro lado, apesar do advento da história global, a história acadêmica, em qualquer país, tem uma orientação eminentemente nacional. Adelman apresenta números que seriam facilmente replicáveis para o caso brasileiro – nós, que temos uma historiografia ainda majoritariamente nacionalista, no que respeita à abordagem e a campos de investigação.

O que devemos fazer em relação a tudo isso? Em primeiro lugar, como provoca Adelman, as grandes esperanças por narrativas cosmopolitas sobre “encontros” entre *Westners* e *Restners* levaram a algumas trocas de sentido único sobre a forma do global. Não é difícil argumentar que a história global é mais uma invenção eurocêntrica para integrar o “outro” numa narrativa cosmopolita em nossos próprios termos. Estamos aqui, mais uma vez, discutindo a pauta ditada em Nova York, Londres ou Paris. No mesmo sentido, até certo ponto, a história global soa como a oficial do mundo de mercado globalizado, que enfatiza a narração de histórias sem fronteiras sobre a de uma suposta “aldeia global”, de modo a dar à globalização uma face mais humanizada.¹⁶

¹⁶ Esse argumento é todo de Adelman (2017).

A história global apresenta grandes desafios. Mais que método, exige uma atitude mais cosmopolita, global,¹⁷ em que se considere, por exemplo, a necessidade de aprender outros idiomas e formas de contar a história. Como podemos aspirar a isso quando lembramos que, num país de dimensões continentais como o Brasil, nem as variações regionais da língua portuguesa é bem aceita?

Por fim, a história global surgiu como um sustentáculo intelectual de uma visão de mundo ocidental pós-muro de Berlim confiante na integração, na conexão, na mobilidade e na união. Mas hoje, numa era de ascensão de discursos hipernacionalistas à la Trump/Bolsonaro/Erdogan/Salvini/Marine Le Pen/Geer Wilders, de crescimento da xenofobia, do ódio, do retorno dos nacionalismos, do conservadorismo, do protecionismo e de aquecimento planetário, parece que o idílio de uma cidadania global foi por água abaixo. As histórias que pretendam esse alcance global não podem prescindir de abordar o lado negro da força, a desintegração, a opressão, a exploração e a resistência em escala global.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Jeremy. What is global history now? *Aeon*, 2 March, 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em: 10 maio 2018.

ARMITAGE, David; JACOBS, Jaap; VAN ITTERSUM, Martine. Are We All Global Historians Now? An Interview with David Armitage. *Itinerario*, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 7-28, 2012.

BARNES, Harry Elmer. *History: Its rise and development. A survey of the progress of historical writing from its origins to the present day*. New York: Encyclopedia Americana, 1922.

BERG, Maxine. *Writing the History of the Global: Challenges for the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BONAFoux, Corinne; DE COCK, Laurence; FALAIZE, Benoît. *Mémoires et histoire à l'Ecole de la République*. Paris: Armand Colin, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Presença, s/d.

¹⁷ Me aproprio aqui da proposta apresentada por Glen Goodman em sua fala no II Encontro Internacional de práticas urbanas: História Urbana e global: novas tendências e abordagens, ocorrido na UECE, em Fortaleza no dia 15 de maio de 2018.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. *In: MALERBA, Jurandir (org.) Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX.* Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 15-31.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Os desbravadores: uma história mundial da exploração da Terra.* Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEUTER, Edward. *Histoire de L'Historiographie Moderne.* Paris: Félix Alcan, 1915.

FLINT, Robert. *History of the Philosophy of History.* Edinburgh: William Blackwood & Sons, 1893.

GEYER, Michel; BRIGHT, Charles. World History in a Global Age. *The American Historical Review*, Washington, v. 100, n. 4, p. 1034-1060, Oct. 1995.

GOOCH, G. P. *History and Historians in the Nineteenth Century.* 2 ed. New York: Longmans, Green and Co., 1913.

HARTOG, François. *Le XIX siècle et l'histoire: le cas Fustel de Coulanges.* Paris: PUF, 1988

HIRSCHI, Caspar. Republicans of Letters, Memory Politicians, Global Colonialists: Historians in Recent Histories of Historiographies. *The Historical Journal*, Cambridge, v. 55, n. 3, p. 857-881, 2012.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. *A Global History of Modern Historiography.* London: Pearson-Longman, 2008.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. L'histoire immobile. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, Paris, p. 673-692, 1974.

MALERBA, Jurandir. Historiografia moderna em perspectiva global. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 167-173, 2009a.

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 30-49, abr. 2015.

MIDDELL, Matthias. From Professionalisation to Global Ambitions: the History of History Writing at the Beginning of the Twenty-First Century. *International Journal for History, Culture and Modernity*, Amsterdam, v. 1, n. 1, p. 87-99, 2013.

O'BRIEN, Patrick. Historical traditions and modern imperatives for the restoration of global history, *Journal of global history*, Cambridge, v. 1, p. 3-39, 2006.

RÜSEN, Jörn. História comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-138.

RÜSEN, Jörn. *Western Historical Thinking: An Intercultural Debate*. New York: Berghahn Books, 2002.

SANTOS, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso, *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, 2017.

SATO, Masayuki. História normativa e história cognitiva. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 157-174.

SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (ed.). *The Oxford Dictionary of Historical Writing*. Vol. V: Historical writing since 1945. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SCHULZE, Frederil; FISCHER, Georg. Brazilian History as Global History. *Bulletin of Latin American Research*, Oxford, p. 1-15, 2018.

SHOTWELL, James T. *An Introduction to the History of History*. New York: Columbia University Press, 1936.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-776, Jul. 1997. Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800.

THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.

TUCKER, Aviezer (ed.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Oxford: Blackwell, 2009.

VÖLKEL, Markus. *Geschichtsschreibung: Eine Einführung in globaler Perspektive*. Köln: Böhlau, 2006.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: teoría de la organización social*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1977. (3ª reimpressão).

WOOLF, Daniel. *A Global History of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WOOLF, Daniel. *Uma história global da história*. Petrópolis: Vozes, 2014.



NOTAS

AUTORIA

Jurandir Malerba: Doutor. Professor titular, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UFRGS/IFCH, Departamento de História, Av. Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, 91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Trata-se do substrato da conferência proferida no II Encontro Internacional de Práticas Urbanas: história urbana e global – novas tendências e abordagens, ocorrido na Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza, em 15 de maio de 2018. Uma versão prévia desse texto foi publicada como capítulo do livro *História urbana e global*, organizado por Erick Assis de Araújo e João Júlio Gomes dos Santos Júnior e lançado pela editora da Universidade Estadual do Ceará, em 2018.

AGRADECIMENTOS

Na pessoa dos organizadores João Júlio Gomes dos Santos e Éric Araújo, agradeço a todos os participantes do II Encontro Internacional de Práticas Urbanas: história urbana e global – novas tendências e abordagens (Uece, Fortaleza, 2018), pelas ricas discussões.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de maio de 2019

Aprovado em: 23 de julho de 2019


Como citar: MALERBA, Jurandir. História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível? *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 457-472, set./dez. 2019.



OUTRA HISTÓRIA GLOBAL É POSSÍVEL? DESOCIDENTALIZANDO A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA ANTIGA

Another Global History? De-Westernizing the History of Historiography
and Ancient History

Uiran Gebara da Silva^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9547-334X>
E-mail: uirangs@hotmail.com

^a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História,
Pernambuco, PE, Brasil

DEBATE
História da historiografia em perspectiva global

RESUMO

Este artigo traz, em sua primeira parte, uma reflexão sobre a problematização da história global como uma novidade historiográfica feita por Jurandir Malerba ao analisar seu impacto na área da história da historiografia. Ainda nessa parte, o artigo busca ressaltar a centralidade da crítica ao eurocentrismo e do impulso de desocidentalização na história global recente. Na segunda parte, com base numa comparação com os impactos da história global na História Antiga, reflito sobre os quatro pontos críticos apresentados por Malerba em suas considerações finais: o fato de objetos históricos poderem se beneficiar de uma abordagem global; a coerência narrativa e argumentativa possível aos tais objetos; os limites da *expertise* acadêmica para uma história global; a obsolescência prematura da história global. Na conclusão, afirma-se a singularidade da crítica desocidentalizadora na nova história global e a necessidade de os intelectuais do Sul global articularem suas histórias globais alternativas às dos intelectuais do Norte global.

PALAVRAS-CHAVE

História Global. História Antiga. Desocidentalização.

ABSTRACT

This article brings, firstly, a reflection on the problematization of Global History as a historiographical novelty posed by Jurandir Malerba in his analysis of its impact in the field of History of Historiography. Also on this subject, the article underlines the importance of the critique to eurocentrism and the impulse towards the de-Westernization of recent Global History. The second part of this article is based on a comparison of the impact of Global History on Ancient History, where I address the four critical points presented by Malerba in his final remarks: the advantages of performing a global analysis in historical objects; the narrative and argumentative coherence possible for such objects; the limits of academic expertise in respect to Global History and the premature obsolescence of Global History. The conclusion states the particularities of the de-westernizing critique in the new Global History and the need for Global south historians to articulate their global histories as an alternative to the ones created by global north scholars.

KEYWORDS

Global History, Ancient History. De-Westernization.

Em seu artigo “História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível?”, Jurandir Malerba (2019) propõe abordar a consolidação da história global como uma modalidade historiográfica. O objeto imediato do artigo é o que poderíamos chamar de uma “história global da história da historiografia”, um objeto problematizado por meio da reflexão sobre dificuldades, desafios e potencialidades que seriam resultado da aplicação da história global à história da historiografia. Minha intenção neste artigo é dialogar com a reflexão feita por Malerba sobre a escrita de uma história global da história da historiografia e, segundo os impactos da nova história global no campo da História Antiga, pensar os limites e as potencialidades dessa abordagem.

Na primeira parte, partindo da leitura do texto de Malerba, reflito sobre a classificação da história global como uma novidade historiográfica e busco enfatizar que o que há de novo é a centralidade da crítica ao eurocentrismo e do impulso de desocidentalização na história global recente. Na segunda parte, baseando-me nos quatro pontos críticos apresentados por Jurandir Malerba em suas considerações finais, analiso os impactos da história global na História Antiga e como isso se relaciona com o processo de provincialização da história europeia.

O ponto de partida do texto de Malerba é a problematização da abordagem chamada história global. O caminho escolhido, porém, gera algumas “ratoeiras argumentativas” para o próprio autor. O texto se inicia com riscos de não levar a sério o próprio objeto, ao delinear o desenvolvimento dessa perspectiva, entre o fim da década de 1990 e o início do século XXI, dentro de uma armação narrativa que a enquadra numa sequência de “modas historiográficas”.

Aqui é forçoso reconhecer que essa abordagem dentro da história talvez seja uma das poucas “modas” que de fato merecesse o adjetivo “nova”. Essa “nova história global” é nova porque sempre houve histórias globais (mundiais ou universais). Mesmo sob o regime de uma historicidade moderna que fragmenta a narrativa e o enfoque com o enquadramento sob as histórias nacionais, algum tipo de história mundial, eurocêntrica e ocidentalizante esteve sempre pressuposta (CROSSLEY, 2008; FILLAFER, 2017).

Ao longo dos séculos XIX e XX, muitas histórias do mundo generalizantes e eurocêntricas, ao serem escritas, transformaram esse pressuposto em algo explícito (JONES, 1981; MCNEILL, 1963; SPENGLER, 1964; TOYNBEE, 1986; WELLS, 1939). É bastante importante reconhecer que, apesar de recorrer no início ao lugar-comum das “modas historiográficas”, logo Malerba oferece ao leitor uma descrição dessa abordagem que faz jus ao olhar não eurocêntrico e desocidentalizante que a atual história global tem como ponto de partida.

Como sua estratégia de reflexão e lógica de argumentação visam abordar a consolidação da história global não em termos genéricos, mas partindo dos impactos dessa abordagem sobre um campo bem específico, é com base nos efeitos sobre o campo da história da historiografia que ele constrói a análise. Essa opção de delimitação do problema a ser analisado num terreno conhecido é de fato bem-vinda. Continuando com metáforas militares, a melhor forma de lidar com uma nova modalidade historiográfica em momento de expansão, conquista e consolidação de territórios no campo historiográfico é fazendo uma reflexão sobre seus potenciais e limites dentro de uma área específica em tal campo em processo de conquista.

Ao refletir acerca do impacto inicial da nova história global sobre a história da historiografia, é muito significativo que Malerba revele que aquele olhar não eurocêntrico

só aparece no fim do século XX, uma vez que, durante muito tempo, foram justamente as obras canônicas da historiografia do XIX e do XX e, paralelamente, a história da historiografia produzida então que desenvolveram e elaboraram justificativas ideológicas para o eurocentrismo e o nacionalismo que ainda se associa à história como disciplina.¹

Como o autor nos mostra, se é internamente ao campo da história da historiografia que a desconstrução dessas justificativas se inicia, com um movimento na direção do comparativismo transcultural, essa caminhada em direção a uma perspectiva global ganha impulso com o ingresso de autores não ocidentais que começaram a integrar o campo.

Outro elemento importante para essa reflexão diz respeito ao método da história global. Global não designa apenas o olhar abrangente, mas a percepção de articulações que transcendem recortes espaciais locais, nacionais e regionais. Ou seja, a história global não é só a escrita de uma narrativa global sobre tudo no globo desde o começo dos tempos, e sim o estudo daquelas articulações em nível inter-regional, macrorregional ou global, que devem ser pertinentes para o estudo de um fenômeno histórico específico. Como observa Malerba (2019, p. 462):

A história global, em suas formulações mais sofisticadas, não significa contar a história de tudo no mundo todo. Podemos partir do entendimento de que “global” não é o objeto de estudo, qualquer que seja, mas uma ênfase nas conexões, na escala e, acima de tudo, na integração. Não é difícil imaginar uma história de mercados mundiais ou bolsas de valores numa economia global; uma história de disseminação de tecnologias como o telégrafo, o cabo marítimo ou a internet, conectando diferentes regiões do mundo; uma história de migrações e diásporas de populações sobre o globo; uma história dos hábitos alimentares ou da propagação de doenças mundo afora; uma história da guerra, com batalhas sucedendo simultaneamente em diferentes continentes.

Assim, embora haja exceções que tendam a resgatar a velha história mundial, com frequência os objetivos dessa história global não são somente a escrita de uma história do mundo como totalidade, mas a aproximação gradual dessa totalidade por meio de narrativas-problema e da observação de fenômenos históricos globais, ou de fenômenos locais vistos sob uma perspectiva global. É por isso que a história global se desenvolveu junto com a exploração dentro da pesquisa histórica de um conjunto de conceitos e metodologias que dialogam com esse tipo de objeto: conectividade, integração, movimento entre fronteiras, contatos, redes, comparativismo etc. (CONRAD, 2016).

A segunda parte do texto de Malerba, que enfoca a análise nos sucessos e nos insucessos de duas obras recentes, é bastante ilustrativa dos dilemas acima descritos. Na primeira obra, de Iggers, Wang e Mukherjee, a pluralidade de perspectivas e a preocupação em situar o pensamento historiográfico em culturas históricas e em processos sociais localizados no tempo e no espaço, vistos sob a óptica das

¹ Em particular na obra de Leopold von Ranke, cf. Chesneaux (1995) e Filafer (2017).

noções associadas de globalização e modernização, resulta numa perspectiva que problematiza a normatividade dos modelos ocidentais para uma história global da história da historiografia, ao mesmo tempo que propõe um modelo baseado na integração de tradições historiográficas.

Já a segunda obra analisada, de Woolf, apresentaria mais dificuldades e, portanto, mais pontos sobre os quais problematizar uma história global da história da historiografia. Aqui, a preocupação com o foco na escrita autoral e nas obras como contribuições autônomas resulta em contradições entre os pressupostos teóricos enunciados inicialmente, de provincianização da Europa, e os modelos de análise de fato empregados: um comparativista para as obras historiográficas anteriores ao século XIX – correspondendo à concepção de histórias paralelas das civilizações até o Iluminismo – e um difusionista, que reproduz uma normatividade ocidentalista para as obras posteriores a esse recorte.

É significativo que nessa segunda obra e em sua conclusão, com a ideia de fragmentação das abordagens historiográficas alimentada por uma assim chamada “massificação”, esteja a chave para a produção daquela sensação exasperante de “modas historiográficas” com a qual Malerba começa o artigo. Tal sensação é resultado do modo de produção historiográfica correspondente à cultura do capitalismo tardio (JAMESON, 1996), com o trabalho dos historiadores sendo determinado, por um lado, pela ultraespecialização e pela intensificação de um diálogo internacionalizado – embora ainda tendo o Norte global como seu centro – e, por outro, pela fragmentação e pela conformação às correntes teóricas temporariamente vigentes.

Como historiador cuja especialidade não é história da historiografia, e sim História Antiga, posso dizer que a reflexão sobre limites e potencialidades da história da historiografia em perspectiva global apresentada por Malerba é também pertinente para minha própria área de especialização. Digo isso não só no que diz respeito às dificuldades que uma história global da história da historiografia enfrenta ao lidar com a historiografia da Antiguidade, que durante muito tempo foi tomada como origem mítica da “historiografia do Ocidente”. Digo isso também no que concerne ao modo como seus questionamentos ressoam com os dilemas da aplicação dessa história global à investigação histórica propriamente dita sobre as sociedades da Antiguidade oriental e mediterrânea.

DESOCIDENTALIZANDO A HISTÓRIA ANTIGA

Gostaria agora, encaminhando-me para a segunda parte deste artigo, de traçar algumas considerações formuladas com base em meu próprio lugar disciplinar, tomando como eixo argumentativo os quatro elementos que Malerba elencou nas considerações finais de seu texto.

Os impactos da história global no campo de estudos da Antiguidade foram sentidos inicialmente de maneira indireta, mas depois se desdobraram em inúmeras direções. A História Antiga, até os anos 1980, podia ser seguramente considerada parte de uma história europeia, e o desenvolvimento de espaços de crítica possível a essa hermenêutica identitária sem mediações se dava apenas em áreas marginais do estudo da Antiguidade.

Tal é o caso de *The World of Late Antiquity*, de Peter Brown, que serve de marco inaugural para o desenvolvimento da área da Antiguidade tardia, obra que



estabelece uma perspectiva de continuidade social e cultural não somente em termos temporais, entre os séculos III e VIII d.C., mas também em termos espaciais, com um mundo tardo-antigo que engloba da Irlanda às fronteiras da Pérsia com a Índia. Uma contribuição central da obra de Brown foi o enraizamento espacial da sua narrativa no corredor de sociedades formado pelo Mediterrâneo e pelo Planalto Iraniano (BROWN, 1971).

É difícil, dos anos 1970 até o início dos anos 2000, encontrar algo semelhante para os períodos considerados clássicos, a Grécia entre os séculos VI e IV a.C. ou o Império Romano – ele mesmo um mundo em si – em seu apogeu. Esse mundo greco-romano, como definido por Moses I. Finley (1983, 1999), se localizava no Mediterrâneo, mas era culturalmente definido com base num sistema de cidades-estados gregos e romanos considerados distintos dos vizinhos orientais e africanos – um sistema social excepcional cujos legados culturais, políticos e econômicos seriam herdados quase exclusivamente pela Europa.

O impacto gradual da crítica pós-colonial de fora, por meio das obras de Edward Said (2007) e Martin Bernal (1987, 2001), e de dentro, por meio dos trabalhos de David Mattingly, Susan Alcock (1997), C. R. Whittaker (1997), Jane Webster (2001), Partick Le Roux (2004), Richard Hingley (2010), Glen Bowersock (1994), entre outros, foi aos poucos desconstruindo aquela identificação primária com a narrativa do colonizador e habilitando investigações em escalas e recortes menores, nesse momento influenciadas pela história cultural dos anos 1980 e 1990.

Esse conjunto de trabalhos resulta no questionamento da identificação naturalizada dessa Antiguidade “greco-romana” com a Europa e o Ocidente. Faltava, então, apenas um movimento em direção à formulação de outros enquadramentos espaciais e temporais, que operassem tal distanciamento nas maneiras de organização e conformação dos recortes documentais e de unidades de análise. Isso se dá no princípio do século XXI, com o aparecimento de um conjunto de estudos que vai repensar o enquadramento espacial mediterrânico, assim como a duração e a temporalidade dessa Antiguidade (HARRIS, 2005; HORDEN; PURCELL, 2000; VLASSOPOULOS, 2007; WICKHAM, 2005).

Começarei pelo primeiro ponto indicado por Malerba: a reflexão sobre quais objetos históricos podem se beneficiar de uma abordagem global. O autor questiona se é possível investigar objetos globais anteriores à globalização. Mas eu me pergunto: qual globalização? Em paralelo ao desenvolvimento dessa história global, em diferentes recortes historiográficos surgiram tentativas de demonstrar a possível existência de outras globalizações, anteriores, alternativas, e a área da História Antiga não ficou imune a tais indagações.

Em verdade, já há uma razoável quantidade de estudos que exploram a possibilidade de pensar o Mediterrâneo antigo como uma das primeiras experiências de globalização (BROODBANK, 2013, 2014; GUARINELLO, 2013; HORDEN; KINOSHITA, 2014; PITTS; VERSLUYS, 2015; VLASSOPOULOS, 2013). Dentro desse contexto, podem-se pensar experimentos com objetos discretos de análise que permitam uma análise global, como é o caso do incenso ou da seda, ou verdadeiras reflexões sobre micro ou miniglobalizações na Antiguidade.

No primeiro caso, deve-se querer saber se existe um tipo de investigação historiográfica global que permite que o trabalho do historiador não seja só a compilação do trabalho de outros, e sim investigações diretas da documentação *em perspectiva global*. Já o segundo caso, mais generalizante e dificilmente realizável sem o apoio de

literatura de segunda mão, é o que permite problematizar o esquema linear das eras da história universal eurocêntrica e propor novas temporalidades e espacialidades, ao buscar novos enquadramentos narrativos e descritivos, propondo unidades de análise alternativas baseadas em amplos sistemas de conexões e interações afroeurasianas.²

Especificamente na área da Antiguidade tardia, há uma importante exceção no que diz respeito ao estudo direto das fontes. O *magnum opus* de Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages*, consegue se apoiar no estudo direto da documentação escrita e arqueológica e, ao mesmo tempo, na leitura de (quase) toda a literatura crítica disponível. Aqui é exatamente a impossibilidade linguística de lidar diretamente com material persa que impôs a Wickham o limite do seu recorte a “apenas” a Europa, o norte da África e o Oriente Próximo (2005).

De todo modo, o que Malerba aponta é uma não coincidência entre objetos globais no passado e histórias globais. Nem toda investigação em história global lida com totalidades sociais globais ou globalizantes; algumas delas lidam com fenômenos históricos específicos com potencial de “mundialização” – mesmo que esse mundo seja um diminuto *orbis terrarum* romano integrado ao *eransahr* persa (HUMPFRIES, 2017).

Outras investigações são de fato experimentos de enquadramento temporal e espacial com unidades sociais globalizantes e que têm ajudado a desconstruir, no contexto da História Antiga, as forminhas epocais recebidas da tradição de historiografia europeia oitocentista (GUARINELLO 2003; 2013).

Isso se conecta com o segundo elemento crítico apontado por Malerba: o problema da coerência narrativa e argumentativa possível para objetos globais. Um argumento puramente descritivo e analítico, contudo, é mais fácil de alcançar nesses casos. Todavia, uma argumentação que lide com os processos e as transformações, que se entrelace com a narrativa global, não muito. Tanto no primeiro caso, o de objetos discretos globais, quanto no segundo, o de visões históricas globalizantes, o historiador global lida de fato com objetos amplamente complexos, mas o desafio aqui é como articular narrativa, temporalidades e espacialidades coerentes e que ao mesmo tempo se libertem do núcleo narrativo baseado na ideia de uma Europa fagocitária, na temporalidade linear e evolucionista, e na espacialidade imperialista.

O problema não é o tamanho dos objetos, mas nossos hábitos mentais ainda acostumados (ou acorrentados) a pensar a narrativa histórica unificada nos termos postos por Leopold von Ranke no início do século XIX e ainda reproduzidos por Finley nos anos 1970. Um exemplo de experimento narrativo e argumentativo no campo da Antiguidade que considero bem-sucedido é o estudo de Nicholas Purcell, que, partindo de um objeto de análise global, o incenso, joga com mudanças de escalas e integra procedimentos tanto da história global quanto da micro-história, de forma a apresentar conexões, integrações e crises em torno do fluxo comercial e cultural associado a esse objeto, articulando variações no recorte espacial e na temporalidade

² Genaro Ascione (2016) desenvolve muito bem as razões de ter em conta a centralidade e a urgência de associar o debate sobre os recortes espaciais e temporais da história global com uma reflexão sobre as unidades de análise, especificamente no sentido de impedir que o eurocentrismo se reinstale. O artigo de Ascione pode muito bem ser articulado às sugestões, um tanto heterogêneas, que aparecem na importante reflexão sobre a espacialização da investigação histórica (e sua interação com múltiplas escalas) e seu impacto sobre unidades de análise propostas por Belich, Darwin, Frenz e Wickham (2016).

da circulação da Antiguidade à Idade Média, sem nunca perder de vista a dimensão narrativa desses processos (PURCELL, 2016).

O terceiro ponto, a escrita de uma obra de história global feita por um único autor e os limites da *expertise* acadêmica, apresenta de fato um grande desafio. Aqui, acredito que haja uma importante diferença entre estudos de objetos globais e prospecções globalizantes. Nos primeiros, há casos efetivamente existentes de trabalhos de pesquisa baseados em arquivos e documentação de diversas partes do globo, mas ainda assim autorais (SUBRAHMANYAM, 1997). Para as prospecções globalizantes, as dificuldades apontadas por Malerba são precisas. Nem tanto porque ninguém pode ser especialista de tudo, e sim, novamente, porque os velhos hábitos demoram a morrer.

A especialização é uma condição fundamental da maneira como se pratica a ciência no mundo moderno, porém não é exatamente essa a adversidade. O problema está na nossa enorme dificuldade em pensar o trabalho de investigação histórica em termos intra e interdisciplinares. Uma construção desse porte deve necessariamente ser coletiva, mesmo que realizada em termos autorais e reconhecendo a corveia não tão anônima dos contemporâneos de tal autor.

Levando em consideração o segundo e o terceiro elementos críticos apontados por Malerba, o melhor exemplo das potencialidades desse tipo de empreendimento historiográfico no campo da história antiga, mesmo quando autorial, é exatamente a obra responsável pelo impulso a uma história global da Antiguidade: *The Corrupting Sea*, de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (HORDEN; PURCELL, 2000). Ao levar a sério a produção de uma história ecológica e social do Mar Mediterrâneo, e tomando como ponto de partida a realização de uma série de seminários interdisciplinares com inúmeros colegas, os autores problematizaram a naturalização historiográfica da Antiguidade e da Idade Média como “origens da Europa ou do Ocidente”, oferecendo, assim, a primeira organização narrativa da história das sociedades naquela região em termos de seus processos cíclicos de conexão e integração, fragmentação e crises. É ao mesmo tempo uma visão autoral e inter e intradisciplinar.

O quarto elemento crítico, habilitado pela leitura do artigo de Jeremy Adelman na *Aeon* (2017), trata especificamente dos limites da moda da história global. Aliás, para nós, historiadores brasileiros na segunda década do século XXI, é perturbador ler um texto como o de Adelman pregando o desaparecimento de uma “moda” que acabou de começar a influenciar os trabalhos por aqui.³ De toda forma, os problemas apontados por Adelman são reais e pertinentes. Peço licença aqui para me apropriar de ideias de Gayatri Spivak (2010, p. 47-76), pois o problema da língua inglesa como globalês é também consequência da permanência de formas colonialistas de produção historiográfica, de uma violência epistemológica geopolítica, em que a língua inglesa é o sujeito oculto.

Dentro dessa geopolítica intelectual, na qual o Norte global serve de campo seguro para a reflexão, a produção intelectual realizada no escopo da história global

³ Aqui cabe uma consideração importante sobre a recepção brasileira da história global. A despeito do que afirmam Marquese e Pimenta (2015), penso que a maioria das tradições historiográficas latino-americanas das quais eles tratam, por mais emancipatórias que sejam as perspectivas por elas desenvolvidas, funciona num registro eurocêntrico e, portanto, tem diferenças importantes em relação à atual modalidade de história global.

tendeu a favorecer os processos de conexão, contato e integração; a focalizar a criação de redes e de espaços cosmopolitas de trocas e inclusões culturais, sob a égide daquele sujeito oculto; a subvalorizar as formações de fronteiras, de interrupções de contato e desarticulações de redes; e a ignorar crises e processos de desintegração social.

No que diz respeito ao quarto elemento crítico, *The Corrupting Sea*, é bastante criticável, enquanto *Framing the Early Middle Ages* consegue incluir essa dimensão de maneira muito coerente. O primeiro, ao colocar como pressuposto social e natural da sua análise a fragmentação geográfica, ecológica e social do Mediterrâneo – enfatizando a indistinção na longa duração entre campo e cidade o descentramento das relações de poder e a efemeridade das instituições, construindo uma narrativa baseada em fluxos e conexões transitórias, com intensificações e decréscimos de exploração do trabalho e riquezas –, apresenta uma narrativa na qual a organização política e a intencionalidade dos sujeitos históricos desaparece sob essas estruturas fragmentadas e voláteis. Com base nesse olhar, a agência humana desaparece, e o sofrimento e a opressão dos processos de integração e drama social das desintegrações ficam difíceis de ser compreendidos.

O segundo, ao buscar delinear as estruturas de poder político – os padrões de concentração urbana e dispersão rural, as formações de classe e diferenciação social, assim como as formas de produção e reprodução social, circulação e conflitos dali resultantes, sem nunca perder de vista a transitoriedade e a fluidez desses processos –, enfatiza a necessidade de observar todos esses níveis com o entrecruzamento e o desenlace de múltiplas histórias e linhas de desenvolvimento. O Império Romano é pensado como uma experiência de integração suprarregional, e a história subsequente do Mediterrâneo, como a narrativa de regionalizações da economia, da política e da cultura. Se o Império Romano articula politicamente múltiplas histórias provincianas, o Mediterrâneo pós-romano é o desenlace e o reencontro dessas várias histórias regionais e locais em outros quadros de poder, de cultura e de organização econômica, assim como de agência das classes subalternas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário concordar com Malerba quando afirma que “não é difícil argumentar que a história global é mais uma invenção eurocêntrica para integrar o ‘outro’ numa narrativa cosmopolita em nossos próprios termos”. Eu só alteraria esse “nossos” por um “seus”, pois acho que a historiografia brasileira não é uma parte imediata desse sujeito eurocêntrico, mas no máximo uma historiografia agregada, secundária, desse sujeito historiográfico eurocêntrico, só verdadeiramente respeitada quando trata da história do seu enquadramento nacional-provinciano. Da mesma forma, em certos momentos, a história global realmente “soa como a oficial do mundo de mercado globalizado, que enfatiza a narração de histórias sem fronteiras sobre a de uma suposta “aldeia global”, de modo a dar à globalização uma face mais humanizada” (MALERBA, 2019, p. 468).

Ainda assim, nada disso é novidade para quem acompanha o debate conceitual sobre a globalização desde os anos 1990. Os dilemas da história global são os próprios dilemas da globalização do fim do século XX. Os possíveis problemas de uma história global eufórica são os mesmos da globalização eufórica (CHESNAIS, 1996; IANNI, 2007). As duas soluções sugeridas ao fim do artigo são imprescindíveis.



É preciso que se busquem, em primeiro lugar, um verdadeiro cosmopolitismo historiográfico e uma abertura cultural que abranja mais línguas e linguagens, bem como mais formas narrativas. Em segundo lugar, também é necessário que se inclua na problemática, na observação empírica, na argumentação e, por fim, na narrativa dessas histórias globais o que Malerba chama de lado negro da força: "a desintegração, a opressão, a exploração e a resistência" (2019, p. 469). Consequentemente, é importante que essa história global seja interdisciplinar e que sua produção e elaboração busquem quebrar a divisão internacional do trabalho historiográfico. Mas o primeiro passo nessa direção, um passo no nível dos pressupostos teóricos, está dado: ao manter o foco na desconstrução do eurocentrismo e do ocidentalismo, essa história global, mesmo com seus passos para o lado e recuos, opera um importante trabalho de emancipação da narrativa histórica.

Trata-se de entender como as narrativas eurocêntricas sobre o aparecimento do capitalismo, da modernidade e da globalização recente suprimiram e reinventaram à sua imagem as histórias do resto do mundo (CHAKRABARTY, 2000). Trata-se também, a partir de agora, de caminhar na direção de repensar a história do mundo nos termos da sua pluralidade de histórias, incorporando experiências com a temporalidade e a espacialidade. Ou, parafraseando um importante mote crítico da globalização, tornado célebre ao longo do início do século XXI: outra história global é possível.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, J. Is global history still possible, or has it had its moment? *Aeon*, 02 March, 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ASCIONE, G. Decolonizing the 'Global': The Coloniality of Method and the Problem of the Unit of Analysis. *Cultural Sociology*, Durham, v. 10, n. 3, p. 1-18, 2016.

BELICH, J. *et al.* Introduction: The Prospect of Global History. *In: BELICH, J. et al. The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 3-22.

BERNAL, M. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. New Brunswick: Rutgers, 1987.

BERNAL, M. *Black Athena Writes Back: Martin Bernal Responds to His Critics*. Urham & London: Duke University Press, 2001.

BOWERSOCK, G. W. *Roman Arabia*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

BROODBANK, C. *The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*. London: Thames & Hudson, 2013.

BROODBANK, C. Mediterranean "Prehistory". *In: HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (ed.). A Companion to Mediterranean History*. Oxford: John Wiley & Sons, 2014. p. 43–58.



- BROWN, PETER. *The World of Late Antiquity*. London: Routledge, 1971.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHESNEAUX, JEAN. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre história e historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xama, 1996.
- CONRAD, S. *What Is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CROSSLEY, P. K. *What is Global History?* Cambridge: Polity, 2008.
- FILLAFER, F. L. A World Connecting? From the Unity of History to Global History. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 3-37, 2017.
- FINLEY, M. I. *Politics in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- FINLEY, M. I. *Ancient Economy*. Berkeley: University of California, 1999.
- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politéia-História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, p. 41-62, 2003.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARRIS, W. V. (ed.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HINGLEY, R. *O Imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HORDEN, P.; PURCELL, NICHOLAS. *The Corrupting Sea: A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.
- HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (ed.). *A companion to Mediterranean history*. Chichester, West Sussex: Wiley Blackwell, 2014.
- HUMPFRIES, M. Late Antiquity and World History. Challenging Conventional Narratives and Analyses. *Studies in Late Antiquity*, Baltimore, v. 1, n. 1, p. 9-37, 2017.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

JONES, E. *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

LE ROUX, P. La romanisation en question. *Annales HSS*, Paris, v. 59, n. 2, p. 287-311, 2004.

MALERBA, Jurandir. História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível? *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 457-472, set./dez. 2019.

MARQUESE, R. D. B.; PIMENTA, J. P. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abr. 2015.

MATTINGLY, D. J.; ALCOCK, S. E. (ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, Discourse, and Discrepant Experience in the Roman Empire*. Portsmouth: JRA, 1997.

MCNEILL, W. H. *The Rise of the West: A History of the Human Community*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

PITTS, M.; VERSLUYS, M. J. *Globalisation and the Roman World: Archaeological and Theoretical Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

PURCELL, Nicholas. Unnecessary Dependences: Illustrating Circulation in Pre-modern Large-scale History. In: BELICH, J. et al. (ed.). *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 65-79

SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPENGLER, O. *A decadência do ocidente: esboço de uma morfologia da história universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SUBRAHMANYAM, S. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

TOYNBEE, A. *Um estudo da história*. Brasília/São Paulo: UNB/Martins Fontes, 1986.

VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VLASSOPOULOS, K. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WEBSTER, J. Creolizing the Roman Provinces. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 105, n. 2, p. 209-225, 2001.



WELLS, H. G. *História universal*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire: a Social and Economic Study*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

WICKHAM, C. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University, 2005.

NOTAS

AUTORIA

Uiran Gebara da Silva: Doutor. Professor adjunto, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, PE, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Manoel de Almeida, 117, ap 302, 52011-140, Graças, Recife, PE, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflitos de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 29 de maio de 2019
Aprovado em: 28 de agosto de 2019

Como citar: SILVA, Uiran Gebara da. Outra história global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 473-485, set./dez. 2019.



O GLOBAL E SEUS PARADOXOS: A CONSTRUÇÃO IMAGINADA DE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

The Global and its Paradoxes: the Imagined Construction of a
Historiographic Field

Henrique Espada Lima^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5815-194X>

E-mail: henrique.espada@ufsc.br

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

DEBATE

História da historiografia em perspectiva global

RESUMO

Este texto é um comentário sobre o artigo de Jurandir Malerba que se publica no mesmo número de *Esboços: histórias em contextos globais*, em que o autor discute os paradoxos da proposição de uma história global da historiografia. Tomando como ponto de partida o conceito formulado por Benedict Anderson, de “comunidade imaginada”, este artigo reflete sobre as possibilidades e os limites de imaginar a história global e a experiência coletiva da comunidade de historiadores que começa a pensar a si mesma com base nessa categoria. Dialogando com Malerba, Anderson, Jeremy Adelman, Eric Auerbach, Partha Chaterjee e outros, o ponto de chegada do texto pergunta quem está autorizado a “imaginar” a história global e, desse modo, a controlar sua narrativa. A conclusão é que a resposta a essa pergunta é inseparável da matriz de desigualdades e assimetrias que se reproduz no momento atual de produção de um mundo globalizado.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia. História Global. Comunidade Imaginada.

ABSTRACT

This article comments on the piece written by Jurandir Malerba published in the current issue of *Esboços: histórias em contextos globais*, in which the author discusses the paradoxes of the global history of historiography. The article is based on the concept of “imagined community” proposed by Benedict Anderson, reflecting on the possibilities and limits to imagine a global history, as well as the collective experience of the community of historians who start to think about themselves through this same category. In dialogue with Malerba, Anderson, Jeremy Adelman, Eric Auerbach, Partha Chaterjee and others, this paper ends by posing the question who is authorized to “imagine” global history and, therefore, to control its narrative. The conclusion is that the answer to this question is inseparable from the matrix of inequalities and asymmetries that are reproduced in the current context of manufacturing a globalized world.

KEYWORDS

Historiography. Global History. Imagined Community.

Comunidade imaginada. Com essas palavras, que dão título a seu livro famoso publicado há bem mais de três décadas, Benedict Anderson descreveu esse artefato social de história recente, mas de uma memória que se pretende antiquíssima: a nação em sua concepção moderna (2008). A expressão, bem como cada uma das palavras que a formam, abria um horizonte de discussões inovador sobre um fenômeno central, ou uma constelação de fenômenos, que marcou as trajetórias políticas de várias partes do planeta nos últimos dois ou três séculos: a nação como problema, a consciência nacional como seu corolário e os nacionalismos como marca da sua unidade e multiplicidade de expressão ideológica e política.

A conexão entre a imaginação da Nação e a construção da disciplina da História em sua acepção “moderna” – o uso de maiúsculas e das aspas não é casual – é ponto pacífico nos estudos sobre a história da historiografia.¹ A história, tal como se estabeleceu nas universidades e nos institutos históricos, sobretudo na Europa ao longo do século XIX, teve como objeto preferencial os estados nacionais – debruçou-se sobre o passado, escolheu e selecionou os antecedentes dessa formação política, imaginou sua linhagem e sua genealogia. A imaginação da nação encontrou nessa disciplina uma ferramenta poderosa de construção e legitimação. Historiadores foram atores fundamentais da imaginação da nação, definindo o enredo em que elas encontravam seu lugar, estabelecendo seus objetos de interesse, suas hierarquias de relevância.

Insistir no caráter imaginado da nação e sua história não significa afirmar que a nação e sua história são falsificações. Parafrazeando Anderson,² não há objetos falsos de história, e outros verdadeiros (o problema da falsificação propriamente dita reside em outro lugar): toda comunidade é imaginada, e todo objeto de história, também. A seleção dos aspectos do passado, dos documentos, da narrativa – todo o conjunto de operações historiográficas (CERTEAU, 1982) – é mediada pelo uso controlado da imaginação. Assim, a pergunta que importa passa a ser: *como* são imaginados?

Meu argumento neste artigo, comentando a reflexão de Jurandir Malerba (2019) sobre o campo emergente da história global, e da história global da historiografia em particular, deriva deste ponto de partida: para existir uma história global, ela precisa ser imaginada como tal. Como toda imaginação do gênero, ela se alimenta de aspectos da realidade, seleciona o que é relevante, hierarquiza e descarta.

Assim como historiadores não são os únicos protagonistas da construção das culturas históricas em circulação, a disciplina da história global não é tributária apenas das pesquisas acadêmicas, e as realidades “extra-historiográficas” – para usarmos uma expressão assumidamente desajeitada – também atuam no campo de forças que molda a historiografia. Historiadoras e historiadores não estão sozinhos a imaginar o “global”. Eles precisam lidar com sínteses, imagens e realidades – institucionais, entre outras – produzidas por autores pertencentes a outros campos, acadêmicos ou não.

A imaginação do “global”, hoje em curso, produz sua linguagem e um enquadramento, e a comunidade historiadora passa a moldar suas indagações com base nesse léxico. Conexões, processos de integração e globalização são temas que

¹ Para um estudo exemplar da análise dessa ligação entre nação e historiografia, debruçando-se sobre o Brasil e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), ver o livro de Temístocles Cezar: *Ser historiador no século XIX* (2018).

² Eis o comentário original: “Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo que são imaginadas” (ANDERSON, 2008, p. 33).

passam a organizar a investigação e a organizar o modo como se fala dela. Não é diferente, como nos mostra Malerba, no campo da história da historiografia, movido recentemente pelo desafio de pensar a sua própria história global.

UMA HISTÓRIA GLOBAL DA HISTORIOGRAFIA?

Jurandir Malerba se apoia na leitura de sínteses produzidas por diferentes historiadores imbuídos da tarefa de pensar uma “história global” da historiografia. Mas o que há de “global” numa disciplina tão marcadamente dependente da sua relação carnal com os estados nacionais? E qual seria a relação entre a historiografia em perspectiva global e a série de historiografias nacionais que continuam a ser a marca da disciplina? Podemos falar em integração, ou o global está fadado a ser uma justaposição de historiografias mais ou menos particulares?

O artigo de Malerba lida com algumas dessas questões, debruçando-se sobre trabalhos de fôlegos distintos: obras de síntese, coletâneas, uma monografia, alguns artigos, sobretudo o livro publicado por Georg Iggers e Edward Wang em 2008,³ e as obras mais recentes de Daniel Woolf (2011) sobre a história global da história.⁴

Trata-se de trabalhos muito diferentes. O primeiro deles, com o qual Malerba parece encontrar mais afinidade, é também o mais antigo e reúne um velho mestre da discussão historiográfica, de formação europeia e atuação no meio acadêmico norte-americano, bem como um parceiro mais jovem, sino-americano, especializado nos estudos de historiografia e história das ideias na Ásia. O segundo grupo de textos, composto pelos livros organizados e de autoria de Woolf, tem como protagonista outro empreendedor intelectual, dessa vez de extração britânica e atuação canadense, também dedicado ao estudo da história das ideias e da historiografia na longa duração.

Seguindo um caminho que Iggers já havia trilhado em trabalhos anteriores sobre a história da historiografia, a cronologia de seu trabalho em parceria com Wang é definida pela compreensão de que o moderno campo da historiografia, a despeito de se basear em tradições intelectuais muito mais antigas, começa a se articular de fato do meio para o fim do século XVIII, consolidando-se no seguinte. É um campo que se transforma sucessivamente sob a influência do nacionalismo, da profissionalização do campo e da dinâmica de configurações culturais e de debates intelectuais e políticos que moldaram seus temas e problemas até o presente. Wang soma a esse quadro um olhar informado sobre a historiografia asiática, eventualmente complementado com dados de segunda mão sobre outras tradições historiográficas que correm em paralelo.

O livro de Iggers e Wang tem como ideia central as conexões das diversas “historiografias” em várias partes do globo, sua relação com a matriz “original” (a expressão é minha) europeia e a lenta construção de um horizonte historiográfico mais ou menos comum, o qual supostamente habitamos hoje. Malerba identifica o método do livro como “comparativo”, mas seu ponto central parecer residir mais numa

³ Um empreendimento anterior dos dois autores imbuído do mesmo espírito sintético é a coletânea por eles organizada: *Turning Points in Historiography: A Cross-Cultural Perspective* (IGGERS; WANG, 2002).

⁴ Para a tradução brasileira: Woolf (2014). Sobre o tema, Woolf acaba de publicar outra obra: *A Concise History of History: Global Historiography from Antiquity to the Present* (2019). A outra obra coletiva citada por Malerba é: *Oxford History of Historical Writing* (com Alex Schneider). Na verdade, os autores apenas organizam o 5º volume dessa obra coletiva (WOOLF; SCHNEIDER, 2015).

indagação sobre a convergência. Mais do que as matrizes da escrita histórica, o livro se debruça, de modo mais amplo, sobre a “cultura histórica” que se constrói e circula em escala global nos últimos dois séculos.

A história da historiografia global guarda nessa versão a marca dos processos de globalização (ou “ocidentalizações” plurais) subjacentes e compartilha das mesmas contradições. Não se trata de um processo único nem homogêneo – podemos mesmo dizer que é um campo de disputas e, por isso mesmo, dinâmico e contestado. A despeito disso, de acordo com Malerba, é um empreendimento que pretende tomar distância do eurocentrismo das análises mais comuns da historiografia.

Também sob o signo da crítica ao eurocentrismo estão construídos os trabalhos organizados e escritos por Daniel Woolf, igualmente comentados por Malerba. Centrado na história escrita pelos historiadores e comprometido a não deixar nenhuma parte do globo, nem a longa duração, de fora do seu argumento, Woolf parece mais interessado num inventário das historiografias. Reivindicando a proposta de Dipesh Chakrabarty de “provincializar a Europa”, ele pretende, contudo, tratar a historiografia europeia como um caso entre outros (WOOLF, 2000). Como Iggers e Wang, entretanto, o britânico também encontra nos processos de integração seu ponto de chegada, debruçando-se sobre o processo por meio do qual o “regime de historicidade” da cultura historiográfica europeia ganhou influência e se impôs ao redor do mundo a partir do século XIX.

É em torno desse caráter impositivo, ou “imperialista!!!” (o tom exclamativo é de Malerba), que parece se construir a intervenção de Woolf, reconhecendo sua importância ao mesmo tempo que tenta, de algum modo, tomar distância desse seu impulso bastante “colonizador”, simultaneamente refletindo sobre as possibilidades oferecidas pelas narrativas alternativas que nascem na periferia dos processos de globalização da historiografia.

O momento contemporâneo, marcado pela “massificação” da escrita histórica e pela multiplicação de perspectivas que marcam a disciplina, é um dos pontos que Malerba declara lhe chamar a mais atenção: o paradoxo, ao menos aparente, de uma extensão transnacional da escrita histórica que segue os moldes do regime de historicidade europeu, acompanhada da fragmentação de perspectivas e temas. Faltaria apenas, segundo Malerba, incluir a própria “história global”, entendida como o novo *trend* historiográfico, nesse quadro.

Por fim, Malerba traz para a conversa um texto recente de Jeremy Adelman, latino-americanista canadense recém-convertido a historiador global cuja reflexão sobre esse tema é utilizada para pensar, mais uma vez, as ambiguidades inerentes à emergência do “global” como categoria nos estudos históricos. Para Adelman, história global e globalização andam juntas e são mediadas pelos interesses da geopolítica presente. Daí o episódio que abre seu artigo, no qual a chanceler alemã Angela Merkel convida Jürgen Osterhammel, autor de uma monumental história “global” do século XIX, para a festa de aniversário dos seus sessenta anos. A tarefa do historiador é entreter os convidados com uma palestra sobre “o tempo e as perspectivas globais” à sombra da ascensão chinesa e da revolução tecnológica (ADELMAN, 2017).⁵

⁵ O livro de Osterhammel, cuja edição original alemã é de 2009, chama-se *The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century* (2015) e tem 1192 páginas.

A anedota é de 2014, e Adelman a conclui duvidando que Osterhammel fosse convidado agora (o artigo é de março de 2017). O retorno triunfal da retórica nacionalista e “antiglobalista” nos últimos anos teria reorganizado mais uma vez a agenda, e o convite à história global para se sentar à mesa, suspenso.

Em seu texto, Adelman faz uma breve história da emergência da “nova metanarrativa cosmopolita” que deslocou do seu lugar de proeminência a narrativa nacional anterior. A novidade nasce e se desenvolve lado a lado com os acontecimentos dos últimos trinta ou quarenta anos, como a queda do Muro de Berlim e das barreiras protetoras do capitalismo nacional, a expansão dos grandes navios porta-contentores [*container shipping*], a ascensão das cosmópolis e a importância crescente dos temas do ambientalismo e do aquecimento global.

Essa, no entanto, é também, e mais uma vez, uma história contraditória, que desempenhou o papel de reforçar, ao menos nos Estados Unidos, uma forma de “globalismo patriótico” que referendava o papel supostamente humanitário transnacional liderado pelo capitalismo norte-americano, reforçava o inglês como língua universal, justificava o eclipse das dinâmicas locais e nacionais na periferia do sistema em prol do protagonismo transnacional. Além disso, ao enfatizar “narrativas cosmopolitas” dos encontros entre o Ocidente e os outros, construía um “global” que refletia, antes de mais nada, uma narrativa unilateral e reconfortante – ao menos do ponto de vista dos vitoriosos da globalização –, focada nos encontros promissores entre os diferentes e na curiosidade simpática (ou condescendente) com os vizinhos mais ou menos distantes.⁶

Diante desse retrato pouco edificante da história global, não é de estranhar, diz Adelman, que a reação às narrativas cosmopolitas pós-nacionais tenha sido grande e marcada por forte ceticismo quanto às intenções da história global em primeiro lugar. Há aqui um paralelo entre a história dos historiadores e a retórica emergente do “antiglobalismo”, marcada por “‘histórias profundas’ de ressentimento” fundadas na perda ou na ameaça a liames afetivos e materiais locais, desconfiada da política feita a portas fechadas por atores políticos e econômicos distantes e desconectados, justificando suas decisões políticas com a linguagem alienante dos mercados, transitando nos circuitos transnacionais cuja lógica e sentido escapam inteiramente à vida cotidiana das pessoas comuns, mas insistindo no caráter intrinsecamente positivo da integração e da convergência global.

É interessante chamar a atenção aqui para um aspecto da narrativa de Jeremy Adelman que Malerba não aborda em seu artigo-comentário. Como o historiador canadense nos lembra em seu texto, durante anos, ele foi responsável por supervisionar a área de internacionalização acadêmica na Universidade de Princeton. Como outras pertencentes ao quadro seleto de instituições acadêmicas de elite norte-americanas, como Columbia University e New York University – que abriram seus escritórios internacionais em lugares como Dubai, Pequim e Rio de Janeiro –, Princeton também investiu na criação de “cadeias globais de fornecimento de conhecimento”.

“Nunca ocorreu, a mim ou a outros, perguntar: o que iria acontecer com aquelas escalas mais modestas, menos *sexy*, de engajamento cívico?”, confessa Adelman. “Não dávamos atenção a isso. Tratava-se apenas de restos de provincialismo,

⁶ Na verdade, entre os “Westerners” e os “Resteners”, replicando o trocadilho intraduzível que brinca que a história global seria a soma das histórias do “West” (do “Ocidente”) e do “Rest” (do “resto”).

conduzidos silenciosamente para fora do palco sobre o qual em tese deveríamos estar educando o novo *homo globus*". Seu artigo aparece, assim, também como um momento de tomada de consciência, reorientação do projeto, ou mea-culpa.

Claro que o rebote do provincialismo teve seu preço, em tempos de Brexit, Trump, Orban e outros tantos campeões tão ou mais medíocres do "antiglobalismo" que fazem paradoxalmente parte de um fenômeno de escala global.

A despeito de tudo, as conclusões de Adelman, que Jurandir Malerba também ecoa em seu artigo, são uma chamada à correção de rumo. Não se trata de cair na tentação de ceder ao ressentimento dos provincialismos, é claro, mas de aceitar o desafio de construir, em suas palavras, "narrativas da vida global que levem em consideração a desintegração na mesma medida em que a integração, os custos, e não apenas as recompensas, da interdependência". Isso implica, de algum modo, ouvir as outras vozes dessa narrativa da globalização, mesmo que elas sejam dissonantes – afinal, também fazem parte das "histórias profundas das transformações globais".

Em outras palavras, se uma história global deve ser feita, não pode ser só uma história de integração e cosmopolitismo, mas sim – e talvez sobretudo – uma história das desigualdades e das assimetrias, das resistências a esses mesmos processos.

A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA DO GLOBAL

Talvez seja inútil se perguntar se o "global" é uma categoria realmente relevante para a pesquisa histórica. A palavra está aí, circula, se prende aos objetos e é utilizada para descrever realidades novas e antigas; faz parte do vocabulário contemporâneo e se multiplica – globalização, mercados globais, aquecimento global etc. Mesmo que disputemos o sentido e a relevância do conceito, não se pode negar sua crescente presença na linguagem contemporânea, o que, por si mesmo, se impõe à análise. A questão não é denunciar o global como uma falsificação, mas compreender como a emergência do "global" como categoria só faz sentido por ser correlata à imaginação do globo como um espaço "comunitário".

Quem lê este artigo pode, de maneira justificada, torcer o nariz ao deparar com uma palavra que remeta à ideia de "comunidade" associada aos processos de integração violenta e desigual em curso que tomam às vezes o nome de globalização. Em contraste, a imagem "comunitária" parece sugerir aquela mesma ideia de "encontro feliz entre diferentes" que Adelman e Malerba muito rechaçaram. Mas a intenção aqui é resgatar a palavra no sentido com o qual Benedict Anderson utiliza no livro que citei no início deste texto. A analogia entre a nação e o espaço global é o ponto de partida aqui. Vou sugerir que essa associação não seja uma questão nova.

Não é só a ideia de nação que se cria no século XIX para pensar as relações anônimas e verticais que integravam, numa mesma construção imaginada, pessoas que jamais se viram face a face. A história "formal e acadêmica" em sua versão moderna nasce simultaneamente, desempenhando um papel semelhante e complementar. Como aponta Carolyn Steedman (2018, p. 10), a história desempenha o papel de fornecer a maior parte do material pelo qual *lembramos*, individual ou coletivamente, coisas com as quais não temos nenhuma experiência direta. Ela não só inscreve fatos, acontecimentos, gestas individuais e coletivas na grande narrativa nacional, mas também nos grandes movimentos "tectônicos" de consolidação de estados, definição de soberanias territoriais, conexões e conquistas transcontinentais.

Como lembra Anderson, isso que a ideia de nação tentava capturar utilizando imagens de unidade cultural e linguística traduzia também, no plano material, uma crescente inter-relação econômica, fornecida pelo mercado capitalista em expansão na aurora da industrialização. De acordo com Anderson (2008, p. 78), o que tornou possível “imaginar” as novas comunidades nacionais foi exatamente a combinação, “mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana”. Assim, um dos aspectos mais intensamente contraditórios desse processo de constituição da ideia de nação é que ela não se opunha à expansão das conexões globais que o próprio capitalismo produziu, mas, ao contrário, era tornada possível por ela.

Hegel, no início do século XIX, capturou a emergência dessa interconexão com a imagem de um “sistema de necessidades” – a crescente interdependência que fazia com que cada pedaço do globo passasse a se conectar a todos os outros por uma rede de dependências mútuas e na qual o consumo e o bem-estar de um lado do planeta passava a depender cada vez mais do trabalho e dos recursos que existiam do outro lado. O sistema de necessidades, uma ideia que Hegel formulou com base nas suas leituras de Adam Smith, estava na origem da ideia hegeliana da história universal, que expressava a consciência historiográfica – portanto, a autoconsciência – da interconexão global que começava a aparecer como inexorável na aurora do capitalismo industrial (BUCK-MORSS, 2005).

Hegel celebrava esse novo estado de coisas, pois seria a expressão material da inevitável conexão espiritual cujo desvelamento no tempo era a chave de compreensão do sentido da história (HEGEL, 2007). Seu contemporâneo, Goethe, diante da revolução da imprensa que, pela primeira vez, permitia que os textos europeus chegassem a todo o mundo, traduzidos nas diversas línguas nacionais – mas também fazia com que textos chineses, persas e sérvios pudessem ser lidos por um europeu como ele –, celebrava a chegada de um tempo em que uma “literatura mundial” (*Weltliteratur*) se constituiria (AUERBACH, 2007, p. 357-374).

O entusiasmo de Goethe, mais até do que o de Hegel, é sintomático. O grande autor, que define quase de modo paradigmático a literatura nacional alemã no século XIX, enxergava a emergência das literaturas nacionais como um fenômeno eminentemente mundial, marcado pela mútua fecundação de elementos diversos.

A historiografia nacional parece não ter nascido sob o mesmo signo “cosmopolita”. Ao contrário da literatura nacional, cuja marcante pluralidade era celebrada por Goethe, o modelo de história nacional que se desenvolveu ao longo do século XIX estava menos interessado no papel fecundador da diversidade do que na celebração da singularidade nacional (CEZAR, 2018). O reconhecimento das distintas narrativas nacionais, e mesmo da sua eventual conexão histórica – no caso das nações europeias –, servia antes de tudo para marcar a divergência inevitável e a eventual superioridade moral – eventualmente, política e militar – que brotava dessa diferença e que se acentuava na competição entre essas nações na “era dos Impérios”.

Se a história apareceu primeiro como modo de pensar e como tópico de estudo na academia, em seguida se tornou também um conjunto básico de informações a serem ensinadas a todas as crianças que passavam pelos sistemas nacionais de educação pública implantados na Europa no século XIX. A cultura histórica que se integrou assim à imaginação coletiva da nação também a tornou “emocionalmente plausível”. O caráter imaginado desse processo é evidente, mas é sobretudo na sua

articulação com a dominação colonial que os limites fluidos entre a imaginação e o delírio aparecem com força. O caráter arbitrário e impositivo desse processo mostra todo o seu alcance, como quando os professores franceses de história ensinavam aos seus alunos, nas escolas coloniais do Senegal ou da Costa do Marfim, a gesta dos “nossos” ancestrais: os gauleses (BINET, 1967).

Entrelaçada a esse sistema assimétrico das necessidades em escala mundial, a historiografia nacional parece ter a missão de reforçar as posições desiguais que as nações ocupavam nesse sistema, alimentando ao mesmo tempo a competição pela posição de proeminência num sistema de hierarquias geopolíticas. Serviu do mesmo modo como ferramenta ideológica de colonização e arma nas disputas entre as potências coloniais. As narrativas de singularidade, ou destino manifesto, se articularam com as histórias evolucionistas sobre a missão civilizadora ocidental ou da supremacia branca. Mesmo com o reconhecimento da variedade histórica das civilizações do globo, somente à história europeia se conferia o papel de promover uma síntese que englobasse e desse sentido às histórias particulares dos povos periféricos ou conquistados.⁷

O que extraímos disso tudo é que a consciência nacional e seu correlato historiográfico já nasceram tanto sob o signo da multiplicidade quanto da violenta desigualdade. Se quisermos pensar algo sobre o futuro de uma narrativa historiográfica com ambições globais, é preciso refletir acerca das consequências disso.

O modelo nacional europeu nasceu, de acordo com Anderson, da “destilação espontânea do ‘cruzamento’ complexo de diferentes forças históricas”. Mas depois que foram criados, esses modelos políticos e institucionais, bem como todos os produtos culturais correspondentes, se tornam “modulares” e capazes de ser transplantados para uma grande variedade de terrenos sociais, a fim de se incorporar e ser incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas (ANDERSON, 2008, p. 30). O modelo nacional e a consciência histórica de tipo nacional se tornam artefatos globais por excelência, introduzidos e circulando nos vários contextos que, sobretudo nos espaços coloniais e pós-coloniais, se apropriam deles como modelos.

Partha Chatterjee (2000), revisitando o argumento de Anderson, coloca em dúvida o papel passivo que os povos colonizados tiveram ao absorver a imagem “modular” da nação criada nas metrópoles europeias. Se a nação como artefato (ou produto) cultural apresenta esse caráter impositivo, o que restaria para as novas nações “imaginarem”?

Podemos tomar essa observação de Chatterjee como alibi para voltar à nossa tarefa de engajar os pontos que Malerba expõe em seu argumento a respeito da história da historiografia em perspectiva global. Para dizer claramente, a emergência paralela da história global como campo historiográfico e da globalização como categoria geopolítica apresenta analogias e diferenças importantes com os processos que constituíram as consciências nacionais e suas historiografias correspondentes.

⁷ O melhor exemplo continua sendo Hegel (2007), leitor ávido de narrativas sobre a África e a Ásia, marcadas pelo orientalismo, que, em suas aulas sobre a filosofia da história em Berlim, chegava a afirmar que a África não tinha história porque não apresentava consciência histórica. O “paradigma hegeliano da história da África” apenas reconhecia a historicidade africana a partir do colonialismo europeu.

Por um lado, a nação foi e é imaginada como “intrinsecamente limitada”, definida pela soberania territorial e, também devido à mencionada “fatalidade linguística” (e os processos de homogeneização linguística que se seguiram), ambicionava estabelecer claramente quem estava dentro e quem estava fora, isto é, quem tinha o direito de pertencimento à comunidade política. Por outro lado, vale apontar que a imaginação contemporânea do “global”, em suas distintas versões políticas, aponta para o contrário: o que o global pode conter é intrinsecamente ilimitado, apontando para a ausência de fronteiras e para a própria diluição das ideias de território e soberania.

O global, todavia, não abole a diferença; ao contrário, intensifica-a. A aparente emergência do inglês como *língua franca*, por exemplo, é uma demonstração adicional de como a fatalidade linguística continua a desempenhar um papel ao desenhar quem pode ou pode participar dessa cidadania global, e como. Outras “fatalidades” (mas poderíamos chamar de contingências violentamente construídas), também: O lugar de nascimento, mais do que qualquer outra variável particular, continua a ser o indicador mais relevante para prever a expectativa sobre a qualidade de vida de um indivíduo e do que pode almejar na hierarquia geopolítica planetária.

A contarmos com o relato de Malerba sobre a disseminação do regime de historicidade europeu pelo globo, parece claro que a historiografia repete as assimetrias dos processos de globalização corrente e contém contradições semelhantes. Relações de força assimétricas moldam o campo e fornecem os materiais conflitantes sobre o qual o global é imaginado não só como categoria, mas como realidade circundante. O “sistema de necessidades” tem sua contrapartida na articulação das narrativas históricas e nas conexões assimétricas que Malerba recupera no debate sobre a “ocidentalização” – “múltipla, diversa”, mas também contestada e marcada por apropriações seletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM CONTROLA A NARRATIVA GLOBAL? ALGUMAS DÚVIDAS SOBRE O FUTURO DA HISTORIOGRAFIA

No imediato pós-guerra, o filólogo alemão Eric Auerbach, num artigo famoso, perguntava o significado que poderia ainda ter o conceito goethiano de *Weltliterature*. Para Auerbach, “nossa terra vinha se tornando cada vez menor e perdendo sua diversidade”; a imagem da literatura mundial como o resultado do “intercurso frutífero” entre os membros da humanidade, na versão otimista de Goethe, perdia seu ímpeto diante das forças que impunham lentamente a uniformidade e a extinção das tradições individuais. A humanidade, dizia Auerbach, estava se tornando “padronizada”.⁸

O diagnóstico parece contraditório. Como nós hoje, Auerbach havia testemunhado a emergência violenta dos particularismos nacionalistas e do chauvinismo mais radical, e já escrevia sob a consciência da Guerra Fria. Mas

⁸ O artigo foi publicado originalmente na Suíça (MUSCHG; STAIGER, 1952). Foi traduzido do alemão para o inglês por Maire e Edward Said e publicado com o título “Philology and *Weltliteratur*” (AUERBACH, 1969). A edição brasileira, que consultei junto da edição em inglês, foi publicada em 2007.

mesmo reconhecendo isso, Auerbach insistia: ainda que contrastantes, as diferentes “vontades nacionais” defendiam, ao fim e ao cabo, os “mesmos padrões e formas para a vida moderna”. O prognóstico, ao menos na minha opinião, é um tanto sombrio.

Caso a humanidade tenha sucesso em sustentar o choque de um processo tão poderoso e rápido de concentração – para a qual sua preparação espiritual vem sendo pobre – então o homem terá que acostumar-se à existência em um mundo padronizado, a uma única cultura literária, apenas um punhado de linguagens, e talvez mesmo a apenas uma única linguagem literária. E com isso, a noção de *Weltliteratur* irá finalmente e ao mesmo tempo ser realizada e destruída (AUERBACH, 2007, p. 358).

Quase setenta anos nos separam dessas linhas, e podemos nos perguntar quanto das previsões de Auerbach se concretizaram. Ao olharmos para fora da janela, o que vemos nos oferece indícios contraditórios. Por um lado, objetos, gostos e formas culturais “globais” são oferecidos em cada esquina; é possível tomar um café expresso em Nova Délhi que se parece em tudo com aquele que tomamos em São Paulo e talvez num estabelecimento com o mesmo nome daquele que encontramos em Nova York. Por outro lado, a imagem de uma “aldeia global” é enfatizada pela oferta de produtos “exclusivos”, “étnicos”, produzidos por artesãos “autênticos” em aldeias remotas em lugares supostamente exóticos, com materiais e técnicas locais e ancestrais, comerciados sob os auspícios do *fair trade* nas prateleiras e nas vitrines do globo.

Em contraste, o *lâmen* industrializado produzido por uma multinacional suíça pode ser comprado de um vendedor de rua numa aldeia aos pés do Himalaia, oferecido no sabor *masala*, criteriosamente misturado e empacotado na fábrica europeia de acordo com a “receita” indiana. O mercado global se oferece simultaneamente como o lugar em que a diversidade é celebrada, transformando-se em uma mercadoria que circula por caminhos estritamente padronizados e controlados por um número extraordinariamente limitado de empresas transnacionais.

Ainda que frequentemente tratado com autônomo e refratário à lógica mercadológica do consumo material e cultural, o campo intelectual do qual a historiografia faz parte tem uma lógica própria que, entretanto, não pode se imunizar completamente das dinâmicas atuais da globalização, com sua mistura contraditória de homogeneização e celebração da heterogeneidade. Assim como no processo corrente de valorização das literaturas africanas e asiáticas, que passam a ser consumidas e circulam nas mesmas cadeias de produção e legitimação cultural que antes haviam consagrado o cânone literário europeu, vimos também no campo das ciências humanas processos análogos que se desenvolveram nas últimas duas décadas.

Nas academias norte-americanas e europeias, os estudos subalternos e pós-coloniais se juntaram aos campos emergentes e críticos dos estudos de gênero e das relações raciais para configurar um novo quadro de reflexão sobre a realidade social que é fortemente marcado pela crítica à homogeneização e à adoção acrítica de categorias e teorias produzidas pelo “centro”. A chamada a “provincializar a Europa” e a descentrar as formas de conhecimento “ocidentais” e seus “paradigmas

racionalistas e normativos” em favor das “epistemologias do sul” desafia a ideia de que há categorias e formas de pensamento “universais”.⁹

Essas mesmas teorias críticas ganham força e visibilidade, entretanto, ao reverberarem em escala transnacional por meio das mesmas caixas de ressonância intelectual que haviam consagrado os *maitres-à-penser* europeus, igualmente inovadores e iconoclastas décadas antes. A historiografia em chave “global” segue rigorosamente os mesmos caminhos de difusão e afirmação, e passa a enveredar-se por todos os lugares do “sul global” seguindo um padrão notavelmente homogêneo.

Não se trata de denunciar como engodo ou moda passageira as transformações que se operam no campo intelectual. Uma comunidade intelectual também é imaginada, com métodos e materiais à sua disposição, e não pode fugir completamente, por mais que queira, à lógica dos processos anônimos da qual é parte. A história da historiografia, esse exercício de autoexame que permite à comunidade de historiadores se debruçar sobre os próprios procedimentos e produzir uma narrativa sobre a própria trajetória passada e desenhar um futuro possível, é produto da interação entre os contextos em que historiadores e historiadoras escrevem suas histórias e os próprios engajamentos intelectuais e políticos.

Como nos lembra a discussão levantada por Jurandir Malerba (2019), a história global e a história da historiografia em perspectiva global refletem as contradições inerentes desses processos: por um lado, o reconhecimento da impossibilidade de pensar histórias exclusivamente locais; por outro, a rejeição peremptória de uma narrativa global unificada que cancele as dinâmicas nacionais, locais e translocais, ignorando o campo de disputas em que todas essas discussões se tornam possíveis. A crítica à pretensão de universalidade do regime de historicidade europeu, segundo Jurandir Malerba, se soma à descoberta de que talvez a narrativa de que a “autoconsciência histórica das sociedades” – e mesmo a história como “atividade acadêmica” – tenha nascido na Europa e se espalhado por todo o mundo seja, se não completamente equivocada, ao menos parcial e insuficiente.

Nem o “Ocidente” é um lugar homogêneo nem sua pretensão de “universalidade” é tão exclusiva. A reivindicação de modelos alternativos dessa história teria, assim, um impacto potencial profundo na imaginação de uma “história global da historiografia”.¹⁰

O impasse que se coloca aqui, para a história da historiografia e para a história global como um todo, é claro. Não há provavelmente uma resposta única às perguntas impostas pelo momento atual, em que o “global” ganha força. Mas essa configuração, como tantas outras antes, é também contingente. Assim como a “nação” e o “nacional”, o “global” não tem contornos necessários e indisputáveis, talvez nem tenha um conteúdo predefinido. A disputa sobre seu significado no campo da historiografia reflete os conflitos mais gerais acerca do significado e da direção dos processos históricos que tenta captar.

Mas o problema apontado antes, quando lembrava de Partha Chatterjee, persiste no campo que queremos discutir. Quem, afinal de contas, está credenciado

⁹ Para uma discussão acerca dessas questões, refletidas sobre o caso da historiografia indiana, ver Chakrabarty (2015).

¹⁰ Para uma discussão muito abrangente e aguda sobre essas questões, que certamente mereceriam atenção para uma leitura mais aprofundada sobre os temas que Malerba levanta, ver Santos, Nicodemo e Pereira (2017). Agradeço a Rodrigo Bonaldo pela indicação.

para “imaginar” o global? E, portanto, quem pode controlar a narrativa que se produz sobre ele? É notável, mesmo que não seja surpreendente, que, ao menos por enquanto, quem parece tomar frente no controle dessa narrativa – por mais multicultural que se apresente – sejam os atores sociais que ocupam hoje as mesmas posições institucionais de privilégio na produção e na circulação de conhecimento que ocuparam outrora aqueles responsáveis por controlar a narrativa que se quer superar.

Para nós, o paradoxo é este: se o preço da participação no “global” é continuarmos ocupando o papel de fornecedores dos relatos parciais que serão depois processados nas grandes narrativas de síntese, o que sobra para imaginarmos?

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Jeremy. What is global history now? *Aeon*, 2 March, 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUERBACH, Erich. Philology and *Weltliteratur*. *The Centennial Review*, East Lansing, v. 13, n. 1, p. 1-17, Winter 1969.

AUERBACH, Erich. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2007.

CHATERJEE, P. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISCHNAN, Gopal (ed.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 227-238.

BINET, François. L'Histoire africaine et nos ancêtres les gaulois, *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, Paris, t. LIV, n. 194-197, 1967, p. 209-218.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti and Universal History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Political Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHAKRABARTY, Dipesh. *The Calling of History: Sir Jadunath Sarkar and His Empire of Truth*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HEGEL, Georg W. F. *A razão na história*. Lisboa: Edições 70, 2007.



IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward (com assistência de Supriya Mukherjee). *A Global History of Modern Historiography*. New York: Routledge, 2013.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward (ed.). *Turning Points in Historiography: a Cross-Cultural Perspective*. New York: The University of Rochester Press, 2002.

MALERBA, Jurandir. História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível?. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 457-472, set./dez. 2019.

MUSCHG, Walter; STAIGER, Emil (ed.) *Weltliteratur: Festgabe für Fritz Strich zum 70. Geburtstag*. Berna: Franke Verlag, 1952.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *The Transformation of the World: a Global History of the Nineteenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, jan.-abr. 2017.

STEEDMAN, Carolyn. *Poetry for Historians: Or, W.D. Auden and History*. Manchester: University of Manchester Press, 2018.

WOOLF, Daniel. *A Global History of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WOOLF, Daniel. *Uma história global da história*. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOOLF, Daniel; SCHNEIDER, Alex (ed.). *Oxford History of Historical Writing*. Volume V: Historical Writing since 1945. Oxford: Oxford University Press, 2015.

WOOLF, Daniel. *A Concise History of History: Global Historiography from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NOTAS

AUTORIA

Henrique Espada Lima: Doutor. Professor associado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Jerônimo José Dias, 102, 88045-100, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à equipe editorial de *Esboços* pelo convite para participar nesta seção. Agradeço também a Rodrigo Bonaldo pelos comentários e as indicações bibliográficas, que tentei incorporar pontualmente.



FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 15 de julho de 2019
Aprovado em: 28 de agosto de 2019


Como citar: LIMA, Henrique Espada. O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 486-500, set./dez. 2019.



ALINHAVOS ÀS LEITURAS DE UIRAN G. DA SILVA E HENRIQUE E. LIMA

A Reply to the Readings of Uiran G. da Silva and Henrique E. Lima

Jurandir Malerba^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7118-0182>

E-mail: jurandirmalerba1@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

DEBATE

História da historiografia em perspectiva global

Recebo dos editores da revista *Esboços: histórias em contextos globais* dois artigos, “Outra história global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga”, de Uiran Gebara da Silva, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e “O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico”, de Henrique Espada Lima Filho, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aos quais, no espírito de debate da revista, eu deveria replicar, uma vez que ambos partem das leituras que fizem do meu artigo “História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível?” (MALERBA, 2019), sobre potencialidades e limites da história global, pensados segundo experiências de pesquisa em história da historiografia.

Frustrarei editores e leitores, pois não vejo ser o caso aqui de replicar reflexões muito mais densas e frutíferas que o pretexto que as ensejou. Só me cabe agradecer aos editores pelo convite e aos professores Gebara da Silva e Espada Lima pelo que proporcionam em termos de reflexão teórica a mim e aos leitores de *Esboços*. Não obstante, permito-me uns poucos e breves comentários que me suscitaram as ricas leituras, sem qualquer pretensão de uma réplica no sentido pleno da palavra.

O artigo de Gebara da Silva (2019) faculta a leigos como eu uma achega de alto nível aos recentes desdobramentos da história antiga proporcionados pela perspectiva global. A despeito da diferença no que tange a especializações – Gebara da Silva é experto em História Antiga e conhece por dentro a história global, ao passo que eu proponho minha reflexão com base na história da historiografia feita naquela chave, mas sem ser dela um praticante –, parece-me que Gebara da Silva conseguiu retirar do meu texto muito mais do que ele potencialmente oferece. Em termos conceituais, reitera-se mais de uma vez em seu texto a formulação “história global da história da historiografia” – formulação que me soa um pouco redundante, pois acho que podemos ficar com “história global da historiografia”, sem maiores perdas.

Uma pequena nuance de opinião emerge no início de seu texto, quando adverte que o caminho por mim escolhido gerou algumas “ratoeiras argumentativas”, em especial no que respeita ao resgate que faço da perspectiva global na historiografia desde fins dos anos 1990, “dentro de uma armação narrativa que a enquadra numa sequência de ‘modas historiográficas’”, a tal ponto que meu escrito corre o risco de não levar a sério seu objeto (SILVA, 2019, p. 475). Nesse ponto, parece-me que escapou a Gebara da Silva a verve propositalmente irônica do meu texto.

Também não será despropositado entender que seu frontal senão à minha provocação da história global como sendo mais um modismo – não entendo que o seja, mas assim o enuncio, de maneira provocativa – não chega a ser confrontada por argumentos efetivos, mas lastreada num juízo de valor: o de que a história global, entre as modas, é das poucas que “de fato merecesse o adjetivo ‘nova’” (SILVA, 2019, p. 475). Trata-se de uma questão de fé.

Nesse mesmo sentido, entendo, com ressalvas, a adjetivação de “nova história global” para se referir a esse movimento que vem dos anos 1990 em diante. Confesso minha impaciência com todas as bandeiras historiográficas e/ou teóricas que se anunciam sobre esse epíteto da novidade – a “nova história” ou a “nova nova história” –, com base na confrontação e na refutação de tudo que se fazia até então. Nada é realmente novo no conhecimento, se considerarmos as propriedades do abolir, do suspender, do superar, do preservar e do transcender incluídos no *Aufhebung* hegeliano. Nada é novo. Vamos percebendo cada vez mais claramente esse fato à medida que envelhecemos.

Em “O global e seus paradoxos” (LIMA, 2019), as proposições de que a questão da exploração do potencial imaginativo, fundamental na criação de quaisquer histórias, lastreia também a consolidação da história global, e da participação de agentes outros que não apenas os especialistas na formulação dessas narrativas, são as grandes sacadas e contribuições da leitura de Henrique Espada Lima.

Reconheço fundamentadas as críticas dirigidas à obra de autores como Georg Iggers e Edward Wang. Pondero, porém, que os esforços de Iggers – e outros, como Jörn Rüsen – de buscar superar as visões eurocêntricas em estudos interculturais desde os últimos anos do século XX e princípios do seguinte são evidências incontestes da insatisfação desses autores quanto à embocadura eurocêntrica da historiografia (e da história da historiografia) dominante mundo afora. Seu trabalho denota um esforço de superação, mas com certeza não é muito difícil apontar limites e problemas nessas tentativas, ainda que eu as considere incontestavelmente louváveis.

Lima oferece uma síntese crítica de enorme potência à extensão e à efetividade das chamadas epistemologias do Sul, dos estudos subalternos e pós-coloniais, que, em seu convite a “provincializar a Europa”, reproduzem os mesmos protocolos que o *mainstream* intelectual ocidental. Compartilho integralmente dessa preocupação e do ponto de vista de Lima. Essa discussão é mais do que urgente num momento em que inúmeros profissionais da área de História, no Brasil, parecem ter encontrado, naquilo que lá fora se chama *cultural studies*, um lenitivo para todos os males e um substitutivo para os pecados da assim concebida velha, canhestra e eurocêntrica “teoria da história”. Caberia aprofundar essa linha de reflexão, mas não aqui – e, definitivamente, não por mim. Permito-me reproduzir, por ser tão sugestivo, um parágrafo de Espada Lima (2019, p. 496):

Nas academias norte-americanas e europeias, os estudos subalternos e pós-coloniais se juntaram aos campos emergentes e críticos dos estudos de gênero e das relações raciais para configurar um novo quadro de reflexão sobre a realidade social que é fortemente marcado pela crítica à homogeneização e à adoção acrítica de categorias e teorias produzidas pelo “centro”. A chamada a “provincializar a Europa” e a descentrar as formas de conhecimento “ocidentais” e seus “paradigmas racionalistas e normativos” em favor das “epistemologias do sul” desafia a ideia de que há categorias e formas de pensamento “universais”. Essas mesmas teorias críticas ganham força e visibilidade, entretanto, ao reverberarem em escala transnacional por meio das mesmas caixas de ressonância intelectual que haviam consagrado os *maitres-à-penser* europeus, igualmente inovadores e iconoclastas décadas antes. A historiografia em chave “global” segue rigorosamente os mesmos caminhos de difusão e afirmação, e passa a enveredar-se por todos os lugares do “sul global” seguindo um padrão notavelmente homogêneo.

Isso me leva de volta ao texto de Gerbara da Silva (2019, p. 478), quando evoca o “impacto gradual da crítica pós-colonial”, de fora, por meio da obra de Edward Said e Martin Bernal, e de dentro, por meio do trabalho de uma série de outros autores. Mais uma vez ironizando e provocando, pergunto o que é dentro e fora, onde é o *West* e onde é o *The Rest*. Said é palestino-americano, cidadão americano, e Bernal



é um acadêmico britânico – os dois estão tão “de dentro” da cultura ocidental como os demais mencionados por Gerbara da Silva: Mattingly, Alcock, Whittaker, Webster, Le Roux, Hingley ou Bowersock.

Em outras palavras, quão fora do *mainstream* acadêmico ocidental estão autores como Dipesh Chakrabarty, que guarda posição de prestígio como Lawrence A. Kimpton Distinguished Service Professor in History na Universidade de Chicago e que publicou, em inglês, pela editora da Universidade de Princeton sua obra mais conspícua, na qual propõe “provincializar a Europa”? Acho difícil conceber como “de fora” os luminares da crítica “pós-colonial”. Mas não caberia aprofundar esse tema aqui.

Por fim, reitero minha gratidão à editoria da *Esboços* pela distinção do convite e aos professores Uiran Gebara da Silva e Henrique Espada Lima por suas leituras generosas.

REFERÊNCIAS

LIMA, Henrique Espada. O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 486-500, set./dez. 2019.

MALERBA, Jurandir. História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível? *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 457-472, set./dez. 2019.

SILVA, Uiran Gebara da. Outra história global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 473-485, set./dez. 2019.

NOTAS

AUTORIA

Jurandir Malerba: Doutor. Professor titular, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UFRGS/IFCH, Departamento de História, Av. Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, 91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil.

FINANCIAMENTO

Esta réplica foi financiada com bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior


Como citar: MALERBA, Jurandir. Alinhavos às leituras de Uiran G. da Silva e Henrique E. Lima. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 501-505, set./dez. 2019.



A HISTÓRIA UNIVERSAL ENTRE A ESCRITA DA HISTÓRIA E A TRAVESSIA ATLÂNTICA: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE COMPÊNDIOS ESCOLARES FRANCESES NO BRASIL (1820-1855)

The Universal History between the Writing of History and the Atlantic Crossing: Production and Circulation of French Textbooks in Brazil (1820-1855)

Luis Ernesto Barnabé

 <https://orcid.org/0000-0003-1723-7197>

E-mail: luis.ernesto@uenp.edu.br

^a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Assis, SP, Brasil

RESUMO

O *Précis de l'Histoire Ancienne*, de Charles Cayx e Auguste Poirson, juntamente com outros quatro *précis*, integrava uma inovadora proposta de um curso de História para os *collèges royaux* franceses. Essa coleção, concluída em 1830, seria adotada pelo governo brasileiro em 1838, na forma de tradução, para o recém-inaugurado Imperial Colégio de Pedro II. O objetivo deste artigo é fazer uma análise que entrecruze, por um lado, a acomodação entre as perspectivas de História Universal de Bossuet e iluminista de Heeren – resultado do exercício de uma escrita da História sob a especificidade tanto do suporte (o *précis*) quanto do público para qual se destinava – e, por outro, o fato de esta escrita da História integrar projetos de nação e civilização do Império brasileiro ao atravessar o Atlântico. Desta análise se constata tensões e disputas pela construção de inteligibilidade da história num campo de batalha que não era exclusivo dos historiadores: o compêndio escolar.

PALAVRAS-CHAVE

História antiga escolar. História universal. Manual escolar.

ABSTRACT

The *Précis de l'Histoire Ancienne*, by Charles Cayx and Auguste Poirson, along with four more *précis*, integrated an innovative proposal of a History course for the French *collèges royaux*. This collection, completed in 1830, would be adopted by the Brazilian government in 1838, in a translated edition, for the recently opened Imperial Colégio de Pedro II. The purpose of this article is to make an analysis that intertwines, on the one hand, the accommodation between the perspectives of Bossuet's Universal History and the Enlightenment of Heeren – resulting from the exercise of a writing of History under the specificity of both the support (the *précis*) and the public which it was aimed at – and, on the other hand, the fact that this writing of history integrates projects of nation and civilization of the Brazilian Empire when crossing the Atlantic. In this analysis, we identified tensions and disputes for the construction of the intelligibility of history in a battlefield that was not unique to historians: the textbook.

KEYWORDS

Ancient history for school. Universal history. Textbook.

Franz Fillafer (2017, p. 14) questiona o *design* heurístico da história global, em razão de sua constituição decorrer da prerrogativa de conectividade do mundo. Uma nova estrutura cognitiva, denominada *world-historical process*, cujo “sistema de periodização tornava as experiências europeias generalizáveis e como uma grade histórico-mundial que ainda podia acomodar encontros e sinergia entre culturas distintas”, suplantaria a antiga história universal e, em seguida, se desdobraria em duas fases, em termos historiográficos. A partir do Iluminismo, a questão da unidade da história, espacializada e acomodada na crescente interconexão do globo, seria naturalizada como premissa. Depois, na perspectiva do historicismo, asseguraria à ação europeia o papel de reintegradora dos não europeus na narrativa do curso da história.

A antiga história universal seria posta à prova na crítica proferida às profecias bíblicas – a qual conduz ao adiamento das previsões do juízo final –, em virtude do aumento de material etnográfico e histórico disponibilizado pela expansão marítima europeia dos séculos XVI e XVII. Tais desafios à manutenção de inteligibilidade da história universal atacavam em três frentes: a unidade da criação e da religião, a unidade da natureza e a unidade da cultura. A providencial inteligibilidade da unidade da história humana, apoiada em dois estados no tempo – o começo e o fim, a criação e a redenção, isto é, o passado remoto comum das origens e o futuro distante de um destino compartilhado da humanidade –, sucumbiria por apresentar apenas modelos gerais para a sequência intermediária que permitia alinhar e contemplar a diversidade de passados.¹

E se, contudo, a questão da desagregação da história universal for direcionada aos manuais escolares de história do início do século XIX, quando a produção e a circulação desses artefatos remontavam ao processo gradual de consolidação da escolarização e, simultaneamente, da inclusão da história como disciplina-chave para a legitimidade nacional e civilizacional? O compêndio francês *Précis de l’Histoire Ancienne (PHA)*, de Charles Cayx e Auguste Poirson, publicado pela primeira vez em 1827, será objeto de análise, interesse que se justifica pelo fato de esse material ter sido trazido em 1838, traduzido e utilizado nos primeiros anos de funcionamento de um curso secundário no Brasil, no Imperial Colégio de Pedro II (ICPII).

Argumentamos que os princípios de unidade da história universal não haviam perdido a inteligibilidade e, curiosamente, foram acomodados pelos autores com o *world-historical process* de Fillafer, mesmo que em alguns momentos tais circunstâncias proporcionassem tensões historiográficas. Disso desdobram dois eixos que se complementam. Primeiro, a escrita da história por indivíduos que acreditavam que a faziam nos termos científicos do início do século XIX, mas sob a especificidade tanto do suporte (o *précis*) quanto do público para o qual se destinava: a mocidade. Em segundo lugar, o fato de essa escrita da história ter sofrido a travessia atlântica, fruto dos projetos de nação e de civilização do Império brasileiro, traz de volta as inquietações de Fillafer, na medida em que havia a preocupação em constituir vínculo com a unidade da história praticada no momento. Isso nos permite indagar: a unidade que representa melhor esse vínculo está desagregada da tradição cristã presente na antiga história universal?

¹ Fillafer, embora com variações, apresenta essa questão apoiado nas discussões de Koselleck (2016, p.165-184).

A primeira parte do artigo se propõe a analisar o processo de produção do *PHA* como um artefato complexo, levando em conta aspectos do debate acerca da disciplinarização da história, da história dos compêndios escolares (CHERVEL, 1990; CHOPPIN, 2009; BRUTER, 2005), e também a trajetória dos autores e as inovações no campo da história. Na segunda parte, será feita uma análise comparativa entre as quatro primeiras edições do *PHA* – 1827, 1828, 1831 e 1837, mais a tradução brasileira –, tendo como objeto observar a acomodação entre a história universal antiga e o *world-historical process*. São tomadas como referência as obras *Discours sur l’Histoire Universelle* (1863), de Jacques-Bénigne Bossuet (1607-1704), publicada pela primeira vez em 1681, e *Manuel de l’histoire ancienne* (1827), de Arnold Heeren (1760-1842), originalmente publicado em 1799, em Göttingen, e traduzido para o francês em 1821. Por fim, serão tratados aspectos da travessia atlântica, da tradução e dos usos do *PHA* no Brasil, tendo como referência o período de circulação da versão traduzida: 1840-1855.

DISCIPLINARIZAÇÃO DA HISTÓRIA E PRODUÇÃO DE COMPÊNDIOS NA FRANÇA (1814-1830)

Em 1830 era publicada a última das cinco obras prescritas para o ensino de história aos *collèges royaux* e aos demais estabelecimentos de instrução pública, produzida com a intenção de estabelecer um curso completo de história. Essa coleção foi saudada por um artigo cujo título pouco esclarecia sobre o conteúdo – “*Examen Critique d’Ouvrages Classiques*, no importante periódico *Le Lycée, Journal Général De L’instruction*” – e cujo autor apenas deixava as iniciais F.N. ao fim do texto. A proposição de um curso em si já denotava uma contemporânea concepção de história ante a tradição de ensino jesuítica, e, ao mesmo tempo, o critério que definia o (re) corte temporal do que seria cada um dos volumes dava mostras, em termos quantitativos, da manutenção da valorização da Antiguidade:

- 1º Précis de l’Histoire ancienne, divisé en deux parties, par M.M. Cayx et Poirson.
- 2º Précis de l’ Histoire de la Republique Romaine, par M. Du Rozoir.
- 3º Précis de l’Histoire des empereurs, par M. Dumont.
- 4º Précis de l’Histoire Du Moyen age, par M. Des Michels.
- 5º Précis de l’Histoire moderne, par M. Michelet (LE LYCÉE, 1830, p. 76).

O texto com cerca de cinco páginas faz um balanço sobre as condições do ensino de história e resenha cada uma das obras, afirmando que, desse modo, se trata de material concebido e produzido para o uso em sala de aula, com aplicabilidade seriada – que, além disso, acompanha o critério de exposição cronológica –, sob o respaldo do Estado francês, referendado pelo Conseil Royal. Oferece ainda indícios sobre as condições das práticas de produção histórica das primeiras décadas do século XIX na França, por meio das ações desses autores.

Paul Royer-Collard, presidente da Comissão Royale de l’Instruction, teria escolhido indivíduos que “sabiam entender seu pensamento” (LE LYCÉE, 1830, p. 76). O mérito desses professores-autores – a partir de 1818 seria implantada a primeira

regulamentação para professores de história – teria sido buscar um “meio justo” entre as antigas compilações históricas volumosas e os *abrégés* superficiais. Mas, apesar da boa formação da École Normale, nos moldes em vigor até então, em “línguas antigas, ciência e filosofia”, precisaram de seu “orgulho e talento” para se lançar na empreita, cujo ineditismo incorria tanto para professores quanto para alunos. Para escreverem eles próprios seus cursos, teriam recorrido ao “trabalho árduo e paciente” (LE LYCÉE, 1830, p. 77), voltando-se para as fontes e criticando obras modernas, em alinhamento com as perspectivas da investigação histórica postas em evidência principalmente pelos alemães.

Du Rozoir é exaltado por escapar das seduções de Tito Lívio, discernir fábulas da verdade e acompanhar Heeren (LE LYCÉE, 1830, p. 79). Poirson, por lançar luz sobre o período grego entre os séculos XII ao VI a.C. e trazer conceitos importantes, como a discussão em voga sobre as invasões,² de modo que “provou pela reconciliação feliz que a Grécia teve sua idade média”, mas adequando-a a uma “obra didática” (LE LYCÉE, 1830, p. 78). O texto menciona ainda a intencionalidade de transformar os primeiros programas confeccionados pela Comissão Royale de l’Instruction Publique (Crip) entre 1819 e 1820 nos *Précis*. Nova (escrita da) história, novos livros, novos professores, novo ensino de história. Tantos ares de novidade servem de alerta para identificar os diálogos estabelecidos com as gerações anteriores de escrita da história nesse jogo de ocupação e autoafirmação de um espaço institucional e intelectual. Enfim, não se tratava apenas de uma simples coleção de livros. Estavam na ordem do dia os aspectos políticos e sociais que reconheciam a necessidade de constituir uma linha progressiva do passado, que, nos moldes de Guizot, fundia civilização e nacionalismo – embora o lidar com a Revolução ainda fosse um tabu –; a consolidação de uma proposta de ensino de história; e discussões sobre a vulgarização da ciência.

Para compreender o que significou a publicação da coleção dos *Précis* que constituíam o curso de história prescrito aos colégios reais e demais estabelecimentos de instrução pública na França no início dos anos de 1830, é preciso analisar um processo que inclui a trajetória de seus autores, o funcionamento da Crip e suas publicações, mas também a tendência que se consolidava na constituição dos Estados nacionais a implementar o ensino de história. Em relação ao último ponto, não é possível admitir sincronia entre (e/ ou de submissão do) ensino de história e a política,³ ou seja, é importante considerar como um processo de longa duração evidentemente ritmado por sobressaltos políticos, porém que não pode ser reduzido a eles (BRUTER, 2005, p. 178).

Os indivíduos envolvidos podem ser divididos em duas gerações: os que nasceram e foram educados ainda durante o Antigo Regime, como Royer-Collard (1763-1845), presidente da Crip entre agosto de 1815 e o fim de 1818; e os nascidos nos anos finais do século XVIII, que cresceram já sob a I República e obtiveram formação escolar sob o governo de Napoleão. François Guizot (1787-1874), Antoine

² Esta discussão foi feita por Poirson nas introduções do *PHA* do *Précis*..., ambos de 1828, e demonstra o enorme esforço em inserir-se no debate historiográfico contemporâneo, que compreendia a leitura dos autores antigos e modernos. Uma análise acerca da historiografia do período que debateu a dita “Idade Média Grega” pode ser encontrada em Bernal (1993).

³ As análises costumam dividir as etapas do ensino de história na França em cinco momentos, tal como a sucessão dos regimes políticos: 1789-1814, 1814-1830, 1830-1848, 1848-1879 e 1880-1914.

Lefebvre de Vatimesnil (1789-1860), Charles Du Rozoir (1790-1844), Edouard Dumont (1790-1875), Charles Cayx (1793-1858), Auguste Poirson (1793-1871), Chrysanthe Des Michels (1793-1866) e Jules Michelet (1798-1874).

Cayx, Des Michels e Poirson estudaram juntos na terceira turma da École Normal (1812) e viriam a conhecer Du Rozoir e Dumont na Faculdade de Letras de Paris, em 1812, na qual teriam sido alunos de Guizot no curso de história moderna.

A participação daqueles autores entre 1814 e 1830 pode ser verificada por meio de estatutos e demais documentos oficiais – em particular os da Crip, da qual faziam parte –, da atuação como professores e da publicação de obras de história destinadas ao público escolar. O estatuto de 26 de setembro de 1814 promovia uma série de mudanças e nos planos de estudos de *lycées* e *collèges*: garantia uma carga horária mínima de meia hora ao ensino de história e geografia (artigo 129), bem como ordenava os conteúdos prescritos num *continuum* cronológico, da *Sixième* a *Rhétorique* (artigos 138 a 143, respectivamente), reservando ao último ano os tempos modernos e a história da França.

Quadro 1 – O ensino de história na França: Programa de Ensino de 1814

Classes	<i>Sixième</i>	História sagrada e noções elementares de mitologia
	<i>Cinquième</i>	Noções elementares de cronologia e história antiga
	<i>Quatrième</i>	História antiga e Roma, até a batalha do Ácio
	<i>Troisième</i>	História romana e da Idade Média, de Augusto a Carlos Magno
	<i>Seconde</i>	História moderna depois de Carlos Magno
	<i>Rhétorique</i>	História da França

Fonte: Autor.

Embora haja inovações, elas ainda não trariam profundas alterações nas práticas recorrentes em sala de aula; a presença da história servia para legitimar moralmente a monarquia. Basta observar que quatro dos seis anos eram dedicados à história bíblica e à Antiguidade, assim como que o percurso cronológico fora encerrado em 1789. Faltava, sobretudo, um corpo de professores especializados. As aulas em muitos colégios permaneceriam ministradas pelos professores de latim e retórica.

Em 1815, a recém-instituída Crip, sob a direção de Royer-Collard, se empenharia na elaboração de programas que deveriam ser implantados nos *collèges royaux* (o novo nome para os *lycées* napoleônicos). Poirson e Des Michels passaram a trabalhar com Du Rozoir e Dumont; Cayx se juntou a eles em 1818.⁴ Os primeiros resultados apareceriam com o decreto de 15 de maio de 1818, o primeiro texto oficial dedicado exclusivamente ao ensino de história e geografia nas escolas secundárias. Reconhecia falhas na implantação das diretrizes do estatuto anterior e incluía a história entre as matérias nos exames de transição para uma classe superior. Da mesma forma, estabelecia um professor especial de história e geografia nos *collèges royaux* e *communaux* para as aulas de *Cinquième* a *Rhétorique*, mas não para as da *Sixième*.

Entre esses primeiros “professores especiais”, os autores dos *Précis* pouco a pouco vão se assentando nas cadeiras dos principais *collèges royaux* parisienses:

⁴ Informações obtidas em: <http://pages.textesrares.com/index.php/Rubriques/Cayx-Charles-1793-1858-vice-recteur-de-l-Academie-de-Paris.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

Poirson no Henri-IV desde 1817; Rozoir no Louis-le-Grand desde outubro de 1818; Dumont no Bourbon em 1820 e, posteriormente, no Saint-Louis; Cayx no Charlemagne a partir de 1820; e, finalmente, Des Michels no Bourbon em 1818 e no Henry-IV a partir de data incerta.⁵

Poucos meses depois, em 9 de novembro, a Crip emitiria outro decreto, com ajustes no programa de história e geografia, que agora iniciariam na *Quatrième*.

Quadro 2 – O ensino de história na França: Decreto de 9/11/1818

Classes	<i>Quatrième</i>	História antiga: até a aniquilação da liberdade grega com Philopemen (337 a.C.)
	<i>Troisième</i>	História romana até a partilha do império e a grande invasão dos bárbaros, sob Honorius (395 d.C.)
	<i>Seconde</i>	História geral, desde a invasão bárbara e o nascimento das monarquias modernas até nossos dias
	<i>Rhétorique</i>	História especial da França

Fonte: Autor.

Poirson e Cayx ficaram responsáveis pelo *Programme pour l'enseignement de l'histoire ancienne dans les collèges royaux*, enquanto Du Rozoir e Ragon, pelo *Programme du cours d'histoire romaine dans les collèges royaux*. A circular de 4 de julho de 1820 mantinha a distribuição dos conteúdos em quatro *classes*, que deveriam ser ministradas conforme os quatro programas publicados: *Cours d'histoire ancienne*, *Cours d'histoire romaine*, *Cours d'histoire générale* e *Cours d'histoire de France* (MARCHAND, 2000, p. 117). Pela primeira vez impressos, os programas do curso de história padronizavam os conteúdos, com a pretensão de estender o modelo dos colégios parisienses aos *collèges royaux* das províncias. Simultaneamente, Cayx e Poirson lançavam a obra *Tableau chronologique pour servir à l'étude de l'histoire ancienne*.⁶

O programa de 4 de setembro de 1821 determinava a redução da carga horária semanal de duas horas para uma hora e trinta minutos. A história deslizava para baixo na grade: da *Quatrième* até a *Rhétorique* para a *Cinquième* até a *Seconde*. Em setembro de 1826, escorregava pela grade mais uma vez: da *Sixième* a *Troisième*. A nova organização dos conteúdos de história antiga definia a estrutura que formataria a organização do *Précis de L'Histoire Ancienne* publicado no ano seguinte e do encarte complementar, publicado em 1828. Do mesmo modo, os conteúdos da *Cinquième* e da *Quatrième* indicavam o caminho a Du Rozoir, Dumont, Des Michels e Michelet.

⁵ Foi possível acompanhar as nomeações pelo site Ressources numériques em histoire de l'éducation, de A. Chervel, *Le sacrégés de l'enseignement secondaire. Répertoire 1809-1960, mars 2015 [en ligne]*, disponível em: http://rhe.ish-lyon.cnrs.fr/?q=agregsecondaire_laureats. Acesso em: 18 out. 2017.

⁶ A obra foi concluída em 1819, portanto antes do *Programme* de história antiga, segundo o site: <http://pages.textesrares.com/index.php/Rubriques/Poirson-Auguste-1795-1870-ou-la-naissance-de-lenseignement-de-lhistoire.html>. Acesso em: 17 dez. 2017.

Tabela 1 – Programas de história na França em 1821 e 1826

Classes	1821	1826
<i>Sixième</i>		História santa e história dos egípcios, dos assírios, dos persas e dos gregos até a morte de Alexandre
<i>Cinquième</i>	História antiga	História romana e continuação da história santa e da história antiga, da morte de Alexandre até o nascimento de Jesus Cristo
<i>Quatrième</i>	História romana	História da Igreja e dos imperadores, do baixo império e outros Estados até a morte de Carlos Magno
<i>Troisième</i>	História da Idade Média	Continuação das mesmas histórias, da morte de Carlos Magno até nossos dias
<i>Seconde</i>	História moderna	

Fonte: Autor.

Tais *Programes* evidenciam, portanto, uma tentativa de criar um modelo científico para a exposição de fatos históricos, em tabelas comparativas de tempo e espaço, proporcionando ao leitor a percepção de simultaneidade da história universal, tal como já faziam os alemães.⁷ A tentativa de padronização de conteúdos e sua expansão para as províncias, se associadas à inclusão da história nos exames, indica a articulação entre o poder de normatização do Estado e autores que lucrariam com as vendas de compêndios.

Aqueles quatro programas publicados em 1820 renderiam novas publicações, que aos poucos se metamorfoseariam, de uma simples prescrição de conteúdos, em uma narrativa histórica mais complexa, que inclui o exercício do cotejamento entre autores contemporâneos e destes com os autores da Antiguidade. Quando ventos liberais passaram a soprar com mais força em 1828, valorizando a presença da história – já com aspectos modernos – no ensino e na sociedade francesa, boa parte dos *Précis* estava publicada e pronta para circular pelos colégios franceses. Ao longo da década de 1830, quando a perspectiva histórica de Guizot se reafirma, essas obras foram sendo ajustadas, sobretudo pelas experiências de seu uso em sala de aula.

A tabela a seguir, construída com base no banco de dados on-line Emmanuelle,⁸ organizado por Alain Choppin, apresenta a relação entre esses professores/autores e os programas de ensino que legitimam a transformação de *Tableaus Chronologiques* em *Précis* ao longo dos anos de 1820 e adentram a década seguinte. O campo “duração editorial” se torna, assim, um bom indício desse processo de sobreposição.

⁷ A prática de elaboração de tabelas sincrônicas foi desenvolvida na segunda metade do século XVIII, na Universidade de Göttingen, principalmente por Johann David Köhler e Johann Christoph Gatterer.

⁸ Disponível em: <http://emmanuelle.bibliotheque-diderot.fr/web/index.php>. Acesso em: 5 maio 2018.

Tabela 2 – Produção dos professores/autores franceses

	Autores	Título	Duração editorial
1	Cayx e Poirson	<i>Tableau chronologique pour servir à l'étude de l'histoire ancienne</i>	1820-1824
2		<i>Précis de l'histoire ancienne</i>	1827-1853
3	Cayx, Poirson e Du Rozoir	<i>Précis de l'histoire des successeurs d'Alexandre, suivi du précis de l'histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'à l'Empire</i>	1828
4	Anônimo	<i>Tableau chronologique pour servir à l'histoire romaine</i>	1821-1824
5	Du Rozoir	<i>Précis de l'histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'à l'Empire.</i>	1830-1844
6	Dumont	<i>Précis de l'histoire des empereurs romains et de l'Eglise pendant les quatre premiers siècle</i>	1828-1844

Fonte: Autor.

VARIAÇÕES NA ESTRUTURA DAS EDIÇÕES DO PHA

Conforme consta no Emmanuelle, para o período em questão há quatro edições do PHA: 1827, 1828, 1831 e 1837. A comparação entre os prefácios e os índices, que refletem critérios de escolha e distribuição do conteúdo ao longo da obra, permite apontar tensões historiográficas e políticas – questões essas que se desdobram nas escolhas feitas para a composição da escrita da história no decorrer do volume.

A primeira edição de PHA, impressa em In-8, continha 276 páginas.⁹ Já a segunda, “revisada e ampliada”, contava com 563 páginas e tinha os conteúdos organizados em 41 capítulos, distribuídos em cinco épocas, ao longo de 392 páginas. Apresentava no fim, com 175 páginas, o encarte *Précis de L'Histoire des successeurs d'Alexandre*, considerado a sexta época, em oito capítulos que seguem a numeração da primeira parte, embora com paginação reiniciada, totalizando 49 capítulos, acompanhado de Introdução (p. I-VIII). O mesmo encarte também foi publicado em separado, conforme demonstra a Tabela 2. Um ajuste que dava contornos finais à organização dos conteúdos seria publicado em 20 de novembro de 1828, um mês após a publicação da segunda edição do PHA, pelo recém-empossado ministro Vatimesnil:

o curso de História será dividido: em *História Antiga*, e compreende a história dos sucessores de Alexandre; História romana, com a

⁹ Não foi possível analisar o conteúdo do exemplar, mas apenas sua referência, por meio de pesquisa no catálogo virtual da *Bibliothèque Nationale de France*, disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb302097793>. Para a listagem de todos exemplares disponíveis – 1ª edição, 2ª edição, 3ª edição, 12ª edição: <http://catalogue.bnf.fr/changerPage.do?motRecherche=charles+cayx&nbResultParPage=10&afficheRegroup=false&affinageActif=false&pageEnCours=1&nbPage=3&trouveDansFiltre=NoticePUB&triResultParPage=0>. Acesso em: 19 abr. 2017.

história dos imperadores até a invasão dos bárbaros; História da Idade Média antes da invasão dos bárbaros até a queda de Constantinopla por Maomé II; História moderna, antes da queda de Constantinopla até a morte de Luis XIV (MARCHAND, 2000, p.125, grifos nossos).

Entre as duas primeiras edições – maio de 1827 e outubro de 1828 – há significativas mudanças no cenário político francês. Com a derrota dos ultras nas eleições de novembro de 1827, o ministério Vatimesnil, de perfil de direita mais moderada, inauguraria uma ruptura completa com a política escolar praticada pelo ministro anterior, o bispo Frayssinous (MARCHAND, 2000, p. 32). Ainda assim, tal como a já mencionada ressalva de Bruter (2005), o condicionamento das alterações referentes ao ensino de história às mudanças políticas pode produzir uma análise mecanicista e, conseqüentemente, ocultar as ações dos próprios professores/autores dos compêndios dentro dos limites possíveis, ou seja, desconsiderar a possibilidade de que eles poderiam já desejar as alterações na estrutura do *PHA*, no sentido de restringir aspectos de história sagrada, antes mesmo da queda dos ultras. Logo, as mudanças políticas possibilitaram uma abertura para tanto, e não a sua motivação, de modo que sob tais circunstâncias existe uma correlação de forças muito mais complexa. Há, portanto, indícios de um posicionamento historiográfico que não necessariamente acompanha a forma corrente empregada por Bossuet, em épocas, como o único padrão de inteligibilidade do passado. Ainda assim, as duas vertentes foram acomodadas no interior do *PHA*.

O relato bíblico funciona na primeira época como o ponto de partida da história humana e, sob o epíteto de história sagrada, adentra a segunda época, pois os três primeiros capítulos tratarão do relato bíblico: da morte de Moisés (em 1605) ao retorno dos judeus após o cativeiro na Babilônia (536). Os títulos deles são precedidos pela denominação *Histoire sainte*. A divisão por épocas das duas primeiras edições não lembra Bossuet apenas pelo emprego da nomenclatura, mas também pelo posicionamento dos hebreus na construção narrativa da história da humanidade.

Imagem 1 – A presença da história sagrada na segunda edição (1828)

INTRODUCTION. Époques.	Pages	v—viii
<i>Première époque : Création, déluge.</i>		
CHAPITRE I. Temps écoulés depuis la création jusqu'à la mort de Moïse.		1—6
<i>Seconde époque : Fondation des anciens empires.</i>		
CHAPITRE II. Histoire sainte : temps écoulés depuis la mort de Moïse jusqu'au schisme des dix tribus, 1605-962.		6—10
CHAPITRE III. Histoire sainte : temps écoulé depuis le schisme des dix tribus jusqu'à la captivité de Babylone, 962-606.		10—15
CHAPITRE IV. Histoire sainte : captivité de Babylone ; retour des Juifs à Jérusalem, 606-536.		15—18
CHAPITRE V. Histoire des Égyptiens depuis les temps les plus reculés, jusqu'à la conquête de leur empire par les Perses,		

Fonte: CAYX; POIRSON, 1828, p. 389.

A segunda edição do *PHA* não trazia nem Prefácio próprio nem o da primeira edição.¹⁰ Na terceira¹¹ (*refondue em partie*), a distribuição por épocas é abandonada, e os capítulos anteriormente vinculados à sexta época são incorporados aos demais capítulos da obra, totalizando 583 páginas. O Prefácio da primeira edição abre o volume, seguido da *Introduction a l'histoire de la Grèce*, que será a bricolagem da versão anterior com o texto introdutório do encarte da segunda parte (*Précis de L'Histoire des successeurs d'Alexandre*) e mais alguns parágrafos adicionados apenas com o intuito de reforçar argumentos já postos. Em termos estruturais, a versão da terceira edição se consolida a partir de então, sofrendo somente alterações pontuais nas edições seguintes, mas que não interferem mais na estrutura da obra, como ocorrera nas variações entre as três primeiras edições.

O Prefácio da primeira edição (CAYX; POISON, 1831, p. I-II) evidencia preocupações dos autores – desde 1827, e não sob a Monarquia de Julho, vale ressaltar – com os debates contemporâneos acerca da produção do conhecimento histórico, como:

a) O objetivo de “preencher as lacunas” ao “incluir povos ainda não estudados: judeus, sírios, fenícios, cipriotas, ródios, cretenses, epirotas, trácios, gregos da Ásia e sul da Itália” para compor um quadro universal integrado com as já bem estudadas “nações principais (egípcios, assírios, habitantes da Grécia Central e Peloponeso), fruto de imensas pesquisas de ingleses, alemães e franceses – principalmente na Academia de Inscrições e Belas Letras”.

b) O importante papel da cronologia, para sincronizar os relatos de formação dos antigos impérios e povos, cujas pesquisas acerca da cronologia dos “judeus, assírios e lídios, e da república romana”, já haviam sido bem discutidas e estabelecidas com “rara sagacidade”, ao passo que ainda havia incertezas quanto ao Egito. Mediante centenas de tentativas que produziam uma variação de cerca de 3500 anos (entre 3483 e 6984 a.C.) como data para a criação do mundo, os autores anunciam que adotarão a data da obra *L'Art de vérifier les dates avant J.-C* (1820):¹² 4963 a.C.

A inclusão dos judeus entre os “povos ainda não estudados” certamente se refere à operação historiográfica contrária à perspectiva de uma narrativa sincrônica, tal qual a desenvolvida por apologistas cristãos como Taciano, Teófilo de Antioquia e Clemente de Alexandria, que, no papel de representantes do “verdadeiro Israel”, defendiam a herança, a superioridade e a antiguidade desse povo, detentor da aliança divina até Cristo. Essa tradição ganharia contornos mais sólidos na *Historia Ecclesiastica* de Eusébio de Cesaréia (265-339) – cujas bases são as proposições de história universal de Diodoro da Sicília, adotada com *status* oficial da Igreja e do Império ao situar Moisés

¹⁰ Ao que parece, esse não estava presente na edição anterior, pois no Índice, ao fim do volume, no que parece ser algum lapso no momento da confecção da segunda edição, a Introdução se denomina *Époques*, em três páginas (p. V-VIII), a qual não condiz com o presente volume e provavelmente se refere ao que havia na primeira edição – para explicar o critério de adoção das épocas.

¹¹ O exemplar em formato digitalizado está disponível na íntegra pelo Google livros: https://books.google.com.br/books?id=Vg4PAAAAQAAJ&pg=PP7&hl=ptBR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 abr. 2017.

¹² De autoria de um religioso da Congregação de Saint-Maurcom (1820), a obra oferece tabelas cronológicas comparando datas, fatos históricos, inscrições, crônicas e outros antigos monumentos antes da era cristã de diversos povos. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=AuNhajLP0vkC&rdid=bookAuNhajLP0vkC&rdot=1>. Acesso em: 20 abr. 2017.

como anterior à guerra de Tróia – e estabeleceria o “eixo da *Preparação Evangélica* e de sua realização: Diodoro, Eusébio, Dante e Bossuet” (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 151).

Sobre as “imensas pesquisas de ingleses, alemães e franceses”, mencionadas por Cayx e Poirson, acerca de pesquisadores e respectivas interpretações, é pertinente considerar o fenômeno da destruição do sistema interpretativo do *Modelo Antigo* decorrente não apenas da reação cristã, mas de motivação maior alimentada pelo romantismo, pelo racismo e também pelo conceito de progresso, entre 1790 e 1830, e que se desdobra na Helenomania (BERNAL, 1993). Desenvolvidos de forma muito intensa na Alemanha, tais fundamentos circularam pela Europa, como as referências utilizadas por Cayx, Poirson, Du Rozoir comprovam, fica evidente que houve debate e posicionamento por parte dos autores dos *Précis*.¹³

Por ter sido citado tanto por Poirson e Cayx quanto por Du Rozoir, o *Manual de l'histoire ancienne* (1827) de Heeren pareceu ser uma boa aposta para estabelecer uma frente da influência da historiografia alemã entre os franceses. Heeren segue a tradição de Göttingen, onde fora professor entre 1820 e 1840– pautada na forte ligação da história com os desenvolvimentos econômicos e técnicos. O destaque dado a Cartago, Egito e Etiópia em *Ideenüber die Politik, den Vehrkehrundden Handel der vornehmstenVolker der alten Welt* (1793-1796) o mantinha próximo ao *Modelo Antigo*, o que o levou ao isolamento diante dos românticos alemães (BERNAL, 1993).

Uma análise comparativa entre os índices de Bossuet (1863), Heeren (1827) e Cayx e Poirson (1828; 1831) revela aspectos interessantes de acomodação entre duas perspectivas historiográficas diferentes, mas que, em comum, compartilham a noção de progresso. Além disso, demonstra como, no caso desse tipo específico de obra histórica, a premissa da desagregação da história universal, tratada por Fillafer, não ocorre de imediato.

A partir de doze idades do mundo, Bossuet organiza uma cronologia que parte da criação divina e percorre a formação do povo escolhido rumo a uma linha progressiva e teleológica, que culmina na cristandade ocidental. Os títulos sempre evocam um personagem histórico e um tema que justifique sua existência: Adão ou criação, Noé ou dilúvio, vocação de Abraão ou início do povo de Deus e a aliança, Moisés, ou a lei escrita. Nessa idade do mundo, os espaços geográficos e os povos passam a se alternar na constituição da história universal: guerra de Troia, Salomão ou a construção do templo, Rômulo ou Roma fundada, Ciro ou a libertação dos judeus, Cipião ou Cartago vencida, o nascimento de Jesus Cristo, época de Constantino ou a paz da Igreja e, finalmente, Carlos Magno e o estabelecimento de um novo império.

Alicerçado na perspectiva iluminista de que as diferentes regiões do globo se tornavam cada vez mais interconectadas por meio da conquista, do comércio e da cultura, e de que a Europa agia como o ponto fulcral desse processo (FILLAFER, 2017, p. 15), Heeren transferia essa lógica para a Antiguidade – a “formação dos Estados, as mudanças em relação às suas constituições, e a direção que isso imprime ao comércio do mundo, com a contribuição de cada nação por meio do estabelecimento de suas colônias”. O início da humanidade não é uma questão abordada.

As cinco seções da obra buscam articular a cronologia e a geografia, como pode ser observado no critério para a definição da primeira parte: Estados de Ásia

¹³ A teoria acerca dos dórios de Karl Müller (1797-1840) é refutada por Poirson na *Introduction a l'histoire de La Grèce*.

(assírios, medos, babilônios, Troia, Lídia e Frígia, fenícios, sírios e judeus) e África (egípcios e cartagineses) antes de Ciro. A segunda seção oferecia pela primeira vez o sentido de unificação dos espaços ao narrar o Império Persa – em comparação com as outras, essa é a menor: 25 páginas.

A terceira, “História da Grécia”, a mais extensa de todas (75 páginas), demonstra a preocupação do historiador com a “causa da divisão desse país” (1827, p. ix) e expõe a projeção que autores alemães faziam da própria realidade ao mundo grego – uma língua compartilhada, mas não um Estado unificado, questões caras ao romantismo alemão. Assim, narra a guerra de Troia e a guerra contra os persas, para, na sequência, tratar de Esparta e Atenas e, após a localização geográfica, das demais cidades gregas, encerrando o capítulo com os acontecimentos entre as guerras médicas e Alexandre.

A quarta, tal como a segunda, apresenta a unificação imperial, agora sob os macedônios, e mostra a formação e a dissolução do império após a morte de Alexandre. Com um capítulo dedicado aos reinos maiores e outro a reinos menores e estados isolados, novamente Heeren lança mão da estratégia da espacialização com a exposição simultânea de vários povos e regiões, iniciada com a formação dos reinos sob os sucessores de Alexandre após a batalha de Ipsus.

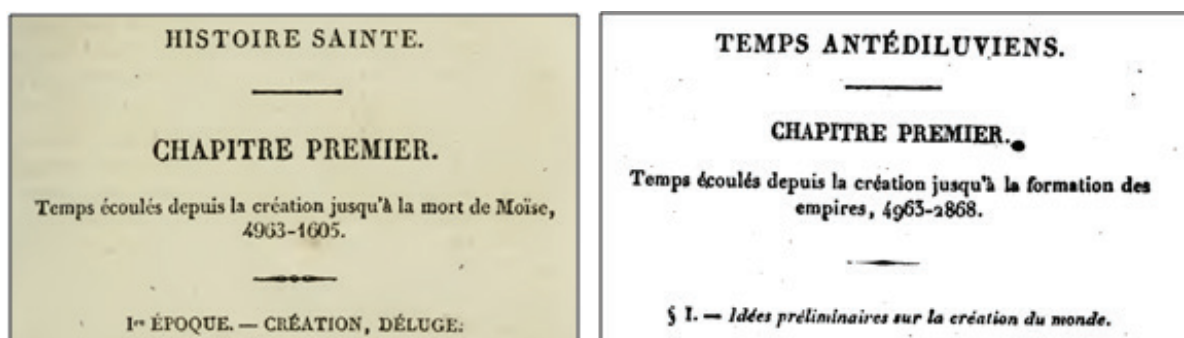
Por fim, a quinta e última seção aborda os romanos a partir de uma divisão cronológica em quatro períodos: da fundação às guerras contra Cartago; os problemas internos dos Gracos; o fim da República; o início da monarquia até a queda do Ocidente.

Cayx e Poirson, na segunda edição (1828), demarcam bem a história sagrada para os primeiros quatro capítulos e a história profana na sequência, do quinto ao 49º capítulo, numa organização parecida com a de Heeren. A interseção das perspectivas se opera, uma vez que a segunda época proposta pelo compêndio francês tinha como propósito a Fundação dos Antigos Impérios e que o povo eleito inaugura a narrativa universal, seguido então por egípcios, gregos, babilônios, assírios, e pelos reinos de Síria, Troia a Lídia (ver Tabela 3 abaixo).

A terceira época funcionaria como uma espécie de preâmbulo para a junção das histórias particulares na formação de um espaço universal, mesmo procedimento de Heeren – o que quer dizer que o relato geográfico desse mundo antigo será submetido a uma perspectiva de encadeamento cronológico: da formação do império persa e dos Estados marítimos da Ásia e da África até o momento das guerras médicas.

A quarta época, que compreende um “espaço” temporal de 134 anos (494-360), narra as guerras médicas, seguida da guerra do Peloponeso, e as relações entre gregos e persas no período. A quinta época narra o surgimento do império macedônico e as ações militares de Filipe e Alexandre até sua morte, além de tratar de governo, moral e costumes de diversos estados da Grécia – desde Licurgo e Sólon, literatura, ciências e artes, até a dominação macedônica. Por fim, a sexta época, encarte incorporado à edição de 1828, aborda os sucessores de Alexandre, a formação de novos reinos, a conquista romana e os hebreus, do cativo babilônico até o reino de Herodes.

Enfim, fica evidente que o *PHA* resulta do diálogo entre questões da nascente historiografia profissionalizada do período e a tradição narrativa que remonta a Bossuet, Eusébio e Diodoro da Sicília. A acomodação entre história sagrada e profana está presente, mas sofrerá alterações em termos formais na edição subsequente.

Imagem 2 – A exclusão da história sagrada no *PHA*: segunda (1828) e terceira (1831) edições

Fonte: CAYX; POIRSON, 1828, 1831, p. 1.

Em outubro de 1831, a terceira edição apresenta mudanças estruturais e uma nova lógica de inteligibilidade, que perdurará nas edições posteriores. Uma delas é o abandono da designação de história sagrada; outra, o abandono da divisão por épocas, o que significa que, na reacomodação dos povos sob a linha do progresso da humanidade, o percurso do éden ao retorno dos hebreus do cativeiro (536) fora descontinuado. Ainda assim, persiste a necessidade de um primeiro capítulo que trate da criação e da dispersão populacional após o dilúvio.

As duas principais mudanças recaem sobre o posicionamento dos hebreus e dos gregos. Aos primeiros, a desvinculação da história sagrada relega à posição de mais um povo, entre tantos outros, que, com o surgimento dos grandes impérios, seria alvo de conquistas sucessivas, mas que, pela importância do cristianismo para a identidade ocidental, mantém uma considerável atenção, evidenciada pelos dois capítulos a eles dedicados. Com relação aos gregos, o reposicionamento deles na terceira edição do *PHA* reforça a tese de Bernal (1993) quanto ao forte movimento de desvinculação aos egípcios e, simultaneamente, crava a fronteira, que, ao separar oriente e ocidente entre os povos da Antiguidade, reafirma elementos caros ao romantismo e ao racismo. A variação entre as organizações sequenciais dos povos pode ser observada pelo quadro comparativo a seguir:

Tabela 3 – Comparativo da estrutura do *PHA* entre as edições de 1828 e 1831

1828	Capítulos	1831	Capítulos
Criação do mundo até fim do cativeiro dos hebreus (536)	1-4	Criação e migrações	1
Egípcios	5-6	Egípcios	2-3
Gregos	7-14	Babilônios e Assírios	4-5
Babilônios e Assírios	15-16	Hebreus de Noé a até o fim do cativeiro (536)	6-7
Síria, Lídia e Tróia	17	Síria, Lídia e Tróia	8
Medos e Persas	18-20	Medos e Persas	9-10
Fenícios e Cartagineses	21	Fenícios e Cartagineses	11
		Gregos	12-18

Fonte: CAYX; POIRSON, 1828, 1831

DA FRANÇA PARA O BRASIL

A hegemonia dos saquaremas no exercício da direção política, intelectual e moral, presente nos anos seguintes à queda de Feijó, decorreu da habilidade em preservar a ordem imperial, ao mesmo tempo em que se difundia uma expansão para dentro, no sentido de conformar ou civilizar os cidadãos brasileiros (MATTOS, 2017, p. 36). A predileção liberal aos Estados Unidos se desgastara pelo contraste das demais repúblicas americanas, e, sob a liderança de Vasconcelos, o carro parava e fazia uma (re)conversão da América do Norte ao velho continente. Não por acaso, o princípio conservador dos saquaremas buscava como referência as experiências de modernidade europeias com base em três fontes: o conservadorismo prescritivo britânico, o liberalismo doutrinário francês e o monarquianismo de Coimbra (LYNCH, 2010).

A criação do ensino secundário no Brasil, como agenda política, reflete os interesses pela “centralização administrativa e pela formação de um *ethos* comum, voltado ao estrato social específico (TURIN, 2015, p. 303), de modo que, no âmbito territorial da Corte, a criação do ICPII tinha como fito “produzir um corpo social minimamente homogêneo e ligado ao Estado” (TURIN, 2015, p. 306) e, assim, “consolidar a estabilização social e semântica, após os conturbados anos do Primeiro Reinado e das Regências” (TURIN, 2015, p. 307). É inegável a influência francesa na constituição do ICPII. Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro e idealizador do colégio, afirmara na sessão da Câmara dos Deputados de 19 de maio de 1838 que, em quase todas as suas disposições, o regulamento fora copiado dos colégios da França (HAIDAR, 1972, p. 99).

Numa série de estudos, Valdeci Araujo alerta para a existência de “uma decisiva descontinuidade conceitual em resposta às novas formas de experimentar o tempo abertas com o processo de independência” (2008, p. 20), na esteira das análises da *Sattelzeit* (1750-1850) de Koselleck.¹⁴ A melhor forma de compreender o fenômeno da tensão entre a tradição cíclica do ambiente ilustrado português e a moderna experiência do tempo, entre a geração da independência e sua sucessora, seria, como Manoel Salgado Guimarães já havia percebido, por meio “da transição entre uma experiência antiga e uma moderna da história”, pela suspensão heurística e pela realocação do problema em novas bases categoriais, o que significa desconsiderar os “termos da continuidade ou descontinuidade entre iluminismo e romantismo (ARAUJO, 2011, p. 136).

Na chave explicativa empregada por Araujo (2011, p. 140), recorrendo a diversos trabalhos recentes que apontam para uma instabilidade conceitual, a permanência e a expansão de certos fragmentos do *topos historia magistra vitae* são consideradas fundamentais ao processo de constituição dos Estados nacionais, tanto no caso brasileiro quanto em outros países. Ele refuta, assim, um significativo atraso na abertura de um campo moderno de experiência no contexto brasileiro, de modo que a permanência do *topos* não deve ser tratada como resistência à modernização. Não há um excepcionalismo brasileiro, e o próprio uso que Koselleck faz do termo

¹⁴ Lynch (2015, p. 351) ressalta que o termo também se valida em termos de análise política, pois abarca o período de transição do sistema político conceitual do Antigo Regime para o constitucionalismo e o liberalismo.



“dissolução” estaria remetido a um processo de fragmentação de uma totalidade de experiência da história.

Esses fragmentos e possibilidades de significação de parcelas da realidade continuam vigentes, como peças soltas que não mais serão unidas de modo a constituir a inteligibilidade anterior. O “discurso conservador, em suas múltiplas formas, precisou agir mais enfaticamente para retardar o tempo, sem, contudo poder, ou desejar, articular a experiência em torno de modelos do passado” (ARAUJO, 2011, p. 144).

Novas formas de experimentar o tempo entrecruzam disputas no campo político com o manejo da história, seja pela sua escrita (como faria o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) ou sua difusão através de estabelecimentos de ensino. No discurso de Vasconcelos, em 15 de julho de 1837, a tensão entre a moderna experiência do tempo e o *topos historia magistra vitae* fica latente: “Qual será o homem tão sensível às ideias liberais, aos sentimentos generosos que não adote as grandes ideias que sobre amor à pátria se lê nos oradores da antiguidade; sobre os deveres do homem nos filósofos; e sobre as ações dos grandes, nos poetas?” (*Anais da Câmara dos Deputados*, p. 118).

Vasconcelos optava pelo modelo francês por acreditar ser o que havia de mais moderno na Europa. Em outra ocasião, demonstrava sua admiração pela reforma educacional de Guizot – “encarregou-se ao Ministro brasileiro em Paris para que enviasse os compêndios mais acreditados em todos os colégios reais, municipais e particulares da França, organizados depois da última lei que regulou a universidade de Paris” – e, ao mesmo tempo, reconhecia a originalidade e quão impressionado ficara com um dos quatro *Précis*, provavelmente o *PHA*, cuja quarta edição era justamente de 1837: “Tinha mandado traduzir um compêndio de história, publicado em 1837, e que me parecia superior a quanto se tinha impresso a tal respeito” (*Anais do Senado*, sessão de 10 de outubro de 1839, p. 360).

Da pena do primeiro professor de história e geografia do ICPII, Justiniano José da Rocha, estudante em Paris nos anos de 1820 e aliado de Vasconcelos desde a Regência de Feijó, informações mais consistentes podem ser obtidas em relação ao curso de história proposto. O manuscrito, de data incerta, informava que a coleção completa¹⁵ dos *Précis* fora trazida e aventava a possibilidade de tradução de todos os volumes, projeto certamente interrompido por sua demissão, em agosto de 1840, no desenrolar das disputas políticas em torno da maioria, quando esteve à frente do periódico *O Brasil*.

Diz Justiniano José da Rocha, professor do Imperial Colégio de Pedro 2º, que havendo em outubro de 1838 recebido das mãos do *Excelentíssimo Senhor* Ministro do Império *quatro compêndios de história, formando o curso completo, adotados pela [Uni-]versidade de Paris*, e que o mesmo *Excelentíssimo Senhor* [man]dara vir de França, para suprir a falta [ab-]soluta, que em nossa pátria se sentia, de [palavra cortada] desta natureza, e havendo-lhe ao mesmo tempo ordenado que os examinasse; e visse se pod[eria] ser adoptado para o Colégio de Pedro 2º: p[palavra cortada] de pronto a obedecer, e achou

¹⁵ Os compêndios de Du Rozoir e de Dumont já formavam uma edição conjunta em volume único quando a coleção chegou ao Brasil.

que pela clareza e método da exposição, pelo encadeamento, e exatidão dos factos, fariam esses livros honra [palavra cortada] ção que para o ensino de sua mocidade o [ha-]via adoptado, e que podiam, *ao menos os de história antiga e romana*, senão *os da idade-média e moderna* servir tanto para alunos Brasileiros como para os Franceses. Convinha [para] que fossem traduzidos, e impressos (ROCHA, 1838-1841, grifos nossos).

Justiniano concluiu a tradução e a impressão do *Compêndio de História Antiga* de Cayx e Poirson e do *Compêndio de História Romana* de Du Rozoir e Dumont em dezembro de 1839, com mil exemplares cada. Mas a reforma curricular do ministro Manuel Antonio Galvão, ao redesenhar a grade – segundo ano: história pátria; quinto e quarto anos: história geral –, postergava o uso dos compêndios. Convocado a se manifestar sobre como deveria ser o novo curso, o cônego Marcelino Bueno, substituto de Justiniano, se opunha aos compêndios franceses, a ponto de – por não compreender ou não concordar com a escrita da história presente no *Compêndio de História Antiga* e no *Compêndio de História Romana* – considerá-los “difusos”. Ele sequer mencionava os compêndios não traduzidos, provavelmente não consultados, ignorando o conceito de história implícito no todo da coleção.

Mas, para lecionar no 2º ano História Geral e Pátria não se pode adotar os Compêndios de História Geral por Cayx e Poirson e por Resoir e Dumont traduzidos pelo Sr. Dr. Rocha, por que esses compêndios são muito difusos (?). Nos compêndios para as aulas só deve aparecer o essencial e indispensável. Convêm muito aproveitar o tempo com a economia possível e facilitar o estudo não o tornando fastidioso (*apud* PENNA, 2008, p. 166).

Em 1841, essa reorganização seria desfeita no ICPII, e a História, distribuída da seguinte forma:¹⁶ quatro aulas de história antiga para o terceiro ano, quatro de história romana para o quarto ano, três de história da Idade Média para o quinto ano, duas de história moderna para o sexto ano e, por fim, duas de história do Brasil para o sétimo ano. Tal configuração seria alterada somente em 1856, no âmbito das reformas dos anos de 1850 (GASPARELLO, 2004, p. 227), descontinuando o uso da coleção dos *Précis*. A partir de então, adotava-se a “edição última para uso dos liceus de Paris” do *Manuel du Baccalauréat* como o compêndio para o ensino de história antiga, história da Idade Média e história moderna (HAIDAR, 1972, p. 150-151).

Se esse percurso indica que, *intramuros*, o projeto inicial de Vasconcelos sobreviveu, o mais sensato é reconhecer o sucesso do ICPII em consolidar um espaço de formação de (para) uma elite e, ao mesmo tempo, relativizar a importância do colégio no sentido da advertência de Haidar (1972), segundo a qual o ICPII atuou como padrão ideal, mas não como padrão real de ensino. No relatório produzido após inspeção de aulas públicas e estabelecimentos de ensino particulares e apresentado como anexo do relatório do Ministério do Império, Justiniano contatava que, além de os estabelecimentos não conseguirem oferecer instrução parecida ao ICPII, este ainda

¹⁶ Regulamento n.62 /1841. Quadro anexo ao ofício enviado de 21 de janeiro de 1841, citado por Penna (2008, p.170-171) e Vecchia (2003).

proporcionava uma forte concorrência que lhes tirava alunos, pois os pais transferiam os filhos nos últimos anos para o ICPII, em busca do diploma de bacharel, o qual garantia acesso aos cursos superiores (ROCHA, 1851, p. 3-4). A regulamentação de pontos para os exames do curso de direito de São Paulo já incluía a história desde 1831 (HAIDAR, 1972, p. 48).

Como consequência, a oferta de aulas de história se adequava a essa demanda, como atesta o anúncio do professor Joaquim Russel: “Um curso elementar de história antiga e moderna [...] indispensável aos senhores que pretendem matricular-se em academias, onde é este um dos requisitos exigidos por lei” (*Jornal do Commercio*, 1844, edição 1, p. 3). Antes de se buscar compreender como o ICPII influenciou os demais estabelecimentos de ensino, parece mais pertinente indagar em quais condições as aulas de história no Rio de Janeiro se encontravam no momento da criação do ICPII e como, a partir de então, se daria a convivência entre a pretensa proposta oficial – e seus respectivos compêndios – e a história ensinada nesses outros espaços.

A tiragem de mil exemplares da tradução de cada *Précis* indica que havia a intenção de uniformizar o ensino. Em 21 de maio de 1840, o ICPII anunciava os compêndios oferecendo desconto de vinte por cento aos diretores que comprassem mais que dez exemplares (*Jornal do Commercio*, 1840, edição 136, p. 4). Uma década depois, Justiniano, embora não tratasse especificamente de aulas de história, constatava a pouca diferença entre os colégios quanto a métodos e compêndios. Ele acusava, como consequência da falta de regulamentação, o uso de compêndios antigos, e poucas exceções adotavam os “Livros da Universidade da França, cujo texto mais acurado, cuja escolha é melhor regulada pela gradação das dificuldades” (ROCHA, 1851, p. 7-8).

Se milhares de exemplares dos *Compêndio de História Antiga* e de *História Romana* estavam disponíveis, a situação era bem diferente para os outros dois compêndios do curso. Além do obstáculo do idioma francês, havia os custos de importação e a não disponibilidade imediata. Apenas uma ocorrência de anúncio de venda do *Précis de l’histoire moderne* (JC, 1843, edição 75, p. 4) foi encontrada. Não obstante, uma vez adotados para além do ICPII, os dois primeiros recebiam um uso que já estava distante das intenções dos autores. Portanto, a coleção desmembrada desfiguraria o projeto inicial, o qual, por sua vez, já havia sido resultado de tensões e disputas, como evidencia a narrativa criacionista no *PHA*.¹⁷

Uma varredura sobre anúncios de colégios entre 1838 e 1855 no *Jornal do Commercio*¹⁸ e no *Almanak Laemmer*¹⁹ não aponta nenhum que tenha se valido da estratégia de mencionar a conformidade com o ICPII, enquanto o apelo à adequação

¹⁷ Cf. Choppin (2009) acerca da importância da circunscrição conceitual de manuais escolares quanto a natureza, funções e usos. Um caso específico é *History of Rome*, de Oliver Goldsmith. Mesmo que o título atribuído pelo autor não indique a concepção para o uso escolar, no idioma original era utilizado no ensino de língua inglesa (TURIN, 2015, p. 304), o que não necessariamente significa que em outros estabelecimentos a edição em português desse compêndio, ou até a versão original, fosse utilizada para as aulas de história. O compêndio adotado pelo ICPII poderia ser apenas mais uma opção na preferência de diretores e professores.

¹⁸ A coleção digitalizada pela Biblioteca Nacional está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>. Acesso em: 5 out. 2018.

¹⁹ A coleção digitalizada pela Biblioteca Nacional está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20184&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2018.

aos exames de preparatórios é recorrente. O que se encontra é uma polissemia entre ofertas de história universal, história antiga e moderna, história e outras variações. Somente em dois anúncios de livreiros os compêndios são ofertados: “compêndio da [sic] história antiga, adotado pelo colégio de Pedro Segundo” (JC, 1843, edição 132, p.4), “Compêndio da história romana, traduzido por A. de V.M. de Drumond [sic], 500 réis” (*Jornal do Commercio*, 1847, edição 277, p.4; edição 327, p.4). Em contraponto, considerando as mudanças a partir da Reforma de Couto Ferraz, que incidiram em maior controle por parte do Estado nos exames e nos compêndios, Nicolao Alves anunciava em 16 de novembro de 1856 o novo compêndio de História francês adotado pelo ICPII :

Imagem 2 – Anúncio do compêndio de história adotado pelo ICPII a partir de 1855



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1856, edição 317, p. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A travessia atlântica incrustou novos elementos à complexa natureza da coleção dos *Précis*, mais especificamente do *PHA*, como um artefato cultural e mercadológico. Do mesmo modo, é possível identificar um composto de quatro camadas de experiências do tempo decorrentes do uso desse artefato. Entre 1820 e 1837, na França, tensões marcaram o processo de produção das primeiras edições dos *Précis*. Cayx e Poirson integravam um grupo que se sentia imbuído pela missão de trazer os conhecimentos históricos mais atualizados ao mesmo tempo que acreditavam, eles mesmos, serem produtores de conhecimento com base em modernos métodos de análise da documentação histórica.

Sob tal tensão é que o entrecruzamento entre as concepções de história de Bossuet e Heeren deve ser compreendido. Há pontos de resistência da história universal de Bossuet que são capazes de moldar a inteligibilidade da história. Arranjos que evitassem indisposições com a Igreja não cessaram quando Guizot esteve à frente do ministério da Instrução Pública.

As outras três camadas se desdobram entre 1838 e 1855, no Brasil. A escolha da coleção dos *Précis* pelas autoridades brasileiras se pautou pela confluência política de Vasconcelos ao liberalismo doutrinário de Guizot. As falas de Vasconcelos demonstram como o desejo pela consolidação de um Estado moderno passava pela implantação das

novidades educacionais vindas da França, sob a ação de Guizot. Na camada seguinte, metade da coleção dos compêndios adotados é traduzida e impressa aos milhares, perdurando por quinze anos, apesar da incompreensão e da resistência, como no caso de Bueno, em 1840, contra essa nova inteligibilidade da história. Na última camada, na qual práticas escolares de uma duração mais longa estão em curso, o que se verifica é um misto de baixa adesão ou uso resignificado dos *Précis* nos colégios e em aulas particulares ante as prescrições dos exames preparatórios.

Em termos de abertura para uma experiência moderna do tempo, o impacto causado pela presença dos *Précis* (1838-1855) parece pouco provável. Entre tensões e disputas pela construção de inteligibilidade – e, portanto, da unidade – da história num campo de batalha que não era exclusivo dos historiadores, no espaço escolar, variáveis como a tradição, o poder da Igreja e sua relação com o Império brasileiro, ou a ausência de um espaço de formação profissional de historiadores e professores, desempenhavam um papel categórico.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p.132-147.

BERNAL, Martin. *Atenea negra: las raíces afroasiáticas de la civilización clásica*. V. I: La invención de la Antigua Grecia, 1785-1985. Barcelona: Crítica – Grupo Grijalbo-Mondadori, 1993.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'histoire universelle*. Paris: Librairie Hachette, 1863.

BRUTER, Annie. Les créations successives de l'enseignement de l'histoire au cours du premier XIX^e siècle. In: CASPARD, Pierre; LUC, Jean-Noël; SAVOIE, Philippe (dir.). *Lycées, lycéens, lycéennes, deux siècles d'histoire*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 2005. p. 177-197. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 28). Disponível em: http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9250. Acesso em: 12 set. 2017.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Precis de l'histoire ancienne*. 2. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1828.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Precis de l'histoire ancienne*. 3. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1831.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Compendio de Historia Antiga*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const de J. Vileneuve e Comp., 1840.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 8. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1843.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>. Acesso em: 13 dez. 2015.

FILLAFER, Franz Leander. A world connecting? From the unity of History to Global History. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 3-37, mar. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hith.12000>. Acesso em 18 mar. 2017.

FREITAS, Itamar. A história universal de José Estácio Correia de Sá e Benevides (1890/1903). In: FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 127-182.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. São Paulo: Iglu Editora, 2004.

H AidAR, Maria de Lourdes. Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

HEEREN, Arnold Hermann Ludwig. *Manuel de l'histoire ancienne*. 2. ed. Paris: Chez Firmin Didot - Pére et Fils, 1827.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 119-184.

LE LYCÉE, *Journal Général De L'instruction. Examen Critique d'Ouvrages Classiques*. Paris: Hachette, 6 vol, 1828-1830, t. VI. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9790674c/f88.item.r=cayx>. Acesso em: 17 set. 2017.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 25-53.

MARCHAND, Philippe. *L'histoire et la géographie dans l'enseignement secondaire*. Textes officiels. Tome 1: 1795-1914. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 2000. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 8). Disponível em: http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2000_ant_8_1_2321. Acesso em: 11 nov. 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Gigante e o espelho. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PENNA, Fernando. *Sob o nome e a capa do imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, Justiniano José da. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando providencias no sentido de ser indenizado, pelo trabalho de tradução e dispensa de impressão de livros de história, para o Colégio Pedro II*. [S.l.: s.n.], 1838-1841. Série de Manuscritos de Justiniano José da Rocha do Acervo da Biblioteca Nacional. 10 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0344,002 nº001.

ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). *In*: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

TURIN, Rodrigo. A prudência dos antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 299-320, jul. 2015.

VECHIA, Ariclê. Imperial Colégio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. *In*: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *A escola secundária*. São Paulo: Annablume, 2003.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores e a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NOTAS

AUTORIA

Luís Ernesto Barnabé: Mestre. Doutorando, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Assis, SP, Brasil. Professor Assistente do curso de História, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de Jacarezinho, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Jacarezinho, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Padre Melo, 1200, 86400-000, Jacarezinho, PR, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese "História antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II, ou o caso Justiniano José da Rocha: história, disciplina escolar e impressos (1820-1865)", a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista em Assis, em 2019.



AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Dra. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi. Agradeço também à Universidade Estadual do Norte do Paraná, pelo afastamento concedido para capacitação, bem como aos colegas do colegiado do curso de História de Jacarezinho, pelo apoio.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2018

Aprovado em: 13 de junho de 2019


Como citar: BARNABÉ, Luis Ernesto. A história universal entre a escrita da história e a travessia atlântica: produção e circulação de compêndios escolares franceses e brasileiros (1820-1864). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 506-528, set./dez. 2019.



PARCEIROS EM QUÊ? A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E A POLÍTICA EDITORIAL DE MODERNIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Partners in What? The Alliance for Progress and the Editorial Policies
for Modernizing Latin America in the Cold War Era

Rafael R. Ioris^a

 <https://orcid.org/0000-0003-1956-2698>
E-mail: rafael.ioris@du.edu

Josiane Mozer^b

 <https://orcid.org/0000-0002-1251-8566>
E-mail: josiane.mozer@ymail.com

^a University of Denver, History Department and Latin American Center, Josef Korbel School of International Studies, Denver, CO, Estados Unidos

^b Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

A Aliança para o Progresso, política elaborada pelo governo Kennedy, no início dos anos 1960, com fins de promover o desenvolvimento nos moldes capitalistas na América Latina, assentava-se sob um dilema de difícil conciliação. Por um lado, as demandas da região por desenvolvimento econômico não poderiam mais ser ignoradas; por outro, percebia que um desenvolvimento autônomo da América Latina, nos moldes idealizados pela Aliança, poderia levar a uma diminuição da influência regional dos Estados Unidos. Entre as pressões dos países latino-americanos e os interesses hegemônicos dos Estados Unidos, a Aliança foi rapidamente assumindo contornos coercitivos e ideológicos, esvaziando de sentido a proposta de parceria para o bem comum. Baseando-se em documentação produzida pelo Departamento de Estado e pela Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), o presente artigo tem por objetivo tratar da ação ideológica da Aliança para o Progresso. O foco da reflexão apresentada se centra na análise da política editorial implementada ao longo dos anos 1960, que buscava influenciar os debates sobre desenvolvimentismo travados no Brasil e na América Latina e, assim, promover a defesa de um capitalismo adequado à hegemonia estadunidense. A análise demonstra que, apesar de inovadora e ambiciosa como política externa hemisférica, a implementação da Aliança foi permeada por continuidades ideológicas e preocupações geopolíticas tradicionais do relacionamento dos Estados Unidos com a região latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra Fria. Aliança para o Progresso. USIA.

ABSTRACT

The Alliance for Progress, program devised by the Kennedy administration early in the 1960s, aimed at promoting regional development of Latin America along US-like capitalist lines, was mired in an inherent contradiction. On the one hand, the program acknowledged that the US could no longer ignore Latin American demands for development. On the other, it realized that its autonomous development, according to the model idealized by the Alliance, could reduce the influence of the United States in the region. In the interplay of Latin American pressures and hegemonic interests of the United States, the Alliance assumed coercive and ideological contours, rendering the partnership for common good meaningless. Grounded on primary documentation produced by the State Department and the US Information Agency (USIA), the present article examines the ideological action of the Alliance for Progress. The focus of the reflection is centered on the analysis of editorial policies implemented along the 1960s, which aimed at influencing debates on the development that took place in Brazil and Latin America so to promote capitalism appropriate to American hegemony. The analysis demonstrates that, in spite of being an innovative and ambitious external policy, the implementation of the Alliance was mired in ideological continuities and geopolitical concerns traditionally shaping the relation between the United States and Latin America.

KEYWORDS

Cold War. Alliance for Progress. USIA.

Desde a postulação da Doutrina Monroe, no primeiro quarto do século XIX, até a implementação da Política de Boa Vizinhança, nos anos 1930, os Estados Unidos buscaram exercer, de forma continuada, sempre paternalista e muitas vezes violenta, seu domínio econômico, preponderância político-diplomática e influência cultural e ideológica no hemisfério ocidental. No pós-Segunda Guerra, esse padrão de comportamento adquiriu um novo formato, mais coordenado e multifacetado a partir de 1961. De fato, ainda que, ao longo dos primeiros quinze anos da Guerra Fria, a América Latina não tenha sido considerada prioridade das políticas hegemônicas estadunidenses, desde a Revolução Cubana, os líderes ianques finalmente entenderam que as demandas por desenvolvimento econômico apresentadas pelos países latino-americanos exigiam novas iniciativas por parte do *hegemon* hemisférico, a fim de que seus interesses na região pudessem ser defendidos.

Orientado por uma importante mudança de percepção sobre o papel dos Estados Unidos no continente, que já fora iniciada nos últimos anos do governo Eisenhower, com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as negociações em torno da Operação Pan-Americana, Kennedy assume o governo determinado a inovar. Seu primeiro passo, já no segundo mês de mandato, foi anunciar às delegações latino-americanas em Washington a formulação de um amplo conjunto de políticas e programas, apresentado sob o sugestivo rótulo de uma Aliança para o Progresso (AFP, na sigla em inglês).

Em que pesem seus resultados controversos e discutíveis, a AFP foi até hoje a mais abrangente e ambiciosa iniciativa diplomática de cunho multilateral formulada pelos Estados Unidos para a América Latina, superando, no escopo e nos objetivos específicos, o aprofundamento das relações comerciais entre o país e a região sob a Política da Boa Vizinhança. Paradoxalmente, ao reagir de maneira tão determinada ao movimento revolucionário de Cuba e, aos poucos, empurrá-la para o isolamento regional e a conseqüente aproximação com a União Soviética, os Estados Unidos, a um só tempo, trouxeram para dentro do continente os embates diretos da Guerra Fria e as estratégias de contenção ao “inimigo interno”.

Apesar dos objetivos formais declarados na Carta de Punta del Leste, em agosto de 1961, e da adesão de quase todos os países latino-americanos, a implementação do programa foi marcada por impasses burocráticos e pela falta de um genuíno compromisso por reformas estruturais nas sociedades latino-americanas, tanto por parte dos Estados Unidos quanto por parte de segmentos sociopolíticos dos países da região. O programa se revelou, muitas vezes, uma política muito mais comprometida com o fluxo de capital estadunidense do que com o avanço socioeconômico que retoricamente defendia para os países da região. Assim, ao fim e ao cabo da década de 1960, o registro histórico do programa foi permeado por expectativas recíprocas frustradas, ressentimento mútuo e oportunidades perdidas de cursos de ação mais sustentáveis e construtivos entre as nações do hemisfério (ROGES, 1967; SCHEMAN, 1988; SCHLESINGER, 2002).

O Brasil, visto desde o início como país-chave para o sucesso do novo programa, foi receptor da maior quantidade de recursos, de um ponto de vista absoluto. Mas, de maneira similar ao que ocorreu com o programa em nível regional, e ao contrário da maioria das expectativas, a implementação da Aliança no Brasil aprofundou o antagonismo político, abrindo caminho para o golpe civil-militar de 1964 e para a consolidação de um projeto desenvolvimentista liberal fortemente ancorado na lógica e em interesses do capital privado estadunidense.

Focado nas experiências da AFP, mas avançando de modo a incorporar o contexto mais amplo das relações ligadas à temática do desenvolvimento regional travadas entre Washington e a América Latina, em especial com o Brasil no âmbito da Guerra Fria, este artigo analisará a ação ideológica¹ exercida pelos Estados Unidos por meio de uma ampla e diversificada política editorial. Tal política, interessada e ideológica, se realiza numa totalidade socialmente construída e regida por um modo específico de produção – a capitalista –, permeada pelo antagonismo das classes que disputam, no campo das ideias, a construção de consenso para a hegemonia política. Assim será compreendida, neste artigo, a política editorial planejada e executada por diferentes agências e atores norte-americanos para influenciar ideologicamente a produção e a circulação de conhecimento durante a Guerra Fria, que ganhou contornos específicos sob a AFP.²

O artigo inicia com uma revisão breve sobre as especificidades do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos no contexto do lançamento e dos primeiros anos da AFP. Com base nessa análise, apresentamos a seguir apontamentos centrais sobre o papel da diplomacia pública na política externa de Washington, sobretudo por meio da atuação de sua agência de informação, a USIA. Por fim, analisamos a política editorial estadunidense e seu papel sob a AFP. Como um todo, buscamos argumentar ao longo das seguintes linhas que, apesar dos novos e apurados meios de promoção de um ideário político e econômico fundado nos valores liberais do desenvolvimento capitalista, a atuação dos Estados Unidos no contexto latino-americano continuou a ser fortemente marcada por interesses estratégicos e vieses ideológicos típicos da Guerra Fria.

O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO DA AFP: DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS CRESCENTES E O PAPEL DA PROPAGANDA CULTURAL

Um dos primeiros aspectos a serem ressaltados sobre a temática de cooperação regional é que, a despeito de sua retórica eloquente em favor de uma parceria e do interesse específico em trabalhar com o Brasil, a administração Kennedy nunca superou as fortes suspeitas sobre supostos objetivos escusos do governo Goulart, tendendo sempre a interpretar as ações do presidente brasileiro sob o prisma ideológico da Guerra Fria. Assim, desde os altos funcionários até representantes locais do governo de Washington, estes tendiam, em linhas gerais, a ver o Brasil com grande interesse, mas, ao mesmo tempo, com grande suspeição.

O interesse derivava da percepção de que o país detinha o potencial de influenciar os destinos do continente, em benefício ou em detrimento dos interesses dos Estados Unidos na região. O Brasil receberia, portanto, grande atenção nos

¹ Ideologia definida como “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. Ver Mészáros (2004, p. 65).

² Articulamos as categorias analíticas gramscianas “sociedade civil” e “aparelhos privados de hegemonia”, bem como a marxista “totalidade”. É-nos especialmente cara a categoria “aparelhos privados de hegemonia”, que define, entre os instrumentos culturais de suporte à construção de consenso na sociedade civil, o papel desempenhado pelas atividades editoriais em geral (editoras, revistas, jornais, boletins). Ver Gramsci (2001) e Coutinho (2011).

primeiros anos da AFP, conquanto, em linhas gerais, esses esforços não tenham produzido os objetivos desejados (TOWNSEND, 1982; TAFFET, 2007). Por sua vez, a suspeição se embasava no retrospecto político de João Goulart, cuja ascensão se dera nos moldes da política clientelista-populista de Vargas, de quem fora ministro do trabalho no início dos anos 1950,³ e das propostas nacional-desenvolvimentistas de seu governo, cujos elementos definiriam as leituras, sempre críticas, de diplomatas e emissários do governo estadunidense, dificultando, assim, a plena aceitação das políticas do governo brasileiro dos primeiros anos da década de 1960.

No âmbito econômico, o desacordo primordial entre os governos Kennedy e Goulart estava basicamente no modelo de desenvolvimento almejado por ambos para o Brasil. Herdeiro do nacional-desenvolvimentismo varguista e ancorado nas pesquisas cepalinas, o governo Goulart queria reestruturar as bases do desenvolvimento nacional alargando a presença do Estado no financiamento do desenvolvimento, acelerando a industrialização pela inversão de exportações, estabelecendo regramento à circulação de capital estrangeiro e remodelando o comércio exterior de forma a equilibrar a balança de pagamentos do país. Por sua vez, o governo Kennedy, comprometido com os interesses do capital privado e com a posição hegemônica dos Estados Unidos, deveria conduzir sua política externa de modo a facilitar a manutenção da América Latina como um mercado vantajoso ao capital privado de seu país, fechando a região às possíveis diversificações comerciais e ideológicas advindas do bloco socialista.

No âmbito político, a abertura do governo Goulart à inclusão das pautas populares por transformações na estrutura social do país – as reformas de base – desagradou tanto aos setores nacionais mais conservadores quanto aos investidores internacionais, o que levou o governo Kennedy a atuar, de maneira consistente e continuada, para influenciar a cena política e enfraquecer o governo Goulart. Isso se deu de forma mais clara em especial a partir de 1962, quando, nas eleições congressuais de outubro, a Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) gastou cerca de 5 milhões de dólares para financiar as campanhas de candidatos a 15 cadeiras no Senado, 8 governos estaduais, 250 cadeiras federais e 600 vagas para as legislaturas estaduais (LEACOCK, 1990).

Com os mesmos objetivos, a administração Kennedy também buscou redesenhar o mapa do movimento sindical brasileiro e latino-americano, sobretudo com a nova arma da Guerra Fria: o Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre (AIFLD, sigla em inglês). Fundada pela Federação Americana do Trabalho (AFL), no fim de 1961, a missão do AIFLD era combater a dita ameaça de infiltração castrista e o eventual controle de importantes movimentos trabalhistas na América Latina. De modo efetivo, entre 1962 e 1967, a AIFLD recebeu 15,4 milhões de dólares, isto é, 89% de seu orçamento, por meio de fundos diretamente ligados à AFP. No Brasil, o AIFLD instruiu os líderes sindicais sobre como organizar greves e manifestações contra o governo nacional, e a organização acabou enviando dez brasileiros para treinamento especial no exterior em técnicas de desestabilização (RABE, 1999; CORREA, 2017).

Ainda de acordo com a linha da interferência política e econômica, o governo Kennedy se comprometeu a subscrever um esforço conjunto para desenvolver o Nordeste brasileiro. Uma parte disso decorria de um clamor na opinião pública dos Estados Unidos, que via a região como uma das mais carentes de atenção. Grande

³ Detalhes sobre essas questões podem ser encontrados em Skidmore (2010).

parte, porém, decorreu de uma série de artigos de Tad Szulc, colunista do *New York Times*, que alertara seus leitores de que as condições de pobreza e injustiças sociais no Nordeste provocavam uma crescente consciência política nas massas. George McGovern, diretor da Alimento para a Paz (Food for Peace), foi um dos vários funcionários de alto escalão dos Estados Unidos que responderam aos relatos de Szulc ao visitar o Nordeste em outubro de 1961, juntamente com o então influente diplomata Merwin Bohan, a fim de conduzir uma análise para a Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (USAID, como é mencionada no Brasil). Não obstante nunca tenha sido totalmente implementado, o *Relatório Bohan*, concluído em fevereiro de 1962, foi a base para a proposta de assistência dos Estados Unidos ao Nordeste do Brasil sob a AFP (TOWNSEND, 1982).

Malgrado a proposta de fortalecimento de laços e projetos em comum em prol do desenvolvimento do Nordeste, a cooperação entre Estados Unidos e Brasil foi inviabilizada ao longo dos anos finais do governo Goulart, resultando na aproximação da administração estadunidense aos interesses das oligarquias agrárias regionais e financiando, pois, projetos que tivessem efeitos imediatos para minar o apelo dos povos agricultores por reforma agrária, em vez de viabilizar um crescimento econômico de longo prazo, como defendido pelo prestigiado – mas, ainda assim, visto como muito próximo dos interesses comunistas locais – economista Celso Furtado, idealizador e então número 1 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No sentido de refletir as frustrações recíprocas entre os governos dos dois países, as crescentes dificuldades de Goulart em implementar o acordo de estabilização econômica assinado entre o ministro das finanças do Brasil, Santiago Dantas, e David Bell, administrador da USAID ao longo de 1963, complicaram sobremaneira a parceria, levando o governo de Washington a suspender toda a assistência econômica ao governo brasileiro (LEWINSON; ONIS, 1972). No mesmo sentido, e como demonstração final do forte viés ideológico da condução da Aliança no Brasil, em flagrante contradição com os valores professados pelo mesmo programa, logo após o golpe de 1964, os Estados Unidos forneceriam uma enorme assistência econômica ao Brasil – estimados em 1,6 bilhão de dólares, entre 1964 e 1968, somente em recursos bilaterais –, valores que certamente desempenharam um papel, na sua ausência, em desestabilizar os momentos finais do governo Goulart (ADAMS, 2000).

No que tange a outros meios de encaminhamento das políticas de diplomacia cultural da Aliança, a agência que desempenhou papel-chave na promoção de visões, valores e interesses dos norte-americanos durante a Guerra Fria foi a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), criada pelo presidente Eisenhower para “intensificar os esforços de explicar ao mundo” por que o país era uma “nação merecedora de defesa, emulação e vitória no contexto da Guerra Fria” (BELMONTE, 2008, p. 49). Segundo essa lógica, e buscando atingir esses e outros objetivos, por meio de publicações, transmissões de rádio, exibição de filmes e outros métodos, propagandistas ianques procuraram elaborar comparações entre governos democráticos e comunistas, enunciando uma visão poderosa da liberdade sobre a qual repousava toda a ofensiva ideológica dos Estados Unidos contra o comunismo.

Assim, ao longo das décadas de 1950 e, sobretudo, de 1960, a USIA, suas afiliadas em todo o mundo e o Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS) foram encarregados de tentar influenciar a opinião pública local divulgando imagens favoráveis aos países de variadas formas – desde publicações, programas de rádio, filmes e programas de TV, visitas artísticas e acadêmicas, intercâmbios culturais, até

apresentações dirigidas a grupos de interesse e associações públicas, bem como a uma variedade de instituições governamentais. Dois aspectos merecem destaque em relação à atividade da USIA. Em primeiro lugar, o nível de sofisticação do trabalho promovido, que aliava informação, propaganda e pesquisas de opinião pública às mais modernas ferramentas gráficas, artísticas e tecnológicas. Em segundo lugar, a ampla gama de diferentes atores sociais que essas diferentes atividades buscavam alcançar e influenciar sob os propósitos da AFP (CULL, 2008; DIZARD, 2004).

De modo geral, os escritórios do USIS estavam localizados nas agências diplomáticas dos Estados Unidos, como embaixadas e consulados. No Brasil, cidades importantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre, tinham unidades de serviços do USIS, incluindo bibliotecas e os ainda mais populares, nos anos 1950, Centros Binacionais, nos quais cursos de inglês eram ministrados e eventos comemorativos das realizações culturais dos Estados Unidos eram realizados. No início dos anos 1960, o Brasil era o país do mundo com o maior número de Centros Binacionais, num total de 64 em diversas cidades, incluindo algumas de médio porte, como Araraquara e Bento Gonçalves.⁴

A agência era responsável ainda pela realização de pesquisas de opinião entre diferentes segmentos da população sobre múltiplos tópicos e questões, em particular os relacionados à imagem dos Estados Unidos na região *vis-à-vis* do bloco comunista, entre outros. Também foram realizadas pesquisas sobre questões políticas internas, como o apoio a importantes personalidades políticas, como Juscelino Kubitschek e João Goulart, por exemplo, assim como sobre assuntos tidos como controversos, como o papel do capital estrangeiro, a melhor forma de promover a reforma agrária etc. Tais avaliações se tornaram mais frequentes, bem financiadas e sofisticadas com o passar do tempo, graças ao clima político doméstico e à crescente assertividade do governo Kennedy na região, e no Brasil em particular, conforme detalharemos nas próximas seções.

A AGENDA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS DA AFP: DEFINIÇÕES E ESTRATÉGIAS

Em 1962, o governo Kennedy deu forma ao órgão que rapidamente se transformaria no mais importante centro de decisões de política externa direcionada à América Latina: o Comitê de Políticas para a América Latina (LAPC). Órgão centralizador para a coordenação de políticas para a região, o LAPC era composto por representantes de diversas agências do governo: USIA, CIA, USAID, Gabinete de Assuntos Interamericanos, Gabinete de Inteligência e Pesquisa, Departamento de Defesa e Casa Branca. Esse Comitê misto se dedicou a tratar das mais variadas questões que envolviam políticas para a região, dos problemas rotineiros até os definidos como de “segurança nacional”, incluindo estratégias de ação ideológica para a AFP.

⁴ National Archives and Records Administration/NARA, RG 306, Declassified NN3-306-02-003, General Records of the United States Information Agency, Office of Administration; Historical Collection, Murray Lawson History Card Files Series. Sobre o papel da Usia no Brasil, ver também Santomauro (2015).



À USIA coube aproximar sua missão dos objetivos específicos postos pela Aliança. Ainda que, em essência, a missão da agência continuasse exatamente a mesma formulada em sua criação, em 1953, isto é, tornar os objetivos e as ações da política externa um valor universal e compartilhado de modo consensual entre todos os povos do “mundo livre”, algumas mudanças operacionais foram implementadas. Tentava-se cada vez mais trabalhar em maior sintonia com a USAID, a recém-criada agência para viabilização da Aliança; aumentar o número de parcerias locais, de forma a ampliar o alcance de suas atividades; contar com aliados influentes e conhecidos do público para, por intermédio deles, disseminar informações e opiniões positivas acerca das políticas estadunidenses para a região. Editoras, universidades, institutos de pesquisa, intelectuais e jornalistas formaram a base da rede de trabalho por toda a América Latina. Só no campo editorial, entre os anos de 1960 e 1972, o programa produziu, traduziu e distribuiu 2.637 títulos e 21.144.451 cópias nos países da região.⁵ No Brasil, o programa contou com a participação de mais de sessenta editoras (OLIVEIRA, 2013) e um vasto número de profissionais ligados ao campo da edição de livros e revistas, professores, escritores, jornalistas, bem como universidades e centros de pesquisa. O programa produziu e distribuiu cerca de 878 títulos e 7.848.200 de cópias no mesmo período.⁶

Escritos, em sua grande maioria, por autores estadunidenses, tais livros foram muitas vezes encomendados pela USIA a fim de apresentar o tom e o argumento sob medida aos intentos ideológicos. Após publicados, as obras eram “trabalhadas” num circuito apropriado de legitimação: resenhas críticas positivas, publicidade aliada a figuras públicas do meio acadêmico e político, anúncios em revistas e jornais, presença em listas de “mais vendidos” em cadernos de cultura dos principais jornais do país. Não menos importante, procurava-se influenciar diretores de escolas de ensino médio e de faculdades ou departamentos universitários a adotarem os livros como leitura obrigatória em seus programas de ensino.

Assim compreendida, a ação editorial planejada e executada pela USIA, com a colaboração de vários outros setores de governo e iniciativa privada dos Estados Unidos e da América Latina – por exemplo, editoras, intelectuais e instituições de ensino e pesquisa –, se revelou ideologicamente comprometida com uma específica produção e circulação de conhecimento durante a Guerra Fria, cujo objetivo foi manter e fortalecer a hegemonia estadunidense associada e ancorada numa elite local interessada.

Em memorando oficial de 5 de julho de 1961 encaminhado a Adolf Berle, então consultor para o Departamento de Estado, John Mcknight, diretor assistente para a América Latina da USIA, fazia um balanço da atuação da agência na região. Segundo sua avaliação, havia necessidade de efetivar uma expansão racional de propaganda, com o objetivo explícito de conter o que então era chamado de “castrismo”, e de reforçar a ideia de que a presença dos Estados Unidos seria mais benéfica para a região. Ele indicava ainda os alvos prioritários de tais atividades – em especial, estudantes e trabalhadores, com ênfase maior nos das zonas rurais dos países da região.

Dentro desse contexto e segundo essa lógica, a produção editorial da USIA era vista como fundamental. Mas, segundo Mcknight, era preciso corrigir algumas

⁵ Books Published Abroad (NARA, 1966-1999, BOX 2).

⁶ Books Published Abroad (NARA, 1966-1999, BOX 2).

deficiências. Como exemplo, os panfletos produzidos de forma local, embora em quantidade significativa – consumiam cerca de 700 mil dólares do orçamento da USIS – e corretamente direcionados aos grupos-alvos, dando suporte aos objetivos estratégicos da política externa de Washington, não gastavam todos os recursos alocados para a atividade. Outro *gap* identificado era que somente sete ou oito postos USIS ofereciam periódicos para estudantes e trabalhadores, além de não produzir publicações para distribuição entre intelectuais. A mesma análise entendia que havia espaço para a publicação de revistas e que os postos USIS apresentavam eficiência no que dizia respeito à inserção de notícias e artigos em jornais, revistas, rádios e demais órgãos de comunicação de massa, mas que, diante da necessidade de um combate mais acirrado aos “jornais comunistas ou simpatizantes”, o orçamento para impressos e publicações deveria aumentar. Mcknight expunha a cifra que julgava necessária para a realização dos objetivos: 5 milhões de dólares.⁷

A mesma preocupação se dava em relação à publicação de livros, que Mcknight não incluiu na análise sobre impressos em geral. Segundo sua informação, ao longo do ano fiscal encerrado em 30 de junho de 1961 – que cobria, portanto, o período de julho de 1960 a junho de 1961 –, os postos USIS haviam patrocinado a produção de menos de 500 mil livros – 65 títulos, entre espanhol e português –, a um custo aproximado de 155 mil dólares. Considerava um número baixo e recomendava triplicá-lo. Acreditava-se, apesar dos problemas de distribuição e de analfabetismo, que o livro seria um meio eficiente para influenciar estudantes e que o programa mereceria um significativo incremento orçamentário. Afirmava-se, de modo concreto:

Ao desenvolver um programa de publicações de livros maximizado para a América Latina, deve-se levar em conta o fato de que existe um alto grau de analfabetismo e o público potencial para livros é, relativamente falando, muito menor do que nos EUA. No entanto, programa realista compreendendo livros didáticos, seria executado em uma base anual para cerca de US\$ 4.300.000 (permitindo um acúmulo de três anos) (NARA, 1961-1963. BOX 1).

A atenção do governo Kennedy para reformular e ampliar o programa editorial da USIA (impressos, notícias e livros) foi se adensando ao longo do primeiro ano de seu governo, conforme indicam os documentos analisados. Em 7 de dezembro de 1961, ocorreu uma reunião entre o Departamento de Estado e a USIA, representados, respectivamente, por Philip H. Coombs e Edward Murrow,⁸ em que concordavam com a necessidade de criação de um grupo interagências para coordenação dos trabalhos relacionados à publicação e à distribuição de livros e materiais impressos na América Latina, articulados com os propósitos da AFP.

A partir disso, uma série de novos estudos foram solicitados. Num deles, Mr. Wilbur P. Chase, da American Republics Administration (ARA), informa, em memorando

⁷ As cifras obtidas nos documentos aqui analisados não passaram por atualização monetária e refletem os valores correspondentes à época.

⁸ Respectivamente: Assistant Secretary of State for Educational and Cultural Affairs, 23 de março de 1961 a 4 de junho de 1962; Director of USIA, de 1961 a 1965. <https://history.state.gov/departmenthistory/people/coombs-philip-hall>. Acesso em: 27 jun. 2018.

de 1º de fevereiro de 1962, que lhe fora solicitado um levantamento sobre o que estava sendo feito à época, já sob coordenação interagências, para incrementar a tradução de livros em espanhol e português para latino-americanos. Sua conclusão era que ainda havia desencontros, mas que o grupo interagências era competente e trabalhava para eliminar as falhas. O principal problema, entretanto, residia no fato de que os esforços do programa de livros do governo dos Estados Unidos e de seus parceiros privados estavam muito aquém de seu potencial, isto é, havia um *book gap*.

Para Chase, o trabalho mais efetivo neste campo até então fora realizado pela USIA. No ano fiscal de 1960, a agência, utilizando editoras de Rio de Janeiro, Cidade do México e Buenos Aires, distribuiu mais de 3,5 milhões de cópias de títulos na América Latina. No ano fiscal de 1961, teria distribuído 400 mil cópias de 70 títulos, e, para o ano fiscal de 1963, estimava 900 mil cópias de 100 títulos. No ano seguinte, o programa de livros da USAID operou com um orçamento de 35 mil dólares, com expectativa de expansão de recursos nos anos seguintes (NARA, 1961-1963. BOX 6).

Explicitando preocupação semelhante, Dean Rusk,⁹ tratando do programa de livros para a América Latina, enviou um memorando confidencial, em 21 de maio de 1962, aos representantes da USAID, Mr. Hamilton; da USIA, Mr. Murrow; da Secretaria de Educação e Assuntos Culturais (CU), Mr. Battle, e da ARA, Mr. Marin. Segundo o chanceler estadunidense, o presidente Kennedy achava o programa inadequado diante da sua importância no combate à ofensiva comunista e que os esforços nesse campo deveriam ser levados conjuntamente pelas agências citadas – USAID, USIA, CU, ARA. De acordo com essa visão, seria necessário integrar não só os esforços das agências na produção de livros de baixo custo, mas também de todos os setores privados na América Latina e dos Estados Unidos. Estimava-se provisoriamente um valor entre 5 e 7 milhões de dólares por ano de investimento por parte do governo de Washington. O presidente Kennedy esperava que ao menos 5 milhões de dólares poderiam ser disponibilizados por fundos no ano fiscal de 1963 (FY63 funds).

O documento solicitava também que o chefe assistente da Secretaria de Estado para os Assuntos Interamericanos, Mr. Morales-Carrion, se encarregasse de coordenar um trabalho cooperativo entre a USAID e a USIA cobrindo todas as facetas do programa de produção de livros. Esse trabalho coordenado poderia incluir, mas não ser limitado a: maximizar a expansão do planejamento para o ano fiscal de 1963, selecionando, traduzindo, produzindo e distribuindo livros sob o programa de livros da USIA e da USAID; um programa regional para fornecer assistência técnica e financeira a fim de fortalecer uma indústria latino-americana de publicação e distribuição de livros de baixo custo; passos para encorajar textos e livros escritos por latino-americanos para distribuição em larga escala para latino-americanos; maior uso da indústria de livros em espanhol no programa de livros; passos para incrementar a contribuição de editores latino-americanos na solução de *gaps* para o livro latino-americano; um programa interamericano por meio do qual um grupo formado por líderes e intelectuais latino-americanos pudessem selecionar, por ano, 25 títulos escritos por latino-americanos e outros autores ocidentais que melhor exemplificassem e reforçassem os objetivos filosóficos da Aliança; um programa interamericano coordenado para a produção massiva de livros didáticos a serem usados em todas as escolas primárias e secundárias da América Latina; um programa para selecionar e produzir livros para

⁹ Secretário de Estado dos governos John Kennedy e Lyndon Johnson.

crianças; um programa para a rápida expansão de produção de livros científicos e tecnológicos a baixo custo, usando o melhor da literatura científica produzida no mundo ocidental; uso dos serviços e da experiência de órgãos regionais e internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), em conexão com o acima exposto.¹⁰

Inspirado nesses diagnósticos ambiciosos, bem como em reuniões e discussões entre as agências, o Departamento de Estado e a Casa Branca parecem ter elaborado uma proposta de ação cultural da AFP para o ano fiscal de 1963. O documento intitulado *An Alliance for Progress Breakthrough Program on Educational, Scientific, and Cultural Development*, de 26 de fevereiro de 1962, definia novas diretrizes e um orçamento maior (155,5 milhões de dólares) para desenvolver lideranças no planejamento e na administração educacional, criar centros de excelência em educação superior, lançar um programa inovador em educação rural para todos os grupos etários, estabelecer um programa inovador em educação urbana para todos os grupos etários, fortalecer o currículo de ciência, expandir o ensino da língua inglesa, acelerar a construção de escolas, produzir textos e livros a baixo custo e fortalecer intercâmbios culturais e acadêmicos.¹¹

De igual modo, com base no mesmo documento, considerava ser imprescindível um esforço concentrado nas áreas de cultura, ciência e educação, com a adesão coordenada de agências e departamentos governamentais, como USIA, USAID, CU, Fundação Nacional da Ciência (NSF), Institutos Nacionais de Saúde (NIH), Agência Espacial dos Estados Unidos (Nasa) e Defesa. Ressaltava-se ainda a relevância de agências e entidades privadas, assim como fundações e universidades estadunidenses, na consecução desses objetivos. Por fim, afirmava-se que “se executado vigorosamente, este programa manterá a promessa de produzir o mais avançado *front* em educação, ciência e cultura com consequências econômicas, sociais e políticas de longo alcance”,¹² isto é, levando aos desejados desenvolvimentos econômico, social e político na região latino-americana.

A viabilidade de uma proposta dessa magnitude exigia uma ampla gama de ações específicas, como um estudo sobre a melhor maneira de financiar o programa e recrutar pessoas hábeis para o *staff* da USAID em Washington. De fato, a partir de então, todos os oficiais de cultura e educação da USIA, da USAID e do Estado seriam levados a Washington para uma conferência de duas a três semanas, a fim de serem apresentados às políticas e aos conceitos da nova administração e examinar sua aplicabilidade e viabilidade, determinando os passos práticos para pô-lo em ação.

Da mesma forma, iniciou-se uma vasta consulta junto a fundações privadas, universidades e outras organizações, incluindo a OEA com os mesmos objetivos. Essas organizações seriam consultadas sobre a possibilidade de assumirem novas responsabilidades na operacionalidade de uma grande parte das novas iniciativas, de maneira a minimizar o financiamento sob responsabilidade das agências federais. Além disso, seria necessário combinar mais os esforços entre a estrutura governamental e privada dos Estados Unidos com as atividades de governos e entidades latino-

¹⁰ Directive on Books for Latin America, Dean Rusk (NARA, 1961-1963. BOX 6).

¹¹ An Alliance for Progress Breakthrough Program on Educational, Scientific, and Cultural Development (NARA, 1961-1963. BOX 7).

¹² An Alliance for Progress Breakthrough Program on Educational, Scientific, and Cultural Development (NARA, 1961-1963. BOX 7).

-americanas, elaborando projetos em comum, procurando interferir em suas políticas educacionais e no preparo de livros didáticos.¹³

Como apontado, as intenções declaradas pelo governo Kennedy nesses documentos nos informam de sua disposição em fazer com que a Aliança caminhasse sobre o tripé das forças conjugadas entre ações econômicas, políticas e culturais. Não se tratava de uma inovação propriamente dita. Esforços empregados pelos governos dos Estados Unidos (pré e pós-Kennedy) para interferir culturalmente na América Latina foram um recurso recorrente nas relações estabelecidas com a América Latina – mas não só com ela. Basta lembrar programas como o Comitê de Informação Pública (CPI) ou as atividades culturais realizadas por meio da chamada política da boa-vizinhança sob o comando de Nelson Rockefeller (TOTTA, 2014; MOURA, 2014; SANTOMAURO, 2015; VALIM, 2017).

Sob a égide da AFP, contudo, a novidade parece ser o preparo da estrutura governamental para agir de forma conjunta entre si e com organizações privadas em prol de uma ação coordenada, maximizada e orientada para um mesmo fim, como os documentos demonstram. De fato, o governo Kennedy aprofundou o entendimento demonstrado pelo governo Truman – e seguido por Eisenhower – sobre serem os trabalhos de influência cultural uma condição incontestável na conquista e na manutenção da hegemonia político-econômica, como aqui apontado.

USIA-USAID E A POLÍTICA EDITORIAL PARA O BRASIL: PROMOVENDO O CAPITALISMO ESTADUNIDENSE

Influenciar os debates sobre desenvolvimentismo era condição *sine qua non* para o sucesso da AFP, e o programa editorial coordenado pela equipe LAPC via esse assunto como essencial. O nacionalismo que acompanhou as políticas e os debates desenvolvimentistas na América Latina se tornou um enorme empecilho para o programa de segurança e desenvolvimento dos Estados Unidos, que os governos de Truman a Kennedy tentaram controlar, mas não sem enfrentar resistências e, algumas vezes, derrotas.¹⁴

As teorias que alimentaram as propostas nacional-desenvolvimentistas de Estado eram fornecidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e, no caso específico do Brasil, pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).¹⁵ A Teoria da Dependência se tornou, à época, o arcabouço teórico de grande relevância para os debates sobre desenvolvimento entre os países latino-americanos. Aos Estados Unidos coube, como contra-ataque, a utilização à exaustão das teorias do liberalismo e do neoliberalismo econômicos. Por sua vez, o suporte teórico realmente adequado aos debates a respeito do desenvolvimentismo direcionados aos países

¹³ An Alliance for Progress Breakthrough Program on Educational, Scientific, and Cultural Development (NARA, 1961-1963. BOX 7)

¹⁴ A bibliografia sobre desenvolvimentismo, política externa brasileira e sua relação com os Estados Unidos é extensa. Para este artigo, as referências utilizadas foram Bielschowsky (1988), Ioris (2017), Vizentini (2004) e Haines (1989).

¹⁵ Segundo Motta (2014, p. 115, nota 8), o Departamento de Estado pressionou o governo brasileiro a cortar as verbas do ISEB já em 1960.

subdesenvolvidos e de acordo com os interesses estadunidenses teria substrato mais direto ao conjunto de obras ligadas às chamadas Teorias da Modernização.¹⁶

Rejeitando o viés mais crítico formulado pelos autores latino-americanos, sobretudo ligados às matrizes dependentistas e marxistas, o projeto editorial da AFP deveria ser capaz de disseminar ao máximo as teorias da modernização, que entendiam que a trajetória histórica do desenvolvimento dos Estados Unidos poderia ser, de maneira simplista e linear, implementada na América Latina. Ao mesmo tempo, a ação política da Aliança deveria ser capaz, por sua vez, de isolar e expurgar dos governos latino-americanos a presença dos teóricos cepalinos ou os políticos a eles ligados.

Para a ação editorial da Aliança, a seleção adequada de parceiros era fundamental. Além das editoras e de jornais e revistas, a aproximação a instituições acadêmicas, intelectuais e institutos de pesquisa ideologicamente afinados eram essenciais por dois motivos: para ampliar o alcance da posição estadunidense no debate e para possibilitar o encobrimento de suas ações. Os programas de ajuda técnica da USAID foram o guarda-chuva ideal para aglutinar universidades e centros de pesquisa, envolvendo-as em análises e publicações voltadas ao seu escopo de “ajuda”. Agricultura, educação, saúde, planejamento familiar, administração e administração pública foram os principais temas da atuação editorial da USAID em parcerias com editoras e universidades¹⁷. As escolas de administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outras, foram beneficiadas por acordos e repasses de verbas que atenderam desde a ampliação de estrutura física – construção de prédios e laboratórios – até a contratação de professores visitantes dos Estados Unidos e a doação e/ou subsídio para a publicação de livros (MOTTA, 2014).

Além de universidades e centros de pesquisa, a USAID fez uso de diversas parcerias para a execução de seu programa editorial, utilizando-se largamente da Franklin Book Programs,¹⁸ cuja ação no Brasil começou a se dar a partir de 1964. A Franklin Book Programs funcionava como uma intermediária entre a USAID e as editoras que recebiam os subsídios para a publicação dos livros. A lógica era a mesma empregada pela USIA, inclusive compartilhando as mesmas editoras. A USIA, em paralelo, manteve seu esquema de parcerias, apenas tratando de aumentá-lo.

Em relatório encaminhado por Arturo Morales-Moscoso, da ARA, para o secretário de Estado, em 4 de dezembro de 1963, o programa de livros da Aliança sob coordenação do LAPC havia demonstrado bons resultados. Morales elogiou o trabalho conjunto das duas agências e o fato de a USAID ter, enfim, uma equipe

¹⁶ A história de como a teoria se tornou o principal marco da disputa ideológica travada pelos Estados Unidos está em Gilman, e não será nosso objetivo aprofundá-la aqui. Ver Gilman (2003).

¹⁷ Nessas áreas de conhecimento, a USAID patrocinou diversas pesquisas realizadas por universidades e centros de pesquisas brasileiros.

¹⁸ Fundada em 1952 e financiada pela Usia, a Franklin Book Programs foi uma entidade sem fins lucrativos voltada para a publicação e a distribuição de livros norte-americanos no exterior, especialmente em regiões por ela consideradas atrasadas e/ou em desenvolvimento, como o Oriente Médio e a América Latina. Atuou por 26 anos e em 28 línguas, em vários países, entre eles o Brasil. Ver <http://findingaids.princeton.edu/collections/MC057/#description>.

preparada para o programa de livros. A cooperação e a coordenação USIA-USAID se tornaram efetivas, segundo sua análise, sendo demonstradas concretamente nas operações de campo na Cidade do México e no Rio de Janeiro, assim como no acordo entre ambas para definir responsabilidades e áreas de atuação temática.

Conforme seu relatório, a USAID produzira 6 títulos, e outros 25 ainda estavam em processo. Dos 200 mil dólares, 160 mil foram usados na contratação de editoras e 40 mil foram destinados a títulos específicos de interesse da FGV, sendo 15 títulos sobre desenvolvimento econômico.¹⁹ A USIA, por sua vez, usou 1,4 milhão de dólares no ano fiscal de 1963. Foram contratados 332 novos títulos, apresentando um total de 3.629.750 cópias.

A dedicação da USIA para a publicação e a distribuição de livros com temática sobre capitalismo e sistema econômico estadunidense, entretanto, data do início de suas atividades editoriais, no Brasil inclusive, como comprova a lista elaborada pelo diretor assistente para a América Latina, Hewson A. Ryan, enviada à LAPC em 28 de agosto de 1962. A lista de 54 títulos reúne publicações entre 1954 e 1962.

Acompanhando a lista e o ano de publicação, é possível iniciar uma reflexão sobre a estratégia editorial para travar a batalha ideológica na qual o programa de livros estava inserido. Dos 54 títulos publicados no período entre 1954 e 1962, os temas podem ser assim organizados: até 1960, os livros variavam entre o sistema capitalista, especialmente o dos Estados Unidos, com ênfase no capital privado, negócios e comércio.²⁰ A partir de 1961, os livros começaram a abordar estratégias e etapas de desenvolvimento, subdesenvolvimento, bem como desenvolvimento econômico para a América Latina. Nessa fase, livros de Rostow (1960) e Hirschman (1958), autores ligados à Teoria da Modernização, foram publicados. Em documento produzido pelo Serviço do Centro de Informações, a USIA informa a um comitê não especificado a lista de livros que a agência pretendia publicar na América Latina para o ano fiscal de 1963, em que o tema economia do desenvolvimento ocupava alta prioridade. Nela constam 33 títulos sobre o assunto,²¹ incluindo a AFP.²²

A orientação da USIA para que o programa de livros enfatizasse os temas sobre economia é mantida para o ano de 1964. Em memorando de 6 de abril desse

¹⁹ Summary of Second Status Report on the Latin American Book Program – FY 1963 (NARA, 1961-1963. BOX 15).

²⁰ A razão do envio da lista era auxiliar na seleção que o LAPC estava elaborando sobre livros voltados para esse tema e evitar, assim, sobreposições. Ver: Books on US Economic System Published in Brazil (NARA, 1961-1963. Box 15).

²¹ Ordem de prioridade, conforme documento: 1. Ciência Política e Democracia, 19 títulos; 2. Economia e Desenvolvimento Econômico, 33 títulos; 3. Comunismo em teoria e prática, 16 títulos; 4. Política Externa dos Estados Unidos, 13 títulos; 5. Lei e Jurisprudência, 6 títulos; 6. História, 12 títulos; 7. Educação, 17 títulos; 8. Sociologia, Psicologia, Trabalho e Bem-Estar Social, 18 títulos; 9. Filosofia, 16 títulos; 10. Livros infante-juvenis, 20 títulos; 11. Biografias de grandes americanos, 11 títulos; 12. Cultura norte-americana, 8 títulos; 13. Vida cotidiana nos EUA, 11 títulos; 14. Clássicos da Literatura norte-americana, 16 títulos. “Inclusion of a title in this list does not necessarily mean that negotiations for translation or publication have been initiated. The list is intended simply to give the Committee an idea of the kinds of books being included in the expanded USIA Latin American translation program”. USIA Latin American Book Program (NARA, 1954-1968, BOX 8).

²² ALLIANCE FOR PROGRESS (texts of 5 approaches by Dean Rusk, Teodoro Moscoso, José Figueres, Raul Prebisch and Milton Eisenhower). *Idem*.

ano destinado a todos os postos USIS, os temas econômicos e políticos receberam ainda maior atenção, sendo declarados prioritários, conforme a seguinte justificativa:

Os EUA desenvolveram a economia mais poderosa e produtiva que a palavra já viu, baseada em um equilíbrio dinâmico entre negócios, trabalho e governo. Incentivos fornecem oportunidades; governo protege contra abusos e excesso de flutuação do ciclo de negócios. A economia dos EUA continua a crescer rapidamente, e não há evidências de que os soviéticos a superarão em breve ou no futuro previsível. A força e a produtividade da economia dos EUA permitem que os EUA forneçam a seus cidadãos padrões materiais e medidas de bem-estar que os comunistas só prometeram; manter a si mesma e ao mundo livre armado em um nível adequado para proteger contra todas as formas de ataque, e para fornecer ajuda substancial aos países menos desenvolvidos. [...] Benefícios sociais, sindicatos fortes, um sistema tributário progressivo, ampla propriedade de capital pela população e agências reguladoras do governo contribuem para a propriedade e o gozo generalizado da riqueza produtiva dos EUA. O sistema americano de “capitalismo com consciência” está muito mais próximo, em filosofia e prática, da socialdemocracia não-coercitiva da Europa Ocidental do que do conceito anterior do capitalismo. Apesar desse progresso, os EUA buscam oportunidades econômicas e igualdade ainda maiores para todos os seus cidadãos.²³

Seguir as diretrizes estabelecidas e aprovadas pela USIA era uma obrigação dos postos USIS. Em relatório de abril de 1964 sobre o posto USIS Rio de Janeiro e o cumprimento de sua tarefa, consta que o orçamento total do posto para aquele ano fora de 2.882,111 dólares, sendo 480 mil apenas para o programa de tradução de livros.

Programa centrado no Rio de Janeiro. Posto agora trabalhando com 13 editores no Rio de Janeiro, 5 em São Paulo, 2 em Belo Horizonte e 1 em Porto Alegre.

107 títulos publicados em 1964. 155 títulos contratados no ano fiscal de 1964. Impressão totalizando 930.000 cópias.

²³ No original: “The US has developed the most powerful and productive economy the word has ever seen, based on a dynamic balance among business, labor, and government. Incentives provide opportunity; government protects against abuses and excess fluctuation of business cycle. The US economy continues to grow rapidly, and there is no evidence that the Soviets will overtake it soon or in the foreseeable future. The strength and productivity of the US economy permits the US to provide its people with material standards and welfare measures which the communists have only promised; to keep itself and the free world armed at a level adequate to protect against all forms of attack, and to provide substantial aid to less developed countries. [...] Social benefits, strong labor unions, a progressive tax system, broad capital ownership by the populace, and Government regulatory agencies contribute to widespread ownership and enjoyment of US productive wealth. The American system of ‘capitalism with a conscience’ is far closer in philosophy and practice to the non-coercive Social Democracy of Western Europe than it is to the earlier capitalism concept. Despite this progress, the US seeks still greater economic opportunity and equality for all its citizens” (NARA, 1954-1968, BOX 19, tradução nossa).

Pesquisas em livrarias nas principais cidades mostram que os livros patrocinados pelo USIS agora ultrapassam o número de livros comunistas e ultranacionalistas disponíveis para o público em geral.²⁴

Esse relatório traz também informações sobre a atuação do posto na imprensa brasileira – manutenção contínua de aproximadamente 244 jornais em todo o país. Quase 500 jornais, revistas, boletins etc. forneceram pontos de venda para materiais,²⁵ dentro de um grande esforço que cresceria após os eventos marcantes daquele ano.

APONTAMENTOS FINAIS: NOVAS TÁTICAS EM MEIO A VELHAS ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS

A análise de parte da documentação sobre a ação editorial da USIA e da USAID, assim como os documentos produzidos pelo Departamento de Estado, indica que, embora não devidamente compreendida como fundamental no momento de sua formulação pelos *policymakers* dos Estados Unidos, a dimensão cultural da AFP se impôs como condição *sine qua non* na sua implementação.

De maneira concreta, ao mesmo tempo que o governo estadunidense continuava a manter fortes constrangimentos à autonomia econômica e à política independente das nações latino-americanas, o governo Kennedy estabelecia novos mecanismos de interferência na produção e na circulação de conhecimento locais, procurando excluir dos debates regionais teorias anticapitalistas e as de *capitalismo de tipo nacionalista*, buscando assim moldar uma compreensão mais efetiva sobre modelos de desenvolvimento que se encaixassem e atendessem mais claramente aos objetivos econômicos de Washington.

Fica claro também o caráter sofisticado e multidimensional do projeto de influenciar e, se necessário, controlar o caminho de desenvolvimento latino-americano por parte dos Estados Unidos no auge da Guerra Fria. Assim, de maneira planejada, sustentada e recorrendo muitas vezes ao uso de ações encobertas de promoção de uma visão específica de desenvolvimento nos moldes capitalistas e gradativamente menos reformista, o escopo da ação estadunidense se revela não só na soma de recursos financeiros, mas na amplidão de parcerias, que envolveu setores dos governos dos Estados Unidos e de países latino-americanos, assim como os setores privados de todas as nações envolvidas. Mas, apesar do alto grau de articulação e da ampla mobilização de agentes e recursos, a atuação ideológica estadunidense na América Latina não deixou de apresentar fortes ecos de um passado de hegemonia econômica e cultural no hemisfério.

²⁴ No original: “Program centered in Rio de Janeiro. Post now working with 13 publishers in Rio de Janeiro, 5 in São Paulo, 2 in Belo Horizonte and 1 in Porto Alegre. 107 titles published in 1964. 155 titles contracted in FY 1964. With printing to total 930,000 copies. Surveys in bookstores in major cities show USIS-sponsored books outnumbered the communist and ultra-nationalist books available to the general public. Brazil USIA Program Summary” (NARA, 1962-1966, BOX 2, tradução nossa).

²⁵ No original: “Continued servicing of approximately 244 newspapers throughout the country. Almost 500 newspapers, magazines, bulletins, etc. provided placement outlets for materials” (NARA, 1962-1966, BOX 2, tradução nossa).

Não obstante os altos ideais e a retórica grandiloquente envolvendo os programas da AFP, o autointitulado parceiro do Norte continuaria a agir, em linhas gerais, segundo interesses estratégicos e vieses ideológicos típicos do contexto da Guerra Fria, realidade que impediu mais efetivas parcerias no hemisfério ocidental, em especial entre os dois maiores países da região.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Francis. *Dollar Diplomacy: United States Foreign Assistance to Latin America*. London: Ashgate, 2000.

BELMONTE, Laura A. *Selling the American Way: U.S propaganda and the Cold War*. Philadelphia: University Pennsylvania Press, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

CORREA, Larissa R. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

COUTINHO, Carlos N. (org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CULL, Nicholas. *The Cold War and the United States Information Agency: American propaganda and public diplomacy, 1945-1989*. New York: Cambridge University Press, 2008.

DIZARD JR., Wilson P. *Inventing Public Diplomacy: the story of the U.S Information Agency*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

GILMAN, Nils. *Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 2.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: a study of US Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Washington: Scholarly Resources Inc., 1989.

HIRSCHMAN, Albert. *The Strategy of Economic Development*. Yale Studies in Economics: 10. New Haven: Yale University Press, 1958.

IORIS, Rafael R. *Qual desenvolvimentista?: os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista*. Jundiaí: Paco, 2017.

LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961-1969*. Kent: Kent State University Press, 1990.



LEWINSON, Jerome; ONIS, Juan de. *The Alliance that Lost its Way: A Critical Report on the Alliance for Progress*. Chicago: Quadrangle Books, 1972.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NARA, RG 306, ICS. Publication Division. Editorial Branch ca 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968, BOX 8, Folder Latin American Book Program.

NARA, RG 306, ICS. Publication Division. Editorial Branch ca 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968, BOX 19, Folder Directors quarterly meeting proposals.

NARA, Department of State. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. BOX 1 Folder: Propaganda Program in LA.

NARA, Department of State. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. BOX 6. Folder: Books Department of State Material.

NARA, Department of State. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. BOX 7, Folder Cultural CU Activities in LA.

NARA, Department of State. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. BOX 15, Folder Material – 2nd Book Report.

NARA, RG 306, Office of Policy. Records relating to Counterinsurgency Matters, 1962-1966, BOX 2, Folder CI Brazil.

NARA, RG 306, Records Relating to the Book Program, 1966-1999. BOX 2.

OLIVEIRA, Laura. *Publicar ou perecer: a Edições GRD, a política da tragédia e a campanha anticomunista no Brasil, 1956-1968*. 2013. 274 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

RABE, Stephen. *The most dangerous region in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.



ROGES, William D. *The twilight struggle: The Alliance for Progress and the politics of development in Latin America*. New York: Random House, 1967.

ROSTOW, Walt Whitman. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANTOMAURO, Fernando. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil, 1953-1964*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Formato ePub.

SCHEMAN, L. R. (ed.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger, 1988.

SCHLESSINGER JR., Arthur M. *A thousand days: John F. Kennedy in the White House*. New York: Mariner Books, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello, 1930-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy*. Routledge, 2007.

TOTTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TOWNSEND, Joyce C. *Bureaucratic politics in American decision making: impact on Brazil*. Lanham, MD: University Press of America, 1982.

VALIM, Alexandre B. *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema da Política de Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Alameda, 2017.

NOTAS

AUTORIA

Rafael R. Ioris: Doutor. Professor adjunto, University of Denver, History Department and Latin American Center, Josef Korbel School of International Studies, Denver, CO, Estados Unidos.

Josiane Mozer: Mestre. Doutoranda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rafael R. Ioris. University of Denver, 2000 E. Asbury Ave., Sturm Hall #367, Denver, CO 80208, USA

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Edital 19/2016, Processo 88881.133642/2016-01.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan

Beatriz Mamigonian

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 9 de fevereiro de 2019

Aprovado em: 3 de maio de 2019


Como citar: IORIS, Rafael R.; MOZER, Josiane. Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 529-548, set./dez. 2019.




ORIGENS SOCIAIS E ARRANJOS MATRIMONIAIS DE UMA FAMÍLIA DE IMIGRANTES PORTUGUESES: A GENEALOGIA DOS VIEIRA DOS SANTOS (C. 1750-1820)

Social Origins and Marriage Alliances of a Portuguese Immigrant Family:
the Vieira dos Santos Genealogy (c. 1750-1820)

Sandro Aramis Richter Gomes^a

 <http://orcid.org/0000-0002-6790-4958>
E-mail: argomes8@gmail.com

André Luiz Moscaleski Cavazzani^b

 <https://orcid.org/0000-0003-1512-3639>
E-mail: andrexca@gmail.com

^a Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Paraná, PR, Brasil

^b Centro Universitário Internacional Uninter, Departamento de Linguagens e Sociedade, Curso de História, Paraná, PR, Brasil

RESUMO

Este artigo comporta uma investigação sobre a natureza das ocupações profissionais e dos vínculos matrimoniais de três gerações da família Vieira dos Santos. Essa parentela de origem portuguesa contava com membros que imigraram para o sul da capitania de São Paulo no fim do século XVIII. Há três argumentos sustentados nesta análise. Primeiro, é evidenciado que a formação dessa parentela foi decorrente da absorção, por meio do casamento, de indivíduos que exerciam profissões como a de agricultor e ourives. Segundo, cumpre evidenciar que a vinda para o Brasil não gerou a permanência dos imigrantes nas ocupações dos seus ascendentes. A mudança para tal colônia portuguesa ocasionou o ingresso dos membros daquela família no comércio e em esferas da administração pública. Terceiro, é demonstrado que, no Brasil, os integrantes dessa parentela mantiveram uma prática adotada por seus ascendentes. Tal prática era selecionar padrinhos pertencentes a um mesmo grupo profissional. Os Vieira dos Santos radicados em Portugal e no Brasil empregaram análogas estratégias familiares. Uma consequência dessas estratégias foi reforçar o pertencimento dessa parentela a círculos sociais compostos por artífices e comerciantes.

PALAVRAS-CHAVE

Artífices. Esquemas matrimoniais. Imigração portuguesa.

ABSTRACT

The present article investigates the nature of professional occupations and marriage relationships of three generations of the Vieira dos Santos family. This family of Portuguese origin had members who immigrated to the south of the Captaincy of São Paulo in the late eighteenth century. There are three arguments supported by this analysis. First, it is evidenced that the formation of this kinship was due to the absorption, through marriage, of individuals who exercised professions such as that of farmer and goldsmiths. Secondly, it should be pointed out that coming to Brazil did not generate their permanence in the occupations of their ancestors. The settlement in this Portuguese colony led to the entry of members of that family into commerce and into the spheres of public administration. Third, it is clear that, in Brazil, the members of this family maintained a practice adopted by their ascendants. This practice was to choose sponsors belonging to the same professional group. In Portugal and Brazil, the members of this family applied similar social strategies. A consequence of these strategies was to reinforce their presence in social circles composed of artisans and merchants.

KEYWORDS

Artificers. Marriage Alliances. Portuguese Immigration.

O presente artigo comporta uma investigação acerca das alianças matrimoniais e da condição social de três gerações de uma parentela estabelecida no Noroeste de Portugal, no contexto da segunda metade do século XVIII e das primeiras duas décadas do XIX. Trata-se da família Vieira dos Santos, cujos membros, em sua maior parte, eram provenientes da vila de Fânzeres. No período em tela, tal vila era uma freguesia pertencente à jurisdição do município do Porto.

O objetivo central deste artigo é a produção de um conhecimento sobre perfis e origens sociais de imigrantes que se estabeleceram numa área do litoral sul da capitania de São Paulo no fim do século XVIII. Tal área atualmente pertence à jurisdição do estado do Paraná. A identificação das práticas econômicas dos familiares desses imigrantes permite evidenciar as circunstâncias sociais em que eles, os imigrantes que se radicaram no litoral sul paulista, se encontravam no momento de sua transferência para o Brasil. Os resultados apresentados no decorrer deste artigo subsidiam uma compreensão sobre a posição de parentes desses imigrantes na hierarquia social de uma área do noroeste português: o distrito do Porto.

O artigo é iniciado por uma análise sobre as ocupações profissionais exercidas por ascendentes e parentes colaterais paternos do autor das informações genealógicas estudadas neste artigo: o comerciante Antônio Vieira dos Santos (1784-1854), portuense que se estabeleceu no Brasil em fins do século XVIII.¹ Nesse âmbito, é destacado que as ocupações predominantes desses ascendentes e parentes colaterais eram a agricultura e os ofícios artesanais, notadamente a ourivesaria.

Por consequência, é analisada a natureza das ocupações profissionais de ascendentes e parentes colaterais maternos de Antônio Vieira dos Santos. A ourivesaria e a agricultura também eram as ocupações mais recorrentes desses parentes maternos. As informações sobre os ramos materno e paterno da parentela do genealogista permitem asseverar que os arranjos matrimoniais nos quais estavam envolvidos lhes permitiram o estabelecimento de vínculos familiares com membros do próprio grupo profissional.

Em seguida, é dedicada atenção ao perfil profissional dos padrinhos dos filhos de Jerônimo Vieira dos Santos (1758-1834), pai de Antônio Vieira dos Santos. Nesse estágio da abordagem, é demonstrado que o estabelecimento de relações de compadrio permitiu a consolidação da presença dos Vieira dos Santos num circuito de relações sociais composto por ourives e negociantes. Portanto, cumpre sustentar o argumento de que tal parentela, no início do século XIX, estava integrada a três esferas da vida econômica portuguesa: a agricultura, o artesanato e o comércio.

¹ Antônio Vieira dos Santos nasceu na cidade do Porto. Era filho de Jerônimo Vieira dos Santos, lavrante de prata, e Ana Joaquina, proveniente de uma parentela composta por lavradores, ourives e militares. O citado imigrante se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro em 1797. No ano seguinte, radicou-se na vila litorânea de Paranaguá, à época pertencente à jurisdição da capitania de São Paulo. Nesse município, Antônio dos Santos atuou como comerciante varejista. Em 1814, fixou-se na freguesia de Morretes, situada na área litorânea do atual estado do Paraná. Nessa sociedade, o citado imigrante se dedicou ao beneficiamento da erva-mate. Faleceu em Morretes, em 1854. Esse imigrante desempenhou postos na administração desse município, como o cargo de vereador. Antônio dos Santos, portanto, enquadra-se na categoria de um português que ingressou num círculo social composto por integrantes de elites locais de uma área do extremo sul paulista. A respeito da trajetória de Antônio Vieira dos Santos em sociedades do litoral do atual estado do Paraná, ver Costa (1988) e Cavazzani (2015). Concernente à vida social e econômica do litoral paranaense de meados do século XIX, ver Leandro (2003).

Por fim, é realizada a análise das ocupações profissionais exercidas pelos familiares maternos e paternos de Leonarda Batista de Moura Vilela (1769-1844), madrastra do genealogista. A identificação dessas ocupações permite salientar que a segunda esposa de Jerônimo Vieira era proveniente de uma família marcada pela diversificação de suas atividades profissionais. A atuação na agricultura, no comércio e na vida militar foi comum a distintos membros dessa parentela. De modo análogo aos Vieira dos Santos, a família Vilela conheceu reveses econômicos nas décadas finais do século XVIII.

A fonte empregada neste artigo consiste num conjunto de três árvores genealógicas produzidas por Antônio Vieira dos Santos. Essas árvores contêm informações sobre ancestrais e parentes colaterais do pai, da mãe e da madrastra do genealogista. Esses textos de conteúdo genealógico estão inseridos no primeiro volume das memórias de Antônio dos Santos. Tal volume é intitulado *Breve resumo dos sucessos mais notáveis acontecidos desde 1797 até 1827*. As informações genealógicas ali encontradas foram redigidas no fim dos anos 1820.²

Tais árvores genealógicas foram produzidas na época em que Antônio dos Santos manteve correspondência epistolar com os familiares que permaneceram em Portugal. Por meio da leitura de *Breve resumo dos sucessos*, nota-se que, no decorrer dos anos 1820, tal imigrante recebeu, de forma contínua, cartas do pai e dos irmãos. Após duas décadas da sua transferência para o Brasil, Antônio dos Santos continuava a ser informado sobre nascimentos, casamentos e falecimentos dos parentes que viviam naquele país (SANTOS, 1827, p. 171-201). Em suma, a confecção das três árvores genealógicas utilizadas neste artigo foi uma decorrência da comunicação assídua entre o imigrante e seus familiares. Ao mesmo tempo, foi nos anos 1820 que Antônio dos Santos começou a desenvolver a prática de escrever textos memorialísticos.³ Além de discorrer sobre a própria trajetória, buscou reconstituir a origem de sua família por meio da produção de árvores genealógicas. Nesse contexto, tornou-se reconhecido por membros da elite social de Morretes como um comerciante dotado de conhecimentos sobre a escrita de textos políticos e literários (SANTOS, 1950, p. 360). A elaboração de trabalhos genealógicos por Antônio dos Santos não foi circunscrita aos anos 1820. Ele cultivou tal prática até o início dos anos 1850.⁴ Portanto, a fonte aqui estudada data do período em que o referido imigrante começou a se dedicar de maneira permanente à produção de obras de conteúdo histórico.

A historiografia referente aos artífices portugueses do século XVIII tem conferido pouca ênfase à condição econômica e social dos indivíduos que se ocupavam da ourivesaria. Nesse quadro, o estudo dos impactos de conjunturas econômicas nas

² Esse volume de memórias está sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba, Rua XV de Novembro, 1050).

³ A prática de escrever textos memorialísticos foi cultivada por Antônio dos Santos até o início dos anos 1850. Além de *Breve resumo dos sucessos*, ele redigiu uma obra intitulada *Memórias dos sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano 1838*. Tal obra contém informações que abrangem os anos de 1838 a 1851, mas não comporta informações genealógicas. O manuscrito dessas memórias está sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes. Para o conhecimento da relação completa das obras escritas por Antônio dos Santos, ver Negrão (2004).

⁴ Em 1852, Antônio dos Santos preparou *Árvore genealógica das famílias Freire e França*. Tais parentelas estavam radicadas no litoral do atual Paraná (NEGRÃO, 2004). Esse texto genealógico, contudo, permanece extraviado.

formas de produção e comércio da joalheria portuguesa não consta como elemento basilar da historiografia referente ao Portugal setecentista. Há maior atenção às mudanças nas técnicas da produção de joias (OREY, 1995; SOUSA, 2000; SILVA, 2008). Em verdade, é um aspecto secular da historiografia portuguesa o estudo de aspectos e das mudanças da técnica de confecção de joias (VASCONCELOS, 1912).

A historiografia também permanece carente de análises sobre os fatores que geravam desigualdades entre os artífices no que concerne à sua posição social e ao seu poder econômico. Assim, mantém-se pouco desenvolvida a compreensão de causas e impactos dos reveses econômicos experimentados por tais profissionais no Portugal setecentista. Em síntese, é pouco usual a investigação das diferenças sociais entre os artesãos (SOUSA, 1999; 2004; 2005). De sua parte, o presente artigo evidencia, por meio de um estudo de caso, que houve específicos padrões de alianças sociais e familiares nos quais os artífices do noroeste de Portugal estavam envolvidos.

No que diz respeito a essa região portuguesa, a historiografia dedicou maior atenção ao estudo da constituição de alianças familiares no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Trata-se, pois, de uma corrente de abordagem que propicia a compreensão das formas de reprodução social que ali vigoraram (SCOTT, 2012). Nesse âmbito, compete desenvolver uma investigação que avance no entendimento sobre a condição social das famílias do noroeste português cujos membros migraram para o Brasil. Tal abordagem torna viável o conhecimento das práticas econômicas e das formas de constituição de vínculos familiares dos portugueses que permaneceram no Reino e dos seus compatriotas que se estabeleceram na colônia.

Por outro lado, a historiografia sobre a imigração portuguesa em áreas sulinas do Brasil se mantém pouco avançada. Há, pois, maior ênfase no estudo sobre a inserção e a mobilidade social de açorianos na capitania do Rio Grande do Sul, no contexto do século XVIII (BERUTE; SCOTT; SCOTT, 2017; HAMEISTER, 2006; MARQUES, 2012; QUEIROZ, 1992). Referente ao estado do Paraná, o estudo sobre a imigração foi centrado no reconhecimento dos impactos dos contatos entre adventícios e os membros da sociedade receptora no decorrer do século XIX (BALHANA, 1978; BIDEAU; NADALIN, 2011; MACHADO, 1998).

Nos estudos sobre imigração europeia em tal estado, é pouco comum a análise de percursos sociais de imigrantes pertencentes a um mesmo grupo familiar (STOLLMEIER, 2016). Assim, o avanço propiciado pelo presente artigo consiste em reconhecer as características dos processos de formação de alianças matrimoniais e os modos de enraizamento social de uma parentela cujos membros, no fim do século XVIII, fixaram residência em municípios do Brasil meridional.

Em suma, continua pouco desenvolvido o estudo da integração de imigrantes europeus na hierarquia social de municípios do atual estado do Paraná (COLATUSSO, 2004). Nesse âmbito, permanece mais avançada a análise dos fatores que ocasionaram a formação e a conservação dos vínculos sociais entre os imigrantes na sociedade receptora (SCARPIM, 2010). Mantém-se incipiente, portanto, a produção de análises sobre as circunstâncias econômicas que determinaram a migração de portugueses para o Sul do Brasil em fins da época colonial.

Ao mesmo tempo, permanece em estágio pouco desenvolvido o conhecimento dos processos de mobilidade social de reinóis na área que corresponde ao litoral paranaense. O presente artigo, por sua vez, permite um entendimento a respeito das formas de acomodação de reinóis numa sociedade do extremo sul da capitania de São

Paulo. Em suma, esta investigação possibilita a compreensão acerca das iniciativas de jovens advéncios para obter uma ocupação profissional e adentrar os esquemas matrimoniais de uma sociedade colonial.

OS PERCURSOS SOCIAIS DE FAMILIARES PATERNOS DE ANTÔNIO VIEIRA DOS SANTOS: A RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS RURAL E URBANO NO NOROESTE PORTUGUÊS

Nesta seção do artigo, é evidenciada que a migração para a área urbana, especialmente a cidade do Porto, era uma pretensão de ascendentes paternos de Antônio Vieira dos Santos. A migração era uma estratégia que possibilitava a obtenção de aprendizado em ofícios artesanais, sobretudo a ourivesaria.

De outra parte, é demonstrado que os arranjos matrimoniais nos quais os familiares de Antônio Vieira dos Santos estavam envolvidos permitiram consolidar os vínculos dessa parentela com indivíduos dedicados à agricultura e ao artesanato. Desse modo, no decorrer da segunda metade do século XVIII, os Vieira dos Santos não evadiram por completo do espaço rural.

Por fim, os parentes de Antônio dos Santos que se radicaram no Brasil em fins da época colonial não se ocuparam, na sociedade receptora, dos mesmos ofícios cultivados por seus ascendentes. A carpintaria, a ourivesaria e a agricultura não constam no rol de ocupações desempenhadas por Antônio dos Santos e seus parentes em distintas capitânicas do Brasil. Esses indivíduos, ao mesmo tempo que se estabeleceram no litoral sul paulista, não estavam treinados em algum ofício artesanal.

As informações analisadas nesta seção estão contidas no Quadro 1. Os mais longínquos ancestrais paternos mencionados por Antônio dos Santos são seus avós Gonçalo dos Santos e Maria Vieira, que eram artesãos. Gonçalo exercia a profissão de carpinteiro. Maria, por seu turno, era tecedeira (SANTOS, 1827, p. 65-66). Assim, a atenção às profissões desempenhadas por esses ascendentes permite evidenciar a relação entre a ocupação econômica e o funcionamento de arranjos matrimoniais. A formação desse casal significou a aproximação entre indivíduos dedicados a ocupações artesanais.

A geração dos avós paternos do genealogista cultivava a prática de migrar de uma freguesia portuense para outra. Esse era o limite de sua mobilidade espacial. Gonçalo dos Santos, por exemplo, evadiu da freguesia de Carneiro e se fixou na de Fânzeres, onde faleceu (SANTOS, 1827, p. 65). Tal característica foi preservada pela geração dos pais de Antônio dos Santos. Em verdade, foi a partir da geração do próprio genealogista que as migrações na família Vieira dos Santos se tornaram mais frequentes.

Os matrimônios contraídos pelos filhos e pelos netos de Gonçalo dos Santos permitiram consolidar o pertencimento de sua parentela junto a um grupo social composto por artífices radicados na área mais central da cidade do Porto e na freguesia portuense de Fânzeres. Em 1767, tal freguesia era composta por 350 fogos. Em 1788, era dotada de 362 casas (SANTOS, 1827, p. 206). Em 1874, por fim, já tinha 510 residências (LEAL, 1874, p. 174). Assim, num intervalo de 107 anos, Fânzeres conheceu um aumento de 45% no seu número de fogos.

Os membros da família Vieira dos Santos, em resumo, estavam inseridos numa freguesia que experimentou um crescimento espacial vagaroso no decorrer

de um século. Nesse contexto, os esquemas matrimoniais dos quais os Vieira dos Santos participavam no noroeste de Portugal ocasionaram a permanência de integrantes dessa família no espaço rural. A esse respeito, atente-se para as informações do Quadro 1.

Quadro 1 – Ocupações profissionais dos familiares paternos de Antônio Vieira dos Santos⁵

Grau de parentesco com Antônio Vieira dos Santos	Ocupação	Quantidade
Avô	Carpinteiro	1
Avó	Tecedeira	1
Cunhado	Ourives	1
Pai	Lavrante de prata	1
Prima consanguínea	Tecedeira	1
Primo consanguíneo	Carpinteiro	1
Primo consanguíneo	Lavrador	1
Primo consanguíneo	Funcionário público	1
Primo consanguíneo	Escrevente de tabelionato	1
Primo por afinidade	Carpinteiro	1
Primo por afinidade	Comerciante	1
Tia consanguínea	Tecedeira	1
Tia por afinidade	Tecedeira	1
Tio consanguíneo	Ourives	1
Tio consanguíneo	Lavrador	1
Tio consanguíneo	Tecelão	1
Tio por afinidade	Lavrador	1
Tia-avó por afinidade	Lavadora	1
Tio-avó por afinidade	Lavrador	2

Fonte: Santos (1827, p. 65-77).

A análise do quadro acima reproduzido evidencia que, no fim do século XVIII e no início do XIX, havia um predomínio de descendentes de Gonçalo dos Santos no exercício de ocupações urbanas. De todo modo, duas irmãs de Gonçalo eram casadas com indivíduos que se enquadravam na categoria de *lavradores*. Uma filha desse carpinteiro também contraiu núpcias com um agricultor. Por fim, um dos netos de Gonçalo dos Santos também estava enraizado em área rural e foi enquadrado pelo genealogista como um *lavrador* (SANTOS, 1827, p. 66).

No referido recorte temporal, havia a tendência de filhos de Gonçalo dos Santos a migrarem da freguesia de Fânzeres para a área mais central da cidade do Porto. Conforme informado na genealogia confeccionada por Antônio dos Santos, dois filhos

⁵ Nos Quadros 1 e 2, a expressão *primo por afinidade* se refere aos maridos das primas de Antônio Vieira dos Santos. As expressões *tia/tio por afinidade* são referentes, por seu turno, às esposas e aos maridos de tios e tias consanguíneos de Antônio Vieira dos Santos. No Quadro 4, a expressão *primo por afinidade* faz referência ao esposo de uma prima de Leonarda Vilela.

se transferiram para o Porto com a finalidade de aprender as técnicas de um ramo do artesanato. Tal ramo era o ofício de produzir utensílios de prata.

De acordo com o genealogista, os irmãos Manuel e Jerônimo Vieira dos Santos se tornaram lavrantes de prata após migrarem da freguesia de Fânzeres para a cidade do Porto. O início do aprendizado de Manuel Vieira nesse ofício ocorreu em 1763, quando ele tinha dez anos. Jerônimo Vieira, por sua vez, foi iniciado nos misteres do artesanato em 1772, quando estava com a idade de catorze anos (SANTOS, 1827, p. 67-68).

Jerônimo, contudo, não prosperou em tal profissão. Sua trajetória contém evidências de que não era incomum, no noroeste português, que um artífice mudasse de ocupação. Antônio dos Santos informou que Jerônimo abandonou tal ofício em 1795, após 23 anos do início de seu treinamento em tal serviço. Entre os decênios de 1790 e 1820, desempenhou as funções de coletor de impostos, fiel de forno de bolacha e condutor de mantimentos entre as cidades do Porto e de Coimbra (SANTOS, 1827, p. 95). Em 1815, esse antigo artífice foi admitido para o posto de guarda da alfândega do Porto. Em 1825, por fim, Jerônimo já havia mudado de ocupação, passando a atuar como comerciante de vinhos nessa cidade. Em 1827, continuava a exercer esse ofício (SANTOS, 1827, p. 96).

A mudança de ocupação profissional foi acompanhada pela circulação entre as freguesias do Porto. Ele viveu, por exemplo, em São João da Foz do Douro de 1816 a 1820 (SANTOS, 1827, p. 95). Durante três décadas, portanto, Jerônimo oscilou entre a atuação como comerciante autônomo e o trabalho em órgãos do Estado. Desse modo, quando estava na faixa dos sessenta anos, havia se acomodado na condição de comerciante varejista. Nesse quadro, a vivência de adversidades no exercício de ocupações profissionais, no âmbito da família Vieira dos Santos, implicava a deflagração de precisas estratégias. A mudança de ocupação profissional era uma iniciativa decorrente de insucessos econômicos. Conforme demonstrado neste artigo, tal mudança também foi peculiar aos percursos dos filhos de Jerônimo que se radicaram no Brasil.

Jerônimo Vieira costumava não permanecer por um longo período num mesmo endereço. Eram frequentes as suas mudanças de residência no interior da cidade do Porto. Entre 1784 e 1815, mudou treze vezes de domicílio (SANTOS, 1827, p. 97). Tais informações consistem em evidências de que não pertencia ao grupo de artífices do Porto que se distinguiram pelo comando das oficinas que acolhiam aprendizes e funcionavam de modo estável.

Em suma, o perfil social do pai de Antônio dos Santos era o de um indivíduo que não pertencia à elite dos artesãos do noroeste português. O abandono do ofício de lavrante de prata implicou o desempenho intermitente de distintas ocupações urbanas, sobretudo aquelas ligadas ao comércio. Assim, na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, os membros da família Vieira dos Santos eram dedicados tanto a atividades econômicas agrárias quanto a ocupações urbanas, em particular a ourivesaria. Houve integrantes de tal parentela que, na juventude, realizaram migrações internas com a finalidade de sair da freguesia de Fânzeres e obter, na região mais urbanizada da cidade do Porto, os conhecimentos necessários ao desenvolvimento dos misteres da joalheria.

A transferência de Antônio dos Santos para o Brasil ocorreu em 1797, num contexto em que seu pai estava a exercer ocupações urbanas de modo pouco duradouro. As informações contidas nos textos memorialísticos e genealógicos de

Antônio dos Santos permitem afirmar que ele e seus irmãos não foram treinados nas lides do comércio por Jerônimo Vieira. Esse treinamento ocorreu do Brasil. Os imigrantes pertencentes a essa família se enquadravam no perfil predominante dos portugueses que emigraram para o Brasil entre o fim do século XVIII e o começo do XIX. Um dos aspectos desse perfil era a condição de jovem solteiro; outro, a inclinação para se radicar no espaço urbano e atuar em áreas do comércio (ROWLAND, 2000a).

Em Portugal, na referida época, não era incomum que jovens portugueses migrassem de uma freguesia para outra na tentativa de obter uma ocupação. Tal prática era recorrente entre os reinóis que não alcançaram uma condição econômica estável (SCOTT, 2012). Jerônimo Vieira, portanto, pertenceu ao grupo de portugueses que, no contexto do distrito do Porto, mudaram constantemente de freguesia. Ele fez parte do contingente dos portuenses que encontraram dificuldades para exercer uma profissão de forma permanente.

Aos jovens desprovidos de relevantes oportunidades econômicas, também existia a alternativa da mudança para o Brasil. Os estudos históricos têm destacado que era frequente o ingresso, nessa antiga colônia, de reinóis com alguma instrução. No início do século XIX, por exemplo, a maior parte dos imigrantes provenientes do norte de Portugal era alfabetizada (ROWLAND, 2000b).⁶ A obtenção de uma educação elementar era decisiva para que o imigrante conseguisse exercer no Brasil ocupações ligadas ao comércio. Uma dessas ocupações era o ofício de caixeiro (GORENSTEIN; MARTINHO, 1992).

A esse respeito, o principal investimento de Jerônimo na formação dos filhos consistiu em financiar a frequência deles em escolas de primeiras letras. Ele também financiou a permanência de um desses descendentes em aulas que habilitavam para o exercício da profissão de cirurgião (SANTOS, 1827, p. 101-141). Contudo, os membros dessa parentela que se radicaram no Brasil não receberam em Portugal o treinamento para os ofícios que desempenharam na sociedade receptora.

Os familiares paternos de Antônio dos Santos que migraram para o Brasil se aproximavam pelo fato de que ambicionaram se fixar no Rio de Janeiro. De fato, quatro primos de Antônio dos Santos realizaram esse objetivo. Um desses parentes, Antônio José, atuou como escrevente do tabelionato do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Um filho homônimo desse indivíduo era funcionário desse Tribunal. Por fim, um terceiro primo consanguíneo, Vicente, era alferes da Companhia de Ordenanças da freguesia carioca da Candelária. Outro primo de Antônio dos Santos, Francisco José, também residiu no Rio de Janeiro no início dos anos 1800. Porém, o genealogista não mencionou a profissão que esse imigrante exerceu na sociedade receptora (SANTOS, 1827, p. 76-78).

Antônio dos Santos não obteve a oportunidade de ser treinado nas lides do comércio da então capital brasileira. Diante desse revés, migrou para a vila portuária de Paranaguá, situada no extremo sul da capitania de São Paulo. Nesse município, de 1798 a 1804, atuou como caixeiro de um negociante açoriano. Em seguida, foi proprietário de um armazém de farinha e molhados. Sua atuação como comerciante varejista se estendeu entre os anos de 1805 e 1812. Uma trajetória análoga foi desenvolvida por um irmão do genealogista. Tratava-se de João Vieira dos Santos

⁶ A esse respeito, Henrique Rodrigues salientou que, no distrito de Viana do Castelo, situado no norte de Portugal, a emigração de analfabetos era rara até 1850 e nula de 1836 a 1847 (RODRIGUES, 1995).

(1786-s/d). Após exercer a função de caixeiro de um negociante de Paranaguá, tornou-se sócio do irmão Antônio no referido armazém (SANTOS, 1827, p. 6).

João dos Santos migrou para o Brasil em 1800, três anos após o irmão Antônio tomar essa iniciativa. Assim, a migração para o Brasil foi realizada gradualmente pelos membros da família Vieira dos Santos. Em virtude de dificuldades econômicas, no entanto, os Vieira dos Santos se dispersaram por municípios sulinos. Nesse contexto, a falência comercial de João dos Santos em Paranaguá motivou sua transferência para a capitania do Rio Grande do Sul, em 1812. Ao se fixar lá, foi empregado numa estância, isto é, uma propriedade rural destinada à pecuária (SANTOS, 1827, p. 134). A adversidade econômica, portanto, exigiu que esse reinol realizasse uma migração interna e mudasse de profissão.

De sua parte, Antônio dos Santos se transferiu em 1814 para uma vila adjacente a Paranaguá, Morretes, em virtude do seu insucesso como comerciante (SANTOS, 1827, p. 21). Nessa localidade, foi negociante de erva-mate (SANTOS, 1827, p. 54-134). Dessa forma, a semelhança entre os percursos de Jerônimo Vieira e de seus filhos que residiram no Brasil diz respeito ao caráter instável do exercício de ocupações profissionais.

Em larga medida, o insucesso dos irmãos Santos para se tornarem comerciantes varejistas foi decorrente da necessidade de contrair sucessivos empréstimos para manter em atividade o armazém de farinha e molhados. O endividamento gerou a dependência econômica desses indivíduos em relação a personagens da elite social de Paranaguá (SANTOS, 1827, p. 15-21). Diante da impossibilidade de prosperarem nesse município, adotaram a estratégia de realizar uma migração interna e recomeçar a vida profissional em outra localidade.

Houve, pois, dois destinos comuns aos membros da família Vieira dos Santos que se transferiram para o Brasil no fim do século XVIII: a atuação no comércio varejista e a obtenção de emprego público na cidade do Rio de Janeiro. A pretensão inicial desses imigrantes era se radicar na capital da colônia. Porém, o malogro desse projeto os motivou a mudar para uma vila do litoral sul de São Paulo. Dessa forma, os Vieira dos Santos, quando se transferiram para o Brasil, não permaneceram próximos. Ao contrário, o insucesso de suas iniciativas econômicas determinou a dispersão dos integrantes da família por distintas capitanias, sobretudo aquelas situadas no sul da colônia.

No contexto da segunda metade do século XVIII, em Portugal, ascendentes e parentes colaterais de Antônio dos Santos estavam majoritariamente enraizados em área urbana. Os casamentos desses parentes consolidaram tal enraizamento. A inserção no grupo de artesãos do Porto foi aspecto inerente a essa parentela. Porém, em alguns casos, essa inserção foi pouco consistente. Tal afirmação é corroborada pelo fato de que o artífice Jerônimo Vieira mudou de profissão em diferentes ocasiões.

O envolvimento de membros dessa parentela nos misteres do artesanato não originou um projeto familiar de transmissão de conhecimentos na ourivesaria. Ao contrário, alguns jovens pertencentes a tal parentela adotaram estratégias como a migração para o Brasil. Isso os levou a desempenhar ocupações não cultivadas pelos seus ascendentes, a exemplo dos ofícios de caixeiro, comerciante autônomo e funcionário de órgão público.

INTEGRAÇÃO NA VIDA URBANA E ESQUEMAS MATRIMONIAIS: OS PERFIS SOCIAIS DE PARENTES DE ANA JOAQUINA PEREIRA

No presente estágio do artigo, é realizada a sustentação de dois argumentos. De um lado, trata-se de demonstrar que os familiares maternos de Antônio dos Santos tiveram uma presença no meio rural. Essa presença continuava a existir quando Antônio dos Santos produziu sua genealogia. Nesse contexto, havia também a presença de membros dessa parentela na vida urbana do Porto. O exercício da ourivesaria, por exemplo, não era incomum entre os familiares de Ana Joaquina Pereira.

De outro lado, a existência de artífices e, em particular, de ourives na família de Ana Joaquina evidencia a relação entre ocupações profissionais e funcionamento de esquemas matrimoniais. Mais precisamente, as informações aqui analisadas contêm indícios de que Ana Joaquina participou de um mercado matrimonial composto por indivíduos que desempenharam ocupações análogas àquelas exercidas pelos integrantes da família Pereira. Nesse quadro, o casamento de Jerônimo Vieira dos Santos com Ana Joaquina significou uma aliança social entre parentelas nas quais havia indivíduos dedicados aos misteres da joalheria na cidade do Porto.

Os primeiros ascendentes maternos citados na genealogia elaborada por Antônio dos Santos eram seus avós Domingos Pereira e Ana Joaquina, cujo sobrenome não foi mencionado. Antônio dos Santos salientou que a avó materna nascera na freguesia de Santo Ildefonso, pertencente à jurisdição do Porto (SANTOS, 1827, p. 68). Portanto, um aspecto inerente aos percursos dos ascendentes maternos e paternos do genealogista era a constituição de laços sociais e familiares em diferentes freguesias portuenses. Desse modo, o casamento entre os pais de Antônio dos Santos decorreu da aproximação entre indivíduos originários das freguesias portuenses de Fânzeres e Santo Ildefonso.

De acordo com o genealogista, Domingos Pereira era um comerciante que tinha uma “grande loja de mercancia” na cidade do Porto (SANTOS, 1827, p. 79). Antônio dos Santos, portanto, situou o avô materno em posição superior à de um comerciante varejista. De outra parte, os lavradores mencionados no rol dos parentes maternos do genealogista eram seu tio-avô Manuel Pereira e os três filhos concebidos por este. Nota-se, assim, um caso de transmissão familiar de uma ocupação econômica.

De modo distinto à situação verificada na família de Gonçalo dos Santos, na genealogia dos Pereira não existem informações sobre migrações internas realizadas pelos integrantes dessa parentela no fim do século XVIII. Assim, não há registro de migrações que tinham por finalidade propiciar a aquisição de uma ocupação profissional em área urbana.

Em relação aos descendentes de Gonçalo dos Santos, os parentes de Domingos Pereira eram mais propensos a permanecer fixados na área habitada por seus ascendentes. Esses parentes também eram mais inclinados, em relação aos Vieira dos Santos, a desenvolver a prática de transmitir uma ocupação profissional de uma geração a outra. Respeitante à distribuição das ocupações profissionais na família Pereira, atente-se para as informações do Quadro 2:

Quadro 2 – Ocupações profissionais dos familiares maternos de Antônio Vieira dos Santos

Grau de parentesco com Antônio Vieira dos Santos	Ocupação	Quantidade
Avô	Comerciante	1
Tio	Padre	1
Tio-avô	Lavrador	1
Tio-avô por afinidade	Ourives	1
Primo consanguíneo	Caixeiro	1
Primo consanguíneo	Lavrador	3
Primo consanguíneo	Ourives	1
Primo consanguíneo	Militar	1
Primo por afinidade	Ourives	1

Fonte: Santos (1827, p. 79-82).

A transmissão familiar de ocupação profissional foi também verificada no segmento dos Pereira que estava enraizado na cidade do Porto. A esse respeito, uma tia-avó de Antônio dos Santos, Maria Pereira, era casada com o ourives João Ferreira. Um dos filhos concebidos pelo casal, José Pereira, exerceu a profissão desempenhada pelo pai. Ele exerceu tal ocupação na cidade baiana de Salvador (SANTOS, 1827, p. 27). Dessa forma, o ourives José era um reinol que, quando se estabeleceu no Brasil, já estava treinado num ofício artesanal.

Entre os três ourives da família Pereira mencionados na genealogia de Antônio dos Santos, dois foram incorporados a tal parentela por meio do casamento. Algumas mulheres pertencentes a diferentes gerações dessa família contraíram matrimônio com joalheiros residentes na cidade do Porto (SANTOS, 1827, p. 81-82). Assim, a inserção de mulheres da família Pereira nos esquemas matrimoniais desse município possibilitou que tal parentela consolidasse vínculos sociais com indivíduos dedicados a ocupações urbanas, especialmente o artesanato. Nessa parentela, portanto, a ligação com a ourivesaria não era derivada de uma tradição familiar de exercício dessa profissão.

No âmbito da família Pereira, em suma, notou-se que, de uma geração a outra, foi mantida a inclinação para o estabelecimento de relações sociais com indivíduos ligados aos misteres da joalheria. Por outro lado, não ocorreu a conservação de membros dessa parentela numa posição proeminente na vida comercial. Ao contrário, houve um caso de descendente de Domingos Pereira que, no fim do século XVIII, estava em posição subalterna na hierarquia da vida comercial da cidade do Porto. Tratava-se de Francisco, neto de Domingos. Nos anos 1810, Francisco foi caixeiro, isto é, empregado de um comerciante. Seu patrão era Plácido Lino dos Santos Teixeira, que tinha o título de *negociante-mor* do Porto (SANTOS, 1827, p. 79).

Nesse contexto, *negociante-mor* era uma expressão honorífica atribuída aos comerciantes abastados e socialmente prestigiados (REVISTA LUSITANA, v. 37-38, 1939). Um dos principais negócios controlados por Plácido Teixeira era a fábrica de lanifícios, fundada em 1805 e situada na freguesia portuense de Lordelo do Ouro. Desse modo, esse negociante esteve envolvido numa iniciativa de produção industrial de tecidos no início do século XIX (CAPELA, 1975, p. 36). Em síntese, o exercício da

ocupação de caixeiro permitiu a Francisco Pereira a aproximação com personagens da elite social portuense.

Em última instância, o envolvimento nos esquemas matrimoniais foi decisivo para a consolidação dos Pereira na vida urbana do município do Porto. Os profissionais que atuavam como ourives foram arregimentados a tal parentela por meio do casamento. Ao mesmo tempo, as informações extraídas da genealogia elaborada por Antônio dos Santos permitem destacar os limites do poder econômico de membros da família Pereira e dos indivíduos a ela incorporados.

Assim, ourives e lavrantes de prata integrados a tal família não pertenciam ao estrato superior da hierarquia dos artífices do Porto. Eles não eram os controladores de oficinas compostas por um séquito de aprendizes. No âmbito dos ramos materno e paterno da família de Vieira dos Santos, no período referente às duas primeiras décadas do século XIX, não estava em curso um projeto de transmissão familiar de ofícios artesanais e mercantis. Ao mesmo tempo, os membros da família Pereira não se conservaram, no contexto das lides comerciais da cidade do Porto, como prestigiados negociantes. Aos membros dessa parentela que almejavam atuar no comércio, foi necessária a aceitação de uma condição social menos elevada: a de caixeiro.

RELAÇÕES DE COMPADRIO E AMPLIAÇÃO DE VÍNCULOS SOCIAIS: OS PERFIS PROFISSIONAIS DOS PADRINHOS DOS FILHOS DE JERÔNIMO VIEIRA DOS SANTOS

Neste estágio do artigo, é sustentado o argumento de que Jerônimo Vieira dos Santos consolidou vínculos sociais com artífices e comerciantes da cidade do Porto por meio de relações de compadrio. Esse antigo lavrante de prata teve onze filhos. Os batizados de seus descendentes foram ocasiões que reforçaram os vínculos de Jerônimo com indivíduos que pertenciam ao seu grupo profissional. Assim, à medida que ele passava a exercer outro ofício, ocorria a modificação no perfil profissional dos novos padrinhos dos seus filhos.

Ao mesmo tempo, a constituição de relações de compadrio foi determinante para a concretização do pertencimento de membros da família Vieira dos Santos no Brasil. Essas relações foram estabelecidas com indivíduos dedicados ao comércio. Desse modo, a constituição de vínculos sociais e familiares, no caso dos Vieira dos Santos radicados no litoral sul da capitania de São Paulo, foi estabelecida prioritariamente com indivíduos que pertenciam a um mesmo grupo profissional.

Há tempos, os estudos antropológicos salientam que, na Península Ibérica, a cerimônia do batizado adquiriu uma precisa função social. Nesse evento, os compadres formalizam perante a Igreja Católica um vínculo indissolúvel. Uma consequência do compadrio é a possibilidade de haver um auxílio recíproco e contínuo entre os pais e os padrinhos da criança que recebeu o sacramento do batismo (GUDEMAN, 1971, 1975).⁷

⁷ A relevância social dos laços de compadrio também se verificou na América espanhola. A historiografia tem salientado que, do fim do século XVIII a meados do XIX, em áreas como a província de Buenos Aires, o compadrio era uma prática crucial para a consolidação e a ampliação de redes sociais (SANTILLI, 2009).

De igual modo, a historiografia tem evidenciado que a prática do compadrio é um elemento típico das sociedades do Antigo Regime. As relações sociais, em tal contexto, assumem um aspecto hierarquizado e corporativo. A referida prática propicia a formação de relações de solidariedade entre desiguais. Ela também reforça o pertencimento de um indivíduo ao corpo social (ENGEMANN, 2005).

Em Portugal, a adoção da prática do compadrio permitiu que os Vieira dos Santos estreitassem os vínculos com integrantes de um mesmo grupo profissional. No Brasil, o estabelecimento de tais laços favoreceu a aproximação entre membros dessa parentela e outros imigrantes de origem portuguesa. Nesse particular, trata-se de evidenciar que os Vieira dos Santos empregaram precisos critérios para a seleção de seus compadres.

Jerônimo Vieira dos Santos contraiu núpcias em duas ocasiões. Na primeira, casou-se com Ana Joaquina Pereira, em 1780. Após o falecimento dela, em 1789, ele desposou Leonarda Batista de Moura Vilela. O segundo casamento de Jerônimo Vieira aconteceu em 1792. No primeiro matrimônio, esse artífice concebeu quatro filhos; no segundo, sete. Na genealogia elaborada por Antônio dos Santos, há informações sobre as ocupações de catorze padrinhos dos filhos de Jerônimo. Concernente a tais profissões, atente-se para o Quadro 3.

Quadro 3 – Ocupações profissionais dos padrinhos dos filhos de Jerônimo Vieira dos Santos

Ocupação do padrinho	Quantidade	Esposa de Jerônimo Vieira ao tempo do batismo
Negociante	4	Leonarda de Moura Vilela
Médico	1	Leonarda de Moura Vilela
Função na hierarquia da Igreja Católica	4	Leonarda de Moura Vilela
Militar	1	Leonarda de Moura Vilela
Ourives	4	Ana Joaquina Pereira

Fonte: Santos (1827, p. 69-80).

Entre os seis homens que batizaram filhos de Ana Joaquina e Jerônimo dos Santos, quatro exerciam a profissão de ourives. Os demais não tiveram as ocupações informadas (SANTOS, 1827, p. 71). Nesse contexto, Maria Rita, madrinha da última filha de Ana Joaquina e Jerônimo, era casada com um ourives residente no Porto (SANTOS, 1827, p. 72). O marido de Maria Rita não era compadre de Jerônimo. Essa informação denota que, para além dos ourives escolhidos por Jerônimo para apadrinhar os filhos, havia outros joalheiros que pertenciam ao círculo das relações familiares dos Vieira dos Santos naquela cidade.

As informações presentes na genealogia de Antônio dos Santos evidenciam que não havia uma diferença social marcante entre Jerônimo Vieira e os padrinhos de seus filhos nascidos do primeiro casamento. Ou seja, esse lavrante de prata não constituiu vínculos de compadrio com indivíduos superiormente posicionados na hierarquia social. Era equânime a posição social que aquele artífice e seus compadres conquistaram na cidade do Porto entre os anos de 1784, data do nascimento do filho

primogênito de Jerônimo, e 1789, época do nascimento do último descendente oriundo das primeiras núpcias desse artífice (SANTOS, 1827, p. 72).

Os nascimentos decorrentes do segundo matrimônio de Jerônimo Vieira ocorreram entre 1793 e 1810. Nesse contexto, houve maior diversificação do perfil social e profissional dos padrinhos. Os mais frequentes eram os comerciantes, grupo ao qual Jerônimo passou a pertencer no começo do século XIX. Entre os padrinhos selecionados, também havia indivíduos que pertenciam à hierarquia da Igreja Católica. Nesse contexto, os filhos de Jerônimo e Leonarda foram apadrinhados por um abade, uma freira e dois padres (SANTOS, 1827, p. 73-74).

Em 1793, a primeira filha de Jerônimo e Leonarda foi batizada por um militar. Tratava-se de Pedro da Cunha Vaz Ferreira, que na ocasião era sargento-mor graduado do 2º Regimento de Infantaria do Porto (REINO DE PORTUGAL, 1794, p. 4). Tal informação evidencia que o segundo casamento de Jerônimo lhe permitiu, desde o nascimento da primeira filha com Leonarda, diversificar o perfil social dos seus compadres.

De outra parte, a genealogia de Antônio dos Santos apresenta evidências de que o grupo de compadres de Jerônimo não era composto por indivíduos oriundos de diferentes áreas do noroeste português; era limitada a mobilidade espacial desses padrinhos. Assim, foi após se tornar compadre de Jerônimo que o citado Pedro Ferreira obteve outros postos militares e mudou de cidade. No início dos anos 1800, ele foi tenente-coronel do Regimento de Milícias do município da Maia, que dista cerca de dez quilômetros do Porto (SANTOS, 1827, p. 73).

Em Portugal, do fim do século XVIII ao limiar do XIX, os Vieira dos Santos tinham um restrito envolvimento no comércio varejista. Todavia, conseguiram estabelecer conexões sociais com indivíduos que atuaram nesse ramo da vida econômica. Por meio das informações do Quadro 3, nota-se que a consolidação de relações de compadrio foi decisiva para que os integrantes dessa parentela adentrassem o círculo de relações sociais de comerciantes e artífices.

Por outro lado, quando o genealogista Antônio dos Santos se estabeleceu no Brasil, a constituição de relações de compadrio lhe foi estratégica para ampliar seus vínculos com o grupo mercantil da vila de Paranaguá. Os cinco filhos daquele imigrante que foram batizados nesse município litorâneo, entre 1805 e 1813, tiveram como padrinhos indivíduos que se dedicavam ao comércio varejista (SANTOS, 1827, p. 70).

Tal grupo de padrinhos era também formado por homens de origem portuguesa que se estabeleceram no litoral sul paulista nas décadas finais do século XVIII. Esses imigrantes eram os reinóis Manuel Antônio Pereira (1782-1857) e Manuel Francisco Correia (1776-1864), bem como o açoriano João Ferreira de Oliveira (1758-1809), sogro de Antônio dos Santos (SANTOS, 1827, p. 5).⁸ Em 1809, o filho concebido por João Vieira dos Santos e sua esposa Joaquina Maria Ferreira também foi apadrinhado por João Ferreira de Oliveira (SANTOS, 1827, p. 71).

No período em tela, no Brasil, o compadrio permanecia como um laço que tornava mais consistente o pertencimento a determinado grupo social. Essa função do compadrio se consolidou na época colonial e continuou a vigorar ao longo do século

⁸ Para o conhecimento sobre as relações familiares constituídas pelos Vieira dos Santos no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, ver Negrão (2004).

XIX (BRÜGGER, 2007). Um aspecto do processo de enraizamento social dos irmãos Antônio e João Vieira dos Santos no Brasil consistiu em se manterem próximos de indivíduos que eram, ao mesmo tempo, compatriotas e membros de um mesmo grupo profissional. No Brasil, portanto, eles adotaram uma prática cultivada pelo pai, a qual consistia em selecionar padrinhos no interior do seu grupo profissional.

As citadas informações sobre os batizados dos filhos de Antônio e José Vieira dos Santos evidenciam que o compadrio permitiu que os imigrantes pertencentes a tal parentela se tornassem mais próximos de comerciantes radicados no litoral sul paulista. Ele possibilitou que os citados irmãos formalizassem uma aliança social com imigrantes que já tinham uma condição econômica estável.

Antônio e José Vieira dos Santos se tornaram compadres de João Ferreira de Oliveira, que era irmão do negociante Francisco Ferreira de Oliveira, antigo patrão de Antônio dos Santos. Esse laço de compadrio consolidou uma relação entre imigrantes que não ocupavam posições idênticas na hierarquia da sociedade receptora. Essa desigualdade derivava do fato de que, nessa época, os irmãos Ferreira de Oliveira já haviam consolidado um pertencimento à elite social do município de Paranaguá (SANTOS, 1827).

Dessa forma, as práticas familiares adotadas pelos Vieira dos Santos no Brasil, no começo do século XIX, eram análogas àquelas realizadas pelos seus compatriotas que também emigraram de Portugal. Entre elas, estava o estabelecimento de ligações com compatriotas radicados havia mais tempo na sociedade receptora. Tais ligações favoreciam o enraizamento e a mobilidade social do jovem reinol (ROWLAND, 2007).

PATENTES MILITARES E MOBILIDADE ESPACIAL: OS PERFIS PROFISSIONAIS DE PARENTES DE LEONARDA BATISTA DE MOURA VILELA

Nesta seção do artigo, é demonstrado que os parentes da madrasta de Antônio dos Santos tinham uma presença mais relevante em órgãos militares do que no comércio e nas lides do artesanato. A inclinação para a carreira militar assegurou a alguns familiares de Leonarda Vilela o enraizamento na cidade de Lisboa. Em suma, na genealogia elaborada por Antônio dos Santos, a mobilidade espacial mais ampla é o elemento que diferencia a família de Leonarda em relação à parentela do seu esposo, Jerônimo Vieira. Ao mesmo tempo, o segundo casamento de Jerônimo Vieira não ocasionou a ampliação de seus vínculos com os membros do grupo profissional ao qual pertencia à época: os artífices dedicados aos misteres da joalheria. O matrimônio com Leonarda aproximou Jerônimo de uma parentela na qual a ocupação de ourives não era adotada com frequência.

Os ancestrais mais remotos de Leonarda Vilela citados por Antônio dos Santos eram seus avós maternos e paternos. Segundo o genealogista, os avós paternos de Leonarda se dedicavam à agricultura. Eles se enquadravam na categoria de *lavradores*. Antônio dos Santos também salientou que ascendentes e parentes colaterais dos avós maternos de Leonarda viviam em áreas rurais do distrito do Porto (SANTOS, 1827, p. 89). As informações apresentadas pelo genealogista permitem salientar que a presença no meio rural de familiares de Leonarda se tornou menos significativa a partir da geração seguinte à de seus avós.



Referente às ocupações econômicas dos ramos materno e paterno da parentela da madrastra de Antônio dos Santos, cumpre dedicar atenção às informações do Quadro 4:

Quadro 4 – Ocupações profissionais dos familiares de Leonarda Batista de Moura Vilela, madrastra de Antônio Vieira dos Santos

Grau de parentesco com Leonarda Batista de Moura Vilela	Ocupação	Quantidade
Avô materno	Professor régio	1
Avô paterno	Lavrador	1
Pai	Negociante	1
Tio materno	Militar	1
Primo consanguíneo (materno)	Militar	2
Primo consanguíneo (ramo familiar não identificado)	Escrivão	1
Primo consanguíneo (ramo familiar não identificado)	Militar	1
Primo por afinidade (ramo familiar não mencionado)	Ourives	1

Fonte: Santos (1827, p. 83-90).

O avô materno de Leonarda Vilela atuava como professor régio. Ou seja, tinha autorização do governo português para exercer a regência de turmas de ensino elementar.⁹ O avô paterno, por sua vez, era um lavrador cujos ascendentes e parentes colaterais ocuparam o posto de almotacé no município do Porto. Em sua maior parte, os membros dessa parentela viviam na freguesia de Alpendurada, que está situada na jurisdição do distrito do Porto. Em 1788, tal freguesia tinha 280 casas e 708 habitantes (SANTOS, 1827, p. 206).

Essas informações permitem a elaboração de três constatações. A primeira diz respeito ao fato de que a condição de lavrador não significou o distanciamento dos ascendentes paternos de Leonarda Vilela da vida urbana. Tal condição não os impediu, por exemplo, de desempenhar um cargo municipal. Por um período não superior a dois meses, o almotacé tinha a tarefa de fiscalizar o comércio, a limpeza urbana e a ordem social. Tratava-se de um posto cujo acesso ocorria por meio de eleição (PEREIRA, 2001). Conforme a classificação empregada por Antônio dos Santos, os ascendentes maternos de Leonarda pertenciam ao grupo de moradores “de boa qualidade” de Alpendurada (SANTOS, 1827, p. 89). O genealogista, portanto, ressaltou a distinção social que os ascendentes de sua madrastra tinham nessa freguesia.

A segunda constatação afirma que Alpendurada era uma localidade pela qual Jerônimo Vieira dos Santos circulava desde a época anterior ao seu casamento com Leonarda. De acordo com o genealogista Antônio dos Santos, Jerônimo tinha terras

⁹ Acerca das características e das mudanças no ensino elementar do Portugal setecentista, ver Cardoso (2014).

nessa freguesia. Essas terras foram vendidas por volta de 1792, época do seu segundo matrimônio (SANTOS, 1827, p. 95). Portanto, nos anos imediatamente anteriores ao abandono da profissão de artífice, Jerônimo já acumulara alguns bens. Sua condição social, em tal contexto, era mais estável em relação àquela em que se acomodou nos primeiros anos do século XIX.

A terceira constatação diz respeito ao fato de que a circulação de Jerônimo por Alpendurada lhe possibilitou consolidar relações sociais com membros dessa localidade. Tais relações, por seu turno, geraram o ingresso do artífice no mercado matrimonial da freguesia. A esse respeito, às vésperas do seu casamento, Leonarda tinha 23 anos e vivia no Convento de Santa Clara, situado na jurisdição do Porto (SANTOS, 1827, p. 87). Dessa forma, os familiares da noviça articularam seu matrimônio com um proprietário de terras daquela freguesia. Esse casamento significou o vínculo de um artífice em declínio com uma mulher oriunda de uma parentela cujos membros alcançaram um grau de distinção social em virtude de fatores como o desempenho de um cargo municipal.

No contexto dos anos 1790, uma semelhança entre as famílias Vilela e Vieira dos Santos era derivada da vivência de reveses econômicos. Segundo o genealogista, o pai de Leonarda era um negociante que faliu em época anterior ao casamento da filha. Antes da falência, ele tinha bois, três casas na cidade do Porto e barcos no rio Douro (SANTOS, 1827, p. 86). Portanto, é factível considerar que tal matrimônio tenha aproximado duas famílias que não tinham condição social muito diferente. Em síntese, esse casamento uniu parentelas que, na segunda metade do século XVIII, no noroeste português, haviam acumulado um patrimônio. Todavia, as adversidades econômicas geraram a perda desses bens nos últimos anos daquele século.

Na genealogia de Antônio dos Santos, nota-se que a geração de Leonarda Vilela e de seus primos, cujos membros nasceram por volta dos anos 1760, estavam inseridos no meio urbano. De outra parte, tal genealogia comporta indícios de que, ao menos desde a geração dos pais e dos tios de Leonarda, alguns membros de sua família realizaram migrações internas.

Há que salientar o fato de que, na parentela de Leonarda, houve casos de transmissão familiar de uma ocupação profissional. Na família Vieira dos Santos, essa transmissão consistia no exercício, de uma geração a outra, do ofício de lavrador. Na parentela de Leonarda, essa transmissão familiar era representada pela presença de membros de diferentes gerações em cargos militares. A esse respeito, atente-se para o caso de João Batista de Moura, tio materno de Leonarda.

João Batista foi membro do Regimento de Cavalaria de Lisboa, no contexto dos anos 1790. Essa atividade militar lhe permitiu, portanto, evadir da cidade do Porto e fixar residência na capital portuguesa. Ou seja, ele se enraizou num município que dista cerca de trezentos quilômetros do Porto. De outra parte, o pertencimento àquele regimento lhe possibilitou consolidar vínculos sociais em Lisboa. Foi nessa cidade, por exemplo, que o militar contraiu matrimônio (SANTOS, 1827, p. 85). Seus dois filhos, João Batista e José Maria, também seguiram carreira militar. João Batista atuou na Marinha portuguesa. Quando faleceu, em 1811, detinha a patente de cabo. José Maria exercia, em 1819, a função de cabo da Companhia de Milícias de Lisboa (SANTOS, 1827, p. 85).

A única menção a um ourives na família de Vilela foi realizada por ocasião do arrolamento das primas de Leonarda. Uma delas, cujo nome não foi citado por Antônio dos Santos, era casada com um ourives (SANTOS, 1827, p. 89). Portanto, a

presença de um joalheiro nessa parentela não era decorrente de uma tradição familiar de atuação na ourivesaria. Tal presença, em verdade, resultou do envolvimento de uma parenta de Leonarda em esquemas matrimoniais compostos por artífices. Nota-se, assim, uma semelhança entre as famílias Pereira, da mãe do genealogista, e Vilela, de sua madrasta. A semelhança reside no fato de que as mulheres dessas famílias foram as responsáveis, por meio de seus casamentos, pela incorporação de joalheiros a tais parentelas.

A família da segunda esposa de Jerônimo Vieira não se caracterizava pela presença significativa de seus membros numa específica ocupação profissional. Foi a partir da geração de Leonarda que, no ramo materno de sua família, foi iniciada a prática da transmissão familiar de uma ocupação. Essa ocupação era o exercício de postos militares. De todo modo, no começo dos anos 1790, os familiares paternos e maternos de Leonarda se assemelhavam pelo fato de que estavam, em sua maior parte, integrados ao meio urbano do distrito do Porto. Nesse contexto, estava em curso o processo de mobilidade espacial de alguns de seus membros. O principal efeito dessa mobilidade consistiu no estabelecimento de vínculos familiares com indivíduos enraizados na capital portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste artigo consistiu na produção de um conhecimento sobre os perfis sociais e profissionais dos familiares de Antônio Vieira dos Santos, comerciante português que se estabeleceu em Paranaguá, vila litorânea do sul da capitania de São Paulo, no fim do século XVIII. Em sentido amplo, o artigo buscou avançar na compreensão sobre a condição social de uma família cujos membros estiveram envolvidos nos processos migratórios para o Brasil do fim da época colonial. Nesse quadro, é necessário ressaltar os resultados centrais sobre o modo de atuação profissional dos Vieira dos Santos no Brasil e em Portugal, no contexto do fim do século XVIII até o princípio do XIX.

Foi demonstrado que o genealogista Antônio dos Santos estava vinculado a uma parentela dedicada a ocupações rurais e urbanas. Entre elas, destacava-se o exercício da ourivesaria. A trajetória de Jerônimo Vieira, pai do genealogista, comporta indícios de que não era incomum que artífices portuenses mudassem de profissão. Essa mudança não gerava, em todas as situações, o exercício permanente de uma nova ocupação. Ao contrário, poderia ocasionar a inserção do antigo artífice numa condição instável do ponto de vista econômico e profissional.

O estabelecimento de relações de compadrio de Jerônimo Vieira obedeceu a específicos padrões, que se alteravam à medida que aquele antigo artífice mudava de profissão. Desse modo, o critério que empregou para selecionar os padrinhos dos filhos consistia em convidar indivíduos que exercessem ocupações análogas àquelas que ele próprio desempenhava. No contexto em que atuou como lavrante de prata, a maior parte de seus filhos foi batizada por homens dedicados à ourivesaria. Ao mesmo tempo que exerceu a ocupação de comerciante, houve sensível diversificação do perfil profissional de seus compadres. Nesse novo momento de sua trajetória, selecionou indivíduos dedicados ao comércio.

As duas núpcias de Jerônimo Vieira dos Santos evidenciam que sua parentela estava envolvida em arranjos matrimoniais que favoreciam o encontro de cônjuges

cujas famílias se distinguíam pela presença tanto no espaço rural quanto no urbano. Nesse particular, o segundo casamento de Jerônimo lhe possibilitou cultivar relações familiares com uma parentela que tinha membros radicados em diferentes cidades de Portugal, notadamente Lisboa e Porto.

Outra constatação central deste artigo afirma que, à época de seu estabelecimento no Brasil, os integrantes da família Vieira dos Santos tiveram de ser treinados em ofícios não cultivados por seus ancestrais. Por meio de um estudo de caso, a presente análise evidenciou que, no noroeste português do fim do século XVIII, havia famílias em que os artífices não educavam os filhos para exercer a profissão paterna. No Brasil, a ausência dessa instrução profissional impeliu os jovens imigrantes da família Vieira dos Santos a atuarem no comércio, bem como a se tornarem funcionários de órgãos públicos. Em suma, o treinamento profissional desses jovens foi realizado na sociedade receptora.

Por fim, foi salientada uma aproximação entre Jerônimo Vieira e os filhos que migraram para o Brasil. Tal aproximação reside no fato de que eles enxergaram no batizado dos seus descendentes a ocasião propícia para constituir vínculos com membros de seu grupo profissional. Dessa forma, ao se transferirem para o litoral sul da capitania de São Paulo, o genealogista e seu irmão encararam as relações de compadrio como um fator decisivo para consolidar o pertencimento a um círculo social composto por negociantes.

REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva. *Santa Felicidade: uma paróquia vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.

BERUTE, Gabriel; SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Negócios em família: migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre, Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII-XIX). *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, n. 30, n. 1, p. 105-120, 2017.

BIDEAU, Alain; NADALIN, Sérgio. *Une communauté allemande au Brésil: de l'immigration aux contacts culturels, XIX^e-XX^e siècle*. Paris: Ined, 2011.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João d'El Rey (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 313-347.

CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e suas colônias, 1834-1900*. Porto: Afrontamento, 1975.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy (org.). *História da profissão docente no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. São Paulo: Alameda, 2015.



COLATUSO, Denise. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)*. 2004. 151 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

COSTA, Samuel Guimarães da. *O último capitão-mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1988.

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 169-205.

GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent. *Man, new series*, London, v. 10, n. 2, p. 221-237, 1975.

GUDEMAN, Stephen. The *compadrazgo* as a reflection of the natural and spiritual person. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, London, n. 1971, p. 45-71, 1971.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (c.1748-c. 1763)*. 2006. 474 p. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEAL, Augusto Soares de d’Azevedo Barbosa de Pinho. *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria de Matos Moreira e Cia., 1874.

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)*. 2006. 323 p. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MACHADO, Cacilda. *De uma família imigrante: sociabilidade e laços de parentesco*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MARQUES, Rachel. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820)*. 2012. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Vol. 3. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

OREY, Leonor (dir.). *Cinco séculos de joalheria*. Londres: Zwemmer, 1995.



PEREIRA, Magnus. O Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001.

QUEIROZ, Maria Bertulini de. *Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica (1737-1850)*. 1992. 416 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

REINO DE PORTUGAL. Provimento militar. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, ano 80, n. 12, 17 out. 1794, Suplemento, p. 3.

Revista Lusitana, v. 37-38, 1939.

RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização: o Alto-Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

ROWLAND, Robert. A cultura brasileira e os portugueses. In: ALMEIDA, Miguel Vale; BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. p. 373-383.

ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil Independente: processos e representações. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 44, p. 68-84, out.-dez. 2000a.

ROWLAND, Robert. Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. In: BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000b. p. 324-347.

SANTILLI, Daniel Victor. Entre el clientelismo y el reforzamiento de vínculos: familia e padrinazgo en Buenos Aires, 1780-1840. *Revista de Demografía Histórica*, Madrid, v. 27, n. 2, p. 111-148, 2009.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Breve resumo dos sucessos mais notáveis acontecidos desde 1797 até 1827*. Morretes: s/e, 1827.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva de Morretes e do Porto de Cima*. Curitiba: Museu Paranaense, 1950.

SCARPIM, Fábio. *Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo-PR, 1878-1937)*. 2010. 230 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2012.



SILVA, Nuno Vassallo e. *A ourivesaria entre Portugal e a Índia: do século XVI ao século XVIII*. Lisboa: Santander Totta, 2008.

SOUSA, Ana Cristina. *Metamorfoses do ouro e da prata: a ourivesaria tradicional no Noroeste de Portugal*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 2000.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: história e sociabilidade (1750-1810)*. Porto: Edição do Autor, 2004.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Dicionário de Ourives e Lavrantes da Prata do Porto: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2005.

STOLLMEIER, Luara Antunes. *Os Fontana: aspectos da experiência imigrante (1880-2015)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2016. 154 p. Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

VASCONCELOS, Joaquim de. *História da ourivesaria e joalheria portuguesa*. Porto: s/e, 1912.

NOTAS

AUTORIA

Sandro Aramis Richter Gomes: Doutor. Pós-doutorando, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, PR, Brasil.

André Luiz Moscaleski Cavazzani: Doutor. Professor titular, Centro Universitário Internacional Uninter, Departamento de Linguagens e Sociedade, Curso de História, Curitiba, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Sandro Aramis Richter Gomes. Rua General Carneiro, 460, Centro, 80060-000, Curitiba, PR, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

A abordagem empreendida neste artigo foi originalmente desenvolvida por André Luiz Moscaleski Cavazzani na tese –Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na baía de Paranaguá (c. 1750-1830), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, em 2013. O presente trabalho também comporta informações estudadas por Sandro Aramis Richter Gomes na dissertação – Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em 2012.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Sebastião Ferrarini (*in memoriam*), agradecemos por ter viabilizado a consulta aos manuscritos de Antônio Vieira dos Santos que estão depositados no Círculo de Estudos Bandeirantes. À equipe técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Paraná, somos gratos pela digitalização dos manuscritos do referido memorialista.



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de fevereiro de 2019
Aprovado em: 01 de agosto de 2019


Como citar: GOMES, Sandro Aramis Richter; CAVAZZANI André Luiz Moscaleski. Origens sociais e arranjos matrimoniais de uma família de imigrantes portugueses: a genealogia dos Vieira dos Santos (c. 1750-1820). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 549-572, set./dez. 2019.





THE SOCIAL FLOW OF HISTORICAL NARRATIVES AND ITS MANY NAMES

Oldimar Pontes Cardoso^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5614-4535>

Email: oldimar@gmail.com

^a Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Laboratório em Rede de Humanidades Digitais, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

ABSTRACT

This paper is a first, partial, and short exposition of a larger research project on the phenomenon of the social flow of historical narratives, which is named for the first time here. It presents a preliminary analysis of four different Western scholar traditions that arose at the end of the twentieth century to understand this phenomenon, although the representatives of these traditions were not completely aware of it: the West German tradition called it *Geschichtsdidaktik* (History Didactics), the British/Californian/American tradition called it Public History, the Parisian/French tradition called it *Lieu de Mémoire* (Places of Memory) and the Soviet/Russian tradition called it *Социальная Память* (Social Memory). This analysis is based on Data Science/Digital Humanities methods related to semantic networks and used Linux and Python scripts to compare these four corpora. The main goal of this project is to present the differences between the official definitions and the semantic-based definitions to help scholars from these fields to think over their tradition on further research. The main conclusion of this study is that, although these four traditions are designed to deal with the same problem (the social flow of historical narratives), the analysis of the semantic networks of their corpora indicates that they have followed completely different paths. We have also noted some inconsistencies between the official discourse of these traditions and their semantic networks, which were described throughout the text.

KEYWORDS

Geschichtsdidaktik. Public History. *Lieu de Mémoire*.

Like all professionals, many historians want to monopolize the making of their *métier* socially. But this has never actually happened. Although historians are alone in the making of historical research, they have always shared the creation of historical narratives with other *Erzähler*/storytellers (BENJAMIN, 1991) related to popular festivals, monuments, theatre, civic celebrations, schools, literature, museums, memorials, newspapers, magazines, tourism, movies, television, videogames, internet, etc. All these narratives, plus historiography and its interrelations, set what we call here the phenomenon of the social flow of historical narratives. Even if historians think of their work as something better, superior or more scientific, all these other kinds of historical narratives could influence society in a deeper way than historiography, leading to concrete historical consequences. A clumsy historical narrative from a movie seen by millions of people can guide more social action than a scientifically accurate book written by a historian and read by no more than a few hundred peers. That is why these lay historical narratives are socially as important as historiography or maybe even more so, although they are less scientifically rigorous. For historians, for sure, it is very difficult to accept that our narratives are less important than others, but we have to take them into account because we cannot change this reality.

Historical narratives are never isolated. What someone plans for a popular festival was learned in school or seen in a movie; a monument was built based on some civic celebrations or touristic interests; literature influences historiography and vice-versa; videogames take some ideas from movies, which were influenced by magazines and newspapers, which were influenced by television, which borrowed some ideas from a memorial or museum; what we see in a play can come from internet, what we see on the internet can come from a play. Therefore, there is no historical narrative outside its social flow, and the relations between these narratives define this flow. These relations can have some hierarchy or scale of values, but this does not preclude all narratives from playing a role on this permissive flow: less legitimate narratives can influence more people and have a greater impact than accurate ones.

There is no one-way flow from scientific to lay narratives. The flow is bidirectional, as established by the concept of the Wilamowitz effect (CHERVEL, 1998, p. 234, note 5): scientific narratives influence lay narratives, but as the real world includes historians, these lay narratives also influence the way historians think and, therefore, also influence the scientific narratives themselves. One could argue that historians are stringent scientists, immersed in scientific methods to help them escape from the threat of lay thought, but we all know that historians are real people. Underneath the white lab coat, there is always a normal human being: sometimes a prejudiced, corporatist, or proselytizing one. There is no scientific theory or method capable of removing this from any historical analysis. Using the same methods, an old male European historian and a young female African historian could create a different history.

Historical narratives are always, at least, secondary representations in their social flow. This flow is exactly the process that transforms each historical narrative into a new secondary, tertiary, quaternary, etc. historical representation. For example, what a historian learned as a child in school influences his/her work as a historian, which influences a museum exhibit, which influences a TV show, which influences a magazine article or a journal paper and so on.



GLOBAL PHENOMENON

The social flow of historical narratives, as described, is not a concept, but a phenomenon. It exists empirically in every global society (and maybe in some non-global ones). Western concepts such as *Geschichtsdidaktik*, Public History, *Lieu de Mémoire* and *Социальная Память* (“its many names”) were created to handle this phenomenon and to understand the history beyond the historiography. As many Western scientific concepts, they declare themselves universal or global, but they systematically slice the phenomenon they try to make sense of in a limited national way. And the navel-gazing of some Western scholars prevents them from realizing that their merely national standpoint is far from something universal or global.

It is more and more important to understand the social flow of historical narratives in a digital world, especially given the current anti-intellectualism of the post-truth era (KALPOKAS, 2019; PETERS, 2018). During the nineteenth century, historians were close to monopolizing the social flow of historical narratives or, at least, they thought they were. At that time, historians shared historical narratives with no more than historical novels. Their opinion on history was thus very important. During the twentieth century, historians lost the position of major producers of historical narratives to the media, but maintained their relevance and authority in the flow: although the public was consuming narratives other than the scientific ones, they were aware of what historians thought. At that time, the opinion of the historian was the measure of what was historically right or wrong. In the twenty-first century historians are responsible for just a very small portion of historical narratives and, yet, this small part has been discredited by larger audiences the same way science, in general, has, due to the “decline of the scientific culture in the era of fake news” (ELÍAS, 2019).

That is why it is important to focus now on these four traditions: *Geschichtsdidaktik*, Public History, *Lieu de Mémoire*, and *Социальная Память*. Academic historians have lost their singular authority in the present period of anti-intellectualism and they cannot take this authority back by force, claiming to be guardians of the truth and demanding respect of society because of their academic titles. The obscurantist is laughing at the current inconsequence of this kind of discourse and thanking these historians for their ineptitude. Knowing what is true does not help much in a time that prides itself on lies. Many people are unjustly imprisoned today, and discovering evidence of their innocence does not lead them directly to freedom if there is an institutional interest in their imprisonment. Our times require more than truth. A digital society does not need a historian to decide what the truth is: this was the role of the historian in the nineteenth century and this kind of historian is definitively dead. A digital society needs a historian capable of handling multiple lies, hoaxes, fake news, phony facts, and especially able to help society to handle this kind of information. As narratology experts, historians can be the best allies in the war of narratives or lose this war by sticking to their role as guardians of the truth.

But these historians that we so desperately need to fight back anti-intellectualism do not have to start from scratch. These four traditions have lots of interesting experiences on how to handle the social flow of historical narratives, from a time when historiography was still more important than this whole flow. Now, when this flow is more important than historiography, we can use these traditions as a starting point. Answering the title of Elías (2019), these four traditions are the best punch to a “science on the



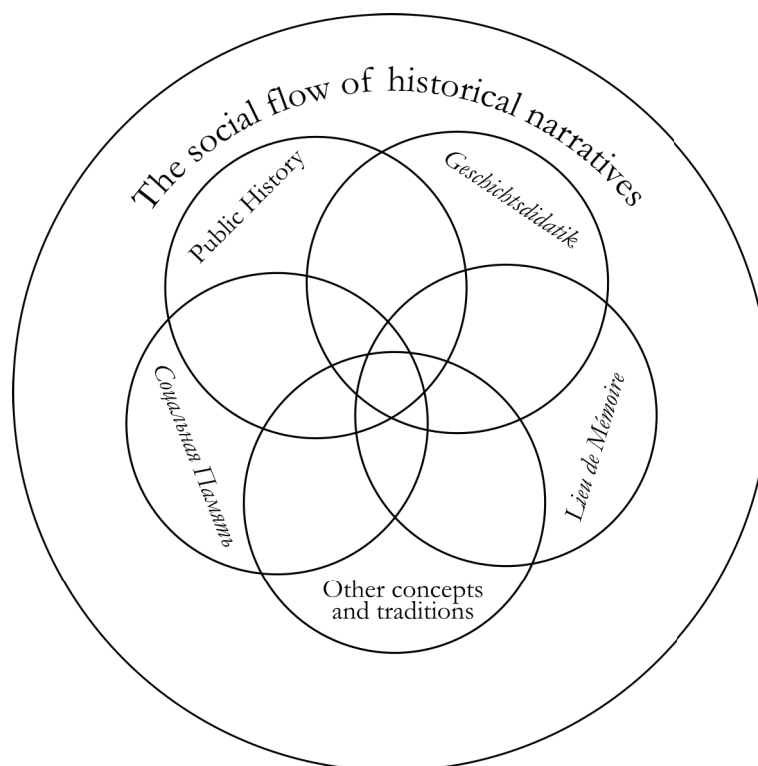
ropes,” since the kind of anti-intellectualism we have today is not only an opposition to knowledge but intentionally created by systematic actions to “obscure the truth” and engage in the “making of ignorance,” when “doubt is their product” (ORESQUES, 2010; PROCTOR, 2008; MICHAELS, 2008). As these three authors largely argue, “a handful of scientists” are also contributing to this decline of scientific culture, so this fight does not pit scientists against non-scientists, but rather obscurantism against the spread of knowledge, with scientists and non-scientists in both trenches.

And speaking of this “handful of scientists,” we will miss the dead historians from the nineteenth century, our old guardians of historical truth, but not for long. With their safe and stable truth also die their academic harassment, their political control of archives, museums and journals, their symbolic violence, their corporatist view of the social function of history, the imposition of a colonized point of view to the whole world, and the international division of scientific labor: people of color just write their history while white people write the theory of history, the great syntheses, *l’Histoire Universelle* or the global history (MIGNOLO, 2009, p. 2). The death of the truth-guarding historians is for sure happening within a bad context, with many menaces from obscurantism, but it is also our best chance to decolonize history. The digital methods proposed here are related to open sources (the death of the political control of archives), open methods (the death of academic harassment and symbolic violence), and a way to establish scientific reproducibility in the humanities, which is the long-term target of this whole research project. With open methods, the humanities cease to be a black box - we can trace back every assertion and prove whether it has been accepted through symbolic violence instead of accurate scientific work. In short, after the Digital Transformation, a historian must be more than a self-referential white man with a good political network to have his/her work published; he/she has to do scientific work. There is no guarantee, however, just a chance. The same Digital Transformation that could set us free from the historians of the nineteenth century and their colonialism could also throw us into “data colonialism,” as Nick Couldry and Ulises Mejias define in their forthcoming book *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*.

Since the last quarter of the twentieth century, the rise of non-scientific/historiological narratives has led some historians to research them. As we can see in Figure 1, such studies have coined many names to explain a part of what the phenomenon of the social flow of historical narratives is: *Geschichtsdidaktik*, Public History, *Lieu de Mémoire*, and *Социальная Память*. As all these traditions have created different concepts to explain the same phenomenon in the same historical period, there are many relations between them, although their authors are often unaware of each other’s work. A Venn diagram is used in Figure 1 to explain the nexus of these four traditions. Venn diagrams are used to show all logical relations between a finite collection of different sets. This diagram depicts sets as regions inside closed curves. The social flow of historical narratives is depicted as the only circumscribed circle, in which all the other sets are inscribed. All four traditions (sets) have exclusive relations with each one of the others and also common relations with all of them and other non-represented traditions (the set “Other concepts and traditions”). These traditions also have relations with other concepts about the same phenomenon, but not strictly part of each tradition, such as historical imagination, social functions of history, uses of history, *mémoire*, *culture historique*, *culture historique*, etc., this, however, will not be

analyzed here. This paper focuses on these four concepts/traditions created at the end of the twentieth century and the possible relations among them.

Figure 1 – The many names of the social flow of historical narratives



Geschichtsdidaktik is not a translation of what French-speaking authors call *Enseignement de l'Histoire* or what English-speaking authors call History Education; it represents a completely distinct perspective from these two other traditions. One of the significant differences lies in the fact that *Geschichtsdidaktik* brings together in a single tradition some phenomena that the other two handle separately. Whereas French and English authors created a tradition to deal with History Teaching (*Enseignement de l'Histoire* and History Education) and another to deal with the social flow of history (*Lieu de Mémoire* and Public History), German-speaking authors purposefully approach these two phenomena under the umbrella of *Geschichtsdidaktik*. French authors have also used the term *Didactique de l'Histoire* (MONIOT, 1993) since the 1990s, but this expression in French is a mere synonym of *Enseignement de l'Histoire*. *Geschichtsdidaktik* was created in West Germany, but it was expanded in the 1970s after meetings with Austrian and Swiss German-speaking historians. The first institution of this tradition was the *Konferenz für Geschichtsdidaktik e. V.* or *KGd*, founded in 1973. Walter Fürnrohr (1925-) was the first president of that Society and the International Society for History Didactics (ISHD). The *KGd* holds biannual scientific conferences and publishes, starting in 2002, the journal *Zeitschrift für Geschichtsdidaktik* or *ZfGd* (CARDOSO, 2019, p. 80-81).

In addition to this journal, the knowledge created in this tradition is present in two fundamental works, the Handbook of History Didactics (*Handbuch der Geschichtsdidaktik*) and the Dictionary of History Didactics (*Wörterbuch Geschichtsdidaktik*). The Handbook, organized by Klaus Bergmann (1938-2002),

Anette Kuhn (1934-), Jörn Rüsen (1934-), and Gerhard Schneider (1943-), had different editions published in 1979, 1985 and 1997. The Dictionary, organized by Ulrich Mayer (1941-), Hans-Jürgen Pandel (1940-), Gerhard Schneider, and Bernd Schönemann (1954-), had two different editions published in 2007 and 2014. In Switzerland, the authors of this tradition meet in the *Deutschscheizerische Gesellschaft für Geschichtsdidaktik* or dggd and, in Austria, at the *Gesellschaft für Geschichtsdidaktik Österreich* or GDÖ.

The concept of historical consciousness (*Geschichtsbewußtsein*), as developed by the German philosopher Hans-Georg Gadamer (1900-2002), was defined at the time of the creation of this tradition as its central concept. In the late 1980s, the tradition itself established the concept of historical culture (*Geschichtskultur*), which considered it as central as that of historical consciousness. This tradition defines itself as

a discipline that asked about the possibility of historical-political education through history lessons, dealing critically and self-critically with the ideological attunements to which history teaching had been exposed throughout its history to emphasize a critical and socio-critical learning interest to learn from one's history.

Less than 20 years ago, the question of history didactics expanded. Now history didactics was interested in how history is formed and formed in dealing with past and history – not only within the school but also in the “public sphere,” in society, in the emerging “media society.” It preserved its critical starting point by asking about the risks and dangers of both school and extracurricular ways of dealing with past and history and considering the socio-historical context in which history was presented, conveyed and recorded. [...]

Less than ten years ago, the term “historical culture” emerged as a term for the field of thought and research of history didactics. “Historical culture” was intended to refer to the manifold way in which individuals and collectives deal with history and past – in the media and multimedia, in schools and at the ever-growing number of memorial sites and memorials, at public commemorative events and other occasions of a “culture of remembrance” (BERGMANN, 1997, p. XI, our translation).¹

¹ In the original: “Vor wenig mehr als 30 Jahren entstand die Didaktik der Geschichte als eine Disziplin, die nach der Möglichkeit historisch-politischer Bildung durch den Geschichtsunterricht fragte und sich dabei kritisch und selbstkritisch mit den ideologischen Vereinnahmungen auseinandersetzte, denen der Geschichtsunterricht im Laufe seiner Geschichte ausgesetzt war, entschlossen, ein kritisches, auch gesellschaftskritisches Erkenntnisinteresse zur Geltung zu bringen, um aus der eigenen Geschichte zu lernen. Vor wenig mehr als 20 Jahren weitete sich die Fragestellung der Geschichtsdidaktik aus. Nunmehr zeigte sich die Geschichtsdidaktik daran interessiert, wie im Umgang mit Vergangenheit und Geschichte Geschichtsbewußtsein gebildet wird und sich bildet – nicht nur innerhalb der Schule, sondern, in der „Öffentlichkeit“, in der Gesellschaft, in der sich abzeichnenden „Mediengesellschaft“. Sie bewahrte ihren kritischen Ausgangspunkt, indem sie zugleich nach den Risiken und Gefahren des schulischen wie des außerschulischen Umgangs mit Vergangenheit und Geschichte fragte und den gesellschaftsgeschichtlichen Kontext mitbedachte, in dem Geschichte präsentiert, vermittelt und aufgenommen wurde. „Eine Disziplin entdeckt ihr Gebiet“, nannte Rolf Schörken den Vorgang. Vor wenig mehr als zehn Jahren tauchte der Begriff der „Geschichtskultur“ als Bezeichnung für den Denk- und Forschungsbereich der Geschichtsdidaktik auf. „Geschichtskultur“ sollte als Begriff auf die vielfältige Art und Weise des Umgangs von Individuen und Kollektiven mit Vergangenheit und

The Public History tradition started in the USA at the University of California, Santa Barbara, where Robert Kelley created in 1976 a graduate program to train historians on this new subject. The first conferences were in 1978, in Scottsdale, Arizona, and, in 1979, in Montecito, California. The journal *The Public Historian* was created in 1978, and the National Council on Public History was established in 1979. This tradition spread overseas, especially to English-speaking countries and their cultural colonies. Although *The Public Historian* is still its main publication, there are many books published in other countries about the subject. *The Oxford Handbook of Public History* (GARDNER, 2017) is also important to this tradition, which defines itself as something that

encompasses university-based training, the scholarly infrastructure, and the actual work of public historians “in the field,” which often results in different perspectives about the term. There has always been a spatial component implied in the term public history. The descriptor *public* implies that it is “outside” the ivory tower in a space called “the real world,” acting as a form of communication among people rather than an individual activity producing history for an author’s peers. Although a broader, more capacious concept of its meaning might function as an “umbrella” for a broader range of professional activities, it sometimes frustrates practitioners who want a short, sharp definition such as “work by those who do not choose the historical topic” or the more traditional “practicing history outside the academy”. Although they described early understandings of the term “applied history,” neither of these definitions now encompasses the activities of many because the field has burgeoned and its purposes have diversified. It is also important to define a field by what it is rather than what it is not, because many people choose to become public historians, rather than seeing that role as a fallback career option to academia.

Moreover, these narrow definitions oversimplify relationships between historians and their clients, collaborators, audiences, and publics, where often the lines are blurred. For example, some public historians working in cultural institutions such as museums or national parks choose their historical subjects in conjunction with others and present new research, sometimes engaging with other scholars in the process; others in the academy move in and out at various times to work on projects, sometimes for an extended period with various publics. Also, some see public history as a livelihood, whereas others view it as a vocation. Those who utilize a range of skills for commissioned projects at companies such as History Works, Inc. (the United States) or Historical Consultants Pty Ltd. (Australia) earn a living from public history. Others feel that assisting communities to do their histories through various forms of advocacy is rewarding political

Geschichte hinweisen – in den Medien und Multimedien, in den Schulen und an den immer zahlreicher werdenden Erinnerungsorten und Gedenkstätten, bei öffentlichen Gedenkveranstaltungen und sonstigen Gelegenheiten einer „Erinnerungskultur“.



work despite the poor recompense. In Europe particularly, a range of scholars also see public history as a form of public intellectual work whereby their scholarship informs government policies, for example, or assists in the development of historical literacy in schools (GARDNER, 2017, p. 2).

The tradition of *Lieu de Mémoire* was related to seminars led by Pierre Nora, from 1978 to 1981, at the *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. After these seminars, Nora organized the books *Les Lieux de Mémoire* between 1984 and 1992. The expression *Lieu de Mémoire* was included in *Le Grand Robert* in 1993 and became a common use term. In many other countries, books on their national *lieux de mémoire* were written: Emmanuel Alcaraz wrote a book on Algerian *lieux de mémoire*; Etienne François and Hagen Schultze organized three books on the German *Erinnerungsorte*. This tradition defines itself as something that

includes not only the worship of the dead and the even more expansive concept of heritage, but all the elements that control the economy of the past in the present; and [also] memory, in the sense that it is here understood, is not the opposite of oblivion, which it includes, nor does it identify with remembrance, which it assumes (NORA, 1984, Vol. 1, p. 16, our translation).²

The tradition of *Социальная Память* has as its main author Jaana Rebane (*Яана Карловича Ребане*), from Tartu, Estonia. It was also established at the end of the twentieth century, from historical research based on the works of the Russian psychologists Aleksei Leontiev (*Алексей Николаевич Леонтьев*) and Alexander Luria (*Александр Романович Лурия*). This tradition defines itself as

a concept of “social inheritance,” (on the relationship between the social and the biological in a person), the means of accumulating and transmitting social and cultural information. [...] [It is] accumulated in the course of socio-historical development of information recorded in the results of practical and cognitive activity, passed down from generation to generation through sociocultural means and is the basis of individual self-cognition at each specific stage of historical development (РЕБАНЕ, 1984, p. 3, our translation).³

² In the original: “De cet immense domaine, il était hors de question de faire le tour du propriétaire, puisqu’il ne comprend pas seulement le culte des morts et l’ensemble toujours plus dilaté du patrimoine, mais tous les éléments qui commandent l’économie du passé dans le présent; et puisque la mémoire, au sens où elle est ici entendue, ne s’oppose pas à l’oubli, qu’elle englobe, et ne s’identifie pas au souvenir, qu’elle suppose”.

³ In the original: “В самом широком плане эта концепция имеет значение как концепция о “социальном наследовании”, (о соотношении социального и биологического в человеке), о средствах накопления и передачи социально-культурной информации. Социальную память автор характеризует как “накопленную в ходе социально-исторического развития информацию, зафиксированную в результатах практической и познавательной деятельности, передаваемую из поколения в поколение с помощью социокультурных средств и являющуюся основой индивидуального я общественного познания на каждом конкретном этапе исторического развития”.

This Soviet tradition was established to understand “the laws governing the formation of a classless structure of society, the internationalization of social life, the development of socialist democracy, the public consciousness, and the problems of communist education” (КОЛЕВАТОВ, 1984, p. 3, our translation).⁴ It defines that the process of cognition is related to “carriers of social memory” (*носители социальной памяти*), mediating the human reflection of reality. Although these carriers are constantly present, their presence is usually eliminated in the results of the reflection at the level of knowledge. They are responsible for the “programming” (*Программирование*) of each person and the implementation process of public knowledge (*общественного познания*). These carriers are:

- 1) tools of production and materialized results of labor, often summarized in terms of “material culture” and “second nature”;
- 2) objective social relations, based ultimately on production relations;
- 3) language in a broad sense, i. e., “natural” languages, their various technical modifications, and extra-linguistic semiotic means (РЕБАНЕ, 1982, p. 7, our translation).⁵

METHODS

The analysis presented here is a result of the digital comparison of the four corpora described below under the methods established by Silva (2016) and organized in a single algorithm in development, which is presented in Figure 2 and Table 1. This paper will limit itself to a thorough account of the algorithm up to the flowchart’s box 9. *Decision* (in black). The kind of data analysis involved in boxes 10. to 12. deserve detailed explanation, which is impossible here due to space constraints and will, thus, be dealt with in a separate paper.

The methodology used here comes not from “normal science,” in the sense that it is not “based upon one or more past scientific achievements, achievements that some particular scientific community acknowledges for a time as supplying the foundation for its further practice” (KUHN, 1996, p. 10). Our intention is not to produce “cumulative” research, but rather the “incommensurable” kind (MARCUM, 2012, p. 42) to answer to “crises,” but not those created by an “anomaly,” understood as “an experimental or observational failure [...] [or] a phenomenon that resists easy interpretation or classification according to accepted knowledge” (ANDERSEN, 2006, p. 5, 69-72). We consider that the “crisis” we are trying to address is related to Data Science as the next scientific revolution (CAO, 2018, p. 355-356) and its impact on the humanities’ paradigms, disciplinary matrix, and exemplars.

⁴ In the original: “закономерностей становления бесклассовой структуры общества, интернационализации социальной жизни, развития социалистического народовластия, общественного сознания, проблем коммунистического воспитания”.

⁵ In the original: “1) орудия производства и овеществленные результаты труда, часто обобщаемые в понятиях «материальная культура» и «вторая природа»; 2) объективные социальные отношения, базирующиеся, в конечном счете, на производственных отношениях; 3) язык в широком смысле, т. е. «естественные» языки, их различные технические видоизменения, а также внеязыковые семиотические средства”.

Figure 2 – Metahistory as a flowchart

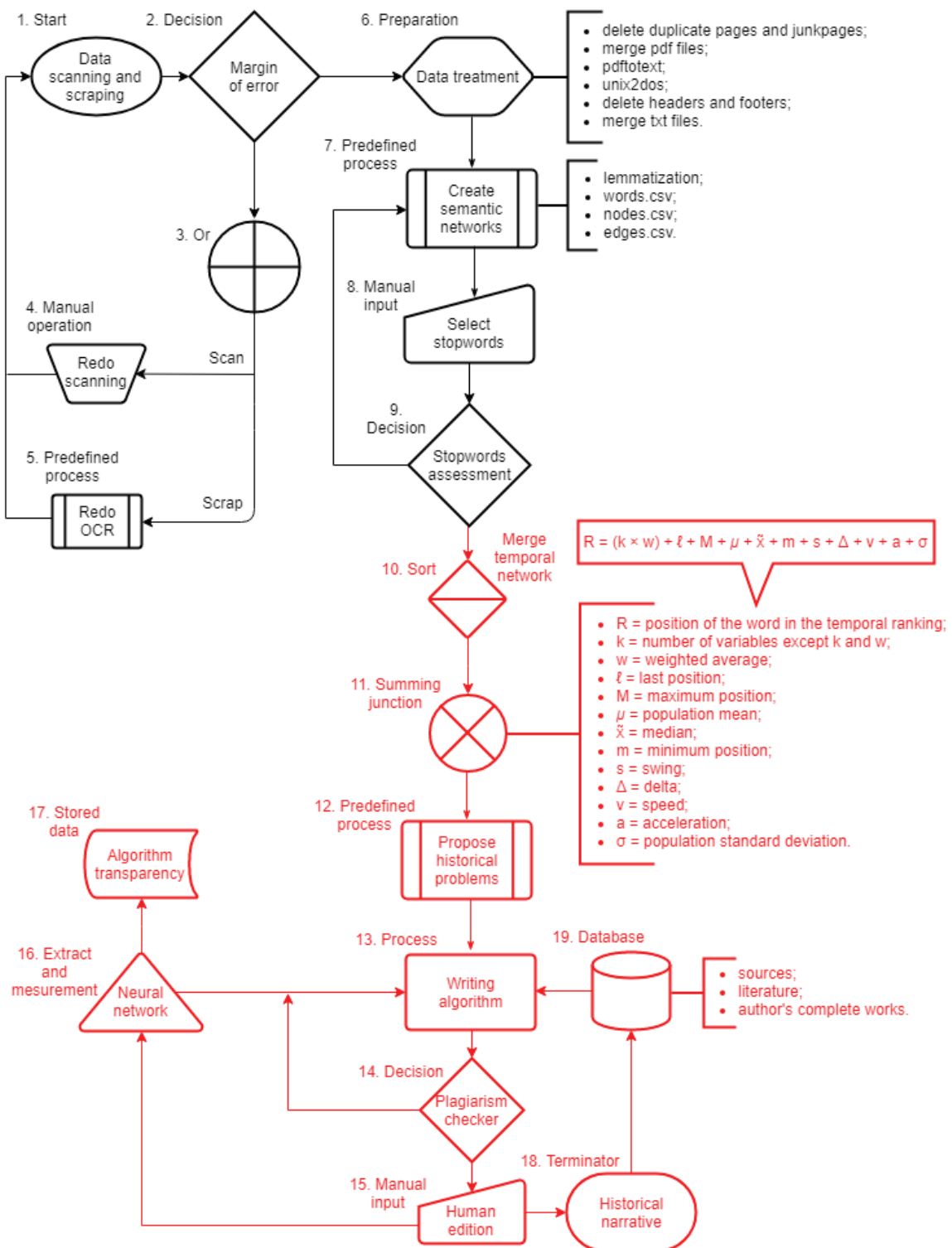


Table 1 – Functions of the first nine boxes of the flowchart

Box	Functions
1	Collection of sources by scanning printed books with some human help or by automatically scraping data from the internet. The easiest, cheapest, and most effective way to scan a book, with better results on optical character recognition (OCR), is to shear its spines and scan it to a portable document format (pdf) file as single sheets. The first problem with obtaining digital sources is to scrape them from the internet. As many scholarly platforms have protection against bots, which is strange and symptomatic, data scraping requires the use of some application programming interfaces (APIs) to bypass these protections on the platforms where the sources are stored. After bypassing the protection, the second problem is to deal with digital files with lousy optical character recognition (OCR) because they were made a long time ago when this technology was incipient. So we need to delete the OCRs and generate them again with better technology.
2	Calculation of the margin of error of the optical character recognition (OCR) used to digitize the sources. We use a spell-checking tool to know the margin of error of the digitalization of the sources by counting how many words are detected as wrong by the tool and comparing this quantity with the number of words in the whole text. If the margin of error is less than 1%, the data is sent to flowchart box 6, "Preparation: Data treatment." If the margin of error is more than 1%, the data is sent to flowchart box 3, "Or."
3	The "Or" function, which separates scanned sources, sent to flowchart box 4, "Manual operation: Redo scanning," from scraped sources, sent to flowchart box 5, "Predefined sources: Redo OCR."
4	Manual operation to redo the scanning of printed sources with a margin of error superior to 1%. It is not possible to do anything automatically if the scanning of a printed source has been badly done, and this is the only manual operation in this flowchart that cannot be replaced by an automatic one.
5	The predefined process to redo the optical character recognition (OCR) if a portable document format (pdf) file source presents a margin of error greater than 1%. In this case, we can automatically correct the problem by deleting the old OCR and making a new one.
6	Preparation of the sources through data treatment by deleting duplicate pages and junk pages (such as advertising and tables of contents), merging portable document format (pdf) files (to combine many articles into just one full edition file), converting these files to .txt format, converting these files' system from Unix to DOS, deleting headers and footers from each page (the repetition of the same words on many pages can skew the final word count and all the results), and finally merging .txt files to create the corpora of each selected period.
7	The predefined process to create one semantic network for each corpus. This process starts with the lemmatization of the corpora, which involves differentiating nouns and verbs written with the same words and dividing compound words. After that, the words of each corpus are counted and ranked in the file words.csv, the nodes formed by these words are identified by one identity number in the file nodes.csv, and these identity numbers are used to establish the edges between words.

8	Manual input of the stopwords, which are the non-relevant words to the research (such as <i>the, of, and, be, to</i> , etc.), the words used in the title of the source (such as <i>public</i> and <i>historian</i> in the case of the journal <i>The Public Historian</i>) and in the title of the field research related to the source (such as the word <i>history</i> in the case of the journal <i>The Public Historian</i>). The bot can be loaded with a generic list of stopwords and skip this manual step by automatically filtering the ranking of the most used words with its default list of stopwords, but manual input provides better quality until a specific artificial intelligence is developed to define what the stopwords are in each corpus.
9	Assessment of whether there are still stopwords among the words in the file words.csv. If so, the list of words is sent back in a loop to flowchart box 7, "Predefined process: Create semantic networks;" if not, it is sent to flowchart box 10, "Sort: Merge temporal network."

It would be a paradox to argue over the inconsistencies of the official definitions of these four traditions by using their official methods or, as Lorde (2007, p. 111) says, "the master's tools will never dismantle the master's house. They may allow us temporarily to beat him at his own game, but they will never enable us to bring about genuine change." Creating new methods requires "epistemic disobedience" (MIGNOLO, 2009). In this sense, we do not understand Digital Humanities as an auxiliary science of History and its role is not to help historians to make easier and faster use of the same methods they have been using for centuries. The Digital Transformation which is currently underway "is not just about technology;" it is related to technology-driven change, which implies a shift to new ways of working and new methodologies (KOHNE, 2017, p. 69). This research sees Digital Transformation as the current best chance for epistemic disobedience and wants to contribute to the creation of semantic-based methodologies and to set up the social flow of historical narratives as new paradigms. And both must be done simultaneously.

This paper focuses on the first step of these methods: the comparison of the 20 most used words in each corpus. This particular method may seem trivial to historians. Many of them could disregard the fact that word frequencies can tell more than they think about the essence of a publication or tradition because these methods are new in this field. What these historians ignore is Zipf's Law (ZIPF, 1949; MORENO-SÁNCHEZ, 2016; WILLIAMS, 2016; KANWAL, 2017). This is an empirical law of mathematical statistics, which determines that the frequency of any word in an ordered list is inversely proportional to its rank in the frequency table. This frequency is given by:

$$f(n) = \frac{K}{n'}$$

where K is a constant. A word is less relevant in a corpus, the more advanced its ranking position is. Most words have very low frequency and play an irrelevant role. The decreasing of the relevance of each word in the ordered list is often logarithmic, rather than linear, so the 20 most used words in a corpus are completely relevant to establish its essence, and no more than this is necessary in most cases. Word counting is not only relevant to the first treatment of the sources in historical research but an essential tool to delegitimize historical speculation without any foundation imposed on the field by mere institutional power.

Despite the expression “historical narratives” in the title, the aim of this paper is not to compare types of narratives: this would be the next step of this research project. The goal here is to compare four types of concepts/traditions created to describe the same phenomenon called the social flow of historical narratives. These four concepts/traditions were chosen not because they are the only existing ones in this sense (it could be, we do not know), but because they were the most relevant in imperialistic action, in the sense that they are the traditions most implied in its imposition over cultural colonies around the world. They act for mutual legitimacy: these concepts are relevant because they were replicated by academic branches, and these same academic branches constitute their relevance due to the fact that they are subordinated to some metropolis.

We will not take into account here the historical evolution of these four traditions, their academic change, or progress. It is not possible to consider in a small paper the whole European discourse or the adaption and advancement of the original draft of Nora’s *Lieu de Mémoire* in more than 30 years; the bibliography on *Geschichtsdidaktik* from other German-speaking countries and the development of the concept in the last 40 years; the whole bibliography on Public History and so on. The relevance of each one of the four corpora inside every tradition is justified below. They represent not a motion, but a snapshot of these traditions. The use of larger corpora, including the whole bibliography of the four traditions or even more traditions, could be the next step of this research.

The first corpus, which was chosen to represent the tradition of *Geschichtsdidaktik*, was composed by the full text of the Handbook of History Didactics (*Handbuch der Geschichtsdidaktik*) and the Dictionary of History Didactics (*Wörterbuch Geschichtsdidaktik*), totaling 41.083 words (BERGMANN, 1997; MAYER, 2014). The collective creation of academic handbooks and dictionaries is a typical attribute of German science. The best way to establish a relevant snapshot of every German academic tradition is to consider first the handbook and the dictionary with the name of the field, and this also applies to *Geschichtsdidaktik*. There are other handbooks specifically related to media, praxis and methods on *Geschichtsunterricht* (PANDEL, 2011; BARICELLI, 2012; MAYER, 2016), which are not considered in this piece focused on *Geschichtsdidaktik*. The spines of these two printed books were sheared, they were scanned to .pdf as single sheets, the full text was recognized by the scanner, the .pdf file was converted into a .txt file using a Linux script and a Python algorithm has cleaned all headers and footers.

The second corpus, which was chosen to represent the tradition of Public History, was composed by the full text of all 156 editions of the journal *The Public Historian*, from 1978 to 2017, in a total of 848.957 words. This journal is the oldest and the most important in this field, so it is the most relevant publication to choose. An algorithm downloaded all articles from its official website; repeated pages and advertisements were deleted manually; a Linux script added all articles into volumes; editions up to 2001, which had a low-quality OCR (Optical Character Recognition), were deleted and redone by an algorithm; the .pdf files were converted to .txt files and a Python algorithm cleaned all headers and footers.

The third corpus, which was chosen to represent the tradition of *Lieu de Mémoire*, was composed of the full text of the books *Les Lieux de Mémoire*, comprising 165.096 words (NORA, 1984-1992). These books are the first on this concept, so they are the most relevant publication to choose as a snapshot. The spines of these three printed

books were sheared, they were scanned to .pdf as single sheets, the full text was recognized by the scanner, the .pdf files were converted to .txt files using a Linux script and a Python algorithm cleaned all headers and footers.

The fourth corpus, which was chosen to represent the tradition of *Социальная Память*, was composed of 12 books and articles, seven from Soviet times and five Russian texts from 2006 to 2017, adding up to 30.246 words (БАДРЕТДИНОВ, 2008; КОЛЕВАТОВ, 1984; ЛЕОНТЬЕВ, 1931, 1960; ЛЕВАДА, 1969; ЛУРИЯ, 1974; МИКЛИНА, 2015; РАФИКОВ, 2006; РАГОЗИНА, 2017; РЕБАНЕ, 1982, 1984; СИДОРОВА, 2012). As a Soviet tradition, with sources more difficult to find, the criterion to select its snapshot was just what was still available. Some of these titles were found in digital versions, and some were scanned. The full text was recognized by the scanner and the .pdf file was broken to a .txt file using a Linux script.

With the four corpora in .txt files, a Python code was used to create a list of all words in each corpus organized in decreasing order of the number of times each word appears in the text. The same code also provided one .csv file with nodes and another with edges between all words. The list of words was used to create a list of stopwords. As examples of stopwords, the most used words in each corpus are *the, of, end, be, to*, in English, *le, de, du, et, un*, in French, *die, un, in, eine, zu*, in German, and *в, и, не, этот, быть*, in Russian. With this list of stopwords, a second code was run to filter each corpus and delete all stopwords and all less significant connections. After that, these nodes and edges files were submitted to the software *gephi.org*, which created the graphic semantic networks (Figure 3 to Figure 6).

ANALYSIS OF THE CORPORA

As these four traditions were created at the end of the twentieth century, they have in common an attempt to understand the social flow of historical narratives, notably the role of the non-scientific narratives in this flow. For all of these traditions, it was clear that the Eurocentric metanarratives created in the nineteenth century were no longer sufficient for the postcolonial globe. But each tradition gave different answers to this problem, related to its national contexts.

In the two tables below, we can see the twenty most used words in each corpus, except for the stopwords, which also include the words used in the name of the tradition and the title of the source. In the Public History corpus, the words 'public', 'history,' and 'historian' were considered stopwords; in the *Geschichtsdidaktik* corpus, just the word '*Geschichtsdidaktik*'; in the *Lieu de Mémoire* corpus, the words '*lieu(x)*' et '*mémoire*'; in the *Социальная память* corpus, the words '*Социальная*' and '*память*.' Each cell of the table below presents the word in the original language, its translation to English, and how many times it appears in the corpus.

Table 2 – The ten most used words in each corpus, except for stopwords and the words used in the name of the tradition and the title of the source

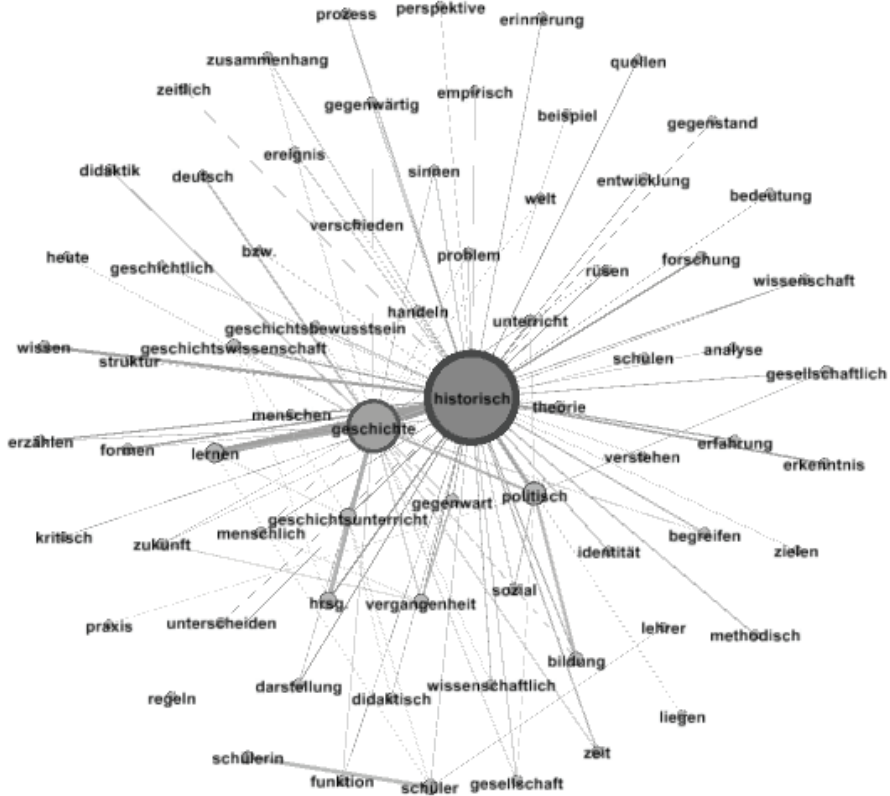
	Public History	Geschichtsdidaktik	Lieu de Mémoire	Социальная память
1	American 25.548	<i>historisch</i> historical 3.725	<i>France</i> France 6.337	<i>исторический</i> historical 1.756
2	historical 24.741	<i>Geschichte</i> history 2.973	<i>histoire</i> history 6.118	<i>человек</i> people 1.478
3	work 23.235	<i>Geschichtsunterricht</i> history teaching 1.302	<i>pouvoir</i> power 6.110	<i>процесс</i> process 1.453
4	museum 22.742	<i>politisch</i> political 924	<i>français</i> French 5.439	<i>развитие</i> development 1.383
5	national 22.615	<i>lernen</i> to learn 829	<i>politique</i> politics 3.299	<i>история</i> history 1.239
6	state 22.036	<i>Schüler</i> pupil 648	<i>national</i> national 3.087	<i>наука</i> science 979
7	university 17.294	<i>Geschichtswissenschaft</i> historical science 612	<i>roi</i> king 2.734	<i>исследование</i> research 979
8	park 14.558	<i>Unterricht</i> teaching 609	<i>homme</i> man 2.468	<i>система</i> system 843
9	book 14.475	<i>Zeit</i> time 603	<i>état</i> state 2.448	<i>испытываемый</i> subject 822
10	time 14.378	<i>Vergangenheit</i> past 548	<i>temps</i> time 2.420	<i>проблема</i> problem 768

Table 3 – Words ranked 11-20 in the most used words in each corpus, except for stopwords and the words used in the name of the tradition and the title of the source

	Public History	Geschichtsdidaktik	Lieu de Mémoire	Социальная память
11	site 13.605	<i>sozial</i> social 543	<i>révolution</i> revolution 2.200	<i>общество</i> society 751
12	historic 13.523	<i>Formen</i> forms 538	<i>société</i> society 2.145	<i>отношение</i> attitude 735
13	program 13.019	<i>begreifen</i> to understand 538	<i>ancien</i> ancient 2.022	<i>вопрос</i> question 718

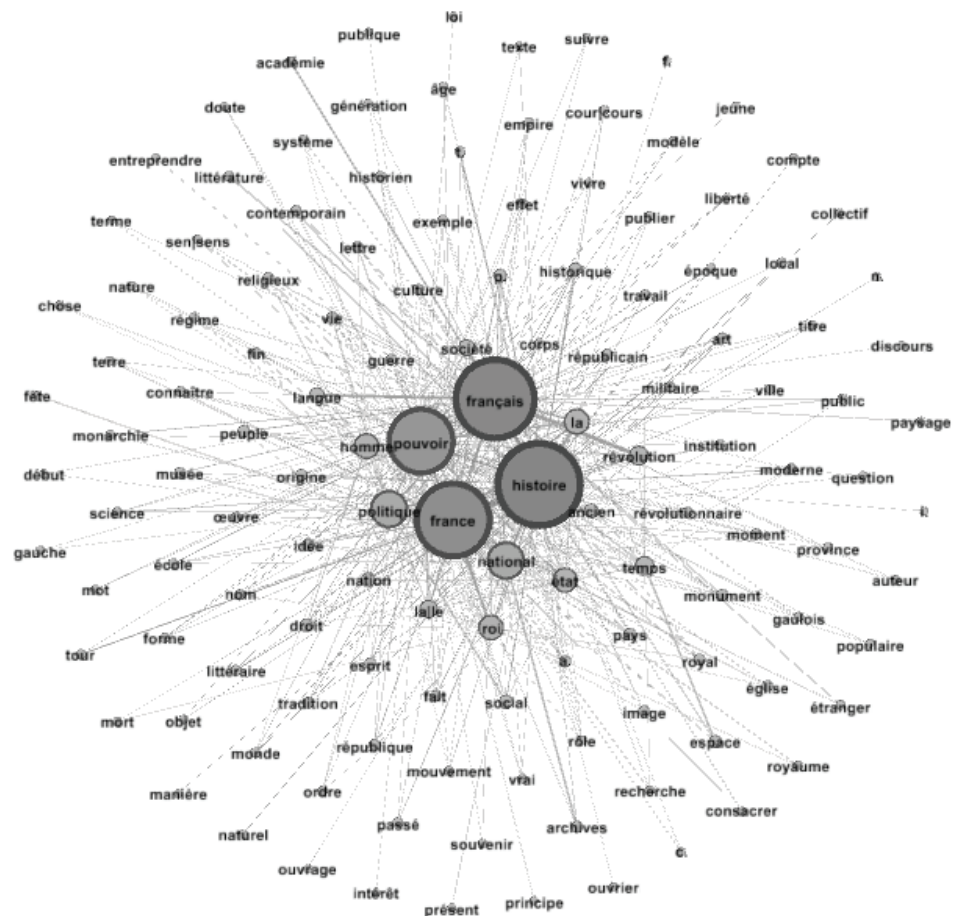
14	war 12.942	<i>Deutsch</i> German 485	<i>historique</i> historical 1.898	<i>опыт</i> experience 710
15	people 12.042	<i>Gesellschaft</i> society 425	<i>social</i> social 1.694	<i>задача</i> task 678
16	research 11.851	<i>Problem</i> problem 399	<i>république</i> republic 1.694	<i>общественный</i> public 677
17	community 11625	<i>sinnen</i> to reflect 399	<i>œuvre</i> artwork 1563	<i>связь</i> communication 668
18	past 11.519	<i>didaktisch</i> didactic 398	<i>guerre</i> war 1.551	<i>знание</i> knowledge 655
19	city 10.949	<i>Geschichts- bewusstsein</i> historical consciousness 396	<i>vie</i> life 1.545	<i>деятельность</i> activity 647
20	preservation 8.903	<i>Gegenwart</i> present 396	<i>peuple</i> people 1.456	<i>научный</i> scientific 639

Figure 3 – Graphic representation of the nodes among the most used words on the corpus *Geschichtsdidaktik*



and the best schools in Germany. In the USA, private schools play a role that probably discourages scholars from thinking of schools as an element of change or, at least, an element capable of massively executing a proposal from the university. Maybe this context can explain the decision not to train history teachers to work in museums and parks, but to create another career to absorb scholars to do this. That is why the word university is the seventh most used in this corpus. This allows us to raise many questions: Why are the words American, national, and state so important? Does this imply some nationalistic and conservative point of view or the exact opposite, a criticism of this kind of conception?

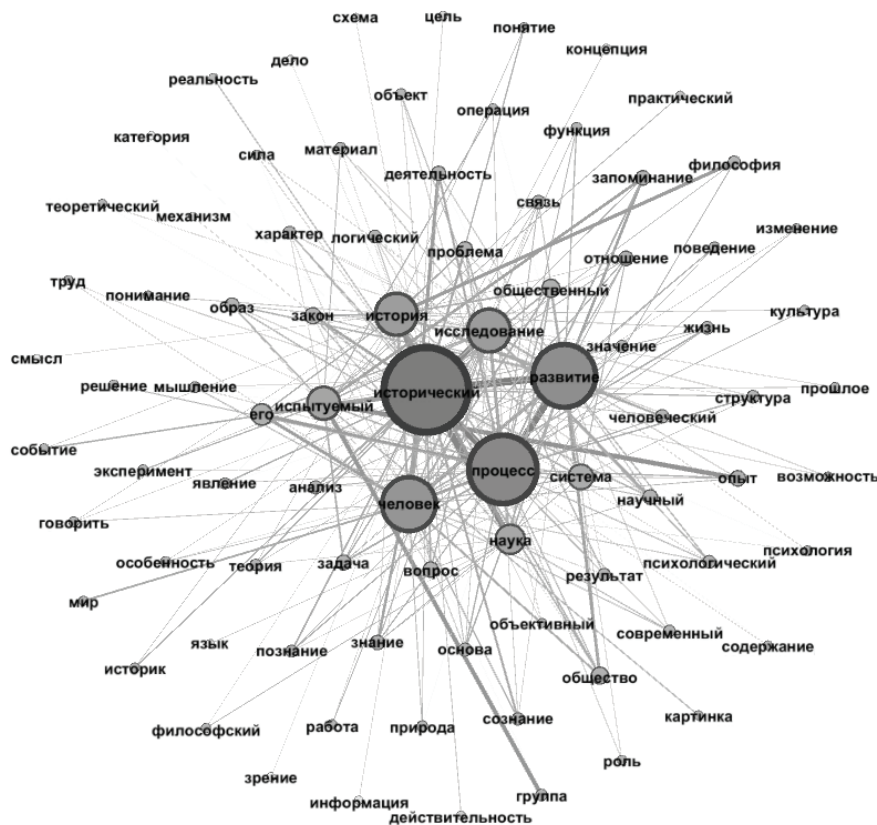
Figure 5 – Graphic representation of the nodes among the most used words in the corpus *Lieu de Mémoire*



Unlike the two previous traditions, the *Lieu de Mémoire* is not focused on the use of institutions to deal with the social flow of historical narratives. This tradition is exclusively a scholarly effort to understand this flow without the concern of interacting with it. Instead of the recognition of the existence of non-scientific narratives, the alleged superiority of historiography is preserved by this tradition. This is also apparently a more conservative view of history, with a large role of the king (the seventh most used word in this corpus) and the use of the word *man* (the eighth most used word in this corpus) as a synonym of a human being. This allows us to raise many questions: Is the use of the word *homme* (man) as a synonym of a human being sexist? Or is there some criticism to that? Are the words *pouvoir* (power), *national* (national), *roi* (king),

and *état* (state) used in a conservative way or exactly the opposite, to criticize this kind of conception?

Figure 6 – Graphic representation of the nodes among the most used words in the corpus *Социальная память*



Unlike the three previous traditions, the *Социальная память* is not focused on institutions like *Geschichtsdidaktik* and Public History, nor is it just a scholarly effort to understand the social flow of historical narratives like *Lieu de Mémoire*. The *Социальная память* was created during the fall of the USSR and was a way to understand how to use history to increase socialist consciousness. And this political motivation directed Soviet scholars to understand History not only as a scientific discipline but also as something used by the collective in everyday life. This allows us to raise many questions: What are the meanings of the words *процесс* (process), *развитие* (development), and *система* (system) in this corpus? Could we find these words in the other three corpora? Do they have similar semantic-networks? Do the words *человек* (people) and *испытываемый* (subject) have any connections? Which words have nodes in common with them?

FINAL THOUGHTS

In conclusion, we propose to define each of the four traditions in just one paragraph, with the ten most used words from each corpus. These four paragraphs are

written below, with the position of each one of the ten most used words, as presented in Table 2, in parentheses:

Geschichtsdidaktik is a way to think of history teaching (3) based more on historical science (7) than pedagogy, focused on teaching (8) with historical (1) and political (4) purposes, organized to help pupils (6) to learn (5) History (2) in order to deal with time (9) and the past (10);

Public History is a kind of work (3) historians can do beyond the university (7), for example in a museum (4), a park (8), in other state (6) institutions or by writing a book (9) to spread American (1) History to a larger audience in order to help people to deal with time (10) and with historical (2) and national (5) events;

Lieu de Mémoire is a concept created to help France (1) to understand how the king (7) and man (8) make French (4) History (2) through time (10) and how it is related to politics (5), power (3), and the national (6) state (9);

Социальная память is about using historical (1) science (6) to research (7) the problem (10) of the development (4) of history (5) as a system (8), as a process (3) conducted by the people (2) as subjects (9).

These definitions are for sure not the official ones offered by the scholars from each tradition, but the nearest possible definition from the here defined semantic network. All differences between the official definitions and these semantic-based ones can help scholars to think over their tradition on further research.

REFERENCES

ANDERSEN, H.; BARKER, P.; CHEN, X. *The Cognitive Structure of Scientific Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

БАДРЕТДИНОВ, В. З. Проблемы Функционирования Социальной Памяти. *Вестник КГУ им. Н.А. Некрасова*, Кострома, Специальный выпуск, [without volume and number], p. 235-237, 2008.

BARRICELLI, M.; LÜCKE, M. *Handbuch Praxis des Geschichtsunterrichts*. Schwalbach: Wochenschau, 2012.

BENJAMIN, W. Der Erzähler. Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows *In: BENJAMIN, W. Gesammelte Schriften*. Band 2. Teil 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991. p. 438-465.

BERGMANN, K. *Handbuch der Geschichtsdidaktik*. Seelze-Velber: Kallmeyer, 1997.

CAO, L. *Data Science Thinking: The Next Scientific, Technological and Economic Revolution*. Cham: Springer, 2018.

CARDOSO, O. Didática da História. *In: FERREIRA, M.; OLIVEIRA, M. (coord.). Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 79-84.

CHERVEL, A. *La culture scolaire: une approche historique*. Paris: Belin, 1998.



GARDNER, J.; HAMILTON, P. *The Oxford Handbook of Public History*. New York: Oxford University Press, 2017.

ELÍAS, C. *Science on the Ropes: Decline of Scientific Culture in the Era of Fake News*. Cham: Copernicus/Springer, 2019.

KALPOKAS, I. *A Political Theory of Post-Truth*. Cham: Springer, 2019.

KANWAL, J.; SMITH, K.; CULBERTSON, J.; KIRBY, S. Zipf's Law of Abbreviation and the Principle of Least Effort: Language users optimise a miniature lexicon for efficient communication. *Cognition*, Amsterdam, v. 165, p. 45-52, 2017.

КОЛЕВАТОВ, В. А. *Социальная память и познание*. Москва: [s. n.], 1984.

KOHNKE, O. It's Not Just About Technology: The People Side of Digitization. In: OSWALD, G.; KLEINEMEIER, M. (ed.). *Shaping the Digital Enterprise: Trends and Use Cases in Digital Innovation and Transformation*. Cham: Springer, 2017. p. 69-91.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

ЛЕОНТЬЕВ, А. Н. *Развитие памяти*. Москва: [s. n.], 1931.

ЛЕОНТЬЕВ, А. Н. *Биологическое и социальное в психике человека*. Москва: [s. n.], 1960.

ЛЕВАДА, Ю.А. Историческое сознание и научный метод. *Философские проблемы исторической науки*, Москва, [without volume and number], p. 203-213, 1969.

LORDE, A. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. In: LORDE, A. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Berkeley: Crossing Press, 2007. p. 110-113.

ЛУРИЯ, А. Р. Об историческом развитии познавательных процессов. Москва: [s. n.], 1974.

MARCUM, J. A. From Paradigm to Disciplinary Matrix and Exemplar. In: KINDI, V.; ARABATZIS, T. *Kuhn's The structure of scientific revolutions revisited*. New York: Routledge, 2012.

MAYER, U. *Wörterbuch Geschichtsdidaktik*. Schwalbach: Wochenschau, 2014.

MAYER, U. *Handbuch Methoden im Geschichtsunterricht*. Schwalbach: Wochenschau, 2016.

MICHAELS, D. *Doubt is their product: how industry's assault on science threatens your health*. London: Oxford University Press, 2008.

МИКЛИНА, Л. И. Социальная Память Современной Российской Молодежи. *Власть*, Москва, v. 23, n. 1, p. 136-140, 2015.

MIGNOLO, W. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.

MONIOT, H. *Didactique de l'Histoire*. Paris: Nathan, 1993.

MORENO-SÁNCHEZ, I.; FONT-CLOS, F.; CORRAL, Á. Large-Scale Analysis of Zipf's Law in English Texts, *PLoS ONE*, San Francisco/Cambridge, v. 11, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0147073>. Acesso em: 19 jul. 2019.

NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1992.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. New York: Bloomsbury Press, 2010.

PANDEL, H.-J. *Handbuch Medien im Geschichtsunterricht*. Schwalbach: Wochenschau, 2011.

PETERS, M. A. *et alii. Post-Truth, Fake News, Viral Modernity & Higher Education*. Cham: Springer, 2018.

PROCTOR, R.; SCHIEBINGER, L. *Agnology: The Making and Unmaking of Ignorance*. Palo Alto: Stanford University Press, 2008.

РАФИКОВ, А. М. Социальная Память И Механизмы Ее Воспроизводства. *Вестник Башкирского университета*, Уфа, [without volume], n. 2, 2006.

РАГОЗИНА, Т. Э. Культурная Память Versus Историческая Память. *Наука. Искусство. Культура*, Белгород, v. 3, n. 15, p. 12-21, 2017.

РЕБАНЕ, Я. К. Информация и социальная память: к проблеме социальной детерминации познания. *Вопросы философии*, Москва, [without volume], n. 8, 1982.

РЕБАНЕ, Я. К. *Принцип социальной памяти*. Тарту, 1984.

СИДОРОВА, Л. О. Концептуальные Подходы К Понятию Историческая Память. *Вестник Мгуки*, Москва, v. 4, n. 48, p. 81-86, 2012.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132-154, 2016.

The Public Historian. Vol. 1, 1978 – Vol. 39, 2017.



WILLIAMS, J. R.; BAGROW, J. P.; REAGAN, A. J.; ALAJAJIAN, S. E.; DANFORTH, C. M.; DODDS, P. S. Zipf's law is a consequence of coherent language production. *arXiv*, Ithaca, <https://arxiv.org/abs/1601.07969v2>, 2016.

ZIPF, G. K. *Human Behavior and the Principle of Least Effort*. Cambridge: Addison-Wesley, 1949.

NOTES

AUTHOR DETAILS

Oldimar Pontes Cardoso: PhD. Researcher, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Laboratório em Rede de Humanidades Digitais, Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

CORRESPONDING ADDRESS

Rua Gregório Paes de Almeida, 1090, 05450-001, São Paulo, SP, Brazil.

ACKNOWLEDGEMENTS

Acknowledgements to Edson Armando Silva, Cynthia L. Z. DeRoma and Marco Costa.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

This article is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-Chief)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTORY

Received on: Mar. 03 2019

Approved on: July 18 2019

How to cite: CARDOSO, Oldimar Pontes. The Social Flow of Historical Narratives and its Many Names. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 573-596, set./dez. 2019.






INTERAÇÕES COLONIAIS NO MEDITERRÂNEO GLOBAL DA IDADE DO FERRO

Colonial Engagements in the Global Mediterranean Iron Age

Tamar Hodos^a

 <https://orcid.org/0000-0003-4640-6877>
E-mail: t.hodos@bristol.ac.uk

^a University of Bristol, School of Arts, Department of Anthropology and Archaeology,
Bristol, United Kingdom

RESUMO

A aplicação da teoria da globalização em contextos coloniais enfatizou, nos últimos anos, articulações entre colonizados e colonizadores. Para o Mediterrâneo na Idade do Ferro, o foco tem sido as expressões de identidades locais (colonizadas) e as variabilidades regionais de gregos e fenícios do além-mar. Qualquer atenção às interações que gregos e fenícios tiveram entre si durante esse tempo tem sido usada apenas para contrapor o enquadramento dos argumentos. O presente estudo examina o pano de fundo dessa circunstância tratando especificamente das interações entre tais culturas globais em escala mediterrânea durante o período de suas fundações ultramarinas. Vistos de um enquadramento global, os conjuntos de práticas em comum e de corpos de saberes compartilhados revelam uma profunda complexidade de contato intercultural durante a Idade do Ferro, lembrando-nos que as culturas nunca devem ser consideradas isoladamente.

PALAVRAS-CHAVE

Colonização grega. Colonização fenícia. Globalização mediterrânea.

ABSTRACT

The application of the globalization theory to colonial contexts in recent years has emphasized the articulations between colonized and colonizers. For the Mediterranean Iron Age, the focus has been upon the expressions of local (colonized) identities, and of regional variabilities of the overseas Greeks and Phoenicians; any attention to the engagements that Greeks and Phoenicians had among them during this time has been solely contrapositive in the framing of arguments. The present study analyzes the background to this circumstance by specifically addressing the engagement between these global cultures on a Mediterranean-wide scale during the period of their overseas foundations. Regarded from the perspective of a globalization framework, the common sets of practices and shared bodies of knowledge reveal a deep complexity of intercultural contact during the Iron Age, reminding us that cultures should never be individually considered.

KEYWORDS

Greek colonization. Phoenician colonization. Mediterranean globalization.

Uma das mais recentes mudanças na pesquisa acadêmica tem sido a análise da construção e do impacto da globalização em grupos socioculturais que participam de sistemas mundiais (FEATHERSTONE, 1991; 1995; HOLTON, 1998; HOOGVELT, 2001; ROBERTSON, 1992). Globalização, no contexto contemporâneo, se refere ao atual sentimento de compressão global em que o mundo, cada vez mais, é visto como um lugar coerentemente limitado. Da mesma forma, pode ser definida como o conjunto de processos que fazem o mundo ser visto como um lugar único e nos tornarmos conscientes desse processo (FEATHERSTONE, 1995, p. 81; cf. também ROBERTSON, 1992).

Ao contrário de metanarrativas anteriores, entretanto, mais do que sugerir uma sociedade e uma cultura mundiais unificadas, a globalização compreende conjuntos de práticas ou corpos de saberes que transgridem limites nacionais ou culturais e são compartilhados por aqueles que interagem no nível global. Ao mesmo tempo, esses traços globais compartilhados também servem para ressaltar diferenças entre aquelas culturas que se envolvem com eles, pois os pontos globais em comum simultaneamente provocam a delimitação mais nítida das fronteiras entre os grupos envolvidos. O destaque e o reforço das heterogeneidades culturais é, de fato, um dos paradoxos do processo de globalização (FEATHERSTONE, 1995, p. 114).

Entender o equilíbrio entre construtos localizados de uma cultura, por um lado, e os traços compartilhados entre grupos que permitem sua interação, por outro, tem fascinado estudiosos do passado, em particular aqueles que lidam com o impacto das interações culturais em contextos coloniais, em que coresidência geograficamente limitada e interação diária resultaram em desenvolvimentos culturais rápidos para todas as comunidades envolvidas. O Mediterrâneo, sobretudo, é um local ideal para escrutinar tais aspectos, pois, ao longo de sua história, populações migraram, interagiram e influenciaram umas às outras dentro desse espaço limitado (p. ex. HORDEN; PURCELL, 2000).

A Idade do Ferro mediterrânea serve como um exemplo clássico. Nessa época, dois grupos culturais, gregos e fenícios, construíram numerosos assentamentos ao longo de outros litorais mediterrânicos consideravelmente distantes de suas terras natais enquanto mantiveram ligações comerciais e culturais bastante próximas com elas e uns com os outros. Apesar da evidência de contato íntimo e de práticas compartilhadas que contribuíram para um pan-mediterranismo durante o período, os movimentos de colonização de gregos e fenícios são normalmente articulados em contraste um ao outro.

A inter-relação teórica entre diversidade e similaridade, em que assentamentos podem ser vistos como comunidades individuais com práticas locais diversas e, simultaneamente, como representantes culturais em interação um com o outro, explica muito da tensão entre os estudos sobre os movimentos de colonização fenícia e grega. A muito recente desconstrução pós-colonial de metanarrativas tem destacado a variabilidade regional em cada uma dessas amplas culturas coloniais, sobretudo em relação à localização particular, bem como o impacto sobre as populações cujos territórios foram colonizados (para os gregos, p. ex. DOUGHERTY; KURKE, 2003; LOMAS, 2004; TSETSKHLADZE, 1999; 2006a; para os fenícios, AUBET, 2001; BIERLING, 2002).

Em estudos sobre tais contatos culturais, conceitos como hibridização e arenas de interação neutra, como território intermediário (*middle ground*), estão na linha de frente da interpretação (p. ex. ANTONACCIO, 2003; GOSDEN, 2004; HODOS,

2006; MALKIN, 2002; 2004). O termo “hibridização”, que se refere a negociações e interações sociais que tiveram lugar entre colonizadores e colonizados (KNAPP, 2008, p. 57) e se relaciona ativa e diretamente com os agentes sociais, as negociações e as interações envolvidas numa situação de contato (VAN DOMMELEN, 2005, p. 116-118; KNAPP, 2008, p. 59-60), é agora preferido por muitos em detrimento da noção mais passiva de “hibridismo”, que minimiza o papel dinâmico dos atores humanos em encontros culturais (KNAPP, 2008, p. 57-59). Como tal, tornou-se uma via valiosa para a interpretação de contextos locais.

O conceito de território intermediário também tem sido útil, já que fornece o instrumento por meio do qual encontros culturais ocorrem. Isso se dá porque um território intermediário age tanto como centro quanto como periferia em contextos geográficos e sociais, com ênfase na acomodação mútua. Aqueles que operam no território intermediário agem por interesses derivados de suas próprias culturas, enquanto simultaneamente devem convencer atores de outras culturas de que alguma ação mútua é justa e legítima. Como um processo, portanto, o território intermediário une sistemas de valores para criar uma relação eficaz entre eles, em geral resultando em novos conjuntos de significados e interações ao longo do tempo. Por sua vez, o discurso dentro dele pode afetar as convenções das partes tributárias, promovendo mudanças de longa duração nas culturais locais (WHITE, 1991; para o Mediterrâneo, p. ex. MALKIN, 2002; 2004; HODOS, 2006).

O enquadramento global-local, do mesmo modo, tem sido convocado para o estudo das identidades em contextos coloniais, enfatizando não somente a articulação da identidade do colonizado, mas também a da identidade dos colonizadores em regiões específicas, em contraste com conceitos monoculturais antes aceitos, cada uma delas como parte do fenômeno paradoxal do processo de globalização (HALES; HODOS, 2009). Nesses casos, o nível global são as culturas geograficamente difundidas do Mediterrâneo, como as de gregos e fenícios, identificados como tal por meio de práticas compartilhadas por várias comunidades, as quais permitem uma descrição coletiva. O contraponto local é a variabilidade entre essas mesmas comunidades. O paradoxo nesses exemplos é visto no fato de que comunidades individuais terão ao mesmo tempo práticas compartilhadas e nitidamente diferentes, a despeito da identidade cultural comum.

Quase nunca as interações que tais culturas colonizadoras tiveram entre si receberam atenção, em especial no caso de gregos e fenícios, cujos períodos coloniais foram contemporâneos. Esse lapso deriva talvez das divisões disciplinares tradicionais. O presente estudo examina o pano de fundo dessa omissão acadêmica antes de tratar da interação entre gregos e fenícios coloniais numa escala mediterrânica. O escopo temporal na prática é predominantemente o período colonial inicial dos séculos VIII e VII a.C. Para gregos e fenícios, isso representa sua Idade do Ferro Média. Enquanto tal movimento para os litorais além de suas terras natais muitas vezes trouxe rápida mudança cultural para outras populações, não fez com que as Idades do Ferro de outras populações coincidissem (HODOS, 2006, p. 3-4).

O advento da Idade do Ferro na Sicília data da metade do século IX a.C., por exemplo, enquanto os estudiosos do norte da África consideram que o chamado “período pré-histórico” se estende até o século IV a.C., não obstante gregos e fenícios terem se assentado em ambas as regiões durante os séculos VIII e VII a.C. – ou no fim do século IX a.C., no caso de Cartago. O termo “Idade do Ferro” não é um indicador cronológico fixo nem uma afirmação de uma prática material específica – o uso do

ferro –, haja vista que o ferro era conhecido desde períodos anteriores. Antes, para gregos e fenícios, a Idade do Ferro marca uma ruptura em relação às tradições da Idade do Bronze, resultante das generalizadas convulsões do século XII a.C. Como tal, o termo tem alguma aplicabilidade mediterrânica, ao menos quando estão sendo discutidas as comunidades gregas e fenícias ao longo do Mediterrâneo. Por essa razão, “Idade do Ferro” no presente contexto pertence à cronologia greco-fenícia.

O equilíbrio entre interação global e local, bem como o paradoxo de tal interação, pode ser visto em muitos níveis de relacionamentos culturais, os quais podem ser conceituados a partir de suas várias camadas. Para os objetivos deste estudo, no topo estão as práticas compartilhadas entre culturas ao longo do Mediterrâneo que serviram para criar uma cultura mediterrânica global. Isso foi chamado de “mediterrânização”, para refletir o processo ativo e dinâmico de conectividade no Mediterrâneo (MORRIS, 2003; HODOS, 2006, p. 200-204). Abaixo, contribuindo para a construção global, estavam gregos, fenícios e outras populações que representam a noção de grupos culturais.

Cada cultura, todavia, é formada por um disperso conjunto de comunidades com variabilidade regional ou local. É o equilíbrio entre essas duas camadas superiores que forma o foco do presente estudo. O Mediterrâneo, no qual gregos e fenícios fundaram colônias, serve como a escala global, enquanto nossos conceitos de culturas gregas e fenícias são o nível local. No entanto, não podemos ignorar por completo as variações locais, com suas práticas compartilhadas e diferenças regionais, que informam nossas respectivas noções de cultura grega e fenícia.

Tal enquadramento não ignora o “sistema-mundo” mais amplo do qual gregos e fenícios participavam durante esse período. Antes, é parte dele, já que, na prática, foram as comunidades dispersas que construíram e se envolveram nos sistemas-mundo. Vistos com base no enquadramento da globalização, portanto, os conjuntos de práticas comuns e corpos de saberes compartilhados entre gregos e fenícios ultramarinos revelam uma profunda complexidade de contato intercultural em múltiplos níveis durante a Idade do Ferro, os quais nos lembram que as culturas nunca devem ser consideradas em isolamento.

GENERALIZAÇÕES DO “OUTRO” EM FONTES ANTIGAS

Terminologia e vocabulário revelam uma série de suposições que podem obscurecer nossas habilidades de ver perspectivas alternativas. Não se trata apenas de ser politicamente correto, como alguns se queixaram há pouco tempo (BOARDMAN, 1999, p. 268). Antes, a preocupação com terminologias reflete uma crescente consciência das diferentes interpretações. Infelizmente, no que diz respeito a fenícios e gregos, em alguns aspectos nossa terminologia tem sido restrita às fontes de que dispomos. Embora isso não seja por si só um problema, a dificuldade surge quando esquecemos a origem de nosso vocabulário e a razão de sermos tão restritos, pois as próprias palavras ganham uma identidade e um significado que é difícil de abalar, em especial quando retiradas de fontes antigas.

Temos extensos registros de como os gregos pensavam a si mesmos, especialmente seus laços com suas cidades de origem, conquanto a análise exaustiva desse complexo aspecto do período em questão – quando a pólis estava emergindo como uma estrutura socioideológica – esteja além do escopo da presente discussão (ver, p. ex., os numerosos volumes produzidos pelo Copenhagen Polis Centre). Todavia,

nosso amplo registro da autorreflexão grega sobre sua identidade contrasta com o caso dos fenícios (PASTOR BORGONON, 1988-1990; MORRIS, 1992; MOSCATI, 1993, p. 9-14). Poucas inscrições em monumentos fenícios sobreviveram, e não mais existem longos textos fenícios.

Pelo contrário, a maior parte do nosso registro literário sobre os fenícios aparece na forma de referências passageiras em fontes assírias, bíblicas e greco-romanas (KRINGS, 1995), nenhuma das quais preocupada em fornecer muitos detalhes, já que os fenícios eram vistos por esses outros como um inimigo ou “outro” somente a ser conquistado, controlado ou explorado. Desse modo, qualquer noção de identidade fenícia tem sido buscada em registros de outros. Usar essas fontes como base para interpretações modernas é, contudo, problemático.

Referências gregas aos fenícios aparecem pela primeira vez em Homero, que os chama de *sidonoi*.¹ Justino registra que, em 1184 a.C., Sidon fundou Tiro (18.3.5). Sabe-se que a ocupação em Tiro remonta a tempos bastante anteriores, portanto se pode considerar esse momento como uma refundação, talvez após um período de declínio ou despovoação que pode estar ligado à era e às atividades dos Povos do Mar (GUBEL, 1994, p. 341-342; NIEMEYER, 2006, p. 146).

Sídon provavelmente era a cidade dominante, política e economicamente, durante esse período, sobretudo se foi capaz de refundar assentamentos vizinhos. Ademais, Astarte, divindade protetora de Sídon, era popular numa série de comunidades ultramarinas fenícias. Embora isso possa ser uma ligação deliberada à divindade metropolitana em contextos coloniais, os autores gregos antigos podem ter considerado esse fato uma referência a uma herança sidônia.

Nessa perspectiva, a extensão do elogio de Homero a Sídon para incluir outros assentamentos fenícios, portanto, parece razoável, mesmo que não seja um reflexo das circunstâncias fenícias (NIEMEYER, 2002, p. 92; BUNNENS, 1995, p. 223; RÖLLIG, 1982, p. 18; ver também FLETCHER, 2004).²

Referências na *Ilíada* associam os sidônios à fabricação de tecidos luxuosos e artefatos de prata elaborados, inserindo-se no contexto de troca de presentes entre elites ou reis (6.288-95 para tecidos, 23.740-749 para artefatos de prata). A conexão elite-luxo é mais bem expressada no conto da taça de prata, escolhida por Aquiles como prêmio nos jogos funerários de Pátroclo, em que é explicada a complexa história de aquisições e trocas da taça entre elites. Essa relação é ecoada na *Odisseia*, quando Menelau de Esparta dá a Telêmaco uma tigela de prata que fora originalmente um presente de seu homólogo sidônio (*Odisseia* 4.614-19).

Outras referências mais antigas aparecem na *Odisseia*, na qual se usa o termo genérico “fenícios” para caracterizá-los no contexto de suas práticas de marinharia, navegação e comércio, muitas vezes com tons negativos reconhecidos hoje como um tropo literário (WINTER, 1995; GUBEL, 2006, p. 86, observa que todos os itens nobres fenícios em Homero são atribuídos aos sidônios, enquanto todas as outras

¹ Já foi observado que *sidonoi* se escande melhor em hexâmetros homéricos do que em tírios (CULICAN, 1982a).

² Nomes de lugares de *phoinikous* no Mediterrâneo podem implicar a presença de assentamentos fenícios, mas também se referir a nada mais do que a manufatura de corante púrpura, pois *phoinix* – de onde “fenício” deriva – é o termo grego para púrpura ou carmesim. Como exemplo dos limites de atribuir uma associação étnica baseada em nomes, deve ser observado que, na *Ilíada* (9.425), diz-se que o velho cavaleiro e mestre de Aquiles, que se chama Fênix, vem da Hélade.

referências pertencem aos genéricos “fenícios”). Os anais neoassírios e o Antigo Testamento também demonstram que suas culturas valorizavam tecidos, artesanato em metal e técnica de navegação fenícios.

Evidências arqueológicas de diversos sítios sugerem que uma ampla gama de bens e objetos foram fabricados, comercializados ou oferecidos como tributo pelos fenícios, inclusive vinho. Os naufrágios do século VIII a.C. de *Tanit* e *Elissa* junto à costa de Israel, perto de Ascalão, por exemplo, estavam repletos de ânforas fenícias contendo vinho, e os navios se destinavam ao Egito ou ao Mediterrâneo ocidental (BALLARD *et al.*, 2002). Cargas mistas dos naufrágios de *Uluburun* e *Quelidônia*, datados respectivamente do fim do século XIV e do XIII a.C., implicam que desde muito cedo material fenício foi transportado ao lado de material cipriota e micênico.

A ausência de evidências marítimas datadas entre esses naufrágios da Idade do Bronze Recente e os naufrágios de *Tanit* e *Elissa*, do século VIII a.C., torna difícil determinar até que ponto tais colaborações existiram na Idade do Ferro, malgrado existam evidências de cargas mistas por volta do século VII, como sugerido pelo achado, no naufrágio de *Kekova*, de uma coleção de ânforas de transporte do sudeste do Egeu e de Corinto junto de ânforas com alças de cesto ciprolevantinas (DELGADO, 2008, p. 320).

Em contraste à tendência grega inicial de generalizar fenícios como sidônios, o Antigo Testamento descreve os fenícios pela referência à sua cidade-estado individual (Sídon: Gênesis. 10.15; Juízes, 3.3, 10.6, 18.7; Ezequiel, 28; 1 Reis, 5.20, 16.31; Tiro: Amós, 1.9-10; Ezequiel, 26-28; 1 Reis 6g e Crônicas 3 referem-se a artesãos tírios). Em documentos assírios, eles são designados pelos determinativos URU (cidade, centro urbano) e KUR (terra, território, país), ao passo que uma cidade fenícia pode ser designada por ambos num mesmo documento (ODED, 1974, p. 39-40; ver também PASTOR BORGONON, 1988-1990; MOSCATI, 1993).

Assim, deve-se considerar a tendência grega à generalização como parte do tropo literário mais amplo que descreve os fenícios como um inimigo.³ A permanência desse traço em textos gregos posteriores está relacionada ao conflito do mundo grego com os persas, e muito foi escrito sobre como um atributo oriental torna determinado grupo um inimigo apropriado para os gregos, das Guerras Médicas em diante. Por exemplo, as supostas origens anatólicas das comunidades elimitas no oeste da Sicília são expressadas pela primeira vez na literatura grega no fim do século V a.C., quando os gregos estavam envolvidos num conflito na Sicília com os cartagineses, eles próprios de origem oriental e aliados dos elimitas na época (ver referências em HODOS, 2006, p. 92). Na mente grega do século V a.C. em diante, uma origem oriental sinalizava um inimigo aceitável dos gregos (HALL, 1989; NIPPEL, 2002, p. 283).

GENERALIZAÇÕES DO “OUTRO” NOS ESTUDOS MODERNOS

Quando se examina a história da pesquisa em torno dos movimentos coloniais gregos e fenícios, emerge uma sensação de competição entre lados opostos. Essa competição, na verdade, antecede a desconstrução de metanarrativas associadas ao pós-modernismo e, evidentemente, as reconsiderações pós-coloniais. Apesar de

³ Em oposição a descrever a aquisição territorial, como no caso dos registros neoassírios, os quais podem derivar de maior precisão geográfica.

gregos e fenícios terem fundado assentamentos ultramarinos ao longo do Mediterrâneo, por vezes no mesmo território geográfico (ex. Sicília), o estudo de suas expansões costuma ser dividido em áreas distintas. Na academia anglófona e, em grande medida, na europeia, estudiosos do Oriente Próximo têm tradicionalmente focado no processo de colonização fenícia, enquanto estudiosos da Antiguidade Clássica examinam o movimento grego.

As raízes dessa divisão disciplinar estão na formação do campo acadêmico da Europa ocidental no século XIX e na respectiva primazia das antigas fontes literárias clássicas e bíblicas, corroboradas pela pesquisa arqueológica daquela época. Para estudiosos da Antiguidade Clássica, os trabalhos de Homero e dos autores antigos subsequentes serviram muitas vezes como guia para pesquisa e interpretação, tendo em vista que os primeiros arqueólogos de campo buscavam justificar esses textos. Os mais famosos exemplos, provavelmente, são a busca de Schliemann por Troia, em especial o estrato associado à Guerra de Troia, e a procura de Evan pelo Rei Minos em Cnossos (ver referências em TRIGGER, 1989).

Para estudiosos do Oriente Próximo, a Bíblia serviu como texto-guia, e muitos investiram grande esforço e erudição na tentativa de provar que as passagens bíblicas registravam eventos e indivíduos históricos. Esse foi o caso de pioneiros como Petrie em Tell el-Hesi, erroneamente identificada por ele como a bíblica Laquis, Sellin em Jericó, Schumacher em Megido, Macalister em Gezer e Koldewey na Babilônia. De fato, essa postura pode ser sintetizada pela visão dos patrocinadores do trabalho em Samara realizado por Reisner, que deveria “dar prosseguimento aos estudos e às pesquisas bíblicas, linguísticas, arqueológicas e afins sob condições mais favoráveis do que as que podem ser asseguradas à distância da Terra Santa” (KING, 1983, p. 27; ver também MOOREY, 1991; LAUGHLIN, 2000, p. 6).

O estudo específico dos movimentos coloniais grego e fenício mantiveram trajetórias distintas nas pesquisas (grego: DE ANGELIS, 1998; ver referências em HODOS, 2006, p. 10-12; fenício: GRAS *et al.*, 1989; PASTOR BORGONÓN, 1988-1990; MOSCATI, 1993; VELLA, 1996; LANCEL, 1995, p. 438-446, em particular para Cartago), expressadas numa sensação de competição pela primazia na inovação colonial entre as duas disciplinas. Sintomas dessa rivalidade são as questões referentes às datas das primeiras colônias, como se uma espécie de supremacia mediterrânica dependesse disso.

De acordo com fontes literárias antigas, a expansão fenícia no Mediterrâneo começou no século XII a.C., enquanto a colonização grega se iniciou somente no século VIII a.C.⁴ No entanto, desde o fim do século XIX, estudiosos favoráveis aos gregos argumentam que a expansão fenícia não poderia ter começado antes do século VIII a.C. (p.ex. BELOCH, 1893-1904), pois nenhuma evidência material poderia ser identificada para sustentar uma fundação tão antiga em qualquer lugar do Mediterrâneo colonizado pelos fenícios. Boardman (1999, p. 38) afirma que

⁴ Cadiz em 1110 a.C.: Veléio Patérculo (1.2.3); Utica em 1101 a.C.: Plínio (16.216); colônias africanas no século XII a.C.: Plínio (19.63), e Diodoro (5.20). Tucídides sugere que os fenícios se assentaram ao redor do litoral siciliano antes da chegada e da ocupação grega na costa oriental, forçando os fenícios a se congregarem no lado ocidental da ilha: Tucídides (6.2.6); ver também Moscati (1968, p. 127-136), Aubet (2001) e Botto (2005). Para a datação da colonização grega, ver o estudo recente de Tsetskhladze (2006b, p. lxxvii-lxxviii), com referências.

é somente após os gregos se estabelecerem na costa síria que a Grécia começa a receber e apreciar produtos orientais, e que não há evidências precisas de colônias comerciais ultramarinas fenícias anteriores às gregas. Dito isso, eles podem ter sido os carregadores do pouco que de fato viajava para o mundo grego vindo do oriente antes do século VIII a.C. A natureza desse comércio não requeria o estabelecimento de postos regulares de comércio ou colônias até que o exemplo e a competição grega os levaram a tais empreendimentos.

Ideias similares continuam a circular:

No século VIII a.C., gregos estavam se movendo para territórios relativamente próximos ao centro e ao sul da Itália, enquanto os fenícios estabeleceram pequenos assentamentos na Sardenha e, mais tarde, no oeste e no sul. Os assentamentos gregos foram projetados para ser perenes. Já os fenícios desapareceram ao longo do tempo, provavelmente absorvidos pela população local (TSETSKHLADZE, 2006b, p. xlix).⁵

Muitas vezes, a discussão de determinado território é enquadrada em termos de “prioridade” grega ou fenícia, sem levar em consideração as paisagens compartilhadas (p.ex. BOARDMAN, 1999, p. 213, com relação à Espanha).

Sabatino Moscati, um dos primeiros estudiosos a discutir em detalhes a expansão fenícia no Mediterrâneo, quase de modo defensivo argumentou, em seu trabalho seminal sobre o tema, que a falta de evidência material anterior ao oitavo século – como era o caso até pouco tempo – não era razão para duvidar de textos gregos, bíblicos, e de registros fenícios que atestam atividade fenícia muito antes (MOSCATI, 1966). Por exemplo, ele via a famosa estátua de bronze de Melcarte, encontrada junto à costa oeste da Sicília, como datada da Idade do Bronze por motivos estilísticos gerais, e considerava isso um indicativo de presença fenícia na Sicília bem antes da Idade do Ferro (MOSCATI, 1968, p. 128).

Essa perspectiva negligenciava o mais numeroso material micênico encontrado nas costas sul e leste da ilha, além de influências no território, onde a cerâmica e a metalurgia locais por vezes adotavam formas e motivos decorativos micênicos (p.ex. Tapsos, Cozzo Pantano, Florida, Molinello, Matrensa e Milena: LEIGHTON, 1999, p. 170-180). Em conjunto, isso sugere que a ilha estava mais envolvida com a Grécia da Idade do Bronze (mais recentemente, VAN WIJNGAARDEN, 2002; LEIGHTON, 2005, p. 276-277) do que com a Fenícia, embora não necessariamente de forma exclusiva.⁶

⁵ Essa afirmação é estreita no foco e incorreta diante dos fatos, já que ignora a durabilidade dos assentamentos fenícios na Sicília e no norte da África, assim como as comunidades gregas que não conseguiram sobreviver no tempo. As fundações fenícias não eram menos “permanentes” do que as gregas. Tsetskhladze também ecoa as palavras de Boardman no epílogo da edição de 1999 de *The Greeks Overseas* (BOARDMAN, 1999, p. 169).

⁶ Escavações recentes no sítio costeiro meridional de Cannatello revelaram vasos cipriotas e micênicos da Idade de Bronze em contextos de habitação (DE MIRO, 1999), enquanto cerâmica cipriota da Idade do Bronze Recente foi encontrada em contextos funerários em Tapsos (LEIGHTON, 1999, p. 171). Albanese Procelli sugeriu que contatos cipriotas na Idade do Bronze inspiraram a produção de um vaso similar ao vaso vermelho torneado e lustroso (PROCELLI, 2003, p. 82) e a base anelar imitada

Hoje em dia é reconhecido que, desde o início da Idade do Ferro, fenícios estavam cruzando o Mediterrâneo e interagindo com diversas comunidades locais, sobretudo com assentamentos gregos das ilhas e das costas do continente, por meio da troca de mercadorias (BOTTO, 2007a; 2007b; ver também NIJBOER, 2005; 2006a; 2006b). A metalurgia do Oriente Próximo em contextos do século X a.C. em assentamentos gregos como Lefcandi e Cnossos tem sido atribuída por alguns à atividade mercantil fenícia (p. ex. PAPADOPOULOS, 1997; 1998; GUBEL, 2006). A presença de artesãos fenícios residentes ou itinerantes em Rodes (Ialysos), Creta (Cnossos, Comos, Eleuterna), Atenas, Lefcandi e Cós a partir do século IX a.C. tem sido defendida por muitos (COLDSTREAM, 1969; SHAW, 1989; STAMPOLIDIS, 2003; ver também NEGBI, 1992).

Todo esse período foi descrito por Niemeyer (1990, 1993, 1995, 2006) como uma fase de empreendedores mercantes fenícios no Mediterrâneo, onde artesãos, comerciantes, prospectores e agentes atravessaram o mar com pleno conhecimento uns dos outros e de seus fregueses, fase que antecede o assentamento fenício permanente em costas estrangeiras. Isso funciona como um paralelo muito preciso à atividade de pré-colonização grega, muitas vezes discutida por conta da presença de cerâmica grega em contextos ultramarinos que antecedem a fundação de colônias gregas naquela região (começando com BLAKEWAY, 1935; mais recentemente, ver DOMINGUEZ, 1989; RIDGWAY, 2004; DESCLOUDRES, 1990; TSETSKHLADZE; DE ANGELIS, 1994).

Assim, a cerâmica do Geométrico Médio em Etrúria, Lácio, Campânia e Sicília significou para muitos que os gregos estavam ativos na região antes do estabelecimento de assentamentos próximos (ver referências em HODOS, 2006, p. 94). A recente descoberta de cerâmica do início do século VI a.C. num assentamento do Mar Negro, perto de onde Mileto mais tarde fundou a colônia de Dioscúrias, estimulou a reconsideração da cronologia da atividade grega oriental na região para favorecer o papel da interação pré-colonial, a fim de corroborar o registro literário de colonização na região.

O caso da cerâmica de Tapso, na Sicília, representa um excelente exemplo do perigo do uso de fontes literárias como guia de interpretação em primeira instância. Por gerações, Tucídides forneceu a cronologia mais adotada para a fundação das colônias gregas na Sicília, com Naxos como a primeira fundação (em 734 a.C.), seguida de perto por Siracusa no ano seguinte e, cinco anos depois, por Mégara Hibleia (Tucídides, 6; DUNBABIN, 1948, p. 435-471; COLDSTREAM, 1968, p. 322-327; MORRIS, 1996).

A autoridade de Tucídides foi abalada nos anos de 1950 pela publicação de uma classe de cerâmica de Mégara Hibleia que parecia ser mais antiga do que qualquer outra conhecida de Siracusa. Essa classe é agora conhecida como cerâmica de Tapso, produzida em Corinto (recentemente, MORGAN, 1999a, p. 272-277; 1999b, 217-220; DE VRIES, 2003, p. 152-153). Para explicar essa anomalia, os escavadores de Mégara Hibleia se voltaram para a cronologia oferecida por Eusébio, cuja data mais antiga de fundação proposta para a subcolônia Selinus colocaria a fundação da

localmente (PROCELLU, 2003, p. 81, 105). Tigelas folheadas a bronze encontradas em Milena e Caldare podem ter origem cipriota (LEIGHTON, 1999, p. 178). Tais achados cipriotas estão na Sicília central, e não na ocidental.

própria Mégara Hibleia em aproximadamente 750 a.C. (VALLET; VILLARD, 1952), com Estrabão (6.267) oferecendo apoio adicional.

No fim da década de 1970, no entanto, uma cerâmica de Tapso quase idêntica, por isso considerada contemporânea, foi descoberta em Siracusa, e os argumentos para uma data de fundação anterior para Mégara Hibleia foram suprimidos (VALLET, 1978, p. 151; 1982, p. 15-16). Apesar de isso ser uma pequena nota no debate sobre primazia de fontes, suas repercussões poderiam ter sido muito mais substanciais, haja vista que a significância dessa discussão se baseia, em particular, no fato de que pouquíssima seriação de cerâmica coríntia foi estabelecida do material encontrado nos substanciais e bem preservados cemitérios de Siracusa e Mégara Hibleia.

A datação da fundação de Mégara Hibleia vinte anos antes da de Siracusa teria exigido que toda seriação e cronologia de Corinto fosse reconsiderada e ajustada de acordo, para um período em que a cerâmica coríntia era a principal produção grega a viajar pelos mares, muito usada como meio de datação dos contextos de seus locais de achado, que se estendem ao longo do Mediterrâneo.

Essa competição pela primazia entre estudiosos da Grécia e da Fenícia surge de uma perspectiva binária do Mediterrâneo que se relaciona com a tradição das metanarrativas: a de que a cerâmica era intimamente associada a pessoas. Sua recente desconstrução permitiu que o literário e o material se reconciassem de modo mais fácil nas arenas individuais de cada um deles, embora não necessariamente na arena global de interação do Mediterrâneo. Considere-se, por exemplo, a questão das datas das fundações fenícias e a noção de atividade pré-colonial. O próprio Moscati sugeriu que, no início, os fenícios viajavam como pequenos grupos no Mediterrâneo e se limitavam a desembarques, não deixando restos materiais, embora ele ainda considerasse isso uma espécie de colonização (MOSCATI, 1966, p. 127-136).

Isso explicaria as datas de fundação muito antigas mencionadas por autores remotos, as quais não foram fundamentadas de maneira arqueológica. Seria, portanto, uma segunda fase de colonização, que data do fim do século IX a.C. em diante, a primeira que podemos observar no registro material (AUBET, 2001, p. 23).

Perspectivas colonialistas e o vocabulário que as acompanham têm atormentado nosso discurso sobre os respectivos movimentos de colonização grega e fenícia, bem como a discussão sobre suas interações entre si. Descrever a fase inicial da atividade fenícia como colonização, ou as primeiras atividades gregas como pré-colonização, enquadra o debate em termos colonialistas, o que instantaneamente coloca um contra o outro, de modo teleológico, e tem contribuído para críticas à outra parte.

É o emprego da terminologia colonialista que tem moldado os argumentos de Lemos – favorável ao comércio e ao casamento fenício entre artesãos residentes em contextos gregos – e a ênfase dada por Raaflaub ao papel desempenhado por aristocratas gregos na disseminação de ideias durante essa época (LE MOS 2003; RAAFLAUB 2004; a interpretação de Raaflaub foi extrapolada por outros para os séculos X e IX a.C.: CRIELAARD, 1992/1993; 1999; BOARDMAN, 1999; 2001). Uma consequência é que críticas e contracríticas na busca pela primazia são circulares, porque o objetivo teleológico é o mesmo para ambos: primazia.

Para se libertar disso, alguns defendem o abandono completo de tal terminologia (OSBORNE, 1998). De fato, essas dificuldades foram reconhecidas por Niemeyer (1990, p. 480; 1993; 1995), que prefere evitar o termo “colonização” para qualquer fase fenícia, considerando a segunda fase, a de assentamento, mais como uma expansão do que como uma colonização, se bem também a utilize como meio de contrapor o

processo de assentamento ultramarino fenício ao contemporâneo e paralelo processo de fundação de assentamentos ultramarinos gregos. Assim, a escolha de vocabulário feita por Niemeyer se distancia de um confronto direto, porque ele retira a discussão de uma estrutura metanarrativa, criando, em vez disso, uma que parece exclusivamente ascendente (local, não global).

A pesquisa moderna continua a competir por meio do vocabulário, conquanto, em curioso paralelo com nossas antigas fontes literárias, agora seja mediante generalização. Grandes esforços foram feitos pelos estudiosos dos gregos nos últimos anos, para salientar as diferenças entre as várias áreas que compunham o mundo grego, a fim de enfatizar as diversidades de práticas que, no entanto, contribuíram para um sentido mais amplo de traços compartilhados que consideramos cultura grega. Mas eles não dão a mesma especificidade aos fenícios.

Desse modo, enquanto várias cidades-estados do mundo grego, como Corinto, Atenas e Siracusa, compartilhavam atributos gerais que as conectavam – por exemplo, tipos de construção, códigos sociais, linguagem e modos de vida ligados por redes cerimoniais, políticas e econômicas –, nos últimos anos a pesquisa tem ressaltado as diferenças notáveis em suas habitações, urbanismo e práticas que criavam diversidade entre elas (DOUGHERTY; KURKE, 2003; LOMAS, 2004; TSETSKHLADZE, 2006a; ver também HALL, 1997; 2002).

A recente discussão de Boardman (2006) sobre os gregos no Mediterrâneo Oriental serve como um exemplo a esse respeito. O autor dissecou papéis e atividades de várias populações gregas, distinguindo cuidadosamente os gregos orientais jônios dos eubeus no Levante. Ainda no que diz respeito às comunidades fenícias, ele resume sua cultura material da seguinte maneira:

A história das principais cidades portuárias fenícias é razoavelmente bem estabelecida. Os achados são abundantes, embora raramente de locais efetivamente escavados. As artes figurativas e decorativas dependem em larga medida do Egito e sempre olham para o sul, não para o norte (BOARDMAN, 2006, p. 513).

Estudiosos da Grécia continuam a agrupar as cidades-estados fenícias como uma única entidade cultural, mesmo quando se trata de sua interação mediterrânea, o que permanece em claro contraste com suas distinções entre vários grupos gregos que intercambiavam e se envolviam com o mundo fenício (recentemente, BOARDMAN, 2005; 2006; COLDSTREAM, 1998; 2000). Os estudiosos da Fenícia costumam discutir com mais frequência cidades-estados gregas individuais (p. ex. MARKOE, 2000; AUBET, 2001; e várias obras de Niemeyer), muitas vezes quanto à evidência da cerâmica. As exportações cerâmicas de cidades-estados gregas individuais são bastante distintas, e a longa história da pesquisa permite a identificação, facilitando a discussão específica.

Da mesma forma que Atenas, Corinto e Siracusa, contudo, cidades fenícias como Tiro, Sídon, Búblis, Beirute, Ugarit e Arruade tinham práticas diversas dentro de um enquadramento mais amplo de atributos compartilhados. Elas eram cidades-estados independentes, que, como suas contemporâneas gregas, frequentemente

eram rivais, exceto quando aliadas contra um adversário comum, como os neoassírios.⁷ Seus estilos artísticos eram diversos (WINTER, 1976; 1981), e seus mecanismos de conduzir seus meios de subsistência comerciais não eram uniformes.

Estudiosos distinguem entre rotas especificamente sidônias ou tírias no Mediterrâneo, como é visível com a distribuição dos amuletos egípcianizantes (FLETCHER, 2004, embora algumas alegações arqueológicas tenham sido desafiadas; BOARDMAN, 2005, p. 288-290). Motivos artísticos especificamente sidônios encontrados ao longo do Mediterrâneo durante o século VII a.C., como o escaravelho de quatro asas e a donzela nua (GUBEL, 2006), refletem papéis mais nuançados de cidades-estados fenícias específicas, vistas como agentes de disseminação de elementos culturais na Idade do Ferro Mediterrânea.

Não estou, entretanto, propondo o abandono de descrições coletivas em virtude da evidência de nossas habilidades de distinguir comunidades gregas e fenícias individuais. Primeiro, não é sempre possível identificar comunidades individuais de proveniência. Segundo, uma descrição coletiva ainda é um instrumento valioso de expressão, especialmente na escrita acadêmica. Esse é o caso, em particular, na discussão da formulação de modelos, em que enquadramentos interpretativos são delineados.

Padronizar com base nos dados é o fundamento básico para a análise e a interpretação, que são articuladas dentro de um enquadramento interpretativo. Assim, o jogo de puxa e empurra entre generalizações e diversidade no modo como a pesquisa discute gregos e fenícios reflete o paradoxo do processo de globalização, como apontado acima, por meio do qual o resultado de uma maior intensidade de contato e comunicação no nível global pode ser uma tentativa intensificada de delinear as fronteiras mais fortemente entre os diferentes grupos envolvidos uns com os outros numa arena global. Na medida em que isso é normalmente aplicado na análise da cultura por elas mesmas, também pode ser aplicado no nosso estudo dessas culturas.

A tensão entre generalizações e diversidade que agora existe nesse discurso reflete a recente desconstrução das metanarrativas dos movimentos de colonização gregos e fenícios, eles próprios caracterizados por generalizações. De maneira tradicional, as próprias colônias foram vistas como uma extensão da cultura da terra de origem (BOARDMAN, 1964; GRAHAM, 1964; MOSCATI, 1966, 1968). Para o mundo grego, a evidência para isso é tirada primariamente de duas esferas: a religião e a política. Dedicções em santuários pan-helênicos por colônias e cultos comuns entre colônia e metrópole foram vistos como reflexos de fortes laços religiosos com a terra de origem. Isso foi sustentado pela ampla evidência de interações políticas estendidas entre colônias e metrópoles, sobretudo com relação às contribuições para os fundos de guerra e o apoio militar pelas metrópoles às suas colônias, mesmo centenas de anos depois da fundação.

Esse é o caso, em especial, de Siracusa e Corinto durante os séculos V e IV a.C., quando Corinto mandou tropas para auxiliar nas questões internas de Siracusa,

⁷ O primeiro registro de tal aliança data da batalha de Qarqar em 853 a.C., na qual várias cidades-estados fenícias se uniram contra o Exército assírio de Shalmaneses III (858-824 a.C.), enfrentando-se no território de Hamath. O relato das relações entre cidades fenícias registrado nas Cartas de Amarna da Idade do Bronze, entretanto, implica conflito e competição de longa duração entre as cidades fenícias individuais nas suas interações políticas e comerciais.

o que resultou na aceitação de Siracusa a empregar um general coríntio para qualquer envolvimento militar futuro contra um inimigo estrangeiro (GRAHAM, 1964, p. 142-149, com referências antigas). Taras e Esparta durante o século IV a.C. representam outro exemplo (Diodoro 16.62.4). Em conjunto, isso promoveu nos estudiosos uma sensação de hegemonia da metrópole sobre a colônia, resultando em interpretações das fontes antigas como reflexos de uma “[crença geral] de que a nova comunidade era em muitos sentidos uma extensão da antiga” (GRAHAM, 1964, p. 215).

Hoje, todavia, as colônias gregas são cada vez mais vistas como entidades culturais independentes, envolvidas no mundo grego mediante práticas compartilhadas gerais, mas que, não obstante, articulam as próprias identidades por meio da diversidade local (ANTONACCIO, 2001; 2009; HALL, 2002; DE POLIGNAC, 1995). Embora elas sempre tenham sido vistas como independentes politicamente, os estudos recentes enfatizam mais sua coerência regional ao lado das distinções individuais do que sua participação coletiva numa metacultura.

Assim, agora percebemos que elas se envolviam umas com as outras numa arena explicitamente colonial, articulada pela competição evidenciada na cultura material, como formas cerâmicas, costumes funerários e práticas religiosas locais (SHEPHERD, 1995, 2000; ANTONACCIO, 2001, 2003, 2004, 2005). Ao mesmo tempo, sua participação em contextos pan-helênicos e envolvimento militares com suas metrópoles continentais representam sua persistência na arena do mundo grego.

O exemplo fenício clássico dessa mudança de paradigma é as interpretações do papel do *tophet*, definido como um precinto ritual a céu aberto em que o sacrifício humano ocorria como parte das práticas religiosas fenícias – os ossos eram colocados em urnas no precinto. A maioria dos *tophets* vem de fora da Fenícia. Eles foram encontrados principalmente nas colônias ocidentais, embora exemplos do Oriente Próximo também tenham sido identificados (AUBET, 2001, p. 63). Tradicionalmente, acreditou-se que tais rituais refletissem práticas metropolitanas, a despeito de nenhum *tophet* ter sido descoberto nas comunidades no território fenício. Moscati (1968, p. 77), por exemplo, observa: “Não existe evidência desses espaços sagrados verdadeiramente na Fenícia, mas não há dúvida de que eles existiram, se adicionarmos à evidência bíblica as provas abundantes fornecidas pelas escavações nas colônias ocidentais”.

Hoje, abordagens mais nuançadas reconhecem certos padrões em relação ao *tophet* que podem ter sido mais significativos em circunstâncias regionais (AUBET, 2001, p. 250-256). Por exemplo, a presença de um *tophet* pode sempre ser associada a outras características de urbanização, a um ponto que pode ser visto como a primeira expressão do caráter urbano do assentamento, no qual serviam para comunidades tanto cívicas quanto territoriais, e estavam enraizados em conceitos de cidadania.

Além disso, em vários casos no Mediterrâneo Central, eles podem ter servido como áreas funerárias para crianças abaixo de dois anos de idade e como zona sagrada da comunidade. De fato, Aubet resume a reflexão recente ao observar que, “embora os antecedentes do sacrifício *molk* sejam encontrados no oriente, sua forma definitiva e sua consolidação como prática coletiva são invenções cartaginesas. A implantação do *tophet* na Sicília e na Sardenha ligava essas colônias do Mediterrâneo central aos interesses políticos de Cartago” (AUBET, 2001, p. 255).

Em resumo, estudiosos devem ficar atentos ao modo como eles representam um “outro”, sobretudo em discussões que comparam e contrastam práticas observadas. Em particular, para culturas difundidas como as dos gregos e as dos fenícios, a pesquisa atual deve estar atenta aos múltiplos estágios de “globalidades”

analisados, pois interações em diferentes níveis são concomitantes. Podemos falar de uma cultura grega global ou uma cultura fenícia global, mas existem variações dentro dessas noções, bem como um nível mediterrânico global de interação no qual cada uma participava (junto de outras). A terminologia, portanto, é importante. De outro modo, permaneceremos suscetíveis a usar generalizações ou rótulos como tropos literários para sustentar nossos próprios argumentos, ainda que inadvertidamente, do mesmo modo que criticamos nossas fontes antigas por fazê-lo.

PROCESSOS COMPARTILHADOS DE COLONIZAÇÃO

Enquanto estudiosos podem generalizar acerca do “outro”, existe uma base mais comum entre gregos e fenícios com relação às suas interações uns com os outros e com outras populações no Mediterrâneo do que costuma ser aceito. Um exame de seus processos de colonização, especificamente, revela um surpreendente número de similaridades e práticas compartilhadas, a despeito dos esforços dos respectivos estudiosos para enfatizar a diferença e a distinção. Tal similaridade foi possível graças à interação na arena global do Mediterrâneo da Idade do Ferro.

Começamos pelos fenícios. Defende-se que o fornecimento fenício de metais para os neoassírios em troca de independência política em relação a esse poderoso império foi o principal motor das aventuras fenícias no Mediterrâneo durante a Idade do Ferro Inicial (FRANKENSTEIN, 1979; NIEMEYER, 1990). A hipótese da exploração de novos mercados em busca de recursos serve para explicar a presença de mercadores de elite e seus artesãos, instigando trocas sociais e comerciais com várias comunidades ao longo do Mediterrâneo durante os séculos X e IX a.C. (BONDÍ, 1988; GUBEL, 2006).

A consolidação de locais usados como parada estratégica na forma de comunidades ocupadas permanentemente pode ter sido uma solução prática derivada da natureza comercial de sua atividade. Procurar recursos e, subsequentemente, colonizar para facilitar a aquisição desses recursos é diferente de apenas procurar terras adequadas nas quais se fixar, e essa diferença tem disso aduzida como razão para considerar a atividade mediterrânica dos fenícios como fases de “expansão”, mais do que como períodos de atividade “pré-colonial” ou “colonial”, terminologia que implica uma relação premeditada entre as duas fases para a subsequente ocupação territorial (p. ex. nas obras de Niemeyer; ver também AUBET, 2001; GUBEL, 2006).

O estabelecimento de uma base permanente no fim do século IX a.C. em Cartago (BOTTO, 2005; NIJBOER, 2006a; NIEMEYER *et al.*, 2007) sem dúvida capitalizou o conhecimento fenício dos recursos do Mediterrâneo central e ocidental. Datas contemporâneas para material fenício em contextos sardenhos (Sant’Imbenia) sugerem que os fenícios eram conhecedores do mar Tirreno havia algum tempo. Não obstante, Cartago foi cuidadosamente selecionada, tendo-se em mente interesses permanentes e sustentabilidade – sua localização lhe permitia o controle das rotas marítimas entre a Itália e o Ocidente, enquanto a própria cidade foi desenhada com uma muralha que abrigava terra arável suficiente para sustentar uma grande população em tempos de cerco (TURFA, 2001; ver também LANCEL, 1995).

Assentamentos fenícios ultramarinos são muitas vezes caracterizados como portos de comércio para contrastá-los com a explícita busca por terra e território associada aos assentamentos ultramarinos gregos, e à luz do fato de que o fenômeno



da fundação de comunidades ultramarinas fenícias coincide com o comércio expandido entre a Fenícia e as áreas de assentamento (NIEMEYER, 2002, p. 99). Sugeriu-se que elas foram “projetadas e estabelecidas somente para consolidar e assegurar essas primeiras relações comerciais, as quais foram ameaçadas pelo novo e agressivo movimento de colonização dos gregos” (NIEMEYER, 1990, p. 485, 488; ver também NIEMEYER, 1993, p. 341; BOARDMAN, 2001; 2006).

Niemeyer argumenta que tais fundações não eram colônias num sentido estrito,⁸ em suma, porque o território da comunidade não era política ou administrativamente um território dependente. Pelo contrário, ele cita vários critérios decisivos para a escolha de um assentamento ultramarino fenício: uma área de assentamento não muito grande, com fronteiras naturais; uma localidade fácil de defender, como uma ilha ou um cordão litoral; bons portos; proximidade de facilidades para navegação; fácil acesso a territórios adjacentes ou mais distantes. São esses traços que refletem que os fenícios tinham “objetivos dramaticamente diferentes do movimento de colonização grega, os quais buscavam o ganho de terra arável” (NIEMEYER, 2002, p. 100, Cartago sendo uma notável exceção).

Esses traços são visíveis na evidência proveniente do extremo ocidente mediterrâneo. Uma característica comum dos assentamentos fenícios nessa região era que o assentamento estivesse numa ilha próxima da costa ou, mais comumente, posicionada no delta de um rio, por motivos mercantis e de comunicação, bem como para acesso a terras férteis e a possibilidade de cultivos irrigados, enquanto cemitérios eram situados fora das muralhas e/ou separados da colônia por um curso d’água. Esse é o caso de Gadir (moderna Cádiz), Toscanos, Morro, Lagos e Almuñécar (ver referências em AUBET, 2001, p. 314, 256-346). Mais longe ainda, a cidade de Ibiza, Motia, Tharros e Nora foram estabelecidas de modo similar (AUBET, 2001).

Tais características são também replicadas em muitos assentamentos gregos costeiros e refletem simples bom senso. Assentamentos gregos eram muitas vezes de tamanho modesto e limitados por água ou ambiente elevado, como em Pitecussas, Siris e Siracusa. Como tal, eram facilmente defensáveis. Além disso, estavam em locais navegáveis próximo a montanhas ou picos como o Etna, na Sicília (Naxos, Leontini, Siracusa, Mégara Hibleia), ou o Gebel Akhdar, na Cirenaica (Cirene, Barca, Hespérides), enquanto outros, como Massalia e Taras, localizavam-se onde grandes rios encontravam o mar.

Em todos esses exemplos, o acesso à terra arável – imediatamente ou por meio de relações com assentamentos estrategicamente localizados e, talvez, dependentes (p. ex. Pitecussas e Punta Chiarito: DE CARO, 1994; GIALANELLA, 1994) – é um traço recorrente. Cemitérios eram, de modo similar, localizados fora do ambiente urbano, seja separados por um curso d’água, como no caso de Siracusa, seja localizados além das muralhas (p. ex. Mégara Hibleia, Acragas, Metaponto, Cirene: BOARDMAN, 1999; TSETSKHLADZE, 2006a).

Pode-se argumentar, portanto, que uma tipologia geral desses primeiros assentamentos, fundados por gregos ou fenícios, é bastante similar. Diferenças são assim atribuíveis de modo mais apropriado a condições locais específicas do que a

⁸ Ele não defina um sentido estrito, mas faz uma comparação com critérios para uma pólis. Tal comparação é injusta, porém, porque os ideais físicos e políticos do conceito de pólis não haviam sido completamente desenvolvidos nesse período (NIEMEYER, 2006, p. 155; 1990, p. 484).

razões ideológicas mais amplas. O fato de existirem poucas áreas onde gregos e fenícios coexistiram territorialmente revela conhecimento do “outro”, portanto sugere que as similaridades eram, de fato, práticas compartilhadas oriundas da interação global estendida.

Como apontado acima, a presença de um território tem sido uma das principais distinções entre os modelos descritivos da colonização grega e fenícia. Muitos têm observado que uma das características definidoras de uma colônia grega está no fato de ela ter a própria terra para cultivo e de a autonomia da estrutura colonial depender de tal controle e organização territorial (AUBET, 2001, p. 348; HODOS, 2006, p. 21-22). Defende-se muitas vezes, em contraste, que raramente um assentamento ultramarino fenício teve algum tipo de controle político ou administrativo sobre seu território como uma entidade dependente. Em invés disso, sugeriu-se que economicamente o assentamento teria sido dependente do ingresso constante de recém-chegados (NIEMEYER, 2002, p. 96; 2006, p. 155).⁹ Um exame mais detido, todavia, revela que ambas as alegações podem ser desconstruídas.

Para os gregos antigos, sua escolha terminológica para descrever um assentamento reflete uma circunstância mais complexa, ditada mais pelo contexto de discussão do que pela mera definição (resumo da discussão recente com referências em TSETSKHLADZE, 2006b, p. xxxviii-xlii; HODOS, 2006, p. 19-20; HANSEN; NIELSEN, 2004). Os dois termos mais comuns usados pelos autores antigos para descrever assentamentos ultramarinos gregos são *apoikia* e *emporion*. O primeiro é definido como uma “casa distante da casa” e tem características sociopolíticas relacionadas à pólis, especialmente leis (HARRIS; RUBENSTEIN, 2004a), bem como características físicas, em particular uma *khora*, ou território, para fornecer a necessária base agrária para a autossuficiência do assentamento (MALKIN, 1997, p. 27; ver também MORRIS, 1991; MALKIN, 1994; WILSON, 1997).

Em contraste, um *emporion* é explicitamente comercial. Tendo em vista que o comércio grego era muito focado no mar, as características físicas de um *emporion* incluíam um porto, um cais, armazéns e edifícios administrativos associados (caracterizados pela descrição de Heródoto de Naucrátis, 2.178-9; HANSEN, 2006). Os estudos modernos presumem que um *emporion* não teria necessidade de uma *khora*, sobretudo porque nenhuma referência a uso de território foi feita por autores antigos quando discutiam *emporion*. É conhecido somente um exemplo de um assentamento nomeado como *emporion* que tinha um território – Pistiros –, e somente a partir de uma inscrição que data da metade do século IV a.C. (HANSEN, 2006, p. 32-34).¹⁰

No entanto, assentamentos podem ser tanto *emporion* quanto *apoikia*, e os contextos de tal terminologia são elucidativos da fluidez da descrição e da inadequação da pesquisa moderna ao pressupor significados fixos. Por exemplo, Heródoto cita Olbia no mar Negro como o *emporion* de Borístenes (4.17.1), conquanto seus cidadãos

⁹ A dependência em relação a recém-chegados não faz sentido na prática, pois os recém-chegados com suprimentos que decidiam ficar dependeriam ainda de mais recém-chegados que trariam suprimentos adicionais. Essas linhas de provisão não poderiam ser mantidas dessa maneira ao longo do ano, haja vista que a navegação no Mediterrâneo era uma atividade sazonal. Além disso, recursos adicionais disponíveis localmente devem ter sido essenciais para a sustentabilidades do assentamento.

¹⁰ A inscrição é SIG 43.486.10-12. Nossa terminologia deriva em especial do período clássico, e pode ser questionado quão apropriado pode ser aplicar esses termos para os assentamentos do período arcaico (HANSEN, 2006, p. 2-3).

sejam chamados de *olbiopolites* (4.18.1; HIND, 1995/1996, p. 116-117; 1997). Heródoto não está descrevendo Olbia e seus residentes como um tipo específico de cidade assentada. Antes, sua escolha de terminologia em cada passagem serve para enfatizar características específicas relevantes ao seu contexto.

No primeiro caso, o contexto de referência a Olbia é sua localização costeira, então faz sentido que Heródoto enfatize sua função como porto, por isso é apropriada sua escolha por um termo associado a portos dedicados ao comércio. No segundo caso, ele discute os próprios colonizadores, no contexto de sua digressão geográfica sobre onde as várias tribos citas viviam em relação aos assentamentos gregos ao longo do rio Bug. Aqui, o que importa para Heródoto é o fato de os gregos aderirem aos ideais da pólis, pois obediência ao império da lei é um dos traços que distinguem os gregos civilizados dos seus vizinhos bárbaros (para exemplos ver HARRIS; RUBENSTEIN, 2004b, p. 1). Portanto, o contexto literário determina a escolha da terminologia, mais do que uma definição fixa do próprio assentamento.

A relação dos dois termos pode ser vista na prática em Mégara Hibleia (DE ANGELIS, 2002). Cinco silos foram identificados dentro do ambiente urbano: três em associação com casas do fim do século VIII a.C. e dois no contexto da ágora do século VII a.C. Os silos eram tão grandes que serviam para estocar o dobro do cereal necessário anualmente para uma família durante seu ciclo de vida. O fato de três serem associados a contextos domésticos sugere que aquelas moradias exerciam um papel na comunidade envolvendo redistribuição de grãos, talvez indicativo de liderança comunitária. Os silos na ágora, com mais certeza, tinham natureza cívica.

De Angelis vê essa estocagem agrícola primitiva como um complemento para as atividades comerciais contemporâneas, pois considera que isso reflete um nascente comércio de grãos. Assim, a agricultura forma a base para o comércio em Mégara Hibleia, mais do que apenas servir para as necessidades da comunidade.

Quanto aos fenícios, suas colônias em geral são caracterizadas nos termos de uma diáspora comercial, a qual foi definida como redes de troca inter-regionais compostas por grupos especializados dispersos no espaço, mas culturalmente distintos, socialmente independentes e organizacionalmente coesos em relação às comunidades nas quais se assentaram (STEIN, 2002; COHEN, 1971; AUBET, 2001, p. 350-351, baseado no trabalho de CURTIN, 1984; VIVES-FERRÁNDIZ, 2008). Uma característica é que eles mantêm laços econômicos e sociais próximos com as comunidades relacionadas, as quais definem a si mesmas nos termos da mesma identidade cultural geral.

Com relação aos fenícios, isso é aparente nos laços políticos e materiais que suas comunidades mediterrânicas tinham com Cartago, em particular. Uma *koiné* cerâmica é observável entre Cartago, Sicília, Sardenha e Ísquia (ver referências em HODOS, 2006, p. 132-3; ver também CULICAN, 1982b; ANDERSON, 1990), e uma *koiné* secundária, na Espanha (AUBET, 2001, p. 329-333). O dialeto púnico e sua representação escrita por volta do século VI a.C. reflete outra *koiné* regional (MARKOE, 2000, p. 114). Mesmo na esfera da religião, a imolação de crianças num *tophet* é uma característica mais encontrada em colônias fenícias do extremo ocidente do que na própria Fenícia.

Existe, no entanto, uma crescente quantidade de evidências de que muitos assentamentos fenícios também exploraram a terra em função tanto de razões agrárias que se interconectam com o comércio quanto do controle do território. Por exemplo, na Espanha, demonstrou-se que os assentamentos fenícios na região da moderna

Málaga se engajavam mais com a produção agrária para sua própria autossuficiência, assim como por ganhos comerciais agrícolas, já que a região não se conectava facilmente às áreas da Espanha mais ricas em metais.

Uma alta porcentagem de ossos bovinos oriundos de toscanos indica que o gado era criado para consumo humano e para o uso como animais de tração, o que indiretamente fornece evidência para práticas agrícolas ao longo do rio Vélez, enquanto o registro faunístico no Cerro de Villar demonstra que a criação extensiva de animais era praticada por meio do pastoreio de animais grandes, como porcos e gado. Moendas, grandes quantidades de trigo e cevada, além de plantio extensivo, sugerem um cultivo de cereais num raio regional de 18 quilômetros. Há também evidência de que vinho era produzido e comercializado (AUBET, 2001, p. 315-24; WAGNER; ALVAR, 1989; ver também SAGONA, 2004). O estabelecimento de comunidades agrícolas dentro do território, visível em especial por volta do século VI a.C., consolidou o controle territorial de assentamentos maiores (AUBET; DELGADO, 2003).

Na Sardenha na metade do século VIII a.C., os fenícios primeiro fundaram os assentamentos costeiros de Nora e Tharros ao longo das costas sul e oeste, respectivamente, e Sulcis, na ilha de Sant'Antioco, na costa sudoeste. No fim do século VII a.C., novos sítios foram estabelecidos para facilitar contatos com o interior. Suas localizações refletem uma consciência estratégica das rotas entre a costa e o interior, as quais eram ricas em recursos minerais e, portanto, vias para o controle territorial, incluindo fortificações em topos de colina.

Alguns eram localizados para assegurar acesso fácil e direto às planícies férteis do interior. A distribuição geográfica desses locais e a subsequente disseminação de cerâmica fenícia pelo interior refletem o crescente envolvimento fenício na política interna da Sardenha (VAN DOMMELEN, 1998, 2006a, 2006b; TRONCHETTI; VAN DOMMELEN, 2005). O conceito de diáspora comercial não precisa ser um modelo exclusivo que caracterize os fenícios. A subsistência permanece importante, pois fornece meios de manter os assentamentos que se envolviam no comércio e formavam parte da rede comercial.

Em suma, assentamentos gregos e fenícios se envolviam com agricultura, diretamente por meio de assentamentos secundários ou indiretamente pela interação com as comunidades existentes. A questão do controle territorial não é distinta e separada, portanto, mas inter-relacionada. Assim, essas comunidades ultramarinas não eram tão diferentes nas suas razões para – e métodos de – exploração do ambiente.

É significativo que a atividade agrícola fenícia seja mais evidente em áreas geográficas onde não havia colônias gregas competindo diretamente. Os gregos não se assentaram na Sardenha e foram capazes de estabelecer interesses no extremo ocidente somente no século VI a.C., época em que os próprios assentamentos fenícios estavam perdendo a força comercial como resultado da queda de Tiro, do colapso do comércio de prata entre o Tartesso e o oriente e da ascensão política de Cartago, a qual começou a mudar a dinâmica da interação diaspórica.

Em contraste, em lugares como a Sicília, onde gregos e fenícios eram territorialmente corresidentes, são os gregos que parecem ter se expandido mais rápido e mais longe, mas sem expulsar os fenícios, embora o controle territorial fenício nessas regiões seja muitas vezes ignorado pelos estudiosos ou eclipsado pelas ações dos gregos. Na Sicília, por exemplo, Palermo e Solunto foram estabelecidas durante o século VI a.C., circunscrevendo, desse modo, a região noroeste da ilha ao controle territorial fenício, próximo do que Siracusa fez no tocante à região sudeste

da ilha durante o século VII a.C. por meio da fundação de Helorus, Acras, Casmenas e Camarina.

Sabemos pouco acerca das relações políticas entre Palermo, Solunto e Motia, mas é bastante provável que Motia tenha fundado e controlado, ou ao menos influenciado, as outras duas, ainda que todas as três fossem submetidas a Cartago – como subentendido em Tucídides (6.2.6) e Diodoro (20.58.2; 51.1) (AUBET, 2001, p. 231-234). Conquanto, sem dúvidas, as três servissem como estações comerciais, suas localizações também garantiam boa terra para agricultura, e o desenvolvimento de indústrias locais desde os inícios da fundação de cada uma sugere que tinham razões funcionais para além do simples comércio.

Em Motia, por exemplo, metalurgia do ferro e produção de corante púrpura são atestadas desde o século VII a.C. (AUBET, 2001, p. 233; HODOS, 2006, p. 91). A cerâmica produzida em Solunto teve uma distribuição que se estendeu de Motia e Palermo até Sabucina, Colle Madore, Himera e Lipari, sugerindo que conteúdos produzidos no local – mais provavelmente vinho, azeite e, talvez, garo – eram populares em toda a Sicília e em suas ilhas (HODOS, 2006, p. 132). Se a expansão sistemática para controlar território é vista como avidez por terra, da qual os gregos são muitas vezes acusados por motivos comerciais ou agrícolas, os fenícios devem ser também condenados. O estabelecimento de várias indústrias em Motia e nas cidades fenícias do interior da Sicília sugere que um estudo mais detido do território pode fornecer uma melhor compreensão de tais atividades.¹¹

As evidências demonstram que as práticas fundamentais de colonizadores e comunidades ultramarinas gregas e fenícias, em termos de localização e função, tal qual refletidas nos padrões de cultura material, podem não ter sido tão diferentes quanto os estudiosos, divididos pelas disciplinas, defenderam. Práticas compartilhadas durante esse período não devem surpreender, dado que a longa história de discurso em comum entre gregos e fenícios pode ser traçada até pelo menos o século X a.C. (recentemente, HODOS, 2006; COLDSTREAM, 1998; 2006).

Durante esse período mais recuado, o Chipre deve ter servido como um nó (*lynch pin*), com seus residentes gregos, fenícios e cipriotas, e existe evidência substancial de interação e trocas entre elites do Chipre e do Mediterrâneo central e oriental nessa época (CRIELAARD, 1998; SHERRATT, 2003; KNAPP, 2008, p. 281-297). Esses contatos foram a base para a formação de uma linguagem compartilhada de troca ritualizada de presentes que exigia conhecimento dos códigos culturais uns dos outros (CRIELAARD, 1998; COLDSTREAM, 2000; LUKE, 2003; HODOS, 2006).

Isso é correlato ao período de empreendedores mercantis fenícios e atividade pré-colonial mediterrânica grega. Tomando uma perspectiva mais global, porém, podemos reconhecer isso como uma época de intercâmbio pan-mediterrânico entre elites. Os objetos importados desse período em contextos gregos, fenícios e próximo-orientais eram sempre depositados em contextos de alto padrão, em especial sepultamentos de elite na Grécia e os conjuntos palaciais no Oriente Próximo (p. ex., NIEMEYER, 2003; 2004).

¹¹ O estudo de Albanese Procelli sobre a distribuição dos frascos e outros tipos cerâmicos fenícios em contextos sicilianos não fenícios durante os séculos VIII e VII a.C. (PROCELLI, 2006), interpretados agora como evidência de atividades comerciais, pode, no devido tempo, ser reconsiderado à luz do estudo adicional do território nos assentamentos fenícios na Sicília.

Por volta do século VIII a.C., quando fenícios e gregos estabeleceram bases permanentes ao longo do Mediterrâneo, tal intercâmbio dá lugar a formas mais regulares, maiores e menos exclusivas de troca, que vemos como comércio mais do que como trocas de presentes entre elites. Os valores compartilhados que faziam tais intercâmbios desejáveis, equitativos e significativos tanto para elites quanto para não elites devem nos incentivar a considerar mais detidamente os meios pelos quais a colaboração pode ter ocorrido para promover tais cálculos, seja via classe escribal no intercâmbio de saberes da escrita, seja via classe marítima que estava atravessando o Mediterrâneo.¹²

A história de Odisseu procurando passagem segura num navio fenício para fugir da captura (*Odisseia* 14.285-313) implica que a colaboração de gregos e fenícios em navios de carga não era uma ocorrência incomum (BOARDMAN, 2001). Colaboração, mais do que conflito aberto, parece ter sido um tema comum durante o período. Conflito era mais frequente contra outras populações, como entre gregos e sículos ou etruscos, ao menos segundo a evidência literária, mais do que diretamente entre gregos e fenícios. Tais agressões entre gregos e fenícios são mais características dos séculos V e IV a.C. e depois, quando suas respectivas condições e ambições sociopolíticas eram muito diferentes.

A compreensão cultural mútua destacada acima deu origem a uma tradição similar de mitos de fundação para colônias fenícias e gregas nas obras dos posteriores autores do período clássico. Não podemos tomar tais fontes pelo seu valor nominal, haja vista que elas foram escritas centenas de anos depois dos eventos descritos, para uma audiência com práticas sociais e preocupações políticas diferentes, bem como por autores com suas próprias agendas literárias. Portanto, há sempre a exigência de um elemento de interpretação quando tais fontes são usadas para compreender eventos e práticas do passado.

As características compartilhadas atribuídas por autores posteriores às histórias de fundação fenícias, não obstante, implicam que eles viam esses assentamentos como sendo de tipo similar ou com posição histórica semelhante aos dos gregos. Por exemplo, a história da fundação de Cartago foi preservada para nós por Flávio Josefo (*Contra Apíão*, 1.125) e Justino (18.4-6), que explicam que a fundação foi um meio de resolver um conflito político em Tiro, em 814 a.C. – as fontes antigas registram uma população estratificada politicamente liderada por um rei. A morte do rei antes que seus herdeiros tivessem idade para assumir resultou num conflito entre a irmã mais velha *Elishat* (Elissa; Dido) e seu irmão mais novo *Pumayyaton* (Pumai; Pigmalião)

¹² Nem tudo pode ser atribuído à colaboração, já que um sentimento de competição deve ter existido entre gregos e fenícios, seja pelo sucesso comercial, seja pela aquisição territorial. Os padrões de assentamento implicam o conhecimento do “outro” e um desejo explícito de evitar conflito direto por meio da competição por território. Evidência de competição, portanto, pode ser mais facilmente observada em arenas comerciais. Foi sugerido que bens de diversas culturas num sítio particular podem ser um reflexo da competição em mercados particulares, mais do que empreendimentos de cooperação (WINTER, 1995, p. 254-255). A própria competição demonstra a rede global de conhecimento compartilhado e discurso comum, refletindo não somente a consciência das demandas do usuário (ou o desejo: FOXHALL, 1998), mas também consciência da competição, de modo a competir com sucesso. Uma discussão completa está além do escopo deste artigo.

acerca de quem governaria. A irmã seria aquela que partiria junto de seus apoiadores aristocráticos para fundar a colônia de Cartago.¹³

Tal datação da fundação no século IX a.C. foi muito recentemente corroborada por exames de radiocarbono em cinco conjuntos ósseos encontrados nos estratos mais antigos de ocupação na área do *decumanus maximus*, contextos que parecem não pertencer a um assentamento pré-fenício no sítio anterior ao assentamento fundado por fenícios (DOCTER *et al.*, 2005; NIEMEYER *et al.*, 2007).

Mais importante, a similaridade de tropos entre mitos de fundação fenícios e gregos revela um reconhecimento e uma apreciação de traços e experiências compartilhados entre gregos e fenícios que permitiam a escritores antigos discutir essas histórias com confiança de que as implicações por trás delas seriam compreendidas por um público contemporâneo. O conflito político-civil é um tema recorrente nas histórias de fundação de muitas colônias gregas, como Siracusa e Cirene (Siracusa: Plutarco, 772c-773b; Cirene: Heródoto, 4.150-58).

De fato, o papel do conflito e o resultado de uma fuga aristocrática como visto na lenda de Cartago é bastante próximo, inclusive, da lenda da fundação de Siracusa como narrada por Plutarco, na qual Arquias, um membro da elite dos Heráclidas, foi rejeitado em seu esforço para ganhar o amor do jovem Acteão. Os seguidores de Arquias tentaram abduzir o jovem, que acabou morrendo na luta entre seus raptos e salvadores. O pai do jovem cometeu suicídio diante de sua morte, mas não sem antes invocar a maldição sobre a cidade, que resultou em seca e fome.

Uma delegação coríntia, incluindo Arquias, consultou o oráculo de Delfos. Como vingança pela morte de Acteão, Arquias se exilou voluntariamente de Corinto para a Sicília, onde fundou Siracusa. Essa trágica história de amor pode ser vista como uma alegoria para o conflito político entre os membros da classe governante aristocrática.¹⁴ Como tal, esse tropo particular cria um paralelo entre Cartago e Siracusa que refletia um equilíbrio respeitado em termos de força e influência políticas. Isso se deu apesar de Cartago ser (e por isso) uma cidade com a qual os gregos estiveram diretamente envolvidos num conflito na Sicília no fim do século V a.C. Na época em que essa lenda foi registrada pela primeira vez, dois séculos depois,¹⁵ autores clássicos reconheceram Cartago como um oponente digno e admitiram sua expansão “imperialista” como semelhante às ações de Atenas no século V a.C. (BARTOLONI, 2003, p. 200).

A prática compartilhada de fundações coloniais aristocráticas, como evidenciada pelas lendas de Cartago e Siracusa, não era a única base comum para as fundações ultramarinas, e o mito de fundação de Cartago não é o único exemplo fenício que chegou até nós. Estrabão (3.5, 5) compilou lendas de colônias fenícias na Espanha, como Gadir, sobre a qual é dito que os tírios partiram para a fundação sob ordens de um oráculo que deu direções precisas. Mitos de fundação a partir de oráculos são comuns entre as colônias gregas, como Siracusa, Crotona, Taras, Alalia, Cirene,

¹³ A lenda é aceita pelos estudiosos da cultura fenícia (AUBET, 2001, p. 214-218; NIEMEYER, 2006, p. 161).

¹⁴ Facções dentro da elite de Corinto são evidentes no fato de Arquias ser especificamente um heráclida, e presume-se que ele seja um baquíada, família que governou Corinto nessa época (GRAHAM, 1964, p. 220, n. 2; ver também DOUGHERTY, 1993, p. 17, para um paralelo).

¹⁵ A lenda de fundação de Cartago é registrada primeiro por Timeu de Tauromênio, no início do século III a.C. A história é repetida por Menandro de Éfeso, na primeira metade do século II a.C., cuja notas foram coletadas por Flávio Josefo (ver LANCEL, 1995, p. 22-23).

Tarento e Régio (MALKIN, 1987, p. 17-91).¹⁶ Lendas alternativas da fundação de Gadir falam de uma grande tempestade ou acaso que levou à fundação do assentamento. Desastres naturais também exercem um papel nos mitos de fundação de cidades gregas, incluindo Cirene, Régio e Siracusa (Cirene: Heródoto, 4.151.1; Régio: Estrabão, 5.257; Siracusa: Plutarco, 772c-773b).

Essa interação ocorria além de gregos e fenícios, impactando as populações com as quais coexistiram. A arena global de tal discurso pode ser claramente exemplificada nas ações do siciliano Ducetius. Durante a metade do século V a.C., Ducetius se estabeleceu como líder de uma liga sícula após liderar uma vitoriosa aliança sículo-siracusana contra Catania, em 461 a.C., como vingança por haver tomado território sículo (Diodoro Sículo, 11.76.3).

Em 459 a.C., ele fundou Menai e redistribuiu o território circundante aos seus colonos de modo próximo àquele de colonos e tiranos gregos de períodos anteriores. No mesmo ano, destruiu a cidade de Morgantina por ser abertamente grega e a refundou politicamente. Em 451 a.C., atacou Inessa, ameaçando o território da região de Acraga. Numa manobra militar de proteção, foi forçado a fugir, e assim o fez, entrando em Siracusa, dirigindo-se ao mercado e se refugiando no altar dos deuses. Foi exilado em Corinto, a expensas de Siracusa, e permaneceu ali por três anos, para então escapar e retornar para a Sicília, perdoado e munido com um oráculo de Delfos que o instruíra a criar um novo assentamento, o qual fundou em Kale Akte.

As próprias ações de Ducetius também operam simultaneamente em múltiplos níveis de discurso. As descrições de seus feitos por Diodoro combinam com as de um fundador ou tirano, como apontado por Malkin, Demand, Antonaccio e outros. Ele obtém oráculos de fundação, refunda cidades e parcela terras. Suas ações são, na verdade, bastante gregas, ainda que em nome de uma hegemonia sícula. Ou, antes, suas ações foram descritas de um modo que teria sido compreendido pelo leitor de Diodoro. Se interpretar ações históricas com base em fontes tardias é sempre problemático, como dito acima, isso deve indicar alguma forma de ação história que o próprio Diodoro poderia reconhecer e relacionar com outras em sua própria época.

O que é mais significativo para a presente discussão é que Ducetius usa sua compreensão dos modos gregos para manipular a situação política na Sicília de sua época. Seu exílio em Corinto e o retorno munido de um oráculo, em particular, demonstram sua profunda compreensão da política mítica, da heroização e do controle político, que lhe permitiram agir de maneira compreensível para os gregos e interagir com eles usando conceitos que entenderiam. Em outras palavras, Ducetius, nessa esfera, fez parte de um sentido global de cultura mediterrânica durante o século V a.C. por meio de práticas compartilhadas.

Ao mesmo tempo, seu foco na hegemonia sícula fornece um contraponto ao discurso global por meio de sua articulação da identidade sícula em nível local. O equilíbrio entre as duas é refletido na assimilação por Ducetius das noções e dos estilos gregos, os quais transformou para resultar numa reafirmação da identidade sícula.

¹⁶ As inconsistências cronológicas em relação às práticas religiosas ou aos materiais arqueológicos estão além do escopo da presente discussão.

CONCLUSÕES

Existe um *corpus* substancial de características compartilhadas entre as colônias gregas e fenícias nos traços tipológicos dos assentamentos físicos, nas suas funções e mecanismos de controle territorial – sobretudo quando fora da competição direta uns com os outros – e nos tropos de mitos de fundação compartilhados. Sem dúvida, a disseminação do alfabeto fenício aos gregos, assim como o conhecimento recíproco derivado de relações duradouras entre elites desde pelo menos o século X a.C., reflete o conhecimento compartilhado e a compreensão do “outro”, que podem ser estendidas a ideologias compartilhadas, embora isso seja mais difícil de comprovar.

Com um claro discurso comum em tantos níveis materiais e históricos, as similaridades entre as características físicas e socioeconômicas das colônias gregas e fenícias não deveriam surpreender. A necessidade de terra por motivos agrários e por oportunidades de ganho comercial são traços compartilhados adicionais e os mecanismos para atingir esses objetivos. Assim, os conceitos abrangentes de processos de colonização gregos e fenícios tem diversas características compartilhadas que se relacionam a um pan-mediterranismo global da Idade do Ferro.¹⁷

Mesmo em nível material bastante básico, produtos gregos e fenícios foram encontrados nas colônias uns dos outros, sugerindo interesses materiais e talvez valores sociais comuns – e, conseqüentemente, conhecimento sociocultural do “outro” (DOCTER; NIEMEYER, 1994; NIEMEYER, 2003, 2004). Esses entendimentos mútuos e práticas compartilhadas contribuem para um sentimento de conectividade ativa e de escopo mediterrânico (global), ou seja, de mediterraneização. Mais do que práticas replicadas de modo idêntico, estes são traços compartilhados, e tal aspecto nuançado é significativo para a discussão da globalização, pois ele nos permite ao mesmo tempo reconhecer e discutir as variações locais observadas entre (e mesmo dentro desses) esses traços compartilhados.

Além disso, por sua própria natureza, esses componentes evoluem continuamente, portanto qualquer discussão de mutualidade deve ser contextualizada no tempo. No entanto, quando definiam o que era que produzia o “outro”, culturas do passado estavam, a um só tempo, definindo a si mesmas e desenvolvendo as próprias identidades. De modo material, elas se manifestam como as variações mais locais visíveis no registro arqueológico. Essas são as mais reais e concretas expressões da identidade sociocultural pelos indivíduos.

Em relação à Idade do Ferro, portanto, pode-se classificar o próprio Mediterrâneo como um tipo de território intermediário em escala global para tais interações, trocas e competições (para o mundo antigo, ver também: HODOS, 2009, com referências; ANTONACCIO, 2009; HALES; HODOS, 2009). Em tal contexto, o Mediterrâneo serve como um meio de interpretar as interações físicas, materiais e sociais de fenícios, gregos e outros, permitindo-nos conceitualizar suas interações, nas quais todos tinham agência e necessidade mútua.

O equilíbrio entre o local e o global resulta em dificuldades na elaboração de modelos, em especial na aplicação de um modelo único para dar conta da diversidade

¹⁷ Elementos desses traços globais são também encontrados em outras populações mediterrânicas da Idade do Ferro com as quais gregos e fenícios estavam em contato (ver HODOS, 2006, dedicado a este aspecto particular).

visível entre grupos que podem simultaneamente ser generalizados, como van Dommelen apontou acerca do mundo fenício (VAN DOMMELEN 2005) e como pode ser argumentado sobre os assentamentos gregos (p. ex. TSETSKHLADZE, 1999; LOMAS, 2004). O papel de “local” neste estudo foi exercido pelas culturas grega e fenícia, com o Mediterrâneo servindo como a arena “global” de interação.

Nesse enquadramento, podemos ver o paradoxo do modelo de globalização. Assim, enquanto características unificadoras são aparentes, as colônias fenícias não podem coletivamente ser categorizadas por meio de uma definição singular. Algumas foram estabelecidas para capitalizar a partir de oportunidades de comércio de recursos minerais, como Gadir e, em menor grau, assentamentos na Sardenha, enquanto outras serviram a outros propósitos, como controle de rotas marítimas – p. ex., Cartago – ou para produção agrícola, como os assentamentos costeiros de Málaga e talvez aqueles de Sicília e Sardenha.

O recente estudo de López Castro sobre os vasos de alabastro egípcios em contextos funerários e urbanos fenícios na Espanha destacou que esses colonizadores estavam engajados em avançar socialmente no uso de objetos de prestígio, sem relação com a função primária de seus assentamentos em função do comércio mediterrânico (LÓPEZ CASTRO, 2006). Em suma, tais assentamentos e seus equivalentes gregos respondiam e se envolviam com suas condições locais, sobretudo se houvesse competição com outras populações com interesses pan-mediterrânicos. Desse modo, as circunstâncias locais de cada região desafiam a generalização coletiva.

A despeito disso, modelos singulares podem ainda exercer um papel na discussão dos movimentos de colonização na Idade do Ferro. Para isso, o enquadramento da globalização é útil, tendo em vista que nossos meios de expressar os traços comuns compartilhados por uma cultura e entre culturas podem ser mais bem caracterizados como as essências de noções compartilhadas de identidade do que como as descrições explícitas de práticas replicadas de modo idêntico. Tal interpretação nos permite pensar os elementos comuns coletivamente vistos como cultura fenícia ou grega, possibilitando, ao mesmo tempo, variações dentro de cada uma. O foco, portanto, se concentra nas práticas explícitas vistas como expressões de identidades em vários contextos sociais, culturais e mesmo físicos (p. ex. HALES; HODOS, 2009).

Em tais casos, a dualidade entre o local e o global é evidente. A despeito de diferenças regionais, há indicadores compartilhados de uma identidade em comum que pode ser considerada em nível mais amplo. Para os fenícios, isso seria o uso do alfabeto fenício, malgrado as versões regionais de escrita, os formatos e os estilos cerâmicos de origem fenícia amplamente utilizados. Em cada caso, o mesmo pode ser dito a respeito do mundo grego. A língua grega tinha formas regionais de escrita e de fala, ainda assim era reconhecida como uma única. Igualmente, práticas religiosas tinham diferenças regionais e similaridades coletivas, ao passo que formas cerâmicas partilhavam, ao mesmo tempo, formato e motivos ainda que não fossem idênticos, e sempre com variações locais.

Assim, um modelo único pode ainda ser apropriado como um meio de identificação, mas as dificuldades começam a aparecer quando é usado para classificação, pois diferenças regionais e variações locais requerem subdivisões que diluem a impressão geral de similaridade. No caso da colonização grega e fenícia, é evidente que as metanarrativas tradicionais não podem mais ser substanciadas em suas formas dualistas. Ao incluir simultaneamente o equilíbrio entre a dualidade de noções locais e globais em várias escalas, os enquadramentos que emergem

aqui nos distanciam da tradicional busca circular pela primazia de um ou de outro. Como tais, habilitam-nos a discutir os níveis variáveis de interações globais coletiva e individualmente, servindo como um caminho a seguir para uma melhor compreensão do Mediterrâneo da Idade do Ferro.

REFERÊNCIAS

ALBANESE PROCELLI, R.M. *Sicani, Siculi, Elimi*. Milan: Longanesi and Co., 2003.

ALBANESE PROCELLI, R.M. Pilgrim flasks dalla Sicilia, *In*: HERRING, E.; LEMOS, I.; LO SCHIAVO, F.; VAGNETTI, L.; WHITEHOUSE, R.; WILKINS, J. (ed.). *Across Frontiers: Etruscans, Greeks, Phoenicians and Cypriots*. Studies in Honour of David Ridgway and Francesca Romana Serra Ridgway. London: Accordia, 2006. p. 111-125.

ANDERSON, W.P. The beginnings of Phoenician pottery; vessel shape, style, and ceramic technology in the early phase of the Phoenician Iron Age. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Baltimore, v. 279, p. 35-54, 1990.

DE ANGELIS, F. Ancient past, imperial present: the British Empire in J. Dunbabin's *The Western Greeks*. *Antiquity*, Gloucester, v. 72, p. 539-549, 1998.

DE ANGELIS, F. Trade and agriculture at Megara Hyblaia. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, v. 21, n. 3, p. 299-310, 2002.

ANTONACCIO, C.M. Colonization and acculturation, *In*: MALKIN, I. (ed.). *Ancient Perceptions of Greek Ethnicity*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2001. p. 113-157.

ANTONACCIO, C.M., Hybridity and the cultures within Greek culture, *In*: DOUGHERTY, C.; KURKE, L. (ed.). *The Cultures within Ancient Greek Culture: Contact, Conflict, Collaboration*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 57-74.

ANTONACCIO, C.M. Siculo-geometric and the Sikels: identity and material culture in eastern Sicily, *In*: LOMAS, K. (ed.). *Greek Identity in the Western Mediterranean*. Leiden: Brill, 2004. p. 55-81.

ANTONACCIO, C.M. Excavating colonization, *In*: HURST, H.; OWEN, S. (ed.). *Ancient Colonizations: Analogy, Similarity and Difference*. Bristol: Duckworth, 2005. p. 97-113.

ANTONACCIO, C.M. (Re)defining ethnicity: culture, material culture, and identity. *In*: HALES, S.; HODOS, T. (ed.). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 32-53.



AUBET, M.E. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies, and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

AUBET, M.E.; DELGADO, A. La colonia fenicia del Cerro del Villar y su territorio. *In: GÓMEZ BELLARD, C. (ed.). Ecohistoria del paisaje agrario: la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valencia: Univeristat de València, 2003. p. 57-74.

BALLARD, R.D.; STAGER, L. E.; MASTER, D. ; ET AL. Iron Age shipwrecks in deep water off Ashkelon, Israel. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 106, n. 2, p. 151-168, 2002.

BARTOLONI, P. The Phoenicians and Carthage in the central Mediterranean between the 8th and the 5th centuries BC. *In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). Ploes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc: Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002*. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 197-200.

BELOCH, K.J. *Griechische Geschichte*. Strassburg: Trübner, 1893-1904.

BIERLING, M.R. (ed.) *The Phoenicians in Spain*. Winona Lake (IN): Eisenbrauns, 2002.

BLAKEWAY, A. Prolegomena to the study of Greek commerce with Italy, Sicily and France in the eighth and seventh centuries BC. *Annual of the British School at Athens*, London, v. 33, p. 170-208, 1935.

BOARDMAN, J. *The Greeks Overseas*. Harmondsworth: Penguin, 1964.

BOARDMAN, J. *The Greeks Overseas*. 4th edition. London: Thames and Hudson, 1999.

BOARDMAN, J. Aspects of colonization. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Baltimore, v. 322, p. 33-42, 2001.

BOARDMAN, J. Al Mina: notes and queries. *Ancient West and East*, Leiden, v. 4, n. 2, p. 278-291, 2005.

BOARDMAN, J. Greeks in the East Mediterranean (south Anatolia, Syria, Egypt). *In: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006. p. 507-534.

BONDÍ, S.F. Problemi della precolonizzazione fenícia nel Mediterraneo centro-occidentale. *In: ACQUARO, E. Momenti precoloniali nel Mediterraneo antico*. Rome: Consiglio Nazionale della Recherche, 1988. p. 241-255.

BOTTO, M. Per una riconsiderazione della cronologia degli inizi della colonizzazione fenicia nel Mediterraneo centro-occidentale. *In: BARTOLONI, G.; DELPINO, F. (ed.)*.



Oriente e Occidente: metodi e discipline a confronto. Riflessioni sulla cronologia dell'età del ferro in Italia, Atti dell'Incontro di studi, Roma, 30-31 ottobre 2003. *Mediterranea*, 1 (2004). Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2005. p. 579-628.

BOTTO, M. Da Sulky a Huelva: considerazioni sui commerci fenici nel Mediterraneo antico. *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli (AION)*, Napoli, v. 11-12, n. 2004-2005, p. 9-27, 2007a.

BOTTO, M. I rapporti fra la Sardegna e le coste mediotireniche della Penisola Italiana: la prima metà del I millennio a.C. In: DELLA FINA, G. M. *Etruschi, Greci, Fenici e Cartaginesi nel Mediterraneo centrale*. Atti del XIV Convegno Internazionale di Studi sulla Storia e l'Archeologia dell'Etruria (Annali della Fondazione per il Museo Claudio Faina 14.) Florence: Edizioni Quasar, 2007b. p. 75-136.

BUNNENS, G. Histoire événementielle. Partim Orient. In : KRINGS, V. *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche, ed. V. Krings. (Handbuch der orientalistik I. Abt. Bd. 20.) Leiden: Brill, 1995. p. 222-236.

DE CARO, S. Appunti per la topografia della chora di Pithekoussai nella prima età coloniale, In: D'AGOSTINO, B. ; RIDGWAY, D. *Apoikia: Scritti in onore di G. Buchner*. (AION n.s. 1.) Naples: Istituto universitário orientale, 1994. p. 37-45.

COHEN, A. Cultural strategies in the organization of trading diasporas. In: MEILLASSOUX, C. (ed.). *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1971. p. 266-281.

COLDSTREAM, J.N. *Greek Geometric Pottery*. London: Methuen, 1968.

COLDSTREAM, J.N. The Phoenicians of Ialysos. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, London, v. 16, p. 1-8, 1969.

COLDSTREAM, J.N. The first exchanges between Euboeans and Phoenicians: who took the initiative? In: GITIN, S.; MAZAR, A.; STERN, E. (ed.). *Mediterranean Peoples in Transition*. In Honor of Professor Trude Dothan. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1998. p. 353-360.

COLDSTREAM, J.N. Exchanges between Phoenicians and early Greeks. *National Museum News*, Ottawa, v. 11, p. 15-32, 2000.

COLDSTREAM, J.N. Other peoples' pots: ceramic borrowing between early Greeks and Levantines, in various Mediterranean contexts. In: HERRING, E.; LEMOS, I.; LO SCHIAVO, F.; BAGNETTI, L.; WHITEHOUSE, R.; WILKINS, J. (ed.). *Across Frontiers: Etruscans, Greeks, Phoenicians and Cypriots*. Studies in Honour of David Ridgway and Francesca Romana Serra Ridgway. London: Accordia, 2006. p. 49-55.

CRIELAARD, J.P. How the West was won: Euboeans vs Phoenicians. *Hamburger Beiträge zur Archäologie*, Hamburg, v. 19-20, p. 235-60, 1992-1993.

CRIELAARD, J.P. Surfing on the Mediterranean web: Cypriot long-distance communications during the eleventh and tenth centuries BC. *In: KARAGEORGHIS, V.; STAMPOLIDIS, N. Eastern Mediterranean: Cyprus-Dodecanese-Crete 16th-6th C BC.* Athens: University of Crete and A.G. Leventis Foundation, 1998. p. 187-204.

CRIELAARD, J.P. Production, circulation and consumption of Early Iron Age Greek pottery (eleventh to seventh centuries bc). *In: CRIELAARD, J. P.; STISSI, V.; VAN WINGGAARDEN, G. J. (ed.). The Complex Past of Pottery.* Amsterdam: Gieben, 1999. p. 49-81.

CULICAN, W. Discussion contribution. *In: NIEMEYER, H. G. (ed.). Phönizier im Westen.* Mainz: von Zabern, 1982a. p. 28.

CULICAN, W. The repertoire of Phoenician pottery. *In: NIEMEYER, H. G. (ed.). Phönizier im Westen.* Mainz: von Zabern, 1982b. p. 45-78.

CURTIN, P.D. *Cross-Cultural Trade in World History.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DELGADO, J.P. Nautical and maritime archaeology, 2006–2007. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 112, p. 307-335, 2008.

DESCOUDRES, J.-P. (ed.). *Greek Colonists and Native Populations.* Oxford: Clarendon Press, 1990.

DOCTER, R.F.; Niemeyer, H. G. Pithekoussai: the Carthaginian connection. On the archaeological evidence of Euboeo-Phoenician partnership in the 8th and 7th centuries BC. *In: D'AGOSTINO, B.; RIDGWAY, D. Apoikia.* Scritti in onore di G. Buchner (AION n.s. 1.) Naples: Istituto universitario orientale, 1994. p. 101-115.

DOCTER, R.F.; NIEMEYER, H. G.; NIJBOER, A. J.; VAN DER PLICHT, J. Radiocarbon dates on animal bones in the earliest levels of Carthage. *In: BARTOLONI G.; DELPINO, F. (ed.). Oriente e Occidente: metodi e discipline a confronto. Riflessioni sulla cronologia dell'età del ferro in Italia, Atti dell'Incontro di studi, Roma, 30-31 ottobre 2003. Mediterranea, 1 (2004).* Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2005. p. 557-577.

DOMINGUEZ, A.J. *La colonización griega en Sicilia: griegos, indígenas y punicos en la Sicilia arcaica – intracción y aculturación.* (British Archaeological Reports S549.) Oxford: BAR, 1989.

VAN DOMMELEN, P. *On Colonial Grounds: a Comparative Study of Colonialism and Rural Settlement in First Millennium BC West Central Sardinia.* Leiden: Faculty of Archaeology, University of Leiden, 1998.

VAN DOMMELEN, P. Colonial interactions and hybrid practices. *In: STEIN, G. J. (ed.). The Archaeology of Colonial Encounters.* Santa Fe (NM): School of American Research Press, 2005. p. 109-141.



VAN DOMMELEN, P. The orientalizing phenomenon: hybridity and material culture in the western Mediterranean. *In: RIVA, C.; VELLA, N. (ed.). Debating Orientalization.* London: Equinox, 2006a. p. 135-152.

VAN DOMMELEN, P. Punic farms and Carthaginian colonists: surveying Punic rural settlement in the central Mediterranean. *Journal of Roman Archaeology*, Michigan, v. 19, p. 7-28, 2006b.

DOUGHERTY, C. *The Poetics of Colonization.* Oxford: Oxford University Press, 1993.

DOUGHERTY, C.; KURKE, L. (ed.). *The Cultures within Ancient Greek Culture.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DUNBABIN, T.J. *The Western Greeks.* Oxford: Clarendon Press, 1948.

FEATHERSTONE, M. *Consumer Culture and Postmodernism.* London: Sage, 1991.

FEATHERSTONE, M. *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity.* London: Sage, 1995.

FLETCHER, R., Sidonians, Tyrians and Greeks in the Mediterranean: the evidence from Egyptianising scarabs. *Ancient West and East*, Leiden, v. 3, n. 1, p. 51-77, 2004.

FOXHALL, L. Cargoes of the heart's desire. *In: FISHER, N.; VAN WEES, H. (ed.). Archaic Greece: New Approaches and New Evidence.* London & Swansea: Duckworth & the Classical Press of Wales, 1998. p. 295-309.

FRANKENSTEIN, S. The Phoenicians in the far west: a function of Neo-Assyrian imperialism. *In: LARSEN, M. T. (ed.). Power and Propaganda: a Symposium on Ancient Empires.* Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979. p. 263-294.

GIALANELLA, C. Pithecusa: gli insediamenti di Punta Chiarito. Relazione preliminare. *In: D'AGOSTINO, B.; RIDGWAY, D. (ed.). Apoikia: Scritti in onore di G. Buchner (AION n.s. 1.).* Naples: Istituto universitario orientale, 1994. p. 169-204.

GOSDEN, C. *Archaeology and Colonialism.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRAHAM, A.J. *Colony and Mother City in Ancient Greece.* Manchester: Manchester University Press, 1964.

GRAS, M.; ROUILLARD, P.; TEIXIDOR, X. *L'Universe Phenicien.* Paris: Arthuad, 1989.

GUBEL, E., Phoenician foundations in archaeological perspective. *In: MAZZONI, S. (ed.). Nuove fondazioni nel Vicino Oriente Antico: realta e ideologia, Atti del colloquio 4-6 Dicembre 1991 Pisa.* Pisa: Giardini, 1994. p. 341-355.



GUBEL, E. Notes of the Phoenician component of the orientaling horizon. *In*: RIVA, C.; VELLA, N. C. (ed.). *Debating Orientalization: Multidisciplinary Approaches to Change in the Ancient Mediterranean*. London: Equinox, 2006. p. 85-93.

HALES, S; HODOS, T. (ed.). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HALL, E. *Inventing the Barbarian: Greek Self-Definition Through Tragedy*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

HALL, J. *Ethnic Identity in Greek Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HALL, J. *Hellenicity*. Chicago (IL): Chicago University Press, 2002.

HANSEN, M.H. Emporion. *In*: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006. p. 1-39.

HANSEN, M.H.; NIELSEN, T. H. (ed.). *An Inventory of Archaic and Classical Poleis: an Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HARRIS, E.M.; RUBENSTEIN, L. (ed.). *The Law and the Courts in Ancient Greece*. London: Duckworth, 2004a.

HARRIS, E.M.; RUBENSTEIN, L. Introduction. *In*: HARRIS, E.M.; RUBENSTEIN, L. (ed.). *The Law and the Courts in Ancient Greece*. London: Duckworth, 2004b. p. 1-18.

HENTSCHEL, F. The 2004 Ancient Shipwreck Survey in Turkey. *INA Quarterly*, College Station, v. 31, n. 4, p. 10-13, 2004.

HIND, J. Traders and ports-of-trade (emporoi and emporia) in the Black Sea in Antiquity. *Il Mar Nero*, Roma, v. 2, p. 113-126, 1995-1996.

HIND, J., Colonies and ports-of-trade on the northern shores of the Black Sea: Borysthenes, Kremnoi and 'other Pontic emporia' in Herodotus. *In*: NIELSEN, T. H. (ed.). *Yet More Studies in the Ancient Greek Polis*. Stuttgart: Franz Steiner, 1997. p. 107-116.

HODOS, T. *Local Responses to Colonization in the Iron Age Mediterranean*. London: Routledge, 2006.

HODOS, T. Local and global perspectives in the study of social and cultural identity. *In*: HALES, S.; HODOS, T. (ed.). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.



HOLTON, R.J. *Globalization and the Nation-State*. London: Macmillan Press, 1998.

HOOGVELT, A. *Globalization and the Postcolonial World*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

HORDEN, P.; Purcell, N. *The Corrupting Sea*. Oxford: Blackwell, 2000.

KING, P.J. *American Archaeology in the Mideast: a History of the American Schools of Oriental Research*. Philadelphia (PA): American Schools of Oriental Research, 1983.

KNAPP, A.B. *Prehistoric and Protohistoric Cyprus*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KRINGS, V. (ed.). *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. (Handbuch der orientalistik I. Abt. Bd. 20.) Leiden: Brill, 1995.

LANCEL, S. *Carthage: a History*. Oxford: Blackwell, 1995.

LAUGHLIN, J.C.H. *The Bible and Recent Archaeology*. London: Routledge, 2000.

LEIGHTON, R. *Sicily before History*. London: Duckworth, 1999.

LEIGHTON, R., 2005. Later prehistoric settlement patterns in Sicily: old paradigms and new surveys. *European Journal of Archaeology*, London, v. 8, n. 3, p. 261-287, 2005.

LEMONS, I., 2003. Craftsmen, traders and some wives in Early Iron Age Greece. In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). *Ploes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc*. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 187-193.

LOMAS, K. (ed.). *Greek Identity in the Western Mediterranean: Papers in Honour of Brian Shefton*. Leiden: Brill, 2004.

LÓPEZ CASTRO, J.L. Colonials, merchants and alabaster vases: the western Phoenician aristocracy. *Antiquity*, Gloucester, v. 80, n. 307, p. 74-88, 2006.

LUKE, J. *Ports of Trade, Al Mina and Geometric Greek Pottery in the Levant*. Oxford: Archeopress, 2003.

MALKIN, I. *Religion and Colonization in Ancient Greece*. Leiden: Brill, 1987.

MALKIN, I. Inside and outside: colonization and the formation of the mother city. In: D'AGOSTINO, B.; RIDGWAY, D. (ed.). *Apoikia: Scritti in onore di G. Buchner*. (AION n.s. 1.) Naples: Istituto universitario orientale, 1994. p. 1-9.

MALKIN, I. Categories of early Greek colonization: the case of the Dorian Aegean. In: ANTONETTI, C. *Il dinamismo della colonizzazione greca*. Naples: Loffredo, 1997. p. 25-38.

MALKIN, I. A colonial middle ground: Greek, Etruscan, and local elites in the Bay of Naples. In: LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. (ed.). *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles (LA): Getty Research Institute, 2002. p. 151-181.

MALKIN, I. Postcolonial concepts and ancient Greek colonization. *Modern Language Quarterly*, London, v. 65, n. 3, p. 341-364, 2004.

MARKOE, G.E. *The Phoenicians*. London: British Museum Press, 2000.

DE MIRO, E., 1999. Un emporio miceneo sulla costa sud della Sicilia. In: LA ROSA, V.; PALERMO, D.; VAGNETTI, L. (eds.). *Epi ponton plazomenoi*. Simposio italiano di studi egei (Roma 1998). Roma: Scuola archeologica italiana di Atene, 1999. p. 439-449.

MOOREY, P.R.S. *A Century of Biblical Archaeology*. Cambridge: Lutterworth Press, 1991.

MORGAN, C. *Isthmia*, Excavations by the University of Chicago under the Auspices of the American School of Classical Studies, vol. VIII: The Late Bronze Age Settlement and Early Iron Age Sanctuary. Princeton (NJ): The American School of Classical Studies at Athens, 1999a.

MORGAN, C. Some thoughts on the production and consumption of Early Iron Age pottery in the Aegean. In: CRIELAARD, J.-P.; VAN WIJNGAARTEN, G.-J.; STISSI, V. (ed.). *The Complex Past of Pottery*. Amsterdam: Gieben, 1999b. p. 213-259.

MORRIS, I. The early polis as city and state. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *City and Country in the Ancient World*. London: Routledge, 1991. p. 25-57.

MORRIS, I. The absolute chronology of the Greek colonies in Sicily. *Acta Archaeologica*, København, v. 67, p. 51-59, 1996.

MORRIS, I. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, London, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.

MORRIS, S. *Daedalos and the Origins of Greek Art*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1992.

MOSCATI, S. *Il Mondo dei Fenici*. Milan: Il Saggiatore, 1966.

MOSCATI, S. *The World of the Phoenicians*. London: Cardinal, 1968.



MOSCATI, S., 1993. Nuovi studi sull'identita fenicia. *Atti dela Accademia Nazionale dei Lincei: memorie della Classe delle Scienze Morali*, Roma, serie 9, v. 4, p. 3-89, 1993.

NEGBI, O. Early Phoenician presence in the Mediterranean islands: a reappraisal. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 96, p. 599-615, 1992.

NIEMEYER, H.G. The Phoenicians in the Mediterranean: a non-Greek model for expansion and settlement in antiquity. In: DESCLOUDRES, J. P. (ed.). *Greek Colonists and Native Populations*. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 469-489.

NIEMEYER, H.G. Trade before the flag? On the principles of Phoenician expansion in the Mediterranean. In: BIRAN, A.; AVIRAM, J. (ed.). *Biblical Archaeology Today 1990*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1993. p. 335-344.

NIEMEYER, H.G. Expansion et colonization. In : KRINGS, V. (ed). *La civilisation phenicienne et punique*. Manuel de recherche. (Handbuch der Orientalistik I. Abt. Bd. 20.) Leiden: Brill, 1995. p. 247-267.

NIEMEYER, H.G. The early Phoenician city-states on the Mediterranean: archaeological elements for their description. In: HANSEN, M. H. (ed.). *A Comparative Study of Thirty Citystate Cultures*. Copenhagen: Diet Kongelige Danske Veidenskabernes Selskab, 2002. p. 89-115.

NIEMEYER, H.G. On Phoenician art and its role in trans-Mediterranean interconnections ca. 1100-600 bc. In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). *Ploes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc*. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 201-207.

NIEMEYER, H.G. The Phoenicians and the birth of a multinational Mediterranean society. In: ROLLINGER, R.; ULF, C. (ed.). *Commerce and Monetary Systems in the Ancient World: Means of Transmission and Cultural Interaction*. Proceedings of the Fifth Annual Symposium of the Assyrian and Babylonian Intellectual Heritage Project, held in Innsbruck, Austria, October 3rd-8th 2002. Stuttgart: Steiner, 2004. p. 245-256.

NIEMEYER, H.G. The Phoenicians in the Mediterranean. Between expansion and colonization: a non-Greek model of overseas settlement and presence. In: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006. p. 143-168.

NIEMEYER, H.G.; DOCTER, R. F.; SCHMIDT, K.; BECHTOLD, B. *Karthago*. Die Ergebnisse der hamburger Grabung unter dem Decumanus Maximus. Mainz: Philipp von Zabern, 2007.

NIJBOER, A.J. La cronologia assoula dell'età del Ferro nel Mediterraneo, dibattito sui metod e sui risultati. *In*: BARTOLONI, G.; DELPINO, F. (ed.). *Oriente e Occidente: metodi e discipline a confronto. Riflessioni sulla cronologia dell'età del ferro in Italia, Atti dell'Incontro di studi, Roma, 30-31 ottobre 2003. Mediterranea*, 1 (2004). Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2005. p. 527-556.

NIJBOER, A.J. An interpretation of the radiocarbon determinations of the oldest indigenous-Phoenician stratum thus far, excavated at Huelva, Tartessos (southwest Spain). *BABesch*, Leiden, v. 81, p. 31-36, 2006a.

NIJBOER, A.J. The Iron Age in the Mediterranean: a chronological mess or 'Trade Before the Flag,' part II. *Ancient West and East*, Leiden, v. 4, n. 2, p. 255-277, 2006b.

NIPPEL, W. The construction of the 'other'. *In*: HARRISON, T. (ed.). *Greeks and Barbarians*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002. p. 278-310.

ODED, B. The Phoenician cities and the Assyrian Empire in the time of Tiglath-pileser III. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins*, Wiesbaden, v. 90, p. 38-49, 1974.

OSBORNE, R. Early Greek colonization? The nature of Greek settlement in the West. *In*: FISHER, N.; VAN WEES, H. (ed.). *Archaic Greece: New Approaches and New Evidence*. London: Duckworth, 1998. p. 251-269.

PAPADOPOULOS, J.K. Phantom Euboians. *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, v. 10, n. 2, p. 191-206, 1997.

PAPADOPOULOS, J.K. From Macedonia to Sardinia: problems of Iron Age Aegean chronology, and assumptions of Greek maritime primacy. *In*: BALMOUTH, M. S.; TYKOT, R. H. (ed.). *Sardinia and Aegean Chronology: Towards a Resolution of Relative and Absolute Dating in the Mediterranean*. Oxford: Oxbow Books, 1998. p. 363-369.

PASTOR BORGONÓN, H. Die Phönizier: eine begriffsgeschichtliche Untersuchung. *Hamburger Beiträge zur Archäologie*, Hamburger, v. 15-17, p. 37-142, 1988-1990.

DE POLIGNAC, F. *Cults, Territory, and the Origins of the Greek City-State*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1995.

RAAFLAUB, K.A. Archaic Greek aristocrats as carriers of cultural interaction. *In*: ROLLINGER, R.; ULF, C. (ed.). *Commerce and Monetary Systems in the Ancient World: Means of Transmission and Cultural Interaction. Proceedings of the Fifth Annual Symposium of the Assyrian and Babylonian Intellectual Heritage Project, held in Innsbruck, Austria, October 3rd-8th 2002*. Stuttgart: Steiner, 2004. p. 197-217.

RIDGWAY, D. Euboians and others along the Tyrrhenian seaboard. LOMAS, K. (ed.). *Greek Identity in the Western Mediterranean*. Leiden: Brill, 2004. p. 15-33.



ROBERTSON, R. *Globalization, Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 1992.

RÖLLIG, W. Die Phönizier des Mutterlandes zur Zeit der Kolonisierung. In: NIEMEYER, H. G. (ed). *Phönizier im Westen*. Mainz: von Zabern, 1982. p. 15-28.

SAGONA, C. The Phoenicians in Spain from a central Mediterranean perspective: a review essay. *Ancient Near Eastern Studies*, Leuven, v. 41, p. 240-266, 2004.

SHAW, J.W. Phoenicians in southern Crete. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 93, p. 165-183, 1989.

SHEPHERD, G. The pride of most colonials: burial and religion in the Sicilian colonies. *Acta Hyperborea*, Copenhagen, v. 6, p. 51-82, 1995.

SHEPHERD, G. Greeks bearing gifts: religious relationships between Sicily and Greece in the Archaic period. In: SMITH, C.; SERRATI, J. (ed.). *Sicily from Aegean to Augustus: New Approaches in Archaeology and History*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. p. 55-70.

SHERRATT, S. Visible writing: questions of script and identity in early Iron Age Greece and Cyprus. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, v. 22, n. 3, p. 225-242, 2003.

STAMPOLIDIS, N.C. On the Phoenician presence in the Aegean. In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). *Plöes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc*. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 217-230.

STEIN, G. Colonies without colonialism: a trade diaspora model of fourth millennium bc Mesopotamian enclaves in Anatolia. In: LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles (LA): Getty Research Institute, 2002. p. 27-64.

TRIGGER, B.G. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TRONCHETTI, C.; VAM DOMMELEN, P. Entangled objects and hybrid practices: colonial contacts and elite connections at Monte Prama, Sardinia. *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, v. 18, n. 2, p. 183-208, 1989.

TSETSKHLADZE, G.R (ed.). *Ancient Greeks West and East*. Leiden: Brill, 1999.

TSETSKHLADZE, G.R. *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006a.



TSETSKHLADZE, G.R. Revisiting ancient Greek colonization. *In*: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*: Brill, 2006b. p. xxiii–lxxxiii.

TSETSKHLADZE, G.R.; DE ANGELIS, F. (ed.). *The Archaeology of Greek Colonization*. Oxford: Oxford University Committee for Archaeology, 1994.

TURFA, J. Review of G.E. Markoe, *The Phoenicians*. *Bryn Mawr Classical Review*, Bryn Mawr, 2001.05.09, 2001.

VALLET, G. Interventi. *Cronache di archeologia e di storia dell'arte*, Catania, v. 17, p. 150-152, 1978.

VALLET, G. Position des problèmes. *In*: *La Céramique grecque ou de tradition grecque au VIIIe siècle en Italie centrale et méridionale*. Cahier du Centre Jean Bérard. Naples: Institut Français de Naples, 1982. p. 11-19.

VALLET, G. ; VILLARD, F. Les dates de fondation de Megara Hyblaea et de Syracuse. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, Paris, v. 76, p. 289-356, 1952.

VELLA, N. Elusive Phoenicians. *Antiquity*, Gloucester, v. 70, p. 245-250, 1996.

VIVES-FERRÁNDIZ, J. Negotiating colonial encounters: hybrid practices and consumption in eastern Iberia (8th–6th centuries bc). *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, v. 21, n. 2, p. 241-272, 2008.

DE VRIES, K. Eighth-century Corinthian pottery: evidence for the dates of Greek settlement in the West. *In*: WILLIAMS, C. K.; BOOKIDIS, N. (ed.). *Corinth: the Centenary 1896-1996 (Corinth series 20)* Athens: American School of Classical Studies at Athens, 2003. p. 141-156.

WAGNER, C.; Alvar, J. Fenicios en occidente: la colonización agrícola. *Rivista di Studi Fenici*, Roma, v. 17, n 1, p. 61-102, 1989.

WHITE, R. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

VAN WIJNGAARDEN, G.J. *Use and Appreciation of Mycenaean Pottery in the Levant, Cyprus and Italy (1600-1200 bc)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

WILSON, J.P. The nature of Greek overseas settlements in the Archaic period: emporion or apoikia. *In*: MITCHELL, L. G.; RHODES, P. J. (ed.). *The Development of the Polis in Archaic Greece*. New York (NY): Routledge, 1997. p. 199-207.

WINTER, I. Phoenician and north Syrian ivory carving in historical context: questions of style and distribution. *Iraq*, London, v. 38, p. 1-26, 1976.



WINTER, I. Is there a South Syrian style of ivory carving in the early first millennium bc? *Iraq*, London, v. 43, p. 101-130, 1981.

WINTER, I.J. Homer's Phoenicians: history, ethnography, or literary trope? [A perspective on early Orientalism]. In: CARTER, J. B.; MORRIS, S. P. (ed.). *The Ages of Homer: a Tribute to Emily Townsend Vermeule*. Austin (TX): University of Texas Press, 1995. p. 247-271.

NOTAS

AUTORIA

Tamar Hodos: Doutora. Reader in Mediterranean Archaeology, University of Bristol, Department of Anthropology and Archaeology, Bristol, United Kingdom.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

43 Woodland Road, Clifton, Bristol, BS8 1UU, United Kingdom.

TRADUTORES

Fábio Augusto Morales. <https://orcid.org/0000-0002-9942-5011>. E-mail: fabio.morales@ufsc.br. Doutor. Professor adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Bruna Vitória Grandó. <https://orcid.org/0000-0002-5142-0131>. E-mail: brugrando2010@hotmail.com. Graduanda, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo originalmente publicado com a seguinte referência: Hodos, T. (2009). Colonial Engagements in the Global Mediterranean Iron Age. *Cambridge Archaeological Journal*, 19(2), 221-241 © The McDonald Institute for Archaeological Research 2009, published by Cambridge University Press. Reprinted with permission. Esta tradução possui a permissão da autora Tamar Hodos e da editora Cambridge University Press.

AGRADECIMENTOS

Eu sou grata a Peter van Dommelen, Silke Knippshild, aos colegas e estudantes nas universidades de Bristol e Gothenburg, e aos pareceristas anônimos, cujas estimulantes questões e sugestões contribuíram aos argumentos apresentados neste artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior


Como citar: HODOS, Tamar. Interações coloniais no Mediterrâneo global da Idade do Ferro. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 597-635, set./dez. 2019.



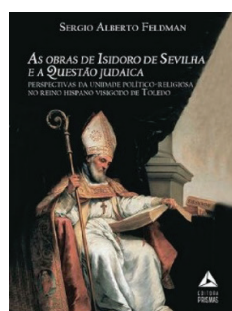
A UNIDADE POLÍTICO-RELIGIOSA E A QUESTÃO JUDAICA NA ÓTICA DE ISIDORO DE SEVILHA

The Political-Religious Union and the Jewish Question on Isidore of Seville's Perspective

José Walter Cracco Junior^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2169-7137>
E-mail: josecracco@outlook.com

^a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.



FELDMAN, Sergio Alberto. *As obras de Isidoro de Sevilha e a questão judaica: perspectivas da unidade político-religiosa no reino hispano visigodo de Toledo*. Curitiba: Prismas, 2017. 308p.

PALAVRAS-CHAVE

Isidoro de Sevilha. Judaísmo. Cristianismo.

KEYWORDS

Isidore of Seville. Judaism. Christianity.

Na busca pela compreensão de um período histórico limítrofe e no desvelar de seus valores políticos e religiosos, torna-se necessário lançar mão de fontes históricas à luz da mesma época. Tal apreensão se avoluma quando temos como ponto de partida os escritos de uma personalidade marcante para sua época e para tempos vindouros, posto que acaba por representar um ideal de sociedade. Assim, *As obras de Isidoro de Sevilha e a questão judaica: perspectivas da unidade político-religiosa no reino hispano visigodo de Toledo*, de Sergio Feldman, traz Isidoro de Sevilha como seu marco de reflexão, especialmente por ele ter empreitado a unidade política, religiosa e social no reino hispano-visigodo de Toledo, as relações no âmbito do poder temporal e clerical e o conflito entre cristianismo e judaísmo no século VII.

Fruto de seu doutoramento, o livro propõe a discussão acerca da relação entre monarquia visigótica e seus súditos judeus. Ao longo da obra, o autor chama a atenção para o conflito teológico com o judaísmo desenvolvido pelos primeiros padres da Igreja e como esses, sobretudo Agostinho de Hipona, influenciam aspectos da visão de mundo isidoriana. Todavia, não perde de vista que o judeu tinha um importante papel na escatologia cristã. Dessa forma, como lidar com as minorias judaicas presentes no reino? Mais do que isso, como tolerar e explicar a funcionalidade judaica em meio a políticas reprimidas, uma vez que a política bebia do fundamento religioso? Essas questões são vigas mestras da obra e revisitadas em todos os capítulos.

A pertinência e a contribuição da obra aqui resenhada também reside nas reflexões acerca dos judeus e do judaísmo na história. Em outras palavras, percebe, na longa duração, como o judeu é alvo de pressões e abusos em sociedades não judaicas. Tendo isso se tornado um ciclo repetitivo que extrapolou questões de ordem política ou religiosa, vemos razões socioeconômicas e raciais inseridas e/ou camufladas. Por essa fenda interpretativa, o trabalho de Sergio Feldman dialoga e critica uma vasta historiografia espanhola e francesa a respeito da unidade político-religiosa no reino visigodo de Toledo, porém com o foco recaindo sobre a questão judaica. O autor se ampara em alguns trabalhos clássicos e outros de ordem mais factual, como os de Pidal. Clássicos como Orlandis e Garcia Moreno introduziram o autor no contexto da sacralização da monarquia visigótica e no sistema administrativo daquelas instituições. Outros muitos autores, como Marc Reydellet e J. Fontaine, permitiram a Feldman compreender o projeto educacional isidoriano, atentando para contradições presentes na historiografia ainda sem respostas, mas a respeito das quais a presente obra não hesita em se posicionar ou mesmo propor outro viés interpretativo.

Por esse ângulo, a historiografia brasileira se serve de bons trabalhos acerca da monarquia visigoda no âmbito da Antiguidade tardia, como os de Ruy O. Andrade Filho sobre as relações entre religião e religiosidade, com especial enfoque na “analogia antropomórfica” e na conversão visigoda ao catolicismo. Renan Frighetto também tem inúmeras contribuições sobre a Antiguidade tardia, tendo como relevo a monarquia hispano-visigoda e suas múltiplas relações políticas. Além desses, poderíamos citar uma miríade de autores brasileiros que fomentam e alicerçam os estudos sobre a monarquia visigoda, mas ainda assim deixaríamos de fora importantes contribuições. No entanto, o livro aqui resenhado guarda singularidades e contribuições pertinentes a essa discussão, posto que lança luz a novos vieses interpretativos por meio das obras isidorianas, sobretudo com foco na questão judaica.

Assim, o primeiro capítulo, “Reflexões iniciais”, reúne uma avaliação crítica da produção historiográfica acerca dos judeus e do judaísmo desde os tempos de Roma, demonstrando os entraves já presentes entre judeus e romanos, algo que pioraria

com o florescimento do cristianismo e a conversão do Império. Discutindo, nesse primeiro momento, a ótica dos primeiros padres sobre os judeus, Feldman entende que o ódio e o desprezo aos judeus foram instituídos com o intento de separar as duas comunidades e criar uma identidade cristã. Além disso, a interpretação sobre como o cristianismo católico se firma ao longo da história com uma de suas bases repousadas na exclusão das minorias judaicas é colocada em relevo pelo autor.

No segundo capítulo, “A monarquia hispano-visigótica: a busca da unidade e da legitimidade”, o autor discorre sobre o estabelecimento dos visigodos na Hispânia e suas relações com o Império Romano, porém o enfoque está em compreender os *modus* como se definiam os reis e como o processo de destribalização do poder ocorreu. Segundo ele, de maneira lenta e gradual, moldando uma nova sociedade que, a passos lentos, via a centralização do poder e futura monarquia, em especial com uma dicotomia jurídica e religiosa que dividia tal sociedade. Os visigodos tinham leis próprias, mas isso se alterou gradualmente, com a população passando a ser regida pelo *códex Theodosianus*. No entanto, graças às necessidades, Alarico editou algumas leis retiradas do *códex*, formando o brevíário de Alarico. Feldman afirma que ele é o primeiro rei visigodo a editar leis aos judeus. Assim, destaca os debates historiográficos quanto à postura dos reis visigodos arianos em relação aos judeus. Feldman se aproxima da interpretação de que os monarcas não convertiam os judeus à força. O autor está preocupado em compreender o que as fontes jurídicas nos dão a entender sobre as relações cotidianas entre judeus e cristãos, além da visão do povo e do clero sobre eles.

O autor demonstra como o início do século VI é um período de crise para a monarquia, em que ocorreram constantes conflitos entre poder monárquico e a nobreza proprietária de terras. Afim de analisar o reinado de Leovigildo, Feldman lança mão dos escritos de João de Biclário, pois realiza paralelos entre Império e o reino visigodo. Gregório de Magno e Gregório de Tours também são utilizados nessa empreitada de compreender traços da política monárquica. Feldman ainda analisa a contradição religiosa de nobreza ariana e povo católico vivendo num mesmo espaço – Leovigildo buscou diminuir as diferenças religiosas, porém enfrentou sublevações. A ascensão de Recaredo, convertido ao catolicismo niceno, levou consigo o alto clero ariano e nobres visigodos, firmando um “pacto social e religioso”.

Esse pacto, mais tarde, geraria conflitos e acabaria com a aceitação de muitos arianos ao catolicismo. Recaredo consegue a união com a igreja e solidifica a proposta de seu pai, ainda que judeus, heréticos e pagãos tenham ficado fora dos planos. Feldman chama a atenção para os limites do poder da monarquia, uma vez que a nobreza e a Igreja eram influentes. Isidoro de Sevilha é basilar na defesa dos valores cristãos, e os judeus se tornam um desafio – as leis destinadas a eles ultrapassavam as do paganismo, e a questão judaica chegou aos concílios.

O reinado de Sisebuto, entretanto, se tornou “um marco nas relações entre a monarquia e o clero com a população judaica do reino hispano-visigodo. Nele ocorre a conversão forçada da comunidade judaica, em especial daquela localizada em Toledo” (FELDMAN, 2017, p. 109). Sisebuto colocou pressão direta pela conversão. Feldman rebate outros autores que afirmam que tais decisões foram econômicas. Ele entende que a motivação religiosa foi maior, e as entrelinhas dos decretos econômicos, políticos e militares desvelaram fatores religiosos, sobretudo a relação implícita entre jurídico-política e religião. O autor alerta que a postura de conversão forçada teve oposição de setores da nobreza e da Igreja, posto que ia de encontro com seus entendimentos de conversão.

Feldman afirma que, mesmo Isidoro não concordando com os meios, concordava com os fins, uma vez que a conversão dos judeus era um projeto cristão. O autor chega a ratificar que Isidoro teria tido influência nas conversões forçadas por sua proximidade com o rei. Todavia, estava evidente que o projeto era guardar a fé niceísta, algo que Isidoro faria com ênfase no século VII.

Nesse viés, o terceiro capítulo, o mais extenso do livro, “Isidoro de Sevilha: construtor teórico da unidade sociorreligiosa do reino hispano-visigodo”, cuida de nos mostrar como Isidoro de Sevilha influenciou reis e teve participação política enorme. Quanto à característica, suas obras eram trajadas por uma cultura clássica como forma, e a patrística, como conteúdo, sendo basilares por séculos e um modo de difusão do saber clássico no medievo. Nessa lógica, Feldman entende que o intento de Isidoro foi formar monges e padres, influenciar reis e nobreza, elevar o saber cristão.

Para isso, recorreu a muitos outros autores. Feldman o defende das acusações de plágio com a afirmativa da necessidade de compreender as palavras para apreender a obra. Assim, destaca que a metodologia medieval era prestar atenção à etimologia. A obra de Isidoro expõe um panorama da época e se preocupa com a linguagem, sempre com a máxima de compreender o sentido das palavras, o que estava ligado à exegese dos textos sagrados. Feldman afirma que Isidoro se utiliza da gramática para propagar a fé.

As obras de Isidoro apresentam o caráter de preparar o mundo cristão para o reino de Deus. No entanto, ele defrontou com a herança judaica nas escrituras, e uma das formas foi tecer novas interpretações e desqualificar a leitura judaica. Nesse processo, o bispo de Sevilha forrou suas obras com uma leitura alegórica do texto sagrado. Tendo percebido essa prática, Feldman desvelou suas artimanhas discursivas e percebeu nas entrelinhas a justificação da deslegitimação judaica.

Sem dúvidas, a presente obra nos permite compreender que os judeus representaram um grande desafio para a unidade religiosa, como atestam as fontes hispano-visigodas. Para isso, inserir o judeu, depois de convertido, garantiria a unidade almejada, e Isidoro foi o “motor” da política de conversões. Seguindo essa esteira interpretativa, Feldman concentra sua atenção nas obras *De differentiae*, *Liber prooemiorum*, *De ortu* e *Allegoriae*.

A primeira delas, tendo como objetivo entender o mundo e a história sob uma ótica específica, transforma os conteúdos enigmáticos do texto sagrado compreensíveis para clérigos e leigos. A segunda é um compilado de textos introdutórios aos livros bíblicos e talvez faça parte de um projeto inconcluso de Isidoro. O bispo busca uma síntese dos ensinamentos cristãos a fim de manter viva a cultura, combater o analfabetismo e a ignorância dos clérigos. Na terceira, Isidoro busca descaracterizar o direito dos hebreus/judeus da herança do pacto. Por fim, na quarta, temos uma coletânea de explicações de nomes de personalidades bíblicas com base em citações alegóricas ou simbólicas. Nessa obra, convergem tradições exegéticas greco-romanas, judaicas e cristã.

A leitura patrística, e de maneira específica a leitura isidoriana do texto sagrado, se torna uma referência fundamental para compreender e orientar o mundo presente, o cotidiano, a política e as relações entre os fiéis e com os infiéis e heréticos [...] os judeus são muito importantes na exegese pelo fato de terem sido os receptores iniciais das sagradas escrituras e, portanto,

reivindicam seu direito e sua verdade na interpretação das mesmas. Isidoro trata de negar este pretensão direito à herança sagrada. Trata de criticar os judeus de maneira direta ou indireta em quase todos os temas (FELDMAN, 2017, p. 189).

Além da análise dessas obras e evidenciado o intento de Isidoro, Feldman se debruça sob *Livro das sentenças* e na polêmica obra *De fide catholica*. A primeira é entendida como a maior obra de Isidoro, tendo o pecado como eixo central e o alinhamento da sociedade com base na lei divina. Não é uma obra de exegese propriamente dita, mas carrega a análise do texto bíblico e moralidade. Isidoro entende o mundo permeado pela luta entre bem e mal. Seguindo a concepção de Agostinho de Hipona de que o pecado original tornou o homem suscetível ao pecado, Isidoro adota essa perspectiva que ocupa boa parte de seus escritos.

Germano Esteves elucida a atenção do bispo de Sevilha sobre o Diabo, uma vez que este se apresenta de forma sedutora aos justos, tentando enganá-los e levá-los à soberba, renegando toda a fonte de luz. Feldman contribui para essa discussão sobre a diabolologia em Isidoro, demonstrando como isso é logo associado aos judeus e à sua “equivocada” interpretação da palavra de Deus, além da ligação entre sinagoga e os ensinamentos contra a Igreja. As associações do Diabo aos judeus são corriqueiras nas obras de Isidoro, bem como a acusação de que os judeus realizam uma leitura carnal dos textos sagrados.

A segunda obra, por sua vez, é conhecida pela questão antijudaica nela empregada, e Feldman a reconhece como fruto da exegese isidoriana. São tratados assuntos como a circuncisão, a desconstrução do pacto selado com Abraão e seus descendentes, o significado do templo de Jerusalém, a negação do Shabat, o esforço de Isidoro pelo desmantelamento da identidade judaica, normas alimentares e, por fim, a culpa judaica na morte de Cristo. Isidoro também enxerga a maldade dos profetas. Dessa forma, acaba justificando a punição e as ações radicais contra os judeus.

O quarto e último capítulo, “Isidoro de Sevilha: identidade e unidade político-religiosa do reino visigótico”, tem como objetivo compreender como Isidoro enxergou a história e o ideal de monarca cristão por ele traçado. Para tal fim, Feldman analisa algumas obras históricas de Isidoro: *Crônica*, *História* e *De viris*. Elas retratam o projeto isidoriano de constituir uma história do mundo e inserir os visigodos e a Hispânia nela, ainda que o objetivo fosse a legitimação do reino.

O autor defende que Isidoro de Sevilha manteve uma unidade de pensamento em todos os seus trabalhos, e isso pode ser explicado à luz de oferecer reflexões aos clérigos e letrados hispânicos. O modelo de monarquia e de monarca é aquele que cumprir seu papel na história: proteção e respeito à fé cristã, solidificando o pilar Império-Igreja. Feldman argumenta que o momento histórico favoreceu uma nova construção de monarca e a visão alegórica de Isidoro sobre a Hispânia ser uma formosa mãe e fecunda, transparecendo seu projeto de unidade político-religiosa.

Isidoro ressalta Leovigildo como um modelo monárquico e Recaredo e Suintila como exemplos, já que dão continuidade ao projeto de unidade. Ele se ocupa defendendo Recaredo e alicerçando sua glória. Feldman entende a relação política de Isidoro com os monarcas, mostra a figura de Isidoro como líder dos concílios e tecendo considerações aos monarcas, bem como suas ações diante da unidade política e interferências na Igreja. Ele modelou um ideal político. O autor demonstra a contradição sobre Suintila, ora como pai dos pobres, ora como confiscador de seus bens.

Em sua construção de modelo de rei, adapta o conceito de virtudes reais de Martinho de Braga, separando virtudes reais das militares. A sucessão do rei é um tema controverso, haja vista que Isidoro e a Igreja flutuam de acordo com as necessidades do período. Feldman analisa que Isidoro não era contra a sucessão dinástica nem total adepto da eleição de sucessão dos reis por meio de um colegiado de nobres e alto clero, posto que, se assim fosse, esse termo apareceria mais vezes em seus escritos e no modelo real. O autor parte da definição etimológica de rei e reino isidoriana; discorre sobre o rei justo e o rei mau.

Feldman destaca um ponto de contrassenso em Isidoro: a justificativa sobre o porquê haver rei num mundo em que todos são iguais. O castigo pela servidão, acarretada pelo pecado original, é contraditório, haja vista a doutrina do batismo. Todavia, Isidoro toma o batismo como ponto de partida em sua teoria de poder e altera a visão de rei advinda do baixo Império para seu conceito de monarquia cristã, ou seja, substitui o Império pela Igreja, passando as várias células a fazerem parte do reino de Cristo. Feldman entende uma razão religiosa para essas mudanças: judeus e arianos negavam a validade da trindade.

A teologia de Isidoro é cristológica. Ele não era monarquista, e sim realista, e estava cercado de reis; portanto, inserir esses na cristandade e fazê-los parte do plano divino era o objetivo. Feldman defende que a doutrina política advém do fundamento religioso. Menciona a função da unção real visigoda: legitimar os reis e impedir golpes de Estado e regicídios. Essa visão de Isidoro não é apenas sobre sua concepção de monarquia, mas também a forma como concebia o período histórico.

Arrematando suas reflexões, Sergio Feldman frisa que o pensamento isidoriano foi capaz de perceber as necessidades da cristandade, moldar um projeto político-religioso de sociedade e executá-los à luz de um combate excludente da comunidade judaica. Portanto, Isidoro de Sevilha nos oferece uma compreensão ampla acerca da Hispânia visigoda, e o livro aqui resenhado é um esforço interpretativo sobre essas abstrações do bispo de Sevilha. É também um exemplo de como a literatura patrística nos permite compreender a cosmovisão do homem daquele período, sobretudo se as considerarmos capazes de trabalhar com um conceito temporal assentado no mítico, em realidades só demonstráveis por símbolos, representações e alegorias.

Nesse caso, permitiu compreender o reino visigodo de Toledo, uma vez que, ao refletir sobre as entrelinhas dos escritos do bispo e perceber artimanhas e armadilhas de sua exegese a Feldman, engendrou entendimentos valiosos para um período histórico marcado por disputas políticas e religiosas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *Imagem e reflexo: religiosidade e monarquia no reino visigodo de Toledo (Séculos VI e VII)*. São Paulo: Edusp, 2012.

ESTEVES, Germano M. F. *Entre santos e demônios: a percepção do mal na teologia e hagiografias do Reino Visigodo de Toledo (séculos VI-VII)*. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Unesp, Assis, 2015.

FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na Antiguidade tardia ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.



NOTAS

AUTORIA

José Walter Cracco Junior: Graduado. Mestrando, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Dom Antonio, 2100, 19806-900, Assis, SP, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 14 de julho de 2019
Aprovado em: 06 de setembro de 2019

Como citar: CRACCO JUNIOR, José Walter. A unidade político-religiosa e a questão judaica na ótica de Isidoro de Sevilha. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 636-642, set./dez. 2019. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: FELDMAN, Sergio Alberto. As obras de Isidoro de Sevilha e a questão judaica: perspectivas da unidade político-religiosa no reino hispano visigodo de Toledo. Curitiba: Prismas, 2017. 308p.






**LISTA ALFABÉTICA DOS
PARECERISTAS QUE COLABORARAM
COM A *ESBOÇOS: HISTÓRIAS EM
CONTEXTOS GLOBAIS* EM 2019:
VOLUME 26, NÚMEROS 41, 42 E 43**


Alphabetical list of reviewers who contributed to *Esboços: histories in global contexts* in 2019: Volume 26, No. 41, 42, and 43

Flávia Florentino Varella^{a b}

 <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>

E-mail: flavia_varella@hotmail.com

Bruna Vitória Grando^{c d}

 <https://orcid.org/0000-0002-5142-0131>

E-mail: brugrando2010@hotmail.com

^{a c} Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

^b Editora-chefe da *Esboços: histórias em contextos globais*

^d Estagiária da *Esboços: histórias em contextos globais*

Alexandre Busko Valim, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Ana Carolina Schweitzer, Humboldt Universität zu Berlin, Berlim, Alemanha

Ana Flavia Cernic Ramos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil

André de Lemos Freixo, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Antonio Luigi Negro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Arthur Curvelo, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Bruno Ayllon, Universidad Complutense de Madrid, Madri, Espanha

Carlos Augusto Machado, University of St Andrews, St Andrews, Escócia

Carlos Riojas, Universidad de Guadalajara, Zapopan, JAL, México

Cláudia de Jesus Maia, Universidade Estadual de Montes Claros Montes Claros, MG, Brasil

Cláudia Regina Bovo, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

Daniel da Silva Klein, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil

Daniela Queiroz Campos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Denilson Botelho de Deus, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

Dominique Vieira Coelho dos Santos, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil

Êça Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

Elaine Ribeiro da Silva dos Santos, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil

Elenita Malta Pereira, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil



Ely Bergo de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Erick Assis de Araújo, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Fábio Afonso Frizzo de Moraes Lima, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

Fábio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Fábio Franzini, Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, SP, Brasil

Fábio Kühn, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Fábio Pádua dos Santos, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil

Fernanda Sposito, Brown University, Providence, RI, Estados Unidos da América

Gabriel Aladren, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Gilvan Odival Veiga Dockhorn, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Glauca Cristina Candian Fraccaro, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Henrique Espada Lima Filho, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Hilda Pivaro Stadniky, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Jean-Pierre Hérubel, Purdue University, West Lafayette, IN, Estados Unidos da América

João Batista de Jesus Felix, Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, TO, Brasil

João Emiliano Fortaleza de Aquino, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

José Carlos Vilardaga, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil



Juliana Sayuri Ogassawara, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Larissa Rosa Correa, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Leandro Calbente Câmara, pesquisador autônomo

Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiaba, MT, Brasil

Leonardo Marques, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Lindener Pareto Júnior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Luis Fernando Bernardi Junqueira, Universidade de Fudan, Shanghai, China

Mafalda Soares da Cunha, Universidade de Évora, Évora, EVR, Portugal

Manoela da Silva Pedroza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcelo Vianna, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Osório, RS, Brasil

Márcia Pereira dos Santos, Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, Brasil

Marco Aurélio dos Santos, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Marcos Gerhardt, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

Mateus Henrique de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Miguel Angel Guzmán López, A Universidade de Guanajuato, Guanajuato, GTO, México

Monica Grin Monteiro de Barros, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Nádia Farage, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Nuno Fernando de Pinho e Silva de Almeida Falcão, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil

Oldimar Pontes Cardoso, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Omar Acha, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, BA, Argentina

Patricia Vieira, Georgetown University, Washington, D.C, Estados Unidos da América

Pedro Spinola Pereira Caldas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Pedro Telles da Silveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Peter Frankopan, Oxford University, Oxford, Inglaterra

Ricardo Souza de Carvalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Roberto Moll, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Robson Murilo Grando Della Torre, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, MG, Brasil

Rodrigo Bragio Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rodrigo Goyena da Silveira Soares, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Samira Peruchi Moretto, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil

Sandra Mara Dantas, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

Semíramis Corsi Silva, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Sidnei Munhoz, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Thiago Nascimento Krause, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Vitor Eduardo Schincariol, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil



NOTAS

AUTORIA

Flávia Florentino Varella: Doutora. Professora adjunta, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Bruna Vitória Grandó: Graduanda, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Flávia Florentino Varella. Departamento de História, CFH, Bloco E, 6º andar, Campus Universitário da UFSC, Trindade, 88040-970, Florianópolis, SC, Brasil.

LICENÇA DE USO

Esta lista de pareceristas está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan

Beatriz Mamigonian

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Como citar: VARELLA, Flávia Florentino; GRANDÓ, Bruna Vitória. Lista alfabética dos pareceristas que colaboraram com a *Esboços: histórias em contextos globais em 2019*: volume 26, números 41, 42 e 43. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 643-648, set./dez. 2019.

